



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

JOÃO AUGUSTO PESSOA LEPIKSON

**A “LEI DE FERRO” DA HIERARQUIA CAPITALISTA:
A ORGANIZAÇÃO IMPERIALISTA DO SISTEMA MUNDIAL AO
LONGO DOS CICLOS DE ACUMULAÇÃO E O CONTRAEXEMPLO
CHINÊS**

Salvador

2023

JOÃO AUGUSTO PESSOA LEPIKSON

**A “LEI DE FERRO” DA HIERARQUIA CAPITALISTA:
A ORGANIZAÇÃO IMPERIALISTA DO SISTEMA MUNDIAL AO
LONGO DOS CICLOS DE ACUMULAÇÃO E O CONTRAEXEMPLO
CHINÊS**

Tese apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Administração da Escola, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Teresa Franco Ribeiro

Salvador

2023

Escola de Administração - UFBA

L596 Lepikson, João Augusto Pessoa.

A “lei de ferro” da hierarquia capitalista: a organização imperialista do sistema mundial ao longo dos ciclos de acumulação e o contraexemplo chinês / João Augusto Pessoa Lepikson. – 2023. 282 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Teresa Franco Ribeiro.

Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2023.

1. Capitalismo. 2. Imperialismo. 3. Hierarquia. 4. Valor adicionado. 5. Acumulação de capital. 6. Globalização. 7. Países em desenvolvimento - Dependência. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 332.041

JOÃO AUGUSTO PESSOA LEPIKSON

A “LEI DE FERRO” DA HIERARQUIA CAPITALISTA: A ORGANIZAÇÃO IMPERIALISTA DO SISTEMA MUNDIAL AO LONGO DOS CICLOS DE ACUMULAÇÃO E O CONTRAEXEMPLO CHINÊS.

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Administração, Escola de Administração, da Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora

Salvador, ____ de _____ de 2023.

Banca examinadora,

Profa. Dra. Maria Teresa Franco Ribeiro – Orientadora

Doutora em Economia da Indústria e da Tecnologia pela UFRJ
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Antônio Jorge Fonseca Sanches de Almeida

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Antonio Renildo Santana Souza

Doutor em Administração pela UFBA
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Eduardo Costa Pinto

Doutor em Economia pela UFRJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Marisa Silva Amaral

Doutora em Economia pela USP
Universidade Federal de Uberlândia

Aos que virão depois de nós

[...]

Vocês, que vão emergir das ondas em que nós perecemos, pensem, quando falarem das nossas fraquezas, nos tempos sombrios de que vocês tiveram a sorte de escapar.

Nós existíamos através da luta de classes, mudando mais seguidamente de países que de sapatos, desesperados! Quando só havia injustiça e não havia revolta.

Nós sabemos: o ódio contra a baixeza também endurece os rostos!

A cólera contra a injustiça faz a voz ficar rouca!

Infelizmente, nós, que queríamos preparar o caminho para a amizade, não pudemos ser, nós mesmos, bons amigos.

Mas vocês, quando chegar o tempo em que o homem seja amigo do homem, pensem em nós com um pouco de compreensão.

(trecho do poema “Aos que virão depois de nós” de Bertolt Brecht)

AGRADECIMENTOS

Escrever esta tese durante o isolamento imposto pela pandemia da Covid-19 concomitante a uma “página infeliz da nossa história” foi uma tarefa árdua. Não foi fácil encontrar equilíbrio para pesquisar, organizar o pensamento e colocar as ideias no papel. Sem o apoio de muitas pessoas, certamente eu não teria conseguido. Tenho sorte de viver rodeado de tantas pessoas tão especiais. Sou privilegiado também por isso.

Agradeço especialmente a meu pai e minha mãe. Não tenho como listar os motivos dessa gratidão, mas há um ponto central que explica a opção por escrever uma tese que se pretende crítica: obrigado por terem me ensinado a enxergar o mundo a partir de uma lente de indignação, mas de esperança.

A meu irmão e minha irmã, sobrinhos e sobrinhas e Marlene agradeço pelo amor e pela paciência. Me aturar nos últimos meses certamente não foi fácil! Muito obrigado sempre!

Aos amigos do Vale e da FCE, obrigado pelos incontáveis bons momentos ao longo da vida, pelas incontáveis discussões “produtivas” e “improdutivas” e obrigado por terem entendido o meu sumiço.

Agradeço à minha orientadora, Maria Teresa, pelo conhecimento compartilhado e pelas longas conversas. Além de me ajudarem a construir este trabalho, nossas conversas ajudaram a converter raiva em motivação. “Que a injustiça não te entristeça, que te radicalize”! Sigamos!

Obrigado aos colegas e amigos da CCOMP terem entendido meu ensimesmamento nos dias de trabalho após as várias noites dedicadas a esta tese.

Agradeço a meus colegas e amigos do NPGA. Dividimos momentos difíceis, mas também muito agradáveis! Obrigado pelos longos debates e por terem me exposto a uma diversidade de formas de pensar-agir. Aos professores do NPGA, sou grato por todo conhecimento e apoio. Agradeço especialmente a Anaélia Almeida pela paciência e dedicação.

Aos membros da banca, Profa. Dra. Marisa Amaral, Prof. Dr. Eduardo Costa Pinto, Prof. Dr. Jorge Almeida, Prof. Dr. Renildo Souza, todos referências na minha construção intelectual, agradeço pela disponibilidade.

Agradeço de todo coração a todas e todos que travaram a batalha diária contra as atrocidades recentes da política brasileira enquanto eu estive imerso no meu ciclo trabalho-tese-trabalho-tese-trabalho... Espero que esta tese, de alguma forma, compense minha ausência.

ELOGIO DA DIALÉTICA

A injustiça avança hoje a passo firme;
Os tiranos fazem planos para dez mil anos.
O poder apregoa: as coisas continuarão a ser como são
Nenhuma voz além da dos que mandam
E em todos os mercados proclama a exploração;
isto é apenas o meu começo.

Mas entre os oprimidos muitos há que agora dizem
Aquilo que nós queremos nunca mais o alcançaremos.

Quem ainda está vivo não diga: nunca
O que é seguro não é seguro
As coisas não continuarão a ser como são
Depois de falarem os dominantes
Falarão os dominados
Quem pois ousa dizer: nunca
De quem depende que a opressão prossiga? De nós
De quem depende que ela acabe? Também de nós
O que é esmagado que se levante!
O que está perdido, lute!
O que sabe ao que se chegou, que há aí que o retenha
E nunca será: ainda hoje
Porque os vencidos de hoje são os vencedores de amanhã.

(BERTOLT BRECHT)

LEPIKSON, João Augusto Pessoa. A “lei de ferro” da hierarquia capitalista: a organização imperialista do sistema mundial ao longo dos ciclos de acumulação e o contraexemplo chinês. Orientadora: Maria Teresa Franco Ribeiro. 2023. 282 f. il. Tese (Doutorado em Administração) – Núcleo de Pós graduação em Administração, NPGA/EAUFBA. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

RESUMO

Esta é uma pesquisa teórica que, fundada no materialismo histórico, tem como objetivo apresentar os mecanismos da “lei de ferro da hierarquia capitalista” em uma perspectiva de longa duração para, então, localizar os limites do desenvolvimento dos países periféricos. Partindo da teoria do valor de Marx, busca-se evidenciar que o sistema capitalista mundial é organizado pelas grandes potências imperialistas para garantir a captura de valor gerado nos países periféricos ao longo dos ciclos de acumulação. O resultado disso é que os países periféricos não encontram meios para superar o subdesenvolvimento. Em outras palavras, a rigidez da hierarquia sistêmica é prova da capacidade imperialista de organização do vetor geração-apropriação de valor global. Nesse sentido, a ascensão chinesa aparece como “laboratório histórico” que, pela diferença, ilumina mecanismo fundamental da reprodução do atraso e da dependência: a subsoberania estrutural dos países periféricos. Para alcançar seu objetivo principal, o trabalho é composto por dois grandes objetivos que se articulam sequencialmente: primeiro, a dialética da acumulação é apresentada como um movimento que se impõe à organização imperialista e, na sequência, apresenta-se a reação das grandes potências às condições concretas desse movimento, ou seja, discute-se o imperialismo como condução-organização do sistema mundial pelas grandes potências em resposta à materialidade da processualidade contraditória da acumulação apresentada inicialmente. Para percorrer o caminho teórico-metodológico, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: evidenciar o caráter territorializado da geração de valor e a flexibilidade geográfica da apropriação; mostrar que os Estados atuam para realizar ajustes necessários à superação das crises de superacumulação de acordo com suas posições nos processos globais de acumulação; demonstrar que a restrição à capacidade dos países atrasados de exercer sua soberania é consequência “natural” do movimento do capital e alicerce fundamental da organização imperialista; apresentar o imperialismo como “condução em resposta”: condução-organização do sistema mundial em resposta à concretude da dinâmica contraditória da acumulação; apresentar a dependência como a materialização da organização imperialista; demonstrar que as reformas chinesas são iniciadas em um momento conveniente para o capital (crise de superacumulação) e que o país evita a instalação de alguma variante de capitalismo dependente porque mantém em sua formação social elemento estranho ao metabolismo reprodutivo do capitalismo mundial, a saber: ampla capacidade de exercício da soberania por um país com forças produtivas relativamente atrasadas. Assim, a partir do contraexemplo chinês, buscar-se confirmar que os países periféricos, marcados estruturalmente pela combinação “natural” de atraso e subsoberania, não encontram possibilidades para o desenvolvimento nos limites da estrutura reprodutiva do capitalismo mundial.

Palavras-chave: Dialética da acumulação, organização imperialista do sistema mundial; rigidez da hierarquia capitalista; ascensão da China na hierarquia capitalista, restrição estrutural ao exercício da soberania.

LEPIKSON, João Augusto Pessoa. **The “iron law” of capitalist hierarchy: the imperialist organization of the world system and the Chinese counterexample.** Advisor: Maria Teresa Franco Ribeiro. 2023. 282 f. il. Thesis (Ph.D. in Management) – Núcleo de Pós-graduação em Administração, NPGA/EAUFBA, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

ABSTRACT

This is theoretical research that, founded on historical materialism, aims to present the mechanisms of the "iron law of capitalist hierarchy" in a long-term perspective to, then, locate the limits of the development of peripheral countries. Starting from Marx's theory of value, intends to evidence that the world capitalist system is organized by the great imperialist powers to ensure the capture of value generated in the peripheral countries throughout the cycles of accumulation. The result of this is that peripheral countries do not find the means to overcome underdevelopment. In other words, the rigidity of the systemic hierarchy is proof of the imperialist capacity to organize the generation-appropriation vector of global value. In this sense, the Chinese rise appears as a "historical laboratory" that, by difference, illuminates the fundamental mechanism of the reproduction of backwardness and dependence: the structural sub-sovereignty of the peripheral countries. To achieve its main objective, the work is set by two great objectives that are articulated sequentially: first, the dialectic of accumulation is presented as a movement that imposes itself on the imperialist organization and, in the sequence, It presents the reaction of the great powers to the concrete conditions of this movement, that is, imperialism is discussed as the conduction-organization of the world system by the great powers in response to the materiality of the contradictory processualism of accumulation presented initially. To follow the theoretical-methodological path, the following specific objectives were established: to highlight the territorialized character of value generation and the geographical flexibility of appropriation; to show that States act to make adjustments necessary to overcome the crises of overaccumulation in accordance with their positions in the global processes of accumulation; to demonstrate that the restriction on the ability of backward countries to exercise their sovereignty is a "natural" consequence of the movement of capital and a fundamental foundation of imperialist organization; to present imperialism as "conduct in response": conducting-organizing the world system in response to the concreteness of the contradictory dynamics of accumulation; presenting dependence as the materialization of imperialist organization; demonstrating that Chinese reforms are initiated at a convenient time for capital (crisis of overaccumulation) and that the country avoids the installation of some variant of dependent capitalism because it maintains in its social formation an element foreign to the reproductive metabolism of world capitalism, namely: ample capacity of exercising sovereignty by a country with relatively backward productive forces. Starting from the Chinese counterexample, the search confirms that the peripheral countries, structurally marked by the "natural" combination of backwardness and sub-sovereignty, do not find possibilities for development within the limits of the reproductive structure of world capitalism.

Keywords: Dialectic of accumulation, imperialist organization of the world system; rigidity of the capitalist hierarchy; China's rise in the capitalist hierarchy, structural restriction on the exercise of sovereignty.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A ESTRUTURA REPRODUTIVA DO CAPITAL: CONCEITOS BÁSICOS, LEIS GERAIS E FUNDAMENTOS POLÍTICOS	23
2.1	O CONCEITO DE CAPITAL E A PERMANÊNCIA DA VIOLÊNCIA PRIMITIVA	24
2.2	A DINÂMICA “NATURAL” DA ACUMULAÇÃO: A BASE DA VALORIZAÇÃO E O AMADURECIMENTO DE SUAS CONTRADIÇÕES	36
2.2.1	O capital como uma relação de exploração de classe geograficamente localizada.....	37
2.2.2	O movimento do capital, suas contradições e pontos de convergência: desenvolvimento das forças produtivas, concentração, formação do mercado mundial e superacumulação	44
3	A PROCESSUALIDADE CONTRADITÓRIA E OS CICLOS DA ACUMULAÇÃO	60
3.1	DO CRESCIMENTO À CRISE: O MOVIMENTO NATURAL DO CAPITAL E SEUS LIMITES ABSOLUTOS.....	61
3.2	OS AJUSTES ESPAÇO-TEMPORAIS COMO ESTRATÉGIAS PARA A SUPERAÇÃO DAS CRISES DE SUPERACUMULAÇÃO	74
4	O ESTADO COMO ELEMENTO ORGÂNICO DO METABOLISMO CAPITALISTA	83
4.1	ESTADO COMO PRODUTO E ATOR DA SOCIEDADE DE CLASSES	84
4.2	A DINÂMICA CAPITALISTA E AS FORMAS DO ESTADO BURGUEZ	97
4.3	A INTEGRAÇÃO CAPITALISTA E A “NATURAL” ASSIMETRIA DA CAPACIDADE DE EXERCÍCIO DA SOBERANIA	103
5	IMPERIALISMO: ORGANIZAÇÃO DO CAPITALISMO MUNDIAL	115
5.1	IMPERIALISMO: CONTEÚDO E FORMAS	117
5.2	CICLO DA ACUMULAÇÃO E AS FORÇAS PREDOMINANTES DA CAPTURA IMPERIALISTA DE VALOR.....	133
5.2.1	As forças imperialistas predominantes nas fases de crescimento sistêmico: “o descanso da exploração nas relações econômicas”	133
5.2.2	Imperialismo nas fases de crise: espoliação e ajustes espaço-temporais	145
6	DEPENDÊNCIA COMO MODO DE FUNCIONAMENTO DO CAPITALISMO NA PERIFERIA.....	162
6.1	SUBSOBERANIA E O SENTIDO INVARIÁVEL DA DEPENDÊNCIA	164
6.2	O CAPITALISMO DEPENDENTE E AS AMARRAS ECONÔMICAS DA DEPENDÊNCIA 176	
7	A ASCENSÃO CHINESA EM UMA PERSPECTIVA SISTÊMICA DE LONGA DURAÇÃO 197	
7.1	A CONVENIÊNCIA DA INSERÇÃO CHINESA (PARA O CAPITAL) E A CRISE COMO OPORTUNIDADE (PARA A CHINA).....	200

7.2	A SOBERANIA COMO FUNDAMENTO DA ASCENSÃO CHINESA	213
7.3	IMPERIALISMO NEOLIBERAL E O EXERCÍCIO DA SOBERANIA CHINESA	224
8	CONCLUSÃO	237
	REFERÊNCIAS	254

1 INTRODUÇÃO

São abundantes as teorias que se propõem a explicar “porque os países fracassam”¹ ou “porque os países pobres continuam pobres”². Não são menos raras as receitas que prometem curar a “doença” do subdesenvolvimento e conduzir os países ao ideal da modernidade capitalista. Via de regra, essas análises abstraem as relações de dominação e dependência que vinculam os países a uma única totalidade condicionando reciprocamente seus destinos.

Do campo mais ortodoxo, defendem que os mercados autorregulados³ promoveriam a distribuição ótima dos recursos econômicos e, por conseguinte, fariam as realidades dos países “atrasados” convergirem ao nível de desenvolvimento dos países mais “avançados”⁴. Presumem que “desde que a humanidade não interfira nas ‘forças naturais’ do mercado, desde que o princípio do *laissez-faire* seja posto em prática, o progresso e a harmonia econômica reinarão.” (REINERT, 2016, p. 26).

Dessa perspectiva, o subdesenvolvimento é diagnosticado como resultado da baixa penetração dos elementos capitalistas ou de entraves ao seu livre movimento. Assim, ditam receitas para limpar o caminho do capital para que ele, livre, conduza os países subdesenvolvidos à tal modernidade. Estágios mais elevados de desenvolvimento seriam alcançados em compasso com avanço das relações capitalistas.

De outro lado, mesmo algumas perspectivas críticas não abandonam a interpretação de que desenvolvimento e subdesenvolvimento seriam fenômenos apenas quantitativamente diferenciados. Apesar de reconhecerem a existência de conflitos de interesse no sistema mundial, essas abordagens relativizam sua escala e ignoram as relações de dominação-dependência no âmbito do sistema mundial. Supondo algum nível de amistosidade nas relações

¹ Referência ao título do livro “Por qué fracassan los países: los origenes del poder, la prosperidade y la pobreza” de Acemoglu e Robinson (2013).

² Referência ao título do livro “Como os países ricos ficaram ricos... e por que os países pobres continuam pobres” de Erik S. Reinert (2016)

³ “Economia de mercado significa um sistema de mercados autorregulados. Em termos ligeiramente mais técnicos, trata-se de uma economia dirigida por preços de mercado e nada além de preços de mercado. Um sistema assim, capaz de organizar toda a vida econômica sem ajuda nem interferência externa, decerto mereceria ser chamada de autorregulada” (POLANYI, 2021, p. 99).

⁴ Os termos “avançado” e “atrasado” não devem ser entendidos, aqui, como estágios do desenvolvimento. Neste trabalho, quando os termos em questão aparecerem sem aspas, estarão sendo utilizados para caracterizar apenas o nível de desenvolvimento relativo das forças produtivas de determinado país/região.

entre os países, identificam margens para o desenvolvimento dos países desfavorecidos a partir de estratégias autônomas (KATZ, 2020).

Os estudos da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), por exemplo, serviram de “fundamento de análise econômica e um embasamento empírico, assim como um apoio institucional, à busca de bases autônomas de desenvolvimento. Estas se definiram através da afirmação da industrialização como elemento aglutinador e articulador do desenvolvimento.” (DOS SANTOS, 2015, p. 66). Como coloca Marini (2011c, p. 214), a proposta da CEPAL mantinha-se “fiel ao padrão proporcionado pela ONU” e, relativizando os conflitos de interesses no sistema mundial, entendia o subdesenvolvimento como “etapa prévia do desenvolvimento.”

Apesar de muitos governos terem seguido as receitas de uma ou outra vertente teórica, foram raros os países que conseguiram escalar a estrutura hierárquica do capitalismo desde o fim da Segunda Guerra. Observando dados empíricos, Arrighi (1997, p. 159) concluiu que “a regra é que os Estados permaneçam na zona [estrato hierárquico] na qual eles já se encontram” e, categoricamente, afirma: “o desenvolvimento nesse sentido é uma ilusão.” (*ibid.*, p. 217).

Arrighi (*op. cit.*, p. 159) vai além dessa constatação factual e sugere que “as nações [...] estão situadas diferentemente dentro de uma rígida hierarquia de riquezas”, o que deixa evidente a existência de uma “**lei de ferro da hierarquia global** que mantém [os países] em seu lugar independentemente do que façam ou deixem de fazer os governos do escalão mais baixo.” (ARRIGHI, 1991 *apud* SAUL, 2006, p. 248, grifo nosso).

Este trabalho se propõe justamente a discutir os principais fundamentos dessa “lei de ferro” ao longo dos ciclos de acumulação para, então, entender “porque os países pobres continuam pobres” e, do outro lado da mesma moeda, porque os países ricos se mantêm ricos. Mais especificamente, discute-se como, em cada fase dos ciclos de acumulação, as grandes potências imperialistas organizam o “funcionamento do sistema mundial”⁵ para garantir suas posições no polo atrator de valor, o que, logicamente, significa que o sistema é organizado para que os países pobres permaneçam no polo gerador-emissor de valor. A rigidez da hierarquia sistêmica confirma a capacidade imperialista de organizar os fluxos globais de valor.

Para iluminar essa lógica, recorre-se ao contraexemplo chinês; interpreta-se como a China conseguiu evitar a “lei de ferro” durante a crise de superacumulação hodierna. Ao identificar

⁵ Sampaio Junior (2011, p. 7) destaca a importância de “resgatar a reflexão sobre o imperialismo como modo de funcionamento do sistema capitalista mundial”.

diferença fundamental da trajetória chinesa em relação aos países periféricos de passado sistêmico, busca-se destacar fundamento essencial da rigidez hierárquica do sistema mundial. Identifica-se a peculiaridade chinesa para jogar luz sobre a tipicidade periférica que amarra os países à dependência e a subdesenvolvimento.

Este trabalho não se vincula, portanto, a nenhuma das abordagens teóricas às quais fez referência nos primeiros parágrafos desta introdução. Parte da constatação empírica apresentada por Arrighi (*op. cit.*) para identificar os principais mecanismos utilizados pelos países imperialistas para garantir o sentido do vetor geração-apropriação de valor global em cada das manifestações das contradições da acumulação.

Em suma, sustentada pela teoria do valor de Marx (*op. cit.*), esta tese estabelece elos entre teorias fundadas no materialismo histórico para construir uma linha argumentativa sobre como o sistema é organizado para garantir a captura de valor gerado nos países periféricos pelos países centrais. O capitalismo mundial é apresentado como uma totalidade de unidades heterogêneas cujas diferenças se necessitam e se reproduzem e o imperialismo é tratado como a organização do funcionamento dessa totalidade pelas grandes potências.

Esta tese se alinha, portanto, com o que Teothonio dos Santos (2015, p. 41) apresentou como a “agenda colocada na ordem do dia pela Teoria da Dependência [...]: a problemática do subdesenvolvimento e do desenvolvimento tem de ser analisada no processo de evolução do sistema econômico mundial.” Concorda-se com as conclusões da Teoria Marxista da Dependência (TMD)⁶ acerca do caráter estrutural da dependência, da ligação antagônica, complementar e inquebrantável entre desenvolvimento e subdesenvolvimento e, como parte disso, concorda-se com Osorio (2019) quando ele afirma que a subsoberania é característica estrutural da dependência e, pois, do próprio capitalismo mundial.

Como coloca Marcelo Carcanholo (2008, p. 253, grifo nosso).

[...] **subdesenvolvimento e desenvolvimento** são fenômenos qualitativamente diferenciados e ligados tanto pelo antagonismo como pela complementaridade, ou seja, que, embora seja situações antagônicas, os dois fenômenos **pertencem à mesma lógica/dinâmica de acumulação de capital em escala mundial**. [...] A lógica da acumulação de capital em escala mundial possui características que, ao mesmo tempo, produzem o desenvolvimento de determinadas economias e subdesenvolvimento de outras [...]. A partir dessa perspectiva, todas as características de uma **economia periférica** [...]

⁶ “A teoria marxista da dependência é o termo pelo qual ficou conhecida a versão que interpreta, com base na teoria de Marx sobre o modo de produção capitalista, na teoria clássica do imperialismo e em algumas outras obras pioneiras sobre a relação centro-periferia na economia mundial, a condição dependente das sociedades periféricas como um desmembramento próprio da lógica de funcionamento da economia capitalista mundial” (CARCANHOLO, 2013, p. 192)

possuem um caráter estrutural, determinado pela própria condição de dependente, **não passível de superação/solução pelo manejo ‘adequado’ do instrumental de política econômica.**

Com isso não se quer sugerir que as ascensões simplesmente não ocorram. O que está em discussão é a possibilidade de desenvolvimento de um país periférico nos estritos marcos do capitalismo imperialista. Pretende-se mostrar que no interior da estrutura reprodutiva do capitalismo mundial essas possibilidades não existem. Os “sucessos capitalistas” são resultados da pressão exercida por alguma elemento exógeno a essa estrutura. Argumenta-se que desenvolvimento e o subdesenvolvimento, mais do que atrelados, são condicionados um pelo outro e que, justamente por isso, as grandes potências organizam o sistema para garantir a rigidez de sua hierarquia, ou seja, para manter os países periféricos como emissores de valor enquanto elas permanecem no polo para onde esse valor flui.

A notória ascensão chinesa parece contrariar a “lei de ferro”. Pouco mais de quatro décadas após o início de suas reformas econômicas, a China, um país governado por um Partido Comunista que, como coloca Xi Jinping (2019), ainda afirma seguir a trilha do marxismo-leninismo, após iniciar sua abertura econômica, já reúne poder econômico-político suficiente para influenciar os rumos da economia capitalista mundial, “é uma força motriz da economia mundial.” (ANDERSON, 2018, p. 23).

Sem as devidas mediações, como fazem analistas do “campo ortodoxo”, tende-se a concluir que o “sucesso” da China é simples consequência do avanço dos elementos capitalistas em sua formação social. É inegável que esse avanço participa do processo, todavia, a relação de causa e efeito que alguns desses analistas estabelecem acaba mistificando a trajetória chinesa e falseando a própria estrutura reprodutiva do capitalismo mundial. Interpretam o “caso chinês” como parte do esforço permanente de criar exemplos para confirmar uma virtude que o sistema não tem, a mobilidade meritocrática.

De um lado, a estrutura reprodutiva do sistema capitalista traz em si forças econômicas e extraeconômicas que, atuando sinergicamente de formas variadas ao longo dos ciclos de acumulação, conservam as posições dos países na hierarquia sistêmica. Do outro lado, apesar do inegável aprofundamento das relações capitalistas na China (HART-LANDSBERG; BURKETT, 2004; SOUZA, 2018), a trajetória do país mantém apoio fundamental em elemento estranho àquela estrutura reprodutiva, a saber: combinação no mesmo território de atraso relativo no desenvolvimento das forças produtivas e de ampla capacidade de exercício da soberania pelo seu Estado. Ou seja, essa capacidade chinesa é um elemento estranho ao

metabolismo capitalista na medida em que ele tem como seus pilares, de um lado, modernidade e soberania e, do outro, atraso-subsoberania. A combinação de atraso e soberania no mesmo território é algo estranho à estrutura reprodutiva do capitalismo mundial.

Em outras palavras, argumenta-se aqui que as grandes potências imperialistas organizam o “modo de funcionamento do capitalismo mundial” para impedir ascensões de países ao polo de atração de valor, afinal, assim preservam suas posições de privilégio. Defende-se que a China evita essa “lei de ferro” porque encontra apoio em uma estrutura estranha à sua lógica reprodutiva. Argumenta-se que se a China estivesse completamente imersa na estrutura reprodutiva do capitalismo mundial, ou seja, se estivesse submetida à restrição do exercício de sua soberania correspondente ao nível de desenvolvimento das suas forças produtivas, seria instalada alguma variante de capitalismo dependente no país.

Há casos recentes de países que ascenderam na hierarquia capitalista, isso é inegável. Eles são exceções que confirmam a regra? Não! Na verdade, ao invés de negar, esses casos confirmam a eficácia daquelas forças conservativas. Nos termos de Wallerstein (2014), os Estados Unidos, como parte de sua política de afirmação hegemônica, entregaram “convites ao desenvolvimento” a países estrategicamente escolhidos. Então, em vez de exemplos da tal “mobilidade meritocrática”, eles confirmam que as ascensões apenas ocorrem se as forças do capitalismo imperialista forem “neutralizadas” por algum agente externo, que, nesses casos, foi a “ameaça comunista”.

A China não foi “convidada ao desenvolvimento”. Como, então, consegue evitar que as forças imperialistas dirijam o seu destino? A resposta para essa questão surge como oportunidade para iluminar fundamentos político-econômicos da “lei de ferro”, serve como contraexemplo ilustrativo. Identificar o “apoio externo” da China ajuda a entender o “terreno típico” sobre o qual se funda a organização do sistema mundial e, pois, a reprodução da condição dependentes dos países atrasados.

A rigidez da hierarquia capitalista desde o fim da Segunda Guerra Mundial é um fato que a história revela (ARRIGHI, 1997) e o imperialismo é o modo de funcionamento do capitalismo mundial (SAMPAIO JUNIOR, 2011). Por isso, se a “processualidade contraditória da acumulação” (CARCANHOLO, 2010) se impõe às práticas imperialistas, para entender a organização do sistema mundial, é preciso observá-la a partir das manifestações do movimento do capital. Por isso, aqui, o imperialismo é apresentado como “condução em resposta”: condução-organização do sistema pelas grandes potências em resposta às condições concretas

do movimento contraditório da acumulação. Dessa perspectiva, é possível iluminar pilares da estrutura polarizada do capitalismo mundial.

Então, com o objetivo de entender os fundamentos da lei de ferro da hierarquia sistêmica, este trabalho, primeiro, discute a “dinâmica condicionante” para, depois, discutir a “reação condicionada”. Discute o movimento contraditório da acumulação (condicionante) para, depois, interpretar a organização imperialista (reação condicionada). Por fim, como contraexemplo ilustrativo, localiza a trajetória chinesa nesse todo.

Nos primeiros capítulos do trabalho, portanto, discute-se o metabolismo reprodutivo do capitalismo: o conceito de capital, seu movimento, suas contradições, os pontos para os quais esse movimento converge, a ligação entre seus elementos econômicos e políticos e, por fim, a participação do Estado nessa totalidade.

A atuação do capitalista em busca do seu objetivo, acumular capital, é “força propulsora”, mas também resultante de um mecanismo social (MARX, 2017a, p. 667). O capitalista apenas comanda a produção de valores de uso como meio para se apropriar de valor excedente. Nesse sentido, “a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais-valor” (*ibid.*, p. 578) e é, pois, fundamentalmente uma relação de dominação de classe.

Esse entendimento está na base de toda a análise desta tese, afinal, trata-se de expor os mecanismos que dirigem o vetor geração-apropriação de valor em cada fase dos ciclos de acumulação. Então, é preciso entender como, onde e por quem esse valor é gerado, assim como é necessário entender o aparato que abriga as relações de exploração envolvidas nesse processo.

A realização do valor excedente incorporado nas mercadorias é o último movimento metamórfico do valor em um ciclo que precisa ser reiniciado sempre em escala ampliada. O preço pelo qual a mercadoria é vendida, todavia, independe de decisões individuais do capitalista. Ao vender suas mercadorias, os capitalistas que produzem com menores custos apropriam-se de valor extraordinário, ou seja, tomam para si valor gerado em ciclo menos eficiente.

Dessa forma, a “lei coercitiva da concorrência” obriga o capitalista a permanentemente buscar melhorias em seus arranjos produtivos, sob pena de fenecer. O desenvolvimento das forças produtivas, a concentração do capital e o aumento da composição orgânica do capital surgem como pontos para os quais o movimento da acumulação capitalista converge “naturalmente”.

Em linhas gerais, a mesma lógica vale para as relações entre os países. A integração das economias com diferentes níveis de desenvolvimento de forças produtivas resulta em uma relação geração-apropriação de valor em que países se colocam em polos opostos. Assim como a concentração de capital e o aumento da diferença entre as capacidades de apropriação de valor social são resultados da lei da concorrência, a transferência de valor e o desenvolvimento desigual dos países são consequências “naturais” das leis que regem as trocas econômicas entre os países.

As leis de mercado, contudo, não são suficientes para sustentar indefinidamente o sentido do fluxo de valor ou para garantir a continuidade perpétua da acumulação. A queda das taxas de lucro é uma tendência inerente ao movimento do capital. Os resultados “naturais” do metabolismo capitalista, inexoravelmente, conduzem o sistema para um ponto em que se verifica excesso de capital e de força de trabalho sem que possam ser combinados lucrativamente na produção.

Nesse ponto, alguma metamorfose do capital fica impedida por barreira que ele mesmo ergueu e, pois, seu ciclo é obstruído. As crises de superacumulação aparecem como expressões do processo contraditório da acumulação de capital. Nesses momentos, o capital imperialista precisa mobilizar suas forças extraeconômicas para que intervenham diretamente sobre as relações sociais.

Apesar das crises de superacumulação e de suas múltiplas manifestações, o capitalismo persiste e avança. Harvey (2004, 2006a e 2006b) sustenta que essas crises foram historicamente superadas por meios de “ajustes espaço-temporais”. Nesse movimento, fica claro que a “acumulação baseada na depredação, na fraude e na violência” administrada pelas forças políticas não fica restrita à gênese do capitalismo (HARVEY, 2006b, p. 108) . A violência política (e muitas vezes militar) se mostra imprescindível para a “condução em resposta” imperialista.

Por isso, é preciso entender como o Estado participa do metabolismo capitalista e, para isso, é preciso localizar o poder social (de classe) que cada Estado nacional condensa nos processos globais de acumulação, é preciso situar a fração hegemônica do país nos processos sistêmicos. A partir dessa leitura, pode-se interpretar o sentido dos projetos nacionais de desenvolvimento ou a ausência de projetos efetivamente nacionais de desenvolvimento.

Sobretudo nas crises, quando a massa global de valor cresce lentamente, o exercício desigual da soberania ganha importância como ponte para a internalização da organização

imperialista para captura “além-mercado” de valor. Identificar esses mecanismos imperialistas das fases de crise é fundamental para, de um lado situar os ajustes neoliberais dos países periféricos e, do outro, situar a trajetória chinesa, afinal, desde o fim da década de 1960 o sistema vive uma crise estrutural de superacumulação (BRENNER, 2003; HARVEY, 2004) e a China inicia seu processo de reformas no fim da década seguinte.

A abertura chinesa ocorre, portanto, em um contexto em que a organização imperialista estava condicionada pela existência de capital redundante e lento crescimento da massa global de valor excedente. Essa observação é de suma importância para situar o projeto de desenvolvimento do gigante asiático no contexto sistêmico e, também, para situar os ajustes neoliberais impostos aos países periféricos.

Dessa forma, fica posta a lógica que condiciona a organização imperialista. Observando as possibilidades de dirigir o fluxo global de valor predominantemente pelas vias do mercado durante as fases de crescimento, as dificuldades de expansão durante as crises de superacumulação e a necessidade de racionalização da acumulação por processos de “destruição criativa” para a superação dessas crises, encontra-se a questão que condiciona a organização imperialista a cada fase dos ciclos de acumulação.

Se a ascensão chinesa não ocorre “a convite”, também não é simplesmente autopropulsionada ou independente do contexto global, ao contrário. O Estado chinês, mais do que conter as ações das forças imperialistas, foi (e é) capaz de utilizar manifestação de fase do cíclico da acumulação (existência de capital redundante) para impulsionar a modernização de sua economia.

O parágrafo anterior traz para o primeiro plano a questão que motivou este trabalho: se a recente trajetória chinesa encontra sustentação em condições sistêmicas, quer dizer que essas condições estiveram disponíveis também para os países atrasados. Por que, então, o país asiático consegue saltar por essa “janela de oportunidade” enquanto os periféricos “batem a cara contra o muro”? Por que a China, mesmo partindo de condição de atraso, consegue “neutralizar” as forças imperialistas enquanto os países periféricos de passado sistêmico ficam expostos aos ajustes neoliberais?

Defende-se que a China não apenas soube, mas, o que lhe distingue dos países periféricos de passado sistêmico, foi capaz de implementar um projeto autônomo de desenvolvimento. Se os países atrasados são estruturalmente marcados pela restrição aos exercícios de suas soberanias, essa capacidade do Estado chinês aparece como “elemento estranho” à lógica

reprodutiva do capitalismo mundial. Ademais, argumenta-se que, fazendo uma leitura correta do momento, o Estado chinês conseguiu até mesmo “chantagear” o capital dos países centrais que estava sedento por novas rotas de baixo custo para recompor suas taxas de lucro. Assim, apoiando-se em condições sistêmicas, o Estado chinês implantou um projeto bem-sucedido de crescimento e modernização de sua economia.

Do outro lado, por estarem imersos naquela lógica reprodutiva, os países periféricos de passado sistêmico não reúnem capacidade político-econômica para conter as forças imperialistas e, pois, ficam submetidos à sua organização. Assim, no mesmo momento histórico em que a China emerge como potência mundial, a “lei de ferro” se faz valer sobre os territórios periféricos para impor a internalização de ajuste neoliberais.

Nesse sentido, em suma, defende-se nesta tese que o projeto chinês é bem-sucedido, primeiro, porque se apoia em elemento estranho à lógica reprodutiva do capitalismo imperialista (soberania em país atrasado), mas também porque seu Estado soube ler o momento do ciclo de acumulação e a correspondente resposta imperialista.

Para afastar eventual dúvida que ainda tenha ficado: a estrutura reprodutiva do capitalismo imperialista contém os pares modernidade-soberania e atraso-subsoberania; a coincidência de atraso das forças produtivas e soberania no mesmo país não faz parte da estrutura reprodutiva do capitalismo mundial. Por isso, aqui, se argumenta que a ascensão chinesa se apoia em “elemento estranho”: ampla capacidade de exercício da soberania em um país com forças produtivas relativamente atrasadas.

Por isso, defende-se que a crise de superacumulação se apresentou como “janela de oportunidade” para a China porque seu Estado pôde e soube, soberanamente, orquestrar ajustes espaço-temporais em um momento que a resposta imperialista mais precisava de seus instrumentos extraeconômicos para impor os seus ajustes.

Este trabalho localiza uma realidade particular (trajetória chinesa) em uma totalidade (o sistema capitalista mundial). Fazendo isso, evidencia que o dito “grande exemplo de sucesso capitalista” tem suas raízes explicativas fincadas em terreno estranho à lógica reprodutiva do capitalismo.

Nesse sentido, a divergência das trajetórias chinesa e dos países periféricos de passado sistêmico confirma a hipótese principal desta tese: ninguém se alça da areia movediça do capitalismo puxando-se pelos próprios cabelos, países imersos na estrutura reprodutiva do capitalismo mundial não conseguem sair do atoleiro da dependência. A China ascende evita o

atoleiro porque mantém apoio fora dele. Para completar a metáfora: aqueles que estão sorrindo do lado de fora do atoleiro, se mantêm em suas posições de privilégio ao pisar na cabeça daqueles que se esforçam para sair. É sobre o atoleiro e a sabotagem imperialista que este trabalho trata.

A partir da articulação de teorias fundadas na lei do valor e na lei geral da acumulação, sobretudo as teorias do imperialismo de Lenin (*op. cit.*) e a TMD, com apoio na teoria dos ajustes espaço-temporais de Harvey (2004a, 2006a, 2006b e 2011), recorrendo à ascensão chinesa como contraexemplo, este trabalho discute fundamentos da rigidez da hierarquia sistêmica em uma perspectiva de longa duração.

A unidade de análise do trabalho, portanto, é a dinâmica reprodutiva do capitalismo mundial. Realidades concretas são trazidas à discussão para caracterizar ações e resultados da organização dessa dinâmica. Os exemplos utilizados estão inscritos nos seguintes marcos histórico-temporais: a crise de superacumulação percebida no fim da década de 1960, o início das reformas econômicas chinesas e a proposição do projeto neoliberal como resposta imperialista à crise, ambas no fim da década de 1970.

Para cumprir o proposto, primeiro, apresenta-se a dinâmica que condiciona as ações imperialistas para, então, tratar propriamente da organização do sistema em cada fase dos ciclos da acumulação. Inicialmente, são apresentados conceitos e classes fundamentais do capitalismo, sua dinâmica contraditória, a variação cíclica das expressões de suas contradições e discute-se a participação orgânica do Estado nessa totalidade.

Nos três primeiros capítulos que sucedem esta introdução, apresenta-se o movimento que se impõe às ações imperialistas e a participação do Estado, apresenta-se a “dinâmica condicionadora”. Depois, nos capítulos 5 e 6, discute-se a “resposta condicionada” e suas manifestações na periferia do sistema. Por fim, a partir do que foi discutido em relação à organização do sistema mundial, discute-se a ascensão da China como um contraexemplo daquela lógica que confere rigidez à hierarquia capitalista.

O capítulo seguinte discute a formação do capitalismo, apresenta suas classes fundamentais, as leis imanentes e os pontos para onde o movimento da acumulação converge. Com isso, busca-se contrapor a “rigidez geográfica” da geração de valor à flexibilidade territorial da apropriação, além de introduzir fundamentos da dinâmica da acumulação.

O terceiro capítulo caracteriza essa “dinâmica que se impõe”. Apresenta as fases de prosperidade e crise da acumulação como expressões do movimento do capital e, seguindo

Harvey (2004a, 2006a, 2006b e 2011), apresenta os ajustes-espço temporais como respostas dirigidas pelas grandes potências às crises. Dessa forma, monta-se o movimento cíclico da acumulação que condiciona as ações imperialistas.

O quarto capítulo aborda a participação orgânica dos Estados na reprodução do metabolismo capitalista. A partir de relações estabelecidas entre o conceito de bloco no poder e a dinâmica contraditória da acumulação, apresenta-se a subsoberania dos territórios periféricos como resultado “natural” da expansão capitalista e como alicerce da estrutura reprodutiva do capitalismo imperialista. A partir dessa discussão, as práticas dos Estados são localizadas em cada fase dos ciclos de acumulação de acordo com os seus lugares, ou melhor, de acordo com os lugares de suas frações hegemônicas de classe nos processos globais de acumulação.

Após, apresenta-se o imperialismo como condução do sistema pelas grandes potências em resposta às manifestações concretas da dialética da acumulação. Com isso, busca-se mostrar que, para alcançar seu objetivo invariável (captura de valor), as grandes potências combinam variadas de armas a depender da concretude da “dinâmica condicionadora”. Evidencia-se assim que, como ferramenta da “condução em resposta”, a violência extraeconômica para captura de valor avança ou recua a depender do nível de maturidade das contradições da acumulação.

Com base em fundamentos da TMD, o capítulo 6 discute a materialização da organização imperialista nos países periféricos. Destaca que a condição dependente se mantém fundada, invariavelmente, na superexploração da força de trabalho, mas que, nas crises, além dos mecanismos de mercado determinados pelo diferencial de produtividade, ganham importância mecanismos extraeconômicos (espoliativos) de extração de valor. A subsoberania é apresentada como característica estrutural da dependência indispensável para a internalização da organização imperialista.

No sétimo capítulo, afirma-se que, observando o nível de desenvolvimento das forças produtivas da China quando inicia suas reformas em perspectiva ao metabolismo reprodutivo do sistema mundial, não seria despropositado prever que o avanço dos elementos capitalistas resultaria na instalação de algum tipo de capitalismo dependente. Em sentido oposto, encontra-se a lanterna que ilumina a conclusão da tese: argumenta-se que a ascensão capitalista do país lança raízes em terreno estranho à estrutura reprodutiva do capitalismo imperialista e que o Estado chinês pode e sabe utilizar essa característica peculiar justamente quando o a característica típica (atraso + subsoberania) é mais importante para organização imperialista.

Observando a ascensão chinesa em perspectiva à organização imperialista e sua materialização na periferia, é possível concluir que a oportunidade de desenvolvimento para os países periféricos só é real caso o movimento seja capaz de sustentar um caráter anti-imperialista, o que só é possível com a explosão da ponte política da organização imperialista.

O amplo exercício da soberania é ponto de apoio necessário para que os países dependentes consigam se puxar para fora do atoleiro da dependência, mas a condição subsoberana é característica estrutural da dependência e, pois, do sistema mundial. Por isso, a manutenção da condição subsoberana desses países faz parte dos objetos das grandes potências imperialistas e para isso elas mobilizam as armas adequadas, mesmo que sejam canhões ou propaganda.

Espera-se que, entendido o movimento do capital e sua organização em nível sistêmico, a partir do contraexemplo chinês, o trabalho ajude a entender os mecanismos que determinam a rigidez da hierarquia capitalista ao longo dos ciclos de acumulação para, então, interpretar fatores que permitiram a um país com forças produtivas relativamente atrasadas blindar-se contra as práticas imperialistas e, assim, construir um projeto de desenvolvimento material efetivo.

Fora do contexto, a colocação do parágrafo anterior poderia induzir uma interpretação de que, nos marcos do “capitalismo realmente existente”, um país atrasado pode encontrar um fator mágico e o utilizar para promover o seu desenvolvimento. Se não for efetivamente mágico e, pois, imune à análise científica, esse fator não existe! Para evitar mal-entendido, desde já, cabe deixar claro: o “fator chinês” não é mágico nem é parte do “capitalismo realmente existente”, é resultado de um processo revolucionário que entregou o “apoio externo” necessário para sua ascensão.

2 A ESTRUTURA REPRODUTIVA DO CAPITAL: CONCEITOS BÁSICOS, LEIS GERAIS E FUNDAMENTOS POLÍTICOS

O capitalismo é um sistema social “em que as relações entre produtores e apropriadores, e especificamente a relação entre capitalistas e trabalhadores assalariados, são mediadas pelo mercado” (WOOD, 2014, p. 21), é um sistema em que “os processos de circulação e acumulação do capital são hegemônicos e dominantes no fornecimento e moldagem das bases materiais, sociais e intelectuais da vida social.” (HARVEY, 2016, p. 19).

Para Wallerstein (2001, p. 14), “onde a acumulação de capital tenha tido prioridade sobre objetivos alternativos ao longo do tempo, podemos dizer que estamos em presença de um sistema capitalista em operação.” Uma formação social⁷ pode, portanto, ser dita capitalista quando a relação entre capital e trabalho se torna “hegemônica e dominante [...] no sentido de que toda sua estrutura e direção do desenvolvimento dança principalmente conforme a sua música.” (HARVEY, 2013, p. 75).

Essas definições se sobrepõem para formar um conceito relativamente simples que traz em si determinantes econômicos e políticos conjugados: o capitalismo é um sistema histórico em que a acumulação de capital é o princípio para o qual as relações sociais são organizadas, é um sistema histórico em que “[a acumulação é a] atividade unificadora que, como um tornado derruba, absorve, faz girar e eleva pelos ares todas as relações que encontra em seu caminho reorganizando-as e deixando nelas suas marcas.” (OSORIO, 2012, p. 37).

Marx (*op. cit.*), n’O capital, desvenda os segredos “ocultos” da produção capitalista e as “leis imanentes” da acumulação. Concordando com Harvey (2018, p. 13), entende-se que “as análises de Marx, embora evidentemente datadas em alguns aspectos, são mais relevantes hoje do que na época em que foram escritas. Aquilo que, nos tempos de Marx era um sistema econômico dominante em apenas uma parcela do mundo, hoje, recobre a superfície terrestre”. Por isso, para se entender o “fornecimento e moldagem das bases materiais, sociais e

⁷ “A ideia de ‘formação social’ serve principalmente para nos lembrar que a diversidade das práticas humanas dentro de qualquer sociedade não pode ser reduzida simplesmente às práticas econômicas ditadas por seu modo de produção dominante. Althusser e Balibar sugerem duas maneiras em que podemos pensar uma formação social. Em primeiro lugar, devemos reconhecer a ‘relativa autonomia’ das práticas econômicas, políticas, ideológicas e teóricas na sociedade. O que é uma maneira de dizer que há uma oportunidade abundante, dentro de limites, para uma boa quantidade de variação cultural, institucional, política, moral e ideológica no capitalismo. Em segundo lugar, nas situações históricas reais vamos certamente encontrar vários modos de produção interligados ou ‘articulados’ uns com os outros, embora nenhum possa ser claramente dominante. Elementos residuais de modos passados, as sementes dos modos futuros e dos elementos importados de algum modo contemporâneo existente podem ser todos encontrados dentro de uma formação social específica.” (HARVEY, 2013, p. 73).

intelectuais da vida social”, em nível local ou global, é imprescindível entender os segredos do capital e as leis de sua dinâmica reveladas por Marx.

2.1 O CONCEITO DE CAPITAL E A PERMANÊNCIA DA VIOLÊNCIA PRIMITIVA

Os proprietários dos meios de produção precisam ocultar das massas trabalhadoras o verdadeiro significado do conceito de capital. Para isso, contam com aparelhos capazes impregnar o senso comum com a ideia de que capital nada mais é do que mero objeto utilizado na produção. Assim conseguem ocultar a exploração da classe trabalhadora e, pois, mantêm ordeira a relação de exploração que o próprio conceito traz em si.

Wallerstein (2001, p. 13), de maneira bastante didática, apresenta a distinção que os ideólogos do capitalismo ocultam e que está na base mais fundamental da relação tipicamente capitalista de exploração de classe: o processo de valorização, de autoexpansão do capital.

[...] É claro que o capital continua a referir-se, no capitalismo histórico, à acumulação dos resultados do trabalho passado, ainda não consumidos; mas se isto fosse tudo, poder-se-ia dizer que todos os sistemas, desde o do homem de Neandertal, teriam sido capitalistas; todos possuíam, em algum grau, estoques que materializavam o trabalho passado.

Algo distingue o sistema social que estamos chamando de capitalismo histórico: nele, o capital passou a ser usado de maneira especial, tendo como objetivo, ou intenção primordial, a autoexpansão. Nesse sistema, o que se acumulou no passado **só é ‘capital’ na medida em que seja usado para acumular** mais da mesma coisa. (*Ibid.*, p. 23, grifo nosso).

Sustentando essa ideia, segundo Harvey (2018, p. 17), a “definição preferida” de capital para Marx (*op. cit.*) é “valor em movimento”, valor que se movimenta com o único objetivo de se valorizar. Só existe capital com objetivo de valorização e, por isso, não pode ser confundido com objeto utilizado, por exemplo, para a produção de produtos destinados ao autossustento. Não é capital um instrumento que não seja empregado com a finalidade da valorização do valor que entra em circulação.

E como ocorre a incorporação de novo valor que dá o sentido de existência ao capital? A resposta a essa pergunta está contida no próprio conceito de capital, mais especificamente na relação de exploração de classes que o conceito traz em si.

Essa relação, contudo, é menos óbvia do que as relações de exploração de classe dos sistemas históricos anteriores. Como coloca Wood (2014, p. 16), o fato de precisar de uma teoria “tão complexa” quanto a teoria da mais-valia de Marx para desvendá-la já demonstra a “opacidade da relação entre capital e trabalho”⁸.

Enquanto relação social de produção específica, o capital não surge por geração espontânea, por livre vontade dos trabalhadores de abrir mão dos meios de produção e se colocar sob assalariamento ou surge da frugalidade de alguns seres humanos dotados de virtudes especiais e que, por isso, reúnem poderes superiores para se apropriar de valor que não geram. A violência está na raiz do processo histórico da “formação original do capital” (acumulação primitiva) e, como será discutido, não deixa de estar presente com o desenvolvimento do sistema.

Como coloca Marx (2011a, p. 416-417):

A **formação original do capital** não se dá como se o capital acumulasse, como se imagina, meios de subsistência, instrumentos de trabalho e matérias-primas, em suma, as condições objetivas do trabalho já dissociadas do solo e já amalgamadas ao trabalho humano.

Nada pode ser mais estúpido do que conceber essa formação primitiva como se ele tivesse acumulado e criado as condições objetivas da produção [...] e as tivesse então oferecido ao trabalhador delas despojado. Ao contrário, a fortuna em dinheiro em parte contribuiu para **despojar dessas condições as forças de trabalho**. (*Ibid.*, p. 416-417, grifo nosso).

Quando fala da “fortuna em dinheiro”, Marx (*op. cit.*) está se referindo ao dinheiro comercial acumulado no período anterior que, como afirma Polanyi (2021, p. 65), tem origem em práticas violentas: “No passado, a organização do comércio fora militar e bélica; era um apêndice do pirata, [...] dos burgueses armados nas cidades, [...] dos colonizadores [...] dos caçadores de homens e traficantes de escravos, dos exércitos coloniais das companhias privilegiadas de comércio”.

Sem se desvincular de sua origem violenta, o poder reunido pelo dinheiro comercial, por intermédio do poder político, cuja centralização ele mesmo patrocinara (*Ibid.*, p.65), iniciou um processo violento de expropriação dos produtores diretos dos meios materiais necessários à realização do seu trabalho. Nessa desvinculação reside a gênese do capital e, logicamente, a origem das relações capitalistas de produção que deram novas formas à reprodução da vida em

⁸ “Resumindo, Marx explica que os trabalhadores recebem por sua força de trabalho, não pelos frutos de seu trabalho. O capitalista paga um salário para comprar aquela força de trabalho, geralmente por um período fixo de tempo, e assim ganha o controle sobre tudo o que o trabalho produz durante aquele tempo, que pode então ser vendido no mercado. O objetivo é, dessa forma, maximizar a diferença entre o que o capitalista paga pela força de trabalho e o que resulta dos produtos do trabalho” (WOOD, 2014, p. 16).

sociedade. Como explica Harvey (2011, p. 47), o poder do dinheiro comercial “fraudentemente” iniciou a acumulação original do capital que, então, “se funda em violência, depredação, furto, fraude e roubo. Por esses meios extralegais, piratas, padres e comerciantes [...] reuniram o ‘poder do dinheiro’ inicial suficiente para começar a circular o dinheiro de forma sistemática sob a forma de capital”.

Se, por um lado, como será melhor discutido um pouco mais à frente, o capitalismo se diferencia dos sistemas anteriores pela exploração de classe por meio diretamente econômico (WOOD, 2011 e 2014), de outro, o exercício da “violência legalizada por via do Estado” dá à luz o capital e, no mesmo parto, às relações capitalistas e às suas classes fundamentais.

A acumulação primitiva – o divórcio inicial do trabalho dos meios de produção e da terra – realizou-se pela **força ou através da violência legalizada por via do Estado**. As leis trabalhistas e as diversas formas de repressão institucional trouxeram a mão-de-obra excluída para o mercado de trabalho, ajudando a **impor a disciplina no trabalho**, necessária para o capitalismo (HARVEY, 2006a, p. 91, grifo nosso).

A gênese do capital (e do capitalismo) não pode ser entendida apartada da violência exercida pelo Estado. O processo histórico que separou produtores dos meios de produção e os entregou a um grupo de não-produtores foi violentamente orquestrado pela “fortuna do dinheiro” e executado “através da violência legalizada” do Estado.

Só com a expropriação dos meios para realizar seu trabalho, os trabalhadores ficaram “duplamente livres”⁹ para exercer seu papel no processo de valorização do valor. Só assim o grupo que emerge como classe de proprietários dos meios de produção pode passar a comprar a utilização da força de trabalho¹⁰ da classe expropriada para usá-la para a geração de valor excedente.

A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização do trabalho [...] O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de **separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho**, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, **converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados**. (MARX, 2017a, p. 786, grifo nosso).

⁹ Trabalhadores livres em duplo sentido: livres/apartados/separados dos meios de produção e, também, livres (da escravidão) para poder vender sua força de trabalho.

¹⁰ “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade vida de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo.” (MARX, 2017a, p. 242).

De outro lado, espoliados dos meios materiais para realizar o seu trabalho, não resta alternativa aos trabalhadores senão vender sua força de trabalho àqueles que haviam se apropriado dos meios de produção, não lhes resta alternativa a não ser “vender o dia para comprar o pão”. Nessa nova condição, o trabalhador apenas pode conseguir os meios necessários à sua própria reprodução se conseguir vender sua força de trabalho.

Perelman (2020, p. 14) ressalta que, além de protagonizar esse processo violento, o Estado atuou continuamente para garantir as condições para a reprodução das relações capitalistas de produção.

A simples despossessão dos bens comuns era condição necessária, mas nem sempre suficiente para conduzir os trabalhadores rurais ao mercado de trabalho. [...] Não surpreendentemente, um a um, esses direitos também desapareceram. Aos olhos da burguesia, ‘propriedade tornara-se absoluta: todos os direitos que os camponeses tinham preservador... agora eram rejeitados’.

A acumulação primitiva, como tesoura, cortou as formas tradicionais de vida. A primeira lâmina serviu para minar a capacidade de autossuficiência do povo. A outra lâmina foi um conjunto de medidas severas necessárias para **manter o povo impossibilitado de encontrar maneiras de sobrevivência fora do sistema de trabalho assalariado**. Leis brutais foram articuladas para minar qualquer resistência contra o sistema salarial. (*Ibid.*, p. 14, grifo e tradução nossos).

Nessa nova forma de relação social, como coloca Polanyi (2012 e 2021), a ameaça da fome causada socialmente, o que era uma novidade trazida pelo capitalismo, aparece como coação suficiente para obrigar os trabalhadores a se apresentarem “espontaneamente” no recém criado mercado de trabalho: “O medo da fome no trabalhador e a atração do lucro no empregador mantinham o vasto mecanismo em funcionamento.” (*id.*, 2012, p. 54).

Sob o regime do feudalismo e da comunidade aldeã, a postura de *noblesse oblige*, a solidariedade dos clãs e a regulamentação do mercado de cereais impediam a fome, mas no regime de mercado (capitalista) era impossível impedir que as pessoas sofressem de **inanição, de acordo com as regras do jogo** (*id.*, 2021, p. 242, grifo nosso).

[...]

A crueldade consistiu em emancipar o trabalhador para, explicitamente, tornar eficaz a ameaça da fome (*ibid.*, p. 317).

Nesse sentido, em um mesmo ato, a violência perpetrada pelo Estado transforma objetos em capital e a força de trabalho em mercadoria, o que é fundante do próprio conceito de capital e da sociabilidade capitalista. Na verdade, é nessa condição da força de trabalho em que se radica o “segredo” da valorização e para ela são organizadas as relações sociais, como sugerido por Perelman (*op. cit.*) no trecho acima transcrito. A partir da acumulação primitiva, portanto,

o trabalhador fica “duplamente livre” e, então, precisa aparecer no mercado como vendedor da única mercadoria que possui, sua força de trabalho.

Essa transformação (de objetos em capital) só pode operar-se em determinadas circunstâncias, que contribuem para a mesma finalidade: é preciso que **duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato**; de um lado possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra de força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho (MARX, 2017a, p. 786, grifo nosso).

O conceito de capital traz em si, portanto, o necessário condicionamento da sobrevivência do trabalhador à venda de sua força de trabalho à classe proprietária dos meios de produção, à burguesia. Marx (*op. cit.*, p. 837-839) já havia deixado claro que o próprio conceito de capital contém a relação de exploração de classes:

Sabemos que não constituem capital os meios de produção e de subsistência, como propriedades do produtor direto, não são capital. **Eles só se tornam capital em condições sob as quais servem simultaneamente como meios de explorar e de dominação do trabalhador.** [...]

Portanto, enquanto o trabalhador pode acumular para si mesmo - o que ele pode fazer na medida em que permanece como proprietário de seus meios de produção-, a acumulação capitalista e o modo capitalista de produção são impossíveis. Falta a classe dos trabalhadores assalariados, imprescindíveis para esse fim (*Ibid.*, p. 837-839, grifo nosso).

Como dito anteriormente, a impossibilidade de produzir diretamente para seu sustento colocava a ameaça de fome como força suficiente para coagir o trabalhador a se apresentar “por livre vontade” no mercado para vender sua força de trabalho. Esta tal liberdade é a base do ocultamento da dominação de classe: o trabalhador aparece no mercado de trabalho por “escolha própria”, nada lhe impede de optar por não vender sua força de trabalho e, sem meios para produzir o necessário à sua subsistência, nada lhe impede de optar por morrer de fome. É, dizem, uma questão de escolha do trabalhador e, nesses termos, o capitalismo é pintado como o reino da liberdade.

Polanyi (2021) faz um longo e profundo relato histórico acerca do avanço do capital sobre as relações sociais. Sem usar explicitamente o termo “acumulação primitiva”, o pensador húngaro, que, segundo Benjamin (2012, p. 7), era “socialista desde jovem, [mas] não aderiu ao marxismo”, sugere que a criação de um verdadeiro mercado de trabalho foi se acelerando à medida que as máquinas e equipamentos foram se tornando mais complexos e, pois, se precipitou com a Revolução Industrial.

Como as máquinas complexas são caras, elas só compensam quando produzem grandes quantidades de mercadorias. [...] Todos os fatores envolvidos devem estar à venda [...]

Essas condições não se reúnem naturalmente numa sociedade agrícola. Têm que ser criadas. [...] a motivação da subsistência deve ser substituída pelo lucro. Todas as transações transformam-se em transações monetárias [...] Toda renda deve derivar da venda de uma coisa ou de outra e, seja qual for a fonte da renda de uma pessoa, ela deve ser vista como resultante de uma venda. É o que está implícito na simples expressão ‘sistema de mercado’ [...] a desestruturação causada por tais mecanismos desarticula as relações humanas (POLANYI, *op. cit.*, p. 96-97).

Com isso, a autoridade da classe dominante sobre a dominada passa a ser exercida de uma nova forma, agora camuflada pela relação entre “livres possuidores de mercadorias”. Como coloca Wood (2014, p. 21), diferentemente do que ocorrera em todos os outros sistemas históricos anteriores, as relações capitalistas de produção parecem prescindir da coação militar ou política para a extração de valor excedente, a coação econômica é suficiente.

Nas sociedades de classe não capitalistas, não costuma ser difícil identificar a sede do poder. Encontre a origem da coerção militar e política e em geral você vai encontrar também o poder econômico. Nelas, os poderes econômicos das classes dominantes dependem da coerção extraeconômica. [...] Sob esse aspecto, o capitalismo é diferente de todas as outras sociedades de classe. **Os capitalistas**, ao contrário, digamos, dos senhores feudais, geralmente **não precisam do controle direto da força coerciva militar ou política para explorar seus trabalhadores**, porque estes não têm propriedades, não têm acesso direto aos meios de produção e **precisam vender a sua força de trabalho em troca de um salário para trabalhar e viver.** (*Ibid.* p. 21, grifo nosso).

A partir de uma relação de mercado entre seres livres, no “terreno oculto da produção” (MARX, 2017a, p. 250), os capitalistas passavam a utilizar a força de trabalho por tempo superior ao que efetivamente paga aos seus proprietários, os trabalhadores. Essa diferença corresponde à mais-valia. Assim, e só assim, capital se revelava enquanto tal: valor que busca valorizar-se pela incorporação de trabalho vivo, ou seja, relação social de exploração de classe em que o valor excedente produzido pelos trabalhadores (tempo não pago de utilização da força de trabalho) é apropriado pelos capitalistas.

É justamente porque ocorre nesse “terreno oculto da produção” sob o véu das relações de mercado entre indivíduos livres que a relação de exploração de classe é menos óbvia no capitalismo do que nos sistemas anteriores. Bernoit e Antunes (2016, p. 131-132) resumem a

interpretação que, olhando a superfície da circulação onde há troca de valores equivalentes¹¹, ajuda a obscurecer a origem do valor excedente apropriado pela classe dos proprietários:

Para os economistas, o preço de uma certa mercadoria poderia ser expresso pela fórmula $M = S + L + R$, em que S = salário que remunera o fator trabalho, L = lucro que remunera o fator capital e R = renda que remunera o fator terra. Nessa fórmula, S , L e R aparecem como três fontes separadas e autônomas do preço da mercadoria. [...] Cada um destes fatores, assim, seria o fundamento de sua própria renda que se calcularia segundo uma taxa natural. O lucro do capital viria, assim, de uma certa taxa natural de lucro calculada sobre o fator capital e não teria nenhuma relação com o trabalho vivo do operário. [...] Nesta contabilidade, a mais-valia aparecerá como um valor adicional posto pelo gênio desenvolvido do capitalista prático e não como trabalho não pago extorquido do trabalhador. (*Ibid.*, p. 131-132).

A extração da mais-valia por meios diretamente econômicos é o elemento distintivo fundamental da sociedade capitalista e é o véu que encobre a relação de exploração que o conceito de capital contém:

[...] a apropriação do excedente do trabalho ocorre na esfera econômica por meios econômicos. [...]. Em princípio, não há necessidade de pressão extraeconômica ou de coação explícita para forçar o operário expropriado a abrir mão de sua mais-valia. Embora a força de coação da esfera política seja necessária para manter a propriedade privada e o poder de apropriação, a necessidade econômica oferece a compulsão imediata que força o trabalhador a transferir sua mais-valia para o capitalista a fim de ter acesso aos meios de produção. (WOOD, 2014, p. 34).

A participação da “força de coação da esfera política” será oportunamente discutida neste trabalho. Por ora, é importante entender que o capital é relação social que, de um lado, permite que a classe proprietária se aproprie da mais-valia sem ter que explicitamente (por meios extraeconômicos) coagir o trabalhador e que, no outro polo da relação, a sobrevivência da classe trabalhadora fica condicionada à possibilidade de vender sua força de trabalho no mercado.

A coerção de classe, agora, aparece camuflada em um terreno impessoal e a acumulação assume passa a ser princípio organizador das sociedades. Como coloca Polanyi (2021), a “utopia” do “desenraizamento” do que é econômico em relação ao que é social avança para a organização da reprodução da vida material em sociedade. Com isso, “a atitude do bom senso

¹¹ Os próprios Bernoit e Antunes (*op. cit.*, p. 136) colocam: “Na instância do mercado, as trocas se entrecruzam e se misturam num turbilhão de relações complicadas assumindo a aparência de relações meramente causais. Capitalistas se defrontam individualmente tanto entre si quanto com os trabalhadores, na figura de simples vendedores e compradores de mercadorias. As marcas sociais que distinguem um grupo do outro são, assim, apagadas pela aparência da forma salário, preço de custo, lucro e taxa de lucro: a forma original, em que capital e trabalho assalariado se defrontam, é disfarçada pela intromissão de relações aparentemente independente delas”.

perante a mudança foi descartada, em favor de uma disposição mística a aceitar as consequências sociais do aprimoramento econômico, fossem quais fossem.” (*ibid.*, p. 87).

Antes de adentrar no “terreno oculto da produção” onde “o segredo da criação da mais-valia é revelado”, Marx (2017a, p. 250-251) caracteriza a esfera da (primeira) circulação onde o trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista.

A esfera da circulação ou da troca de mercadorias, em cujos limites se move a compra e a venda da força de trabalho, [...] é o reino exclusivo da liberdade, da igualdade, da propriedade e de Bentham. Liberdade, pois os compradores e vendedores de uma mercadoria, por exemplo, a força de trabalho, são movidos apenas por seu livre arbítrio. **Eles contratam como pessoas livres, dotadas dos mesmos direitos.** O contrato é o resultado, em que suas vontades recebem uma expressão legal comum a ambas as partes. Igualdade, pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade, pois cada um dispõe apenas do que é seu. Bentham, pois cada um olha somente para si mesmo. **A única força que os une e os põe em relação mútua é a de sua utilidade própria, de sua vantagem pessoal, de seus interesses privados.** (*ibid.*, p. 250-251, grifo nosso).

Aproximando-se da colocação de Polanyi (2021) sobre a propaganda dos “utopistas do mercado autorregulado”, Wood (2011, p. 27-28) destaca como essa suposta autonomia da economia ante social, que “tão bem atendeu à ideologia capitalista”, tem conteúdo não apenas teórico, mas prático já que transforma “questões políticas essenciais – as lutas pela dominação e exploração que no passado sempre estiveram umbilicalmente unidas ao poder político – em questões claramente econômicas” e conclui afirmando que “essa separação ‘estrutural’ talvez seja o mecanismo mais eficiente de defesa do capital.” A eficiência desse mecanismo será também verdadeira para as relações entre os países, como será discutido no capítulo 5 deste trabalho.

Para desmistificar esse mecanismo e revelar o caráter eminentemente político da dominação de classe, Wood (*ibid.*, p. 28, grifo nosso) retoma Marx:

O segredo fundamental da produção capitalista revelado por Marx [...] **refere-se às relações sociais** e à disposição do poder que se estabelecem entre os operários e o capitalista para que vendam sua força de trabalho. Esse segredo tem um **corolário: a disposição de poder entre o capitalista e o trabalhador tem como condição a configuração política do conjunto da sociedade** – o equilíbrio das forças de classe e os poderes do Estado que tornam possível a expropriação do produtor direto, a manutenção da propriedade privada absoluta para o capitalista, e seu controle sobre a produção e a apropriação.

A relação produção-apropriação de valor excedente, que “tem como condição a configuração política do conjunto da sociedade” é a questão chave da reprodução capitalista e

o princípio organizativo da vida material nessa sociedade. Se o antagonismo de classes está contido no próprio conceito de capital¹², a reprodução do capital não pode prescindir de forças coercitivas ajustadas para abrigar a sua forma específica de exploração. Como “terceiro desinteressado”, o Estado assume a tarefa de normatizar a exploração dando-lhe ares de “liberdade”. Às forças político-militares, agora, compete legitimar, organizar e garantir as condições para a acumulação.

Os fundamentos ontológicos do capitalismo, como dito, foram erguidos por um processo violento do qual o Estado participou ativamente. Esse exercício da violência não se encerra no movimento original. Se sua natureza traz em si uma relação de exploração, o capital jamais poderá prescindir de um aparato regulador-coercitivo que a abrigue e acomode as contradições de seu movimento (POULANTZAS, 2015). Isso significa que o exercício da violência extraeconômica não está apenas na gênese do capitalismo, mas é um elemento indispensável à reprodução sua reprodução em todo o seu desenvolvimento histórico.

Já que “toda forma de produção forja suas próprias relações jurídicas, a forma de governo” (MARX, 2011a, p. 43), as mudanças trazidas pelo o capital requereram, e sempre requerem, alterações nas relações jurídicas que dirigem a vida em comunidade. O poder político-militar do Estado passa, então, a funcionar para normatizar e garantir as relações sociais para a geração e apropriação de mais-valia. Sob esse imperativo, o Estado capitalista é forjado e constantemente reforjado em harmonia com o movimento contraditório do capital.

Rosdolsky (2001) afirma que são frequentes as colocações que sugerem que Marx havia tratado a acumulação primitiva como algo fora da análise econômica. Para o pensador marxista, o simples fato de perceber que dinheiro comercial havia promovido, pelas mãos do Estado, a dissolução do vínculo produtor-meios de trabalho revela o caráter econômico da acumulação primitiva, ao mesmo tempo em que revela a violência político-militar como fato gerador (e integrante) das relações capitalistas e, portanto, desvenda o caráter conjuntamente econômico e extraeconômico da gênese capitalista.

Ademais, como também destaca Rosdolsky (*Ibid.*, p. 234), o que é de suma importância para o desenvolvimento deste trabalho, o processo de acumulação primitiva não se encerra na

¹² “A relação entre o capital e o trabalho não tem uma base ‘natural’ – ela surge como resultado de um processo histórico específico. [...] A ascensão da classe capitalista segue junto da formação de um proletariado. Este último é ‘o resultado de uma luta de 400 anos entre capitalistas e trabalhador’ na medida em que aqueles engajados no modo capitalista de circulação lutaram para encontrar um modo de produção apropriado que fosse como uma base sistemática para gerar lucro. As duas classes são capturadas em uma oposição simbiótica, porém inexorável. Nenhuma delas pode existir sem a outra, embora a antítese entre elas seja profunda.” (HARVEY, 2013, p. 75).

origem das relações capitalistas, mas as acompanha necessariamente ao longo de todo o seu desenvolvimento.

É claro que, antes de o modo de produção capitalista se impor, foi necessário desfazer a unidade original entre produtores e as condições de produção. [...] Desse ponto de vista, a acumulação primitiva é um elemento constituinte da relação capitalista e está contida no conceito de capital. Não decorre daí, no entanto, que tenhamos de considerar o processo de separação entre os trabalhadores e os meios de produção, que constituía a essência dessa acumulação, como um fato concluído para sempre, mergulhado na história.

No mesmo sentido, Harvey (2004, p.121) apresenta o conceito de acumulação por espoliação, que, segundo ele mesmo, apenas difere do conceito marxiano apenas por uma questão temporal. O geógrafo inglês explica que renomeia o conceito porque “parece estranho qualificar de ‘primitivo’ ou ‘original’ um processo em andamento, por isso substituirei a seguir esses termos por acumulação por espoliação”.

O próprio Harvey (*ibid.* p.121) esclarece que substitui “acumulação primitiva” por “acumulação por espoliação (despossessão)¹³” porque aquele processo não é apenas o “ponto de partida”, mas é uma forma possível de acumulação adicional que permanece após ter sido iniciada a produção capitalista, ou seja, é um processo de expropriação por meios estranhos à reprodução do capital em si que é ilimitado no tempo do desenvolvimento capitalista. Assim, o conceito de Harvey (*op. cit.*, p. 121) afasta a interpretação equivocada de “primitivo” ou “original” como, recorrendo às palavras de Rosdolsky (2001, p. 234), “fato concluído para sempre, mergulhado na história”.

O conceito de acumulação por espoliação serve para destacar que a expropriação pela classe dominante por mecanismos extraeconômicos é algo interno ao movimento total do capital. Os processos violentos de acumulação não se encerram com a formação original do capital, eles são permanentes e estão intrinsecamente ligados à expansão e à intensificação das relações capitalistas por meio de forças não diretamente, ou melhor, não explicitamente contidas no circuito de valorização exposto na conhecida fórmula marxiana: D-M-D’.

Esse ponto é de suma importância para situar as ações dos Estados nos momentos em que a reprodução ampliada do capital encontra-se “limite absoluto”, encontra barreiras intransponíveis que ele mesmo ergue. O *modus operandi* e os mecanismos hodiernos da

¹³ Em algumas traduções, o termo aparece como acumulação por espoliação, em outras por despossessão. Quando não for uma citação, este trabalho opta pela utilização do primeiro.

acumulação por espoliação serão tratado em seção seguinte, agora merece atenção sua permanência na dinâmica capitalista.

À medida que mais e mais excedente criado ontem é convertido em capital novo hoje, mais e mais dinheiro investido hoje vem dos lucros obtidos ontem. Isso poderia levar a pensar que a acumulação violenta praticada em tempos anteriores é redundante. Mas a ‘acumulação por despossessão’ continua a desempenhar um papel na reunião do poder do dinheiro (HARVEY, 2011, p. 48).

Harvey (*op. cit.*, p. 48) dá destaque ao papel da acumulação por espoliação como mecanismo fundamental no contexto do que ele chama de “novo imperialismo”. No bojo dessa discussão, ele sugere que o “que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos, incluindo a força de trabalho, a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital superacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo” (HARVEY, 2005, p. 124). Adicionalmente, em outro texto, o geógrafo inglês afirma:

A acumulação por espoliação pode ocorrer **de diversos modos e seu modus operandi tem muito de contingente e casual**. Apesar disso, é **onipresente**, sem importar a etapa histórica, e **se acelera quando ocorrem crises** de sobreacumulação na reprodução ampliada, quando parece não haver outra saída a não ser a desvalorização (HARVEY, 2006b, p. 111, grifo nosso).

Abre-se um parêntese: na citação anterior, a expressão “se acelera quando ocorrem crises” foi destacada porque essa localização é de suma importância para o objetivo deste trabalho. Fecha-se o parêntese.

O processo de acumulação primitiva, como já deve estar claro, não apenas “liberta” os trabalhadores dos meios de produção, mas posiciona-os como vendedores de força de trabalho e estabelece que os meios materiais de sobrevivência devem ser comprados no mercado com a renda obtida naquela venda. Nesse sentido, no mesmo movimento, a acumulação primitiva representa a quebra do vínculo entre trabalhador e meios de trabalho, ela obriga o assalariamento e, também, determina a mercantilização das condições de sobrevivência.

Dessa mesma perspectiva, além de simplesmente “liberar um conjunto de ativos”, verifica-se a ocorrência de acumulação por espoliação sempre que, por meios exógenos ao ciclo de valorização do capital, as relações capitalistas avançam sobre meios naturais ou quaisquer bens necessários à sobrevivência do trabalhador. Existe espoliação sempre que parcela adicional do salário precisa ser dispendida para a aquisição de algo que, antes, o trabalhador encontrava fora da lógica do mercado. Em outras palavras, sempre que o capital avança sobre recurso público desvalorizado, sobre recurso natural, social, mercantiliza bem necessário à

reprodução do trabalhador aumentando o valor da força de trabalho¹⁴ sem correspondente aumento do salário ou se apropria diretamente de fundo de consumo do trabalhador (pela cobrança de juros para consumo de bens-salário, por exemplo) há acumulação por espoliação.

Essa colocação, é importante deixar claro, não representa uma ampliação dos conceitos de Harvey (*op. cit.*) ou de Marx (*op. cit.*), mas é apenas uma forma de interpretar a acumulação por espoliação a partir dos mecanismos (exógenos ao ciclo do capital) e dos resultados (aumento do valor da força de trabalho sem aumento correspondente do salário). Essa interpretação estabelece, assim, vínculo entre os conceitos de acumulação por espoliação e de superexploração da força de trabalho, que está no centro da TMD. Isso será importante para entender o atual *modos operandi* da acumulação por espoliação em nível sistêmico e a participação diferenciada dos países no atual estágio do capitalismo (neoliberal).

O capital também avança criando necessidades sociais e mercadorias para as satisfazerem. Essas novas mercadorias são produtos do processo criativo que, como será discutido a seguir, é “lei imanente” do movimento da acumulação e, portanto, não é resultado de um processo espoliativo propriamente dito. De outro lado, a inclusão de algo pré-existente na lógica da acumulação por meios externos ao movimento “natural” do capital sempre será um processo violento de espoliação. Então, em suma, o conceito de Harvey (*op. cit.*) é cabível sempre que houver avanço do capital por meio de forças estranhas às suas “leis imanentes”, sempre que o capital recorrer às forças político e militares para incluir algo ou algum território à sua lógica.

¹⁴ “O valor da força de trabalho, como o de todas as mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção – e, conseqüentemente, também para a reprodução – desse artigo específico. [...] Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo necessita de certa quantidade de meios de subsistência. [...] o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor.” (MARX, 2017a, p. 245).

2.2 A DINÂMICA “NATURAL” DA ACUMULAÇÃO: A BASE DA VALORIZAÇÃO E O AMADURECIMENTO DE SUAS CONTRADIÇÕES

Como discutido na seção anterior, capital é valor que se movimenta em busca de valorização; algo apenas é capital se for empregado com objetivo de valorização do valor que entra em circulação. De outra forma, caso um equipamento seja utilizado, por exemplo, na produção de produto para consumo do próprio produtor, ele nada mais é do que um meio intermediário da produção, não é capital.

Qualquer análise sobre a dinâmica capitalista e o fluxo geração-apropriação de valor não pode desconsiderar o processo por meio do qual ocorre a valorização do valor. Para o que mais interessa a esta pesquisa, é imprescindível entender por quem (classe) e onde (território) o valor gerado para, depois, identificar como (mecanismo), por quem (classe) e onde (território) esse valor é apropriado.

Para tanto, é preciso observar para além da superficialidade da circulação, é preciso superar a superficialidade da circulação e entender o “terreno oculto da produção”, como coloca Marx (2017a, p. 250). Assim, é possível perceber que o capital encontra seu objetivo ao colocar meios de produção em relação com o único elemento capaz de transferir o valor neles incorporado ao mesmo tempo em que gera valor, o trabalho. Nessa relação travada em determinado espaço, encontra-se a base real da razão de existir do capitalista.

A geração de valor é, por isso, sempre territorializada, mas a realização e a apropriação do valor excedente não precisam ocorrer naquele mesmo espaço. O valor incorporado pode ser gerado pela classe trabalhadora do Brasil e apropriado, sob formas diversas, por capitalistas da Holanda, do Japão e/ou dos Estados Unidos. Esse vetor geração-apropriação de valor estabelece vínculos de exploração entre as classes sociais de países diversos.

Assim, “como fanático pela valorização do valor, o capitalista força inescrupulosamente a humanidade à produção pela produção e, conseqüentemente, a um desenvolvimento das forças produtivas” (*ibid.*, p. 667). No mesmo ato, as leis que obrigam o capitalista a desenvolver as forças produtivas que comandam determinam também o amadurecimento das contradições desse movimento. Em outras palavras, o capital continuamente leva ao desenvolvimento das forças produtivas ao mesmo tempo em que ergue barreiras para a continuidade da reprodução ampliada.

2.2.1 O capital como uma relação de exploração de classe geograficamente localizada

Como exposto na seção anterior, a conversão da força de trabalho em mercadoria é pré-condição para a existência do capital. Como toda mercadoria, a força de trabalho tem seu valor de uso e valor de troca. Mas qual o valor da força de trabalho? Se trabalhador e capitalista se encontram no mercado para trocar equivalentes, de onde vem a mais-valia que é o objeto de desejo do capitalista?

Após afirmar que “na superfície da sociedade burguesa, o salário do trabalhador aparece como preço do trabalho, como determinada quantidade de dinheiro paga por determinada quantidade de trabalho”, Marx (2017a, p. 605) coloca as questões fundamentais para responder a questão colocada no parágrafo anterior, mas o faz demonstrando a tautologia que levou Wood (2014, p. 16) a concluir que o mecanismo de extração do valor tornava a relação entre capital e trabalho “opaca”.

Mas o que é o valor de uma mercadoria? A forma objetiva do trabalho social gasto em sua produção. E como medimos a grandeza de seu valor? Pela grandeza do trabalho nela contido. Como podemos determinar o valor, por exemplo de uma jornada de trabalho de 12 horas? Pelas 12 horas de trabalho contidas numa jornada de trabalho, o que é uma absurda tautologia (MARX, 2017a, p. 605).

Se o capitalista paga ao trabalhador segundo as leis da troca, de onde vem o valor extra que é incorporado na produção? Pelo mesmo motivo que os objetos não são capital fora de uma relação de produção em busca de valorização, a produção não seria capitalista se o valor de uso produzido não contivesse valor superior àquele que inicia a circulação. Nesse sentido, “a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, mas essencialmente produção de mais-valor.” (MARX, 2017a, p. 578).

Existe, portanto, uma desigualdade entre o valor que entra e o valor que sai da circulação. Mas se os valores envolvidos são trocados em obediência ao princípio da equivalência, qual a origem dessa desigualdade, de onde vem a diferença entre o valor investido pelo capitalista e o valor que ele retira da circulação? Só é possível revelar esse “segredo” obscurecido pela “troca de equivalentes” se a análise for além da superfície do “reino da liberdade” do mercado, só é possível revelar esse segredo observando o “terreno oculto da produção” (*Ibid.*, p. 250).

Assim como ocorre para todas as mercadorias, o valor da força de trabalho é determinado pelos seus custos de produção (e reprodução), contudo, nas palavras de Marx (*Ibid.*, p. 605-612), apesar de não contrariar a troca de equivalentes, “o valor do trabalho tem de ser sempre

menor que seu produto, pois o capitalista sempre faz a força de trabalho funcionar por mais tempo do que o necessário para produção do valor desta última (da força de trabalho).” O segredo do capital reside, portanto, na possibilidade de a “força de trabalho funcionar por mais tempo” do que é pago ao trabalhador.

Essa diferença entre as horas de trabalho não pagas e horas de trabalho pagas, que é justamente a mais-valia, deve ser entendida a partir do caráter dual da força de trabalho: transfere e gera valor. Harvey (2013, p. 69) resume essa relação entre valor da força de trabalho (tempo de trabalho “socialmente requerido para reproduzir aquela força de trabalho”) e extração da mais-valia (capitalistas organizam a produção para garantir “que os trabalhadores [...] produzam um valor maior do que recebem”) e, adicionalmente, destaca que o valor da força de trabalho depende de “certo padrão de vida”, ou seja, o valor da força de trabalho não é meramente uma questão de reprodução fisiológica, mas de reprodução social do trabalhador.

No fim das contas, o marxista inglês corrobora afirmação de Marx anteriormente transcrita de que a produção capitalista não visa à produção de mercadorias, mas à produção de mais-valia ou, em outras palavras, “a produção de mais-valor, ou a criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção” (MARX, 2017a, p. 695).

O valor [da força de trabalho] é estabelecido de acordo com as regras da troca de mercadorias, pelo tempo socialmente requerido para reproduzir aquela força de trabalho [...] Como os capitalistas compram certa extensão do tempo durante o qual mantêm os direitos de uso da força de trabalho, eles podem organizar o processo de produção (sua intensidade, tecnologia, etc.) para garantir que os trabalhadores, durante aquele período, produzam um valor maior do que recebem. Para o capitalista, o valor de uso da força de trabalho não é simplesmente o fato de ele poder ser colocado no trabalho para produzir mercadorias, mas o fato de ele ter a capacidade especial para produzir um valor maior do que ele próprio tem – ele pode, em suma, produzir mais-valor (HARVEY, 2013, p. 69).

A valorização do valor na produção ocorre, portanto, sem usar de eufemismos, por causa da capacidade do capitalista de roubar horas de trabalho/de vida dos trabalhadores. Trata-se, portanto, de um sistema essencialmente violento cuja base real de existência é uma relação específica de dominação de classe, que ocorre necessariamente em um espaço territorial e é organizada, regulada e garantida por aparato político-coercitivo correspondente.

Não é demasiado retomar, aqui, o que foi dito na seção anterior: nesse “reino da liberdade”, que se revela como apropriação “gratuita” de horas de trabalho executado pelo trabalhador, este tem uma escolha: sujeitar-se às condições do mercado de trabalho ou morrer

de fome. Para isso, como relata Perelman (2020) o Estado continuamente calibra as relações social de acordo com as necessidades concretas para a extração de mais-valia.

O mais-valor produzido pelo trabalho transfigura-se no lucro do capitalista a partir daquela troca “legal” entre proprietários distintos. Marx (2017) ainda destaca que o salário oscila em torno desse “preço natural” em função da oferta e da demanda. Por isso, a capacidade do capital de controlar a oferta da força de trabalho é uma das formas de controle dessa oscilação e, por consequência, uma forma de aumentar a extração de mais-valia e, diretamente, do lucro.

A existência de um exército de reserva de trabalhadores é, por isso, parte da lógica capitalista não apenas para garantir a disponibilidade de força de trabalho, mas também para pressionar para baixo o custo relativo à força de trabalho (capital variável). Por isso, Marx (2017a, p. 689-784) inscreve a formação do exército industrial de reserva na “lei geral da acumulação capitalista”.

É preciso que fique claro que trabalhador vende ao capitalista não o trabalho em si (que é a substância do valor), mas o tempo de utilização de sua força de trabalho, ou seja, a capacidade de, sob condições que lhes são alheias, empregar trabalho por certo tempo para produzir certas mercadorias que não lhes pertencerá e que corporificam o valor excedente que o próprio trabalhador gerou sem receber por isso (por isso mesmo é excedente).

A forma como essa força de trabalho é utilizada depende de limites físicos naturais, morais, tecnológicos e, o que é atravessado por isso tudo, da regulação política. Depende, então, também da forma como as forças sociais se condensam no aparato legitimador-organizador-garantidor das condições necessárias à acumulação. Qualitativa e quantitativamente, as condições de exploração da força de trabalho (e, pois, de extração de mais-valia) correspondem ao estágio da luta de classes e dependem das ações do Estado, que aparece como produto e ator dessa luta.

A reprodução dos trabalhadores, que dá a medida do valor da força de trabalho, ocorre em sociedade, está inscrita em uma trama sociocultural que impõe, a cada momento histórico e em cada local, determinado tipo de consumo. Assim, os custos de reprodução do trabalhador não se limitam às necessidades fisiológicas, mas “é determinado por custos de reprodução em determinado padrão de vida. Equivale ao valor do conjunto básico de mercadorias que o trabalhador precisa para sobreviver e se reproduzir” (HARVEY, 2018, p. 21).

Nesse sentido, Osorio (2012, p. 50-51) explica que “o valor diário da força de trabalho deve ser calculado [...] considerando o tempo médio de vida dos trabalhadores, de acordo com

as condições dominantes na época” e que, caso seja utilizada de forma que encurte o tempo de vida útil do trabalhador, significa que “o capital está se apropriando hoje dos anos futuros de trabalho e de vida”. Por isso, antecipando uma discussão, as reformas estruturais conduzidas pelos Estados que ampliam o tempo de “vida útil total” dos trabalhadores (reforma previdenciária, por exemplo) ou intensificam as relações de trabalho (reformas trabalhistas) representam redução da proporção de tempo de trabalho pago pela utilização da força de trabalho, representa aumento da capacidade de extração de mais-valia.

Em função de seu caráter social-histórico, o valor da força de trabalho não é constante e tende a crescer com o aumento do número de bens socialmente necessários. Essa tendência de aumento do valor da força de trabalho é, em alguma medida, compensada pelo barateamento da produção de itens necessários. Aqui se apresenta uma tendência e uma contratendência do metabolismo capitalista cuja resultante deve ser localizada no seu tempo histórico e nos espaços geográficos.

Mais uma vez antecipando uma discussão, destaca-se que as relações de mercado estabelecidas entre economias nacionais com diferentes capacidades produtivas compõem a resultante dessa tendência-contratendência. Via de regra, os países periféricos, atrasados, produzem a baixo custo bens que compõem a cesta de consumo dos trabalhadores dos países centrais, mas não as suas próprias cestas de consumo. Assim, com base em salários baixos, as economias periféricas atuam como vetor oposto à tendência de aumento do valor da força de trabalho dos países centrais e, então, participam para a organicidade do desenvolvimento das forças produtivas nesses territórios. A partir dessa relação é estabelecida uma triangulação internacional de dominação de classe.

Por tudo isso, Marx (2017a, p. 110) afirma que “para ele [o capitalista], a mercadoria não tem nenhum valor-de-uso direto. Do contrário não a levaria ao mercado. Ela tem valor-de-uso para outros. Para ele, só tem diretamente valor-de-uso, o de ser depositária de valor, e assim, meio de troca”. A mercadoria é apenas veículo de valor, é o meio material que carrega o valor original (capital constante + capital variável) acrescido de certa quantia de valor gerado pela utilização de trabalho não pago na produção.

Essa perspectiva é corroborada pela “definição preferida de Marx de capital”: “valor em movimento” (HARVEY, 2018, p. 17). Por essa definição, fica claro que a dinâmica do capital requer a constante incorporação de tempo de trabalho vivo (não pago) aos meios materiais utilizados na produção de novos valores de uso (capital constante + capital variável) para que o valor excedente incorporado (mais-valia) seja posteriormente apropriado pelo capitalista.

Os diferentes modos de aparência dos valores eram pura aparência; em seu desaparecimento, o próprio valor constituiu a essência que permanece idêntica a si mesma. Sob esse aspecto, considerado como valor, o produto não é produto, mas antes valor mantido idêntico, inalterado, valor que simplesmente está em outro modo de existência, mas que também lhe é indiferente e pode ser trocado por dinheiro (MARX, 2011a, p. 245).

O trecho abaixo d'O Capital (MARX, 2009, p.657) confirma a definição “preferida de Marx” e, no fim, explica a composição do valor da mercadoria: valor corporificado nos meios materiais que entram no processo produtivo acrescido pelo valor incorporado pelo trabalho, que é superior ao salário que é pago aos trabalhadores.

[...] o capital não consiste de objetos de trabalho e trabalho, mas de valores [...] o fato de que seus elementos de valor assumiram diferentes substâncias durante o processo de produção não interessa à sua determinação como valores; não são modificados em virtude disso. Se partindo da forma do movimento – do processo -, tais elementos, ao final do processo, se combinam novamente no produto em uma figura objetiva, repouso, trata-se igualmente, quanto ao valor, de uma simples mudança de substâncias que não o altera. [...] Logo o valor do produto só pode ser igual à soma dos valores que estavam materializados nos elementos materiais determinados do processo, como matéria-prima, instrumentos de trabalho [...] e o próprio trabalho.

No fluxo metamórfico do valor que compõe a circulação do capital, as formas corpóreas dos meios de produção desaparecem para aparecerem sob a forma de outros valores de uso cujo valor é superior ao que iniciou o processo. Ou seja, o valor do capital constante é conservado e reaparece corporificado em outro valor de uso, a mercadoria, cujo valor supera o inicial na medida exata da mais-valia extraída do trabalhador. Do outro lado da relação, “o fator subjetivo do processo de produção, a força de trabalho, é fonte de novo valor, pois sua atividade é a objetivação de tempo de trabalho novo em novo valor de uso (ROSDOLSKY, 2001, p. 188).

O trabalho na relação capitalista, portanto, apresenta duplo caráter: em sua forma concreta, transfere valor dos meios de produção à mercadoria e, por sua condição de trabalho abstrato, cria valor. Em seu caráter abstrato, o trabalho cria valor pelo tempo em que é empregado na produção. O trabalhador “troca a atividade ponente de valor por um valor predeterminado (o salário), independentemente do resultado de sua atividade” (MARX, 2011a, p. 253). O capitalista, de seu lado, paga esse valor ao trabalhador na condição de que possa utilizá-lo na produção por tempo superior àquele necessário para gerar valor suficiente para pagar o salário.

[...] o trabalho, como o valor de uso que se defronta com o dinheiro posto como capital, não é esse ou aquele trabalho, mas é o trabalho por excelência, trabalho abstrato: totalmente indiferente diante de sua determinabilidade particular, mas suscetível de qualquer determinação. À substância particular

que constitui um capital determinado tem de corresponder o trabalho como trabalho particular. No entanto, como o capital enquanto tal é indiferente perante a qualquer particularidade de sua substancia, e é tanto a totalidade da substância quanto a abstração de todas as suas particularidades, o trabalho que o defronta possui em si subjetivamente a mesma totalidade e abstração (*Id.*, p. 230).

Disso são derivados os conceitos de capital constante e capital variável, “que correspondem às diferentes funções dos meios de produção e da força de trabalho no processo de valorização” (ROSDOLSKY, 2001, p. 189).

Para o objetivo desta seção, é importante deixar marcado que a base real da valorização (incorporação de valor excedente) se desenvolve em determinado espaço geográfico, afinal, ocorre pela aplicação de trabalho sobre meios de produção. Tão importante quanto isso é destacar que o valor excedente não necessariamente é realizado e apropriado no território em que foi gerado. De um lado, a base real da valorização é geograficamente fixada, mas, de outro, a apropriação do valor ocorre onde estejam os capitalistas.

Para o que se pretende, é tão importante identificar onde o valor é gerado (território) quanto identificar por quem (classe), onde (território) e como (mecanismo) esse valor é apropriado. Essa possibilidade de separação geográfica entre a geração e a apropriação de valor merece destaque porque está no núcleo essencial das práticas imperialistas que garantem a rigidez da hierarquia do capitalismo mundial. Por isso, aqui, é feita essa breve incursão nos fundamentos marxianos da produção e reprodução das relações capitalistas.

O motor econômico do capitalismo requer, portanto, que, em “movimento circular que se realiza sempre através das mesmas fases sucessivas¹⁵”, mais trabalho social seja adicionado a valores anteriormente corporificados em meios de produção. Requer, também, que o capitalista possa se apropriar de valor excedente gerado e encontre condições para reinvesti-lo na ampliação do ciclo que comanda e, logicamente, que tenha expectativa de que esse investimento adicional resulte posteriormente na realização de mais valor.

Nesse sentido, Marx (2011a, p. 260-261) afirma que a renda e o lucro são “apenas dedução dos salários, extorquidas arbitrariamente no processo histórico pelo capital e pela

¹⁵ “A transformação de uma quantia de dinheiro em meios de produção e força de trabalho é o primeiro movimento realizado pela quantidade de valor que deve funcionar como capital. Ela age no mercado, na esfera de circulação. A segunda fase do movimento, o processo de produção, é concluída assim que os meios de produção estão convertidos em mercadorias cujo valor supera o valor de suas partes constitutivas e, portanto, contêm o capital originalmente adiantado acrescido de um mais-valor. Em seguida, essas mercadorias têm, por sua vez, de ser lançadas novamente na esfera da circulação. O objetivo é vendê-las, realizar seu valor em dinheiro, converter esse dinheiro novamente em capital, e assim consecutivamente. Esse ciclo percorrendo sempre as mesmas fases sucessivas constitui a circulação do capital.” (MARX, 2017a, p. 639)

propriedade fundiária, e justificadas legalmente, não economicamente”. Em outras palavras, a renda e o lucro são trabalho consumido, mas não pago ao trabalhador, são formas ilusórias da mais-valia gerada pelo trabalho não pago.

Por isso, os capitalistas permanentemente buscam maneiras de reduzir o custo do capital variável, de comprimir o tempo da produção necessário para pagar os salários dos trabalhadores. Ou melhor, buscam maneiras para aumentar o tempo que excede àquele dedicado a gerar valor para pagar os salários e repor os meios de produção. Fazem isso aumentando a jornada de trabalho ou intensificando a utilização da força de trabalho, fazem isso aumentando a mais-valia absoluta ou a mais-valia relativa. Para isso, além de melhores arranjos produtivos, a existência de um exército industrial de reserva cumpre importante papel ao pressionar para baixo o custo da força de trabalho.

O capital se metamorfoseia continuamente para, ao fim do ciclo, com a venda da mercadoria, apresentar-se novamente em sua “expressão autônoma de uma soma de valor (dinheiro)” (MARX, 2017b, p. 385) para que, posteriormente, possa reiniciar a circulação em escala ampliada. O capital parte da forma, Dinheiro (D) e, em sua primeira circulação, metamorfoseia-se em Meios de Produção (MP) e Força de Trabalho (FT) para que, no processo de produção propriamente dito, sejam produzidas Mercadorias (M) cujo valor é superior àquele adiantado pelo capitalista. Por fim, na segunda circulação, com a venda da mercadoria (M-D’), o capital retorna à sua forma inicial, dinheiro, mas acrescido de certa quantidade de valor que corresponde justamente ao tempo de trabalho que foi consumido na produção, mas não foi pago ao trabalhador, a mais-valia ($D' = D + \text{mais-valia}$).

Esses são os fundamentos da clássica fórmula marxiana da reprodução do capital: D-M-D’. Nas palavras do próprio Marx (2009, p.657):

(A) conversão de uma soma de dinheiro em meios de produção e força de trabalho é o primeiro passo dado por uma quantidade de valor que vai exercer a função de capital. Essa conversão ocorre no mercado, na esfera da circulação. O segundo passo, o processo de produção, consiste em transformar os meios de produção em mercadoria cujo valor ultrapassa o dos seus elementos componentes, contendo, portanto, o capital que foi desembolsado, acrescido de uma mais-valia. A seguir, essas mercadorias têm, por sua vez, de ser lançadas na esfera da circulação. Importa vendê-las, realizar seu valor em dinheiro, e converter de novo esse dinheiro em capital, repetindo continuamente as mesmas operações. Esse movimento circular que se realiza sempre através das mesmas fases sucessivas constitui a circulação do capital.

Em suma, o valor se movimenta continuamente metamorfoseando-se em um processo circular para, por intermédio do trabalho aplicado sobre o capital constante, valorizar-se: “ao

descrever o seu círculo, o capital se amplia como sujeito do ciclo e descreve assim um círculo que se expande, uma espiral” (MARX, 2011a, p. 624). Assim, as circulações (D-ft+mp e M-D’) e a produção (ft+mp-M) representam uma totalidade integrada que não pode ser interrompida em qualquer de suas fases. A interrupção desse ciclo, independentemente do momento em que ocorra, significa a imobilização do valor em alguma das formas metamórficas do capital e, pois, sua negação enquanto capital (valor que se move para valorizar-se não é capital).

Em sentido inverso: se capital é valor que se movimenta para valorizar-se, valor que não se movimenta deixa de ser capital. A perpétua acumulação requer que o ciclo {D -(ft + mp) - M] - D’} se repita *ad infinitum* em escala crescente. Nesse sentido, o capitalista individual, que “é respeitável apenas quando personifica o capital”, ou seja, apenas enquanto comanda valor que se movimenta em busca de valorização, não pode simplesmente retirar da circulação o valor excedente que se apropria e precisa encontrar disponíveis todas as condições necessárias à produção-circulação em quantidade e qualidade suficientes para ampliar a escala da produção.

Esse ciclo perpétuo traz em si contradições que determinam o desenvolvimento das forças produtivas, mas também a tendência de queda das taxas de lucro.

2.2.2 O movimento do capital, suas contradições e pontos de convergência: desenvolvimento das forças produtivas, concentração, formação do mercado mundial e superacumulação

Após apresentação sucinta de fundamentos da valorização, agora é preciso discutir como os capitalistas se relacionam entre si para dar formas à dinâmica da acumulação. Afinal, “a concorrência impõe a cada capitalista as leis imanentes do modo capitalista de produção como leis coercitivas externas” (MARX, 2017b, p. 667) e “a relação do trabalho com o capital no contexto das relações sociais entre vários capitais [é o] que produz as especificidades sistêmicas do capitalismo” (WOOD, 2011, p. 74).

A partir do entendimento dessas “especificidades sistêmicas” será possível situar a gênese do imperialismo e entender porque as grandes potências utilizam predominantemente um ou mecanismos para dirigir o fluxo de geração-apropriação de valor global em cada fase dos ciclos

da acumulação. Ressalte-se: as ações imperialistas estão estritamente condicionadas por essas especificidades do movimento contraditório do capital, responde a elas.

O capitalista não acumula apropriando-se de valor gerado exclusivamente no ciclo que comanda. Em um mercado já desenvolvido, as mercadorias não são vendidas pela soma dos valores envolvidos no seu próprio processo de produção, mas por um preço que corresponde a uma média social. Apenas em casos particulares o valor individual de uma mercadoria é igual a essa média.

Como os custos unitários de produção são função inversa da produtividade, aquele capitalista que consegue melhores arranjos produtivos toma para si valor excedente gerado em ciclos concorrentes menos produtivos. Essa luta pela apropriação de mais-valia extraordinária é o conteúdo implícito da lei da concorrência capitalista e nela reside o estímulo para que os capitalistas estejam em permanente busca por melhores arranjos produtivos.

Dessa lógica, Marx (2017a, p. 667, grifo nosso) extrai o caráter progressista do capitalismo:

Apenas como capital personificado o capitalista tem um valor histórico [...] Somente nesse caso sua própria necessidade transitória está incluída na necessidade transitória do modo de produção capitalista. Ainda assim, porém, sua força motriz não é o valor de uso, mas o valor de troca e seu incremento. **Como fanático pela valorização do valor, o capitalista força inescrupulosamente a humanidade à produção pela produção e, conseqüentemente, a um desenvolvimento das forças produtivas e à criação de condições materiais de produção que constituem as únicas bases reais possíveis de uma forma superior de sociedade.**

Apesar de não necessariamente colocar no mercado maior massa de valor (valor unitário x quantidade), o capital que utiliza força de trabalho mais produtiva coloca no mercado mercadorias com menores custos unitários de produção. Como essas mercadorias serão vendidas por uma média social, o capitalista que comanda o ciclo mais produtivo, o que está relacionado diretamente com a “grandeza global de seu capital adiantado”, apropria-se de valor excedente gerado em ciclo concorrente, apropria-se de mais-valia extraordinária.

Em suma, como colocam Bernoit e Antunes (2016, p. 150, grifo nosso):

Cada capitalista individual não **participará da partilha da mais-valia social** de acordo com o número de trabalhadores que ele rouba diretamente, mas, **sim, de acordo com a grandeza global de seu capital individual adiantado.** Isso foi possível porque enquanto certos capitais individuais se apropriaram de uma massa de mais-valia acima da massa por eles próprios gerada, outros perderam na mesma medida parte da mais-valia gerada dentro de sua esfera de produção. **O jogo de transferências se compensou mutuamente e a**

totalidade dos capitais individuais apropriou-se de uma massa de mais-valia igual ao volume total.

Trata-se, portanto, de uma disputa por parcelas da massa total de valor social excedente: o valor que os capitalistas que comandam ciclos mais produtivos se apropriam corresponde ao exato montante do valor que os capitalistas com ciclos menos produtivos produzem, mas não se apropriam. O resto desse jogo distributivo é, portanto, sempre zero: valor gerado é apropriado. O que move o sistema ao desenvolvimento das forças produtivas é justamente a busca pela apropriação de maiores parcelas daquele valor social.

Essa disputa por valor extraordinário por meio de relações de mercado, como será discutido oportunamente, está no âmago da condução imperialista quando as diferenças de produtividade das economias nacionais se mostram suficientes para alcançar o objetivo invariável dos capitalistas: captura de valor.

No trecho abaixo transcrito, Prado (2014, p. 4-5) explica os fatores desse jogo:

Os capitalistas que operam diretamente na produção de mercadorias fazem com que seja produzido algo coletivo, ou seja, uma grande massa de mais-valor; mas isto, entretanto não aflora em suas consciências e nas consciências das pessoas em geral. No processo de concorrência, então, todos os agentes das classes dominantes atuam de modo interessado e consciente visando se apropriar da maior porção que consegue, dessa massa, obtendo lucros, juros, etc. [...] ‘a produção capitalista gera um fundo (pool) de mais-valor pelo qual cada capitalista compete por meio de algum tipo de plano de negócios ou posição de mercado’ [...] os capitalistas particulares não se empenham diretamente para aumentar a produção de valor e de mais-valor com o fim de fazer o fundo crescer. Ao contrário, eles buscam sempre se apropriar das maiores porções que conseguem do montante que já está sendo ou foi criado. [...] Ocorre que certos investimentos são produtivos, ou seja, propiciam a geração de mais-valor, mas outros figuram apenas como aquisitivos.

A busca por lucro extraordinário induz os capitais a se movimentarem na direção de maiores composições orgânicas dos capitais e, assim, “a taxa média de lucro que se forma a partir desse movimento será sempre uma taxa em queda tendencialmente constante. A formação de uma taxa geral de lucro aparece, assim, como órgão regulador das ações do capitalista individual” (MARX, 2017b, p. 157). A busca por maiores fatias da mais-valia social, portanto, leva à “equalização da taxa de lucro por meio da concorrência” e à tendência de queda das taxas de lucro. (*Ibid.*, p.157).

Nessa discussão, deve ter ficado claro que a coincidência do preço de mercado com o valor das mercadorias produzidas por capitalista individual é meramente ocasional e que, nesse sentido, é preciso distinguir o valor de mercado do valor individual das mercadorias. Individualmente, algumas mercadorias terão valor abaixo do valor de mercado (menos tempo

de trabalho incorporado – mais produtivo) e outras, acima (mais tempo de trabalho incorporado – menos produtivo). “O valor de mercado deverá ser considerado, por um lado, como o valor médio das mercadorias produzidas numa esfera de produção, e por outro, como o valor individual das mercadorias produzidas sob as condições médias dessa esfera e que formam a grande massa de seus produtos” (*ibid.*, p. 212).

As condições de mercado regulam valor de mercado. Por exemplo: “se a demanda¹⁶ é tão grande que não se contrai quando o preço é regulado pelo valor das mercadorias produzidas sob as piores condições, são estas que determinam o valor do mercado” (*Ibid.*, p. 213). De outra forma, se a demanda se contrai, o valor de mercado passa a ser regulado pelas mercadorias produzidas sob as melhores condições. O suposto de que as mercadorias das diferentes esferas de produção são vendidas a seus valores, significa apenas que seu valor é o centro de gravitação em torno do qual giram os preços¹⁷.

O que a concorrência realiza, começando por uma esfera individual da produção, é a criação de um valor de mercado e um preço de mercado iguais a partir dos diversos valores individuais das mercadorias. É a concorrência dos capitais nas diversas esferas que fixa o preço de produção equalizando as taxas de lucro nas distintas esferas (*ibid.*, p. 214).

Já que tende a ser estabelecida uma taxa de lucro média¹⁸, o capitalista apropria-se de mais ou menos valor social (ou cede parte do valor gerado) em razão direta da produtividade individual/custo de produção. Assim, “se depreende que o valor de mercado (e tudo o que foi dito sobre ele vale também, com as restrições necessárias, para o preço de produção) inclui um lucro extra para os que produzem nas melhores condições em cada esfera particular da produção”. (*ibid.*, p. 234). No mesmo sentido, é possível perceber que, considerando o montante

¹⁶ “as necessidades sociais, isto é, aquilo que regula o princípio da demanda, encontram-se essencialmente condicionadas pela relação das diversas classes entre si e por sua respectiva posição econômica, ou seja, em primeiro lugar, pela proporção entre o mais-valor total e o salário; em segundo lugar, pela proporção entre as diversas partes nas quais se decompõem o mais-valor (lucro, juros, renda fundiária, impostos, etc.). De modo que aqui novamente se demonstra que não se pode explicar absolutamente nada a partir da relação entre oferta e demanda, antes de estar desenvolvida a base sobre a qual opera essa relação” (MARX, 2017b, p. 216).

¹⁷ “Para que uma mercadoria seja vendida por seu valor de mercado, isto é, na proporção do trabalho socialmente necessário nela contido, a quantidade total de trabalho social empregada na massa total desse tipo de mercadoria tem de corresponder à quantidade média das necessidades sociais, isto é, às necessidades sociais solventes” (*Ibid.*, p. 227).

¹⁸ “Ocorre que, se as mercadorias fossem vendidas por seus valores, haveria, como já foi exposto, taxas de lucro muito diversas nas diversas esferas da produção, segundo a composição orgânica das massas de capital nelas investidas. Mas o capital é retirado de uma esfera com taxa de lucro menor e lançado em outra, que gera lucros maiores. Mediante essa constante emigração e imigração, numa palavra, mediante sua distribuição entre as diversas esferas, conforme em uma delas sua taxa de lucro diminua e, em outra, aumente, o capital engendra uma relação entre a oferta e a demanda de tal natureza que o lucro médio nas esferas da produção torna-se o mesmo e, por conseguinte, os valores se transformam em preços de produção” (*ibid.*, p. 231)

social de valor em disputa, a capacidade monopolista de fixar o preço de mercado acima da média entrega ao capitalista capacidade superior de apropriação de valor.

É necessário, portanto, analisar o ciclo de um capital em particular de forma integrada ao capital social e, nesse sentido, é preciso considerar o “combustível do motor desse mecanismo social e o sentido dado por essa ‘força propulsora’ para o conjunto da sociedade. Como colocam Bernoit e Antunes (2016, p. 163), justamente porque “a soma dos preços de todas as mercadorias sempre corresponderá aos seus valores” e, pois, “certos preços poderão se elevar acima do valor individual da mercadoria apenas porque outros cairão abaixo dele” a lei do valor continuará dirigindo os movimentos dos capitais e, então, “não é possível pensarmos a classe capitalista em seu conjunto sem a existência no seu interior de incontáveis capitalistas individuais”. Assim, “ao operar como componentes do capital social, os capitais individuais acabam se apropriando não da mais-valia produzida por cada um, mas de um lucro regido por uma taxa média, em que os capitais com composições orgânicas mais altas recebem essa taxa média superior” (OSORIO, 2012, p. 62).

Retomando a lei do valor e o duplo caráter do trabalho, Marx (2009, p. 68) explica como o aumento da produtividade acrescenta valores de uso ao mercado sem que isso signifique aumento da massa de valor produzido. Ao intensificar o uso da força de trabalho e aumentar a quantidade de mercadorias produzidas no mesmo tempo, cada unidade incorpora menos tempo de trabalho (valor), mas, mesmo assim, é vendida pelo preço de mercado. Assim, sem produzir maior massa de valor, o capitalista se apropria de maior fatia do valor social excedente.

Produtividade é sempre produtividade de trabalho concreto, útil, e apenas define o grau de eficácia da atividade produtiva adequada a certo fim, em dado espaço de tempo. O trabalho útil torna-se, por isso, uma fonte mais ou menos abundante de produtos, na razão direta da elevação ou queda de sua produtividade. Por outro lado, nenhuma mudança na produtividade atinge intrinsecamente o trabalho configurado no valor. Uma vez que a produtividade pertence à forma concreta, útil, de trabalho, não pode ela influir mais no trabalho quando abstraímos de sua forma concreta, útil. Qualquer que seja a mudança na produtividade, o mesmo trabalho, no mesmo espaço de tempo, fornece sempre a mesma magnitude de valor. Mas, no mesmo espaço de tempo, gera quantidades diferentes de valores-de-uso: quantidade maior quando a produtividade aumenta, e menor, quando ela decai. ((*ibid.*, p.68).

Sob as leis do mercado, a distribuição do valor social excedente é, portanto, função do nível de produtividade do trabalho comandado por cada capital e, relacionado a isso, da capacidade monopolista de fixar o preço. Isso está na raiz do constante aprimoramento das forças produtivas ao qual os capitalistas estão presos, a própria lei concorrencial traz em si a lógica que determina o desenvolvimento das forças produtivas e, numa relação circular-

cumulativa de causa e consequência, traz em si a lógica que converge para o aumento da composição orgânica do capital social.

A disputa pela apropriação de maiores fatias do valor social excedente gera uma lógica que se retroalimenta conduzindo “naturalmente” à concentração do capital: o capitalista com melhores arranjos produtivos apropria-se de valor gerado em ciclo de capital concorrente e, assim, fica apto a investir mais em busca de melhorias adicionais em seus arranjos produtivos. Investindo em capital constante, o capitalista aumenta a seu favor diferença de produtividade e, conseqüentemente, aumenta a sua capacidade de se apropriar de parcela ainda maior da massa social de valor excedente.

Essa “independência” entre a massa de valor apropriado e a quantidade produzida de valores de uso é importante para entender a “legalidade específica”¹⁹ do capitalismo dependente e, no seu bojo, a transferência de valor por mecanismos de mercado da periferia ao centro sistêmico. A mesma lógica cumulativa das capacidades de apropriação de valor é válida para a relação entre as capacidades de apropriação de valor e capacidade de inovação tecnológica dos países. Essa noção explica o balanço desequilibrado entre geração-apropriação de valor por meio das trocas no mercado mundial.

Por isso, o avanço das forças produtivas, o aumento da composição orgânica do capital e a concentração do capital aparecem como lugares para os quais “naturalmente” as leis da acumulação convergem. A substituição de trabalho vivo (gerador de valor) por capital constante (trabalho objetivado), por outro lado, determina que a queda das taxas de lucro apareça como uma lei tendencial desse movimento: “Por si mesma, a distinta composição do capital constante em fixo e circulante em diversos ramos da indústria não tem, pois, importância nenhuma para a taxa de lucro, pois decisiva é a porção entre o capital variável e o constante” (MARX, 2017b, p. 187).

Essa diminuição relativa crescente do capital variável em relação ao capital constante e, assim, ao capital total, é idêntica ao **aumento progressivo da composição orgânica do capital social** em sua média e, do mesmo modo, não é mais que o **outro modo de expressar o desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho**, que se revela precisamente no fato de que, graças ao emprego crescente de maquinaria e de capital fixo em geral, o mesmo número de trabalhadores transforma em produtos uma quantidade maior de matérias-primas e materiais auxiliares no mesmo tempo, ou seja, com menos trabalho (*Ibid.*, p. 250, grifo nosso).

¹⁹ Na definição de Marini (2011a), legalidade específica do ciclo do capital dos países dependentes representa as formas concretas específicas através das quais as relações capitalistas se apresentam nos países periféricos conformando mesmo um capitalismo específico, ou nas palavras de Marini, um capitalismo “sui generis”.

Em suma, como resumem Bernoit e Antunes (2016, p. 166), a lei tendencial da queda da taxa de lucro é apenas resultante do movimento “natural” da acumulação:

A essência dessa lei é a seguinte: de todos os elementos que compõem o capital, o único que o valoriza por meio da criação de mais-valia é a parte formada pelo emprego da classe trabalhadora e representada pelo capital variável. O capital constante, por ser trabalho morto, não cria valor e, por isso, não cria, também, mais-valia. Como no curso do desenvolvimento capitalista predomina a substituição de trabalho vivo do operário pelo trabalho morto das máquinas e dos instrumentos de trabalho, em algum momento do processo de acumulação esta substituição deverá, então, se manifestar na forma de uma queda na massa de mais-valia global produzida em relação ao volume acrescido do capital global empregado, e em algum momento esta contradição entre trabalho vivo e trabalho morto deverá se expressar, por isso, na forma de uma queda na taxa de lucro.

A partir de determinado ponto do desenvolvimento do mercado, os capitais menores acabam sendo engolidos pelos maiores. Isso acrescenta força aos vetores que, conformados pela permanente busca por lucro extraordinário, convergem para a monopolização do capital. A concentração do capital é limitada pelo grau de crescimento da riqueza social, mas a centralização é o processo de absorção do capital mais fraco pelo mais forte que ocorre na medida em que “os grandes capitais esmagam os pequenos”:

O que temos agora é a concentração dos capitais já formados, a supressão de sua autonomia individual, a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais em poucos capitais grandes. Este processo (centralização) se distingue do anterior (concentração) porque pressupõe apenas alteração na repartição dos capitais que já existem e estão funcionando; seu campo de ação não está, portanto, limitado pelo acréscimo absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação. O capital se acumula aqui nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte. Esta é centralização propriamente dita, que não se confunde com a acumulação e a concentração (MARX, 2009, p. 729).

Quando se percebe que o capital “escapa de muitas mãos” fica fácil entender que a centralização prescinde do crescimento do capital social. Entende-se o porquê de se verificar a ampliação do movimento de “expropriação do capitalista (mais fraco) pelo capitalista (mais forte)” em momentos que a massa de valor excedente em disputa não cresce rapidamente, nas fases de crise. Entende-se o movimento de fusões e aquisições (inclusive por meio de privatizações) na atual fase do capitalismo.

Dessa forma, Marx (*Ibid.*, p. 730) explica que “a centralização completa a tarefa da acumulação (...) tanto faz se a centralização se realiza pela via compulsória da anexação (...) ou mediante a fusão de capitais já formados ou em formação”. Assim, a centralização do capital

amplia e acelera as transformações na composição orgânica do capital e, por conseguinte, potencializa a tendência de queda das taxas de lucro.

A **queda da taxa de lucro e a acumulação acelerada** só são diferentes expressões do mesmo processo na medida em que **ambas expressam o desenvolvimento das forças produtivas**. A acumulação, por sua vez, acelera a queda da taxa de lucro na medida em que com ela está dada a concentração dos trabalhos em grande escala e, com isso, uma composição mais alta do capital e sua centralização por meio da expropriação dos capitalistas menores, da expropriação dos últimos produtores diretos que ainda disponham de algo a ser expropriado. Desse modo, a acumulação se acelera na proporção de sua massa, ainda que a taxa de acumulação diminua juntamente com a taxa de lucro (MARX, 2017b, p. 281, grifo nosso).

Como descrito na fórmula D-M-D', o valor excedente apenas retorna à circulação e pode ser utilizado no processo de valorização quando é realizado, ou seja, quando a forma capital-mercadoria do valor é convertida, pela venda, na forma capital-dinheiro. O processo de valorização do capital, portanto, não se encerra com produção da mercadoria. Isso apenas seria verdade se a velocidade de circulação fosse absoluta, ou seja, se a produção coincidir com o momento do consumo. Assim, “a forma acabada do capital pressupõe que este tenha ultrapassado não só o processo de produção propriamente dita, mas também o de sua circulação” (ROSDOLSKY, 2001, p. 263).

Como explica de Luxemburgo (2017, p. 21), a exploração de classe só tem seu sentido consumado para o capitalista quando o valor incorporado pelos trabalhadores nas mercadorias é realizado na venda.

[Após a produção da mercadoria] o fruto da exploração está ali, mas ainda sob uma forma de que o empresário não pode desfrutar. Enquanto capitalista possuir esse fruto apenas na forma de mercadorias armazenadas, não pode ficar satisfeito com a exploração (do trabalho) [...] O capitalista precisa de sua riqueza em dinheiro sonante, a fim de, juntamente com um “padrão de vida adequado a sua posição”, usá-lo para ampliar incessantemente seu capital. Para isso, precisa vender as mercadorias produzidas pelo trabalho assalariado, como o mais-valor que nelas se encerra.

Porque a valorização do capital em um dado período é resultado não apenas da geração de mais-valor, “mas por esse tempo excedente multiplicado pelo número que expressa quantas vezes o processo de produção do capital pode ser repetido em um determinado período”. (MARX, 2011a, p. 449-450), a aceleração da rotação do capital cumpre papel semelhante ao do aumento da produtividade e, pelo mesmo motivo, é um movimento interno do desenvolvimento capitalista. Afinal, “os capitalistas individuais que giram seu capital mais rápido do que a média social obtém lucros excedentes. [...] Desse modo, a competição gera

pressões para acelerar o tempo de rotação mediante a mudança tecnológica e organizacional” (HARVEY, 2006a, p. 136).

Por isso há um esforço permanente de superação de todas as barreiras espaciais e da “anulação do espaço pelo tempo” e o aperfeiçoamento das estruturas de transporte e comunicação se torna parte integrante do esforço capitalista: “o imperativo da acumulação leva ao imperativo da supressão da barreira espacial pela redução do tempo de circulação do capital” (*Ibid.*, 145). Complementarmente, Marx (2017b, p. 99) esclarece que “a relação entre as taxas de lucro de dois capitais é inversa à relação entre seus tempos de rotação [...] o efeito direto do tempo reduzido de rotação sobre a produção de mais-valor – também do lucro – consiste na eficácia aumentada que confere à parte variável do capital.”

Além da diferente composição orgânica dos capitais [...] há ainda outra fonte de desigualdade das taxas de lucro: a diversidade na duração do ciclo de rotação do capital nas distintas esferas da produção [...] as taxas de lucro são inversamente proporcionais ao tempo de rotação [...] A diferença entre os tempos de rotação é, pois, uma das razões que explicam por que capitais de igual grandeza não produzem, em diferentes esferas da produção lucros de igual grandeza nos mesmos intervalos de tempo e por que as taxas de lucro variam nessas diferentes esferas (*Ibid.*, p. 186).

O capital-comercial contribui para essa aceleração na medida em que antecipa a realização do valor da mercadoria para o capitalista industrial (M-D’) e facilita parte da primeira circulação - a compra dos meios de produção (D-mp). Uma parte do capital social total sempre está em fase de circulação, na forma de mercadoria. Ou seja, “capital de comércio de mercadorias não é outra coisa que a forma modificada de uma parte desse capital de circulação, que se encontra constantemente no mercado, em processo de transmutação, e se encontra permanentemente inserido na esfera da circulação” (*Ibid.*, p. 310).

Dessa forma, “como o próprio capital comercial não gera mais-valor nenhum, está claro que o mais-valor que lhe corresponde na forma de lucro médio constitui uma parte do mais-valor gerado pelo capital produtivo total” (*Ibid.*, p. 324). O capital comercial, portanto, participa da divisão do valor excedente gerado na produção industrial.

Assim como o capital industrial só realiza o lucro que já está incorporado como mais-valor no valor da mercadoria, o capital comercial o realiza tão somente porque o mais-valor ou o lucro no preço da mercadoria realizado pelo capitalista industrial ainda não está realizado no mais-valor ou no lucro em sua totalidade. O preço de venda do comerciante não é, portanto, superior ao preço de compra porque está acima do valor total, mas sim porque se encontra abaixo dele (*Ibid.*, p. 328).

O tempo da segunda circulação, logicamente, compõe o tempo de rotação do capital industrial (= tempo de produção + tempo de circulação). Por isso, verifica-se que, com a divisão de funções do capital (industrial e comercial), “menos tempo é empregado exclusivamente no processo de circulação [...] e a perda de lucro total que se revela na figura do lucro comercial é menor do que seria em outras condições.” (*Ibid.*, p. 333)

Para reduzir o tempo de circulação, tende a haver uma concentração espacial das melhorias dos meios de transporte e comunicação em mercados já existentes e, pela própria natureza desses investimentos, cresce o montante de capital fixo (inclusive aquele que é fixado no espaço). São montadas grandes infraestruturas (portos, ferrovias, aeroportos, rodovias, sistemas comunicação) cujos valores são transmitidos em pequeníssimas porções à medida em que são utilizados na produção das mercadorias.

Com isso, “certa parte do capital desacelera para promover tempo de rotação acelerados para a parte restante” (HARVEY, 2006a, p. 137). Ou seja, aquelas infraestruturas que encarnam enorme volume de valor transmitem seus valores às mercadorias em pequeníssimas porções e bastante lentamente, mas permitem que outros capitais, ao utilizá-las, acelerem seus tempos de rotação e, pois, suas taxas de acumulação. Existe, portanto, uma relação específica entre a forma como o capital se fixa no espaço e o tipo de capital que circula(rá) sobre ele.

Tanto a expansão quanto a concentração geográfica são “produtos do mesmo esforço de criar novas oportunidades para a acumulação de capital. [...] o imperativo da acumulação produz concentração da produção e do capital, criando, ao mesmo tempo, uma ampliação do mercado para realização”. Assim, “certo tipo de relação centro-periferia surge da tensão entre concentração e expansão geográfica” (*Ibid.* p. 137) na medida em que integra ao mercado as regiões e as expõe às forças de geração-apropriação de valor desiguais.

É importante destacar que existe correspondência entre o tipo de capital circulante e o tipo de capital fixado no espaço: o tipo de capital que circula em determinado depende do tipo de capital que está fixado naquele espaço. Nesse sentido, Harvey (2006a) descreve como paradoxal o fato de o capital, buscando aumentar a sua velocidade de rotação, depender de uma massa crescente de capital cuja circulação é bastante lenta. Ademais, destaca-se que, em grande medida, tratam-se de estruturas sociais disponibilizadas pelo Estado.

Ao se observar essa relação entre a fixação de capital no espaço e a ampliação da velocidade de circulação de outros tipos de capitais, percebe-se que as formas como ocorrem

as adaptações nos territórios apontam o posicionamento dos países nos processos globais de acumulação em momento posterior.

O sistema de crédito surge também para potencializar a acumulação reduzindo o tempo de circulação, o que ocorre pelo desatrelamento do reinício do ciclo do capital industrial da necessidade de realização do valor encarnado na mercadoria produzida em ciclo anterior. A disponibilização de capital-dinheiro por outro agente econômico permite que novo ciclo produtivo seja iniciado independentemente da realização do valor resultante de ciclo anterior, permite a continuidade do processo de valorização sem “soluços”.

De um lado, em troca de parte do valor realizado, o aumenta a velocidade de rotação do capital e, de outro, permite a expansão da base de consumo e dos limites geográficos do capital industrial. O sistema de crédito surge do próprio movimento capitalista e tanto intensifica a produção de mais-valor como amplia a escala da acumulação.

[...] a possibilidade do crédito surge da “natureza interna” do modo de produção capitalista, está contida no seu “conceito”. Além disso, na trajetória do capital existem elementos que criam não só a possibilidade, mas também a necessidade do sistema de crédito. Mais ainda, fazem com que ele apareça como *conditio sine qua non* da produção capitalista. Tal é, sobretudo, a compulsão à continuidade, ao fluxo ininterrupto do processo de produção (ROSDOLSKY, 2001, p. 328).

O acesso ao crédito passa a ser arma indispensável na luta concorrencial intercapitalista e o capital portador de juros passa a integrar o movimento da acumulação disputando fatias da massa de valor social excedente.

Como dito e repetido, capital é valor em movimento e, por isso, valor excedente que não retorna à circulação nega a sua existência enquanto capital. O valor em circulação, portanto, aumenta continuamente e, por conseguinte, “cria uma necessidade permanente de encontrar novos campos de atividade para absorver o capital reinvestido: daí o problema de absorver o capital excedente” (HARVEY, 2011, p. 45). Com isso, a expansão e a intensificação das relações capitalistas se tornam imperativos para evitar a ruptura da reprodução ampliada do capital.

O acesso a localidades mais distantes, em sentido contrário, vincula o capital a processos de circulação mais longos e, conseqüentemente, tende a reduzir o rendimento periódico da mais-valia. Isso reforça a importância do capital envolvido diretamente na circulação e pressiona o desenvolvimento do sistema de crédito, já que “possibilita a expansão geográfica

do mercado por meio do estabelecimento da continuidade onde antes não existia continuidade alguma.” (HARVEY, 2006a, p. 51).

A tendência de criar o mercado mundial está imediatamente no próprio conceito do capital. Cada limite aparece como barreira a ser superada. De início, o capital tem a tendência de submeter cada momento da própria produção à troca e de abolir a produção de valores de uso imediatos que não entram na troca, *i.e.*, [...] O comércio não aparece mais aqui como função operando entre as produções autônomas para a troca do seu excedente, mas como pressuposto e momento essencialmente universal da própria produção (MARX, 2011a, p. 332).

Como indicado por Marx (2017a, p. 700), “o desenvolvimento da força de trabalho pressupõe a cooperação em grande escala, e como apenas partindo desse pressuposto se podem organizar a divisão e a combinação do trabalho, poupar meios de produção mediante sua concentração massiva [...]”. A expansão, que é resultado direto desse movimento, leva a um aprofundamento da divisão do trabalho, a uma maior dispersão territorial da produção de valores de uso e a uma imbricação dos capitais industriais, comercial e monetário.

Quando o capitalismo se torna um sistema verdadeiramente mundializado e são aprofundadas as relações entre as economias nacionais, cresce proporcionalmente a necessidade de coordenação para essa “cooperação”. Tanto o imperativo de aceleração da rotação do capital quanto a dispersão geográfica das relações capitalistas requerem aprimoramento da coordenação entre os capitais industriais e entre estes e os capitais comercial e bancário. Em decorrência da expansão geográfica e da interdependência dos capitais, o fluxo de valor (mobilização-geração-apropriação) entre os territórios cresce na mesma proporção e a distribuição da massa global de valor excedente entre setores e frações capitalistas ganha complexidade.

O capitalista que produz o mais-valor, isto é, que suga trabalho não pago diretamente dos trabalhadores trabalho e o fixa em mercadorias é, decerto, o primeiro apropriador, porém de modo algum o último proprietário desse mais-valor. Ele tem ainda de dividi-lo com capitalistas que desempenham outras funções na totalidade da produção social, com o proprietário fundiário etc. O mais-valor se divide, assim, em diversas partes. Seus fragmentos cabem a diferentes categorias de pessoas que recebem formas distintas, independentes entre si, como o lucro, o juro, o ganho comercial, a renda da terra. (MARX, 2017a, p. 639).

Com o avanço do sistema de crédito e a crescente participação do capital monetário, o capital produtivo passa a depender crescentemente dos bancos para ampliar e girar seu capital de maneira competitiva. Por essa participação, os bancos cobram, sob a forma de juros, uma

fatia do valor que é realizado na venda das mercadorias. É nesse processo que o dinheiro bancário se converte em capital:

Com isso, ele obtém, além do valor de uso que já possui como dinheiro, um valor adicional, a saber, aquele de funcionar como capital. Seu valor de uso consiste aqui precisamente no lucro que ele produz ao se converter em capital. Nessa qualidade de capital possível, de meio para produção do lucro, ele se torna mercadoria, mas uma mercadoria *sui generis*. Em outras palavras, o capital como tal torna-se mercadoria. (MARX, 2017b, p. 285-286).

A forma “fetichista mais pura” do capital, D-D’, é a “fórmula geral e originária do capital de modo absoluto. É o capital consumado, a unidade do processo de produção e do processo de circulação, que, por conseguinte, gera mais-valor ao final de determinado período”. Assim, para o capital portador de juros, “o capital aparece como fonte misteriosa e autocriadora de juros, de seu próprio incremento”. Porém, quando são colocadas as devidas mediações, percebe-se que o valor excedente apropriado pelo capital monetário (juros) é uma fatia da mais-valia realizada naquele ciclo D-M-D’ em que ele aparece como “D”. Aí reside a diferença entre o capital portador de juros e o capital fictício.

O capital fictício pode ser entendido como um desdobramento (complexificação) do capital portador de juros. [...] Do ponto de vista do indivíduo, trata-se realmente de capital para o seu proprietário, dado que ele consegue um rendimento em determinado período. A partir dessa remuneração, para uma certa taxa de juros, obtém-se um montante de capital através do qual se chama capitalização. Entretanto, do ponto de vista da totalidade da economia capitalista, esse capital é fictício, uma vez que tem como base a participação de títulos de crédito em rendimentos futuros, que podem nem se realizar; além do que o mesmo título pode ser revendido inúmeras vezes, a partir da mesma taxa de juros, formando várias propriedades (direitos de participação) com base em apenas um montante de capital inicial, que pode nem completar o seu processo de circulação (CARCANHOLO, 2008, p. 259-260)

Mais uma vez, destaca-se: esse entendimento é fundamental para a argumentação da segunda parte deste trabalho, sobretudo para a interpretação dos mecanismos imperialistas de extração de valor e da permanente participação dos países periféricos com base real de geração de valor, mesmo com o descolamento da acumulação financeira.

Nas palavras de Marx (2017b, p. 388-389):

B tem que ceder a A, sob o nome de juros, uma parte do lucro por ele obtido mediante essa soma de capital, uma vez que A só lhe deu esse dinheiro como capital, isto é, como valor que não só se conserva no movimento, como rende [...]. O fato de que esse dinheiro seja aqui ao mesmo tempo capital monetário, uma forma do capital, é algo que não deriva do ato da compra, da função efetiva que ele desempenha como dinheiro, mas da conexão desse ato com o movimento total do capital, uma vez que esse ato que ele realiza como dinheiro conduz ao processo de produção capitalista.

Para o capitalista industrial (B), o capital monetário que tomou emprestado percorre todo o ciclo D-M-D' descrito anteriormente. Diferentemente, sob a perspectiva do dono do capital-dinheiro (A) que foi emprestado, numa visão imediata, a valorização dispensa a mediação da produção e, como se fosse um passe de mágica realizado pelo transcorrer do tempo, assume a forma de valorização direta D-D': "valor que valoriza a si mesmo, sem o processo mediador entre os dois extremos".

Ou seja, apesar da aparência de valorização imediata (D-D'), o capital monetário não prescinde da utilização da base real de geração de valor para sua valorização, não prescinde da utilização do trabalho vivo no ciclo do capital industrial, afinal ele "conduz ao processo de produção capitalista" (D-M-D') e desse processo deriva sua condição de capital: valor que busca valorização pela utilização de trabalho vivo.

Marx (2017b, p. 391) explica como ocorre a conversão do dinheiro em capital e sua participação no processo produtivo do capitalista que lhe toma emprestado:

O possuidor de dinheiro, que quer valorizá-lo como capital portador de juros, aliena-o a um terceiro, lança-o na circulação, converte-o em mercadoria como capital; e não só como capital para ele mesmo, mas também para outros; ele não é capital apenas para quem o aliena, mas é desde o início transferido a um terceiro como capital, como valor que possui o valor de uso de criar mais-valor, lucro, como um valor que conserva a si mesmo no movimento e que, depois de ter funcionado, retorna àquele que o desembolsou originalmente [...] um valor que só é alienado sob a condição de, em primeiro lugar, retornar a seu ponto de partida após determinado prazo e, em segundo lugar, retornar como capital realizado, isto é, tendo cumprido seu valor de uso, que consiste em produzir mais-valor.

Os capitais bancários não estão imunes à tendência de concentração/centralização. Por isso, as próprias leis capitalistas fazem com que, cada vez mais, um menor número de instituições bancárias conheça as entranhas vitais das circulações dos diversos setores e das diversas frações do capital industrial. Com isso, as instituições financeiras ganham capacidade de influir e mesmo de coordenar o movimento das frações dos capitais industriais:

Enquanto o lucro depende das regularidades e discontinuidades de cada processo produtivo, o juro, como taxa de cessão do dinheiro, se refere a uma mercadoria específica e homogênea. Essa é uma forma geral, definida instantaneamente por relações jurídicas que remuneram o capital. Sendo assim, é ela quem estabelece o parâmetro geral para o funcionamento do sistema. Nesse sentido, o capital a juros é muito mais do que forma de distribuição de mais-valia produzida pela sociedade entre os capitais, tornando-se o **fator que condiciona todo o processo de acumulação e alocação do trabalho social.** (MELLO; ROSSI, 2017, grifo nosso).

Com a complexificação dos processos produtivos, maior dispersão territorial das relações capitalistas e mais profunda integração dos capitais industrial, comercial e monetário, cresce a capacidade dos bancos de exercer influência sobre os processos decisórios que dirigem a produção do capital industrial, inclusive em territórios diversos.

Apesar de não identificar diretamente a coordenação realizada por uma nascente oligarquia financeira, Luxemburgo (2017, p. 23) já percebia a criação de uma irmandade de capitalistas dirigida pelo sistema de crédito: “os capitalistas individuais na aparência completamente independentes uns dos outros, formam de fato uma grande irmandade em que, por meio do sistema de crédito, dos bancos, adiantam uns aos outros o dinheiro necessário [...] possibilitando a continuação ininterrupta da produção e da venda.”

Disso deriva uma convergência dos interesses dos capitais que se fundem sob a forma de capital financeiro, que, por sua vez, se concentra nas mãos de uma “oligarquia financeira”. Essa “união” assume papel destacado quando o capitalismo supera sua fase concorrencial e inaugura a fase em que predominam os grandes monopólios com necessidades crescentes de expansão geográfica, quando o capitalismo atinge sua fase imperialista (LENIN, 2011).

Marx e Engels (2007, p. 60-61), apesar de não terem esmiuçado os resultados das relações de interdependências entre os padrões nacionais de reprodução do capital, e não poderiam fazê-lo do momento que observavam o mundo, sintetizam os resultados tendenciais da universalização da concorrência. Percebe-se que eles identificavam tanto a mundialização quanto a formação de grandes cidades, ou seja, identificavam a expansão do sistema e concentração geográfica da produção (dos resultados da acumulação) como resultados do próprio metabolismo capitalista.

[A grande indústria] Criou os meios de comunicação e o moderno mercado mundial, submeteu a si o comércio [...] gerou, com isso a rápida circulação (o desenvolvimento do sistema monetário e a centralização dos capitais). Criou pela primeira vez a história mundial, ao tornar toda nação civilizada e cada indivíduo dentro dela dependentes do mundo interior para satisfação de suas necessidades e suprimiu o anterior caráter exclusivista e natural das nações singulares. Subsumiu a ciência natural ao capital e tomou da divisão do trabalho a sua aparência de naturalidade. [...] dissolveu todas as relações naturais em monetárias [...] criou as grandes cidades industriais modernas [...] produziu uma massa de forças produtivas para a qual a propriedade privada tornou-se um empecilho. [...] A grande indústria, em geral, criou por toda parte as mesmas relações entre as classes da sociedade e suprimiu por meio disso a particularidade das diversas nacionalidades. [...] os países nos quais está desenvolvida uma grande indústria atuam sobre os países mais ou menos industrializados, na medida em que estes são impulsionados pelo comércio mundial à luta universal.

De maneira simplificada, pode-se dizer que a crescente importância do capital monetário e a fusão do capital bancário com o industrial para a formação do capital financeiro resultam do próprio movimento “natural” das leis capitalistas. Disso deriva ponto central da análise de Hilferding (1985) que, de certa forma, será importante base de sustentação para a teoria do imperialismo de Lenin.

O capital financeiro significa a uniformização do capital. Os setores do capital industrial, comercial e bancário antes separados encontram-se agora sob a direção comum das altas finanças, na qual estão reunidos, em estreita união pessoal, os senhores das indústrias e dos bancos. Essa mesma união tem por base a supressão da livre-concorrência do capitalista individual por meio das grandes associações monopolistas. **Com isso muda também, naturalmente, a relação da classe capitalista com o poder do Estado.** (HILFERDING, 1985, p. 283, grifo nosso).

Como já citado, “toda forma de produção forja suas próprias relações jurídicas, forma de governo” (MARX, *op. cit.*), o movimento que converge para a monopolização e a dominância do capital financeiro também resulta em alteração nas estruturas de poder, inclusive em razão da necessidade da expansão transfronteira. As relações de poder, que se condensam no Estado, mudam em consonância com a dinâmica das relações de produção e requerem medidas corretivas para ajustar as condições sociais às características específicas daquele momento da acumulação.

Neste capítulo, o conceito de capital foi apresentado como uma relação de exploração de classe que visa à valorização constante do capital. Foi dito, *en passant*, que, como toda relação de dominação, o capital não pode prescindir de um aparato que o abrigue e, nesse contexto, foi situada a razão de ser do Estado capitalista. Longe de se propor a resumir suficientemente a complexa, extensa e minuciosa descrição de Marx, Engels, Lenin e dos que seguiram a trilha aberta por eles sobre as leis de funcionamento do capitalismo, este capítulo buscou apenas apresentar instrumental teórico básico para compreender o movimento do capital que origina e dirige a vetor geração-apropriação de valor, bem como leva à formação dos grandes monopólios e à interdependência das econômicas nacionais. Isto, junto com os argumentos dos dois próximos capítulos, servirá de fundação para os alicerces teóricos que sustentam a lei de ferro da hierarquia capitalista.

3 A PROCESSUALIDADE CONTRADITÓRIA E OS CICLOS DA ACUMULAÇÃO

Na seção anterior, foi descrito como o movimento “natural” do capital resulta no aumento da composição orgânica e, pois, em uma tendência de queda das taxas de lucro. Por isso, a lei tendencial da queda das taxas de lucro descrita por Marx (2017b) não deve ser interpretada como causa das crises, mas como expressão do movimento dialético da acumulação.

Carcanholo (2017, p. 17) corrobora esse entendimento quando coloca que, para Marx, a crise deve ser entendida “como a totalidade do processo de acumulação do capital, em sua trajetória cíclica, como momentos de expansão e retração, mediados pelas rupturas (crises e retomadas) [...] outra forma de descrever o capitalismo em suas leis gerais (sempre de tendência!)”. Nesse sentido, “em Marx”, as crises expressam o mesmo movimento real da acumulação em sua “processualidade contraditória”.

[...] o seu significado [das crises] contém toda a dinâmica dialética presente no movimento do processo de acumulação de capital.

[...] Crise cíclica é uma outra forma de denominar a dinâmica contraditória (dialética) do processo real de acumulação de capital, e não apenas uma etapa do ciclo. Nesse sentido, **acumulação de capital e crise cíclica** são termos quase ‘sinônimos’ em Marx, no sentido de que **expressam o mesmo movimento real da processualidade contraditória (dialética) da economia capitalista**. (CARCANHOLO, 2010, p. 2, grifo nosso).

O conceito de crise, portanto, é inseparável do conceito de acumulação: crise e crescimento são expressões do mesmo movimento e se diferenciam pelos resultados e expressam o grau de maturidade atingido pelas contradições que são inerentes àquele movimento.

Sendo expressões do mesmo movimento, apenas é possível interpretar as formas como as crises se manifestam a partir da leitura do momento anterior da acumulação, bem como apenas é possível entender os momentos de prosperidade a partir da forma como foi reposta a unidade das contradições após terem atingido seus limites absolutos ou, nos termos utilizados anteriormente, após terem chegado à “maturidade excessiva”. Essa totalidade em permanente movimento define a concretude da dialética capitalista na longa duração dos ciclos de acumulação.

Nesse sentido, como o próprio Marx (2017b, p. 251) esclarece, a queda das taxas de lucro é “apenas uma expressão, peculiar ao modo de produção capitalista, do desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho”. O próprio movimento do capital traz em si

contradições que, no mesmo compasso, determina o desenvolvimento das forças produtivas, a monopolização, a queda das taxas de lucro e a formação do mercado mundial.

O verdadeiro obstáculo à produção capitalista é o próprio capital [...]. Os limites nos quais unicamente se podem mover a conservação e a valorização do valor de capital, os quais se baseiam na expropriação e no empobrecimento da grande massa dos produtores, entram assim em constante contradição com os métodos de produção que o capital tem de empregar para seu objetivo e que apontam para um aumento ilimitado da produção, para a produção como um fim em si mesmo, para um desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais – entram em conflito constante com o objetivo limitado, que é a valorização do capital existente. (MARX, 2017b, p. 289-290).

Neste capítulo, serão apresentados os vetores que fazem o movimento da acumulação capitalista expressar-se alternadamente como fases de prosperidade e fases depressivas, de crescimento e de crise, fases de altas e fases de baixas taxas de lucro e de acumulação produtiva.

3.1 DO CRESCIMENTO À CRISE: O MOVIMENTO NATURAL DO CAPITAL E SEUS LIMITES ABSOLUTOS

O lucro capitalista é uma transfiguração da mais-valia extraída do trabalhador na produção (MARX, *op. cit.*), é o resultado de um ciclo composto por etapas integradas. Em cada etapa, o capital (valor em movimento) assume forma específica: capital dinheiro (D), capital variável (força de trabalho: ft), capital constante (matérias-primas, bens de produção: mp), mercadorias (resultado da produção: M) e, novamente, capital-dinheiro, agora acrescido da mais-valia (D’).

Na primeira circulação, o capital-dinheiro se metamorfoseia em força de trabalho e meios de produção [D - (ft + mp)]. Então, na fase produção propriamente dita [(ft+mp) - M], a força de trabalho é posta em relação com os meios de produção para transferir o valor deste e acrescentar novo valor. O valor transferido e o novo valor gerado são encarnados em determinado valor de uso produzido para a venda (mercadoria). Na segunda circulação, essa mercadoria é vendida (M-D’) e, então, o valor retorna à forma dinheiro. Parte desse valor realizado, superior ao que iniciou o ciclo anterior, deve ser reinvestido na produção. Simplificadamente, esses são os momentos da totalidade que é o ciclo de valorização do capital.

Logicamente, o capital não circula no vácuo. Para percorrer seu ciclo, é preciso que estejam reunidas no espaço e no tempo todas as condições necessárias em quantidades e

características suficientes. De outra forma, alguma de suas metamorfoses fica impedida e o valor se cristaliza em determinada forma (dinheiro, meios de produção ou mercadorias). Em outras palavras, se, por qualquer motivo, todas as condições necessárias à consecução de todas as fases do ciclo do capital não estiverem reunidas na quantidade e com as características adequadas no momento e nos lugares certos, o valor permanecerá inerte e, pois, o ciclo será paralisado. Sem conseguir se movimentar para se valorizar, o valor nega sua condição de capital e a acumulação é interrompida.

Considerando o movimento contraditório do capital, percebe-se que as fases de altas taxas de lucro e de acumulação expressam a “imaturidade” das contradições capitalistas, indicam que, concretamente, o capital ainda encontra todas as condições físicas e sociais disponíveis para percorrer seu ciclo: o capital dinheiro consegue mobilizar determinada tecnologia (encarnada em capital constante) e colocá-la em relação com a força de trabalho para produzir valores de uso que, por sua vez, encontram demanda suficiente para realizar o valor que carregam. Com boas perspectivas de realizar valor excedente no próximo ciclo, o capitalista reinveste na produção o valor que iniciou o ciclo anterior acrescido de parcela da mais-valia.

O capital se move desenvolvendo as forças produtivas, afinal, como coloca Marx (2017b, p. 578), “a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, mas essencialmente produção de mais-valor” e a busca por melhores arranjos produtivos é o meio que o capitalista encontra para aumentar sua capacidade de apropriação de valor excedente/extraordinário (ou de resistir à perda de valor). O desenvolvimento das forças produtivas está, portanto, inscrito na lógica da acumulação cuja reprodução requer a que uma ampla gama de variáveis sociais e físicas estejam articuladas harmonicamente.

A propriedade privada dos meios de produção (de capital constante) traz consigo a objetificação de certa tecnologia que, para ser capital, precisa ser posta em relação com o trabalho e precisa encontrar a necessidade de consumo do tipo de valor de uso para a qual se destina a produzir. O movimento do capital, portanto, ocorre pela articulação “harmoniosamente contraditória” de variáveis físicas, inclusive da própria tecnologia objetificada, com variáveis sociais. Tudo isso com o objetivo de geração de valor excedente para a apropriação pelo capitalista e para reinício do ciclo em escala ampliada.

Com isso se quer sugerir que inovação tecnológica é uma variável dependente de uma equação complexa que articula, com influências recíprocas, fatores sociais (lutas de classes), políticos e físicos e, no capitalismo, essas variáveis compõem uma equação cujo fim é a

apropriação de mais-valia pela classe capitalista. As variáveis, por definição, variam para potencializar o fim da equação.

Arrighi (1997, p. 19), baseando-se “livremente em Schumpeter”, sugere que “a intensidade da competição na economia capitalista varia no tempo, de acordo com o equilíbrio sempre mutável entre as forças do costume e da inovação”. Para ele, os ciclos de acumulação seriam “reflexos temporais” dos processos competitivos e estes seriam resultados do balanço entre costume e inovação. Logo, a fase de prosperidade (fase A – altas taxas de lucro) e a fase depressiva (fase B – baixas taxas de lucro) seriam reflexos diretos do “balanço costume-inovação”.

Apesar de se concordar com Arrighi (1997) sobre as inovações primárias/disruptivas (se articuladas com as variáveis físicas e sociais) marcarem o início das fases de prosperidade (altas taxas de acumulação), entende-se que o movimento das taxas de lucro é resultado “natural” e inevitável da “processualidade contraditória” da acumulação e, pois, as inovações, sejam elas “primárias”, “secundárias”²¹ ou simplesmente incrementais também o são.

Os ciclos são “reflexo temporal dos processos competitivos” apenas na medida em que a intensidade da competição reflete o grau de maturidade das contradições, que é resumida pela composição orgânica média do capital e expressa pelas taxas de lucro. Por isso, entende-se que, sob determinado paradigma sócio-tecnológico²², as taxas de lucro sintetizam o nível de maturidade do processo contraditório da acumulação e não propriamente o “balanço costume-inovação”.

O enfoque marxista diferencia-se do schumpeteriano pela primazia que o primeiro confere ao comportamento da taxa de lucro a longo prazo – acima da mudança tecnológica – na interpretação das ondas longas. Situa a inovação como um subproduto do processo de valorização e considera que certos acontecimentos político-sociais constituem as pré-condições do fenômeno. A taxa de lucro ocupa papel central na explicação, pois é o indicador que resume todas as tendências do capital.

[...]

Em última instância, supor a dinâmica da inovação como algo predominante sobre o processo de valorização, ou autônoma em relação ao que ocorre neste campo, implica converter a tecnologia em um fetiche que, originado na ação

²¹ Arrighi (*op. cit.*) diferencia as revoluções tecnológicas “primárias”, que inauguram o paradigma tecnológico, das “secundárias”, que surgem como importante salto de produtividade no interior do paradigma inaugurado pela revolução primária.

²² Ao se colocar “paradigma sócio-tecnológico” não se sugere que a tecnologia seja uma variável “não-social”. Coloca-se “sócio-tecnológica” para abrir a possibilidade, aqui aproveitada, de destacar que a tecnologia apenas assume papel de capital se estiver articulada com variáveis sociais relativas, por exemplo, à disponibilidade de força de trabalho com qualificação específica e com “necessidades” e capacidade de consumo adequadas aos valores de uso produzidos.

do homem, teria passado a governar sua organização social (KATZ, 1996b, p. 169-170).

Nesse sentido, este trabalho se aproxima das observações de Katz (1996b) e, pois, logicamente, de Marx no que se refere à precedência das taxas de lucro em relação às inovações. Se aproxima de Katz na mesma medida em que se afasta de Arrighi.

Com as revoluções tecnológicas disruptivas, o capital excedente ligado ao padrão de produção antes dominante (e agora “excessivamente maduro”) passa por processos de racionalização, ou seja, desvalorização por não encontrar condições para manter sua circulação ampliada. Assim, sob o novo padrão, recompõe-se a unidade das contradições para que novamente o capital se movimento em um processo contínuo de amadurecimento de suas contradições. A capacidade de dirigir essa racionalização e exportar seus efeitos deletérios, como será discutido, cabe às forças imperialistas.

Portanto, em concordância com Katz (1996b, p. 169-170), percebe-se que, “acima da mudança tecnológica”, há primazia do “comportamento da taxa de lucro a longo prazo [...] na interpretação das ondas longas”. A inovação tecnológica aparece, então, “como um subproduto do processo de valorização [...] a taxa de lucro ocupa papel central na explicação [das ondas longas], pois é o indicador que resume todas as tendências do capital”. Em outros termos, “a mudança tecnológica é guiada pelas mesmas forças que arbitram o trabalho assalariado, a troca de mercadorias, a concorrência entre os produtores privados, a acumulação de capital ou a extração de mais-valia” (KATZ, 1996a, p. 10).

A principal afinidade entre as concepções marxista e schmpeteriana é a descontinuidade da mudança tecnológica. Em ambos os enfoques, a inovação não é caracterizada como um processo gradual, lento e cumulativo, mas abrupto e desequilibrado. A visão descontínua do avanço tecnológico tem fundamento na existência de uma estreita dependência entre inovação, movimentos cíclicos e crises periódicas da economia capitalista. Como a mudança tecnológica se desenvolve em função de oscilações da acumulação, submete-se necessariamente a um padrão descontínuo. (*Ibid.*, p. 30).

Porque variam inversamente com composição orgânica do capital, e esta composição tende a aumentar “naturalmente”, as taxas de lucro têm compasso contrário em relação ao grau de maturidade do paradigma de acumulação: são altas quando as contradições estão “imaturas e são baixas quando as contradições inerentes ao movimento atingem sua “maturidade excessiva”.

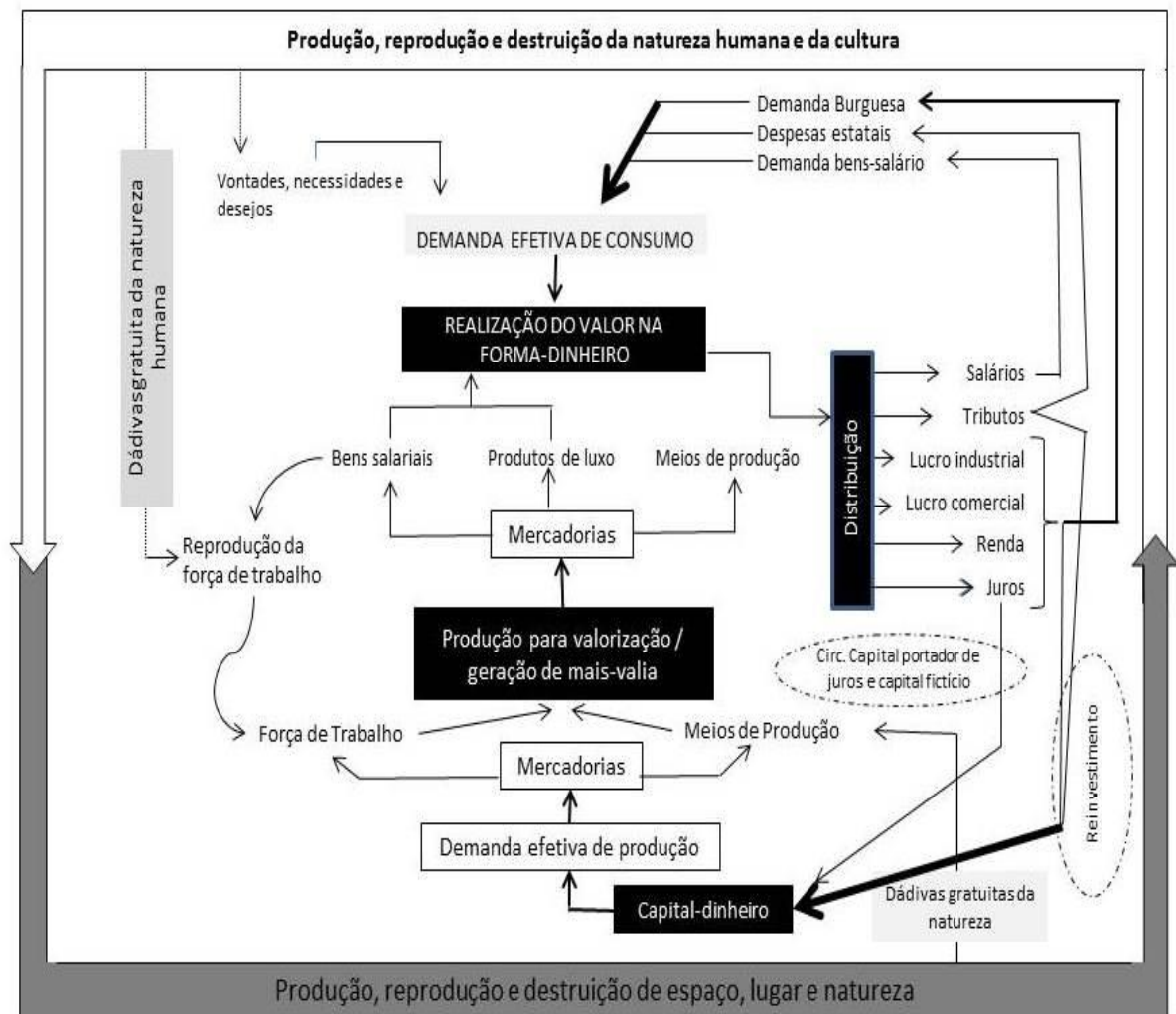
Com tudo isso se quer afirmar que uma inovação disruptiva é remédio necessário para repor a unidade das contradições, mas, isoladamente, não é capaz de sustentar uma fase de

prosperidade sistêmica. Para isso, são necessários ajustes espaciais que entreguem ao capital constante que encarna essa tecnologia as condições físicas e sociais adequadas à sua

Revolucionária ou incremental, a inovação tecnológica é variável que depende das condições histórico-concretas da acumulação. Por isso, tende a ser incremental quando os capitalistas disputam fatias da massa de valor que cresce rapidamente e as inovações disruptivas tendem a se concentrar no momento em que se disputa fatias de uma massa de valor que cresce apenas lentamente.

A figura abaixo, que é uma reprodução do fluxo apresentado por Harvey (2018, p. 20), dá uma ideia da complexidade da equação que precisa estar “corretamente” organizada para que a tecnologia participe do ciclo de valorização.

Figura 1 - O ciclo do capital



Fonte: (HARVEY, 2018, p.20)

Na figura, o lucro aparece em sua forma real, “valor na forma dinheiro”, que sucede a realização do valor incorporado nas formas diversas dos valores de uso produzidos, o que, por sua vez, depende da “demanda efetiva de consumo”, que é composta pela “demanda burguesa”, “despesas estatais” e “demanda de consumo dos trabalhadores”. A composição da demanda depende da distribuição do valor excedente realizado entre “salários, tributos, lucro industrial, lucro comercial, renda e juros”; o valor distribuído sob a forma de tributos ao Estado, pode vir diretamente do valor realizado pelo capitalista como impostos diretos ou, indiretamente, pelo consumo dos trabalhadores; o valor arrecadado pelo Estado pode ser gasto para compor demanda efetiva para o capital, entrar na produção estatal como “capital dinheiro” que comporá a “demanda efetiva da produção” que, por sua vez, é composta pela força de trabalho e meios de produção, ou sair da circulação imobilizando-se em aparelhos sociais. O valor da força de trabalho, que determina os salários e, pois, a capacidade de consumo dos trabalhadores é influenciado pelos gastos estatais que entregam serviços públicos que, de outra forma, teriam que ser comprados com o salário recebido.

A descrição acima não pretende ser exaustiva em relação à complexidade de momentos e relações da circulação do capital. Busca-se, apenas, apontar essa complexidade para mostrar o todo que precisa ser organizado para que sejam apresentadas as condições físicas e sociais em quantidade, qualidade e proporções adequadas para que a equação capitalista atinja seu objetivo. Essa equação ganha ainda mais complexidade quando se observa que suas variáveis mudam em função do “natural” desenvolvimento das forças produtivas, da formação do exército industrial de reserva, migração setorial do capital, etc., e, logicamente, do crescimento da quantidade de capital em circulação que disputa a massa de valor social excedente.

A acumulação é decorrente da repetição continuada desse ciclo. Como resultado, cresce a quantidade de capital constante que precisa ter seu valor transmitido às mercadorias, aumenta a quantidade de mercadorias que precisam encontrar consumidores com poder aquisitivo suficiente para comprá-las e cresce a quantidade de dinheiro que precisa encontrar novos meios de produção e força de trabalho disponíveis em quantidades, qualidades e proporções suficientes nos lugares e nos momentos certos. Além disso, logicamente, para que o valor realizado retorne ao ciclo produtivo, é preciso que haja expectativa de que o montante superior de valor encarnado nas mercadorias encontrará meios para ser realizado na venda futura.

Seria redundante aprofundar o que já foi dito no capítulo 2 sobre a dinâmica que liga a busca por inovações “incrementais” ao processo de concentração de capital. Resume-se: o capitalista com melhores arranjos produtivos coloca no mercado valores de uso com valor

inferior à média social e, pois, apropria-se de valor gerado em ciclo de capital concorrente com arranjos inferiores. Assim, fica em condição de investir mais em melhorias adicionais de seus arranjos para se tornar ainda mais capaz de capturar valor extraordinário.

Forma-se um ciclo “virtuoso” (para os mais fortes) que leva à concentração do capital e ao aumento da composição orgânica do capital: “o desenvolvimento constante das forças produtivas torna-se uma tendência inscrita no modo de ser do capitalismo desenvolvido: mais-valias superiores à média caminham de mãos dadas com os processos que incrementam a produtividade” (OSORIO, 2016, p. 501)

Por meio da mudança tecnológica, as empresas que reduzem com maior rapidez o tempo socialmente necessário para a fabricação de produtos, barateiam a produção e obtêm um lucro excedente sobre seus concorrentes enquanto não se generaliza a inovação²³. Esta dinâmica coloca a mudança tecnológica como instrumento da lei do valor-trabalho, ao induzir a maneira pela qual será distribuído o trabalho social nas diferentes empresas, ramos e negócios. (KATZ, 1996a, p. 11).

A corrida entre os capitalistas, da qual o lucro extraordinário/monopolista é o prêmio em disputa e o incremento da produtividade é a estratégia, leva à “fetichização” da tecnologia²⁴ ao mesmo tempo em que acelera o desenvolvimento das contradições que determinam o esgotamento do arcabouço necessário à reprodução ampliada do capital. De um lado, cresce o volume de capital que luta por fatias de uma massa de valor e, de outro, como resultado direto dessa luta, cresce a composição orgânica média do capital, ou seja, ocorre a substituição do fator gerador de valor (capital variável – força de trabalho) por capital constante (meios de produção). Ou seja, ao mesmo tempo em que cresce o volume de capital que disputa valor, o crescimento da massa de valor em disputa é desacelerado.

Todo esse movimento é expresso pela queda das taxas de lucro. Como resume Harvey (2011, p. 79), “o problema é que o lucro adicional que obtêm é efêmero, pois os concorrentes podem alcançar e até mesmo ultrapassar sua vantagem tecnológica e organizacional”. As crises de superacumulação aparecem como manifestação desse movimento total, aparecem como

²³ “Na concorrência, o mínimo crescente do capital que, com o aumento da força produtiva, se torna necessário para o funcionamento exitoso de uma empresa industrial autônoma apresenta-se da seguinte forma: assim que o equipamento novo e mais oneroso é introduzido na empresa de maneira generalizada, os pequenos capitais são futuramente excluídos da atividade. Os pequenos capitais só podem atuar de modo independente nos começos dos inventos mecânicos nas distintas esferas de produção” (MARX, 2017b, p. 302)

²⁴ “A teoria neoliberal da mudança tecnológica se sustenta nos poderes coercivos da competição para levar à busca de novos produtos, novos métodos de produção e de novas formas organizacionais. Mas esse impulso se incorpora a tal ponto ao senso comum dos empreendedores que se torna um fetiche: a crença de que para todos e qualquer problema há um remédio tecnológico” (HARVEY, 2008, p. 79)

expressão do elevado grau de “maturidade” atingido pelas contradições da acumulação sob determinado paradigma tecnológico-social.

Em um ponto ou outro do circuito, a intenção racional de maximizar a acumulação cria barreira à continuidade do processo de valorização. Independente da fase em que a barreira é erguida, ela é sempre decorrente da mesma lei geral da acumulação do capital, é resultado do avanço das contradições que compõe o movimento de valorização. Por isso se diz que o sucesso da acumulação na fase de prosperidade coloca os limites dos mecanismos de mercado para a geração-apropriação de valor excedente.

Como resume Harvey (2006a, p. 45-46):

[Se] necessariamente, a produção e o consumo se integram de modo dialético na produção como totalidade, resulta que as crises originárias das barreiras estruturais à acumulação podem se manifestar tanto na produção quanto no consumo, e em qualquer uma das fases de circulação e de produção de valor. [...]

No sistema capitalista, as muitas manifestações da crise – o desemprego e subemprego crônicos, o excedente de capital e a falta de oportunidades de investimentos, as taxas decrescentes de lucro, a falta de demanda efetiva no mercado e assim por diante – remontam à tendência básica da acumulação excedente, à tendência de superacumulação.

Harvey (2011, p. 46) lista as barreiras que podem interromper a continuidade do fluxo de capital: capital inicial sob a forma de dinheiro insuficiente; escassez de oferta de trabalho ou dificuldades políticas com esta; meios de produção inadequados, incluindo os chamados “limites naturais”; tecnologias e formas organizacionais inadequadas; resistências ou ineficiências no processo de trabalho; e falta de demanda fundamentada em dinheiro para pagar no mercado.

A depender da fase do ciclo em que a metamorfose fica impedida, o capital ficará sujeito a uma ou outra forma de desvalorização: como mercadoria que fica encalhada e, pois, se deteriora (física ou socialmente) ou cujo preço de mercado caiu abaixo do custo de produção; como matérias primas, capacidade produtiva ou infraestruturas físicas ociosas que, sem conseguir transferir seus valores para mercadorias na produção, sofrem depreciação (física ou social – obsolescência); ou como dinheiro que não encontra alternativa de investimento. Nesses momentos, para evitar essa desvalorização que poderia, inclusive, colocar o sistema em xeque, como será discutido no capítulo 5, o grande capital recorre a forças extraeconômicas.

Por um lado, portanto, a luta concorrencial induz o capitalista “a ampliar sua escala, apenas como meio de autoconservação e sob pena de sucumbir”, mas, do outro, a mesma luta concorrencial induz o capitalista a substituir trabalho vivo por trabalho objetivado em capital

constante, o que limita a capacidade social de realizar o valor contido naquela produção (que se expande continuamente) e estabelece uma tendência decrescente das taxas de lucro.

Ademais, além do desemprego resultante da substituição do trabalho vivo por capital constante, é preciso ter em conta que o valor pago aos trabalhadores (capital variável) compõe os custos de produção de cada capitalista individual. Este, exposto ao mercado concorrencial, necessariamente se empenha para reduzir seus custos. Assim, da soma desses esforços individuais resulta um rebaixamento da capacidade de consumo inclusive dos trabalhadores empregados.

Presos às lutas de classes e coagidos pela concorrência com seus pares, os capitalistas são forçados a promover desenvolvimento tecnológico que substitui trabalho vivo por capital constante. O crescimento da massa de valor encarnada em capital constante que precisa ser transferido para a produção defronta-se com a queda da capacidade de consumo social, que ela mesma induz. Nesse sentido, “quanto mais se desenvolve a força produtiva, mais ela entra em conflito com a base estreita sobre a qual repousam as relações de consumo” (MARX, 2017b, p. 284).

Além disso, se o investimento em capital constante aumentar proporcionalmente mais do que o consumo improdutivo (dos trabalhadores e consumo pessoal dos capitalistas), em algum momento será percebido que há uma quantidade excessiva de capital constante. Esses meios de produção ficarão ociosos e não poderão transferir seu valor para a produção. Haverá, mais capital sob a forma de estruturas produtivas do que comportam as expectativas de realização do valor. Esse capital redundante fica inerte e, pois, sujeito à desvalorização.

De uma forma ou de outra, as paixões individuais pela acumulação convergem para um ponto em que se percebe existência de excesso de capital em relação à capacidade do arcabouço social para a continuidade do ciclo ampliado. A valorização do valor encontra seu limite absoluto. Neste ponto, a “maturidade excessiva” das contradições impõe mudanças qualitativas.

De uma forma ou de outra, a lei geral da acumulação conduz à existência, de um lado, de volume excessivo de capital e, de outro, de força de trabalho desempregada sem que possam ser combinados na produção de forma lucrativa. Independentemente das formas pelas quais se manifestam, as crises são resultados da mesma tendência à superacumulação, são definidas pela busca pela acumulação sem preocupação com os limites constituídos, o que está na natureza do capital.

Internamente, não há solução para as contradições: se os capitalistas tivessem usado o valor excedente para consumo pessoal ou tivessem permitido maior capacidade de consumo para a massa de trabalhadores, a acumulação ampliada teria, no mínimo, sido retardada e o erguimento das barreiras ao ciclo seria apenas mais lento, mas isso apenas porque a taxa de acumulação foi reduzida. Mesmo esse retardamento, contudo, não é possível já que a lei da concorrência condiciona a sobrevivência do capitalista ao sucesso na corrida por fatias da massa de valor social excedente. A lei concorrencial impõe uma disputa frenética entre os capitalistas e determina o expurgo dos capitalistas menos eficientes. Não se trata de uma escolha individual, o capitalista é motor e resultado das leis imanentes da acumulação.

O aumento da composição orgânica do capital, como coloca Osorio (2012, p. 63), “provoca a queda tendencial da taxa de lucro, o que propicia a sobreacumulação (relativa) de equipamentos, maquinaria e matérias-primas, os quais não podem ser reincorporados à produção se a taxa de lucro não se eleva”. Dessa forma, “a lei da queda tendencial da taxa de lucro constitui o aporte fundamental de Marx à análise das crises capitalistas” (*Ibid.*, p. 65) e é a ela que este trabalho se apegua para descrever as crises de superacumulação como expressões da dialética da acumulação e, portanto, como momentos inevitáveis.

Os fatores que propiciam a queda da taxa de lucro, isto é, a busca da elevação da produtividade para ganhar e/ou sobreviver na concorrência, mediante a elevação da composição orgânica do capital, são os mesmos que operam no incremento da massa de mercadorias que precisam ser vendidas para recuperar a mais-valia nelas contida. Portanto, confrontar esses dois elementos (ou queda da taxa de lucro ou realização) como processos independentes e desligados um do outro é não compreender as ‘contradições internas da lei’ da queda tendencial da taxa de lucro, como o ‘conflito entre a expansão da produção e valorização’ (*Ibid.*, p. 69).

Apesar de não serem causa das crises, mas manifestação do movimento contraditório da acumulação, a queda da taxa média de lucro precipita um movimento que a exacerba e mistifica suas causas reais. Apesar de haver forças contratendências, essa queda não pode ser evitada no longo prazo e, então, “os capitalistas individuais cancelarão suas encomendas de meios de produção a outros capitalistas e, assim, provocarão em todos os ramos da sociedade uma paralisia abrupta da produção”.

Com isso, há uma redução geral da produção, tende a haver dispensa de trabalhadores, o que leva a uma queda da demanda efetiva. Então a “expectativa positiva dá lugar ao pessimismo generalizado entre todos os investidores capitalistas” e tende a haver um reforço da fase depressiva do ciclo (BERNOIT; ANTUNES, 2016, p. 178).

Para ilustrar: as altas taxas de lucro e de acumulação do *boom* do pós-Guerra foram possíveis em razão das condições de devastação e do atraso socioeconômico imposto pelas armas, foram possíveis devido a “imaturidade” forçada (BRENNER, 2003). Viviam-se um período subsequente a, literalmente, uma queima de capital sem precedentes e, portanto, havia espaço e condições suficientes para comportar a reprodução ampliada do volume de capital em circulação.

O processo de crescimento acelerado levou ao crescimento da massa de capital investido em capacidade produtiva e à queda das taxas de lucratividade que foi observada no fim dos anos 1960 (*Ibid.*). Tal como previsto pela “lei geral da acumulação”, o sucesso da acumulação do pós-guerra fez crescer barreiras à acumulação do capital, o que deu vez à crise de superacumulação hodierna.

Corroborando o que foi dito, Marx (2014, p. 514-515) ressalta que as crises são “independentes da boa ou má vontade” e que são resultados do próprio movimento capitalista e, adicionalmente, aponta para o caráter inconciliável dos interesses das grandes classes sob o capitalismo.

É pura tautologia dizer que as crises surgem da falta de um consumo solvente, ou da carência de consumidores solventes. [...]. Mas caso se queira dar a essa tautologia a aparência de uma fundamentação profunda, dizendo que a classe trabalhadora recebe uma parte demasiadamente pequena de seu próprio produto, de modo que o mal seria remediado tão logo ela recebesse uma fração maior [...] basta observar que as crises são sempre preparadas num período em que o salário sobe de maneira geral e a classe trabalhadora recebe uma participação maior na parcela do produto anual destinada ao consumo [...] Parece, pois, que a produção capitalista implica condições independentes da boa ou má vontade, condições que somente de forma momentânea permitem essa prosperidade da classe trabalhadora e, mesmo assim, como prenúncio da crise. (*Ibid.* p. 514-515).

Independentemente da origem e da forma como se manifestam, as crises de acumulação decorrem do mesmo problema básico, todas têm origem na “lei geral da produção de capital” e são, por isso, endógenas e endêmicas ao modo de produção capitalista. Em todos os casos,

a crise condiciona-se, especificamente, pela lei geral da produção de capital: produzir no limite fixado pelas forças produtivas; explorar a quantidade máxima de trabalho com determinada importância de capital, sem qualquer consideração pelos limites reais do mercado de trabalho ou pelas necessidades retraídas pela incapacidade de pagamento (MARX, 2011a, p. 746, grifo nosso).

As crises de acumulação são gestadas, portanto, pelo o próprio funcionamento do metabolismo capitalista, “as crises emanam não de uma ou outra contradição em particular, da

superprodução relativa ou absoluta, das desproporções, do subconsumo, da queda na taxa de lucro, etc., mas sim da totalidade contraditória e explosiva do capital”. (BERNOIT; ANTUNES, 2016, p. 185).

Como resumem Filgueiras e Oliveira (2013, p. 80):

[...] a crise é um fenômeno cíclico, necessário ao regime de produção capitalista; determinada pela lei da mais-valia enquanto lei fundamental de valorização do capital e por todas as demais que dela derivam – que se impõem aos capitais individuais, através da concorrência, de forma coercitiva e inexorável, explicitando-se como tendências que evidenciam a natureza contraditória desse regime de produção.

Antes que surja a “inovação disruptiva”, enquanto a massa de valor social excedente não consegue mais crescer sustentadamente, os grandes capitais passam a “esmagar os pequenos”, avança o processo de centralização (MARX, 2017b, p. 302). Nesse processo, o sistema de crédito/capital fictício atua não apenas para facilitar a “fagocitose” dos pequenos capitais pelos maiores, mas atua também para induzir e se aproveitar de processos de acumulação por espoliação.

O sistema de crédito, além de ser “um enorme mecanismo social de centralização dos capitais”, atua fora das suas jurisdições políticas originais envolvendo, inclusive, as dívidas públicas nacionais, que passam elas mesmas a remunerar o capital financeiro em detrimento do fomento à produção ou investimentos sociais, por exemplo.

Em um ambiente de taxas de lucro reduzidas, o capital financeiro, já conhecedor das entranhas do capital industrial e de suas relações competitivas, autonomiza-se e busca formas diretas de valorização, formas em que não precisem participar diretamente do processo de valorização para se apropriar de valor. Daí o avanço do capital fictício e o descolamento da expansão financeira em relação ao “lado real” da econômica.

A acumulação financeira não mantém sem a geração de valor no ciclo produtivo do capital. Então, o descolamento da acumulação financeira em relação à produtiva não pode se manter *ad infinitum*, é preciso que seja gerado valor suficiente para ser partilhado com o capital portador de juros, é preciso que, durante a crise, estejam sendo preparadas as condições para nova fase de prosperidade

Logicamente, é de se esperar que os agentes mais bem colocados na fase de crescimento estejam em posições privilegiadas para ocupar aqueles nichos mais lucrativos de intermediação financeira. Assim, em uma fase em que o valor excedente é gerado em quantidade insuficiente

para remunerar o volume de capital existente, tende a crescer a “acumulação por espoliação” e o capital financeiro-fictício tende a ser protagonista nesses momentos.

Esse capital superabundante em sua forma mais líquida passa a ser canalizado para onde quer que haja nichos de mercado lucrativos. Isso corrobora conteúdo central da teoria de Lenin (2011, p. 181-182) sobre o imperialismo acerca da finalidade da exportação de capital sob comando das oligarquias financeiras e também concorda com Amin (2005) quando ele apresenta o monopólio dos principais canais financeiros como uma das cinco mais importantes armas para o exercício das forças imperialistas. Segundo o líder soviético, esse capital não se destina à “elevação do nível de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais ao estrangeiro, para os países atrasados”.

O capital que carece de campo para aplicação lucrativa e está, pois, sob risco de desvalorização tende a se concentrar nos países centrais, afinal seus ciclos foram acelerados por valor capturado de territórios atrasados. A desvalorização por um processo de racionalização seria uma forma de “harmonizar” o volume de capital com as condições necessárias para a sua valorização.

De um lado, só a desvalorização do capital redundante é capaz de entregar nova racionalidade ao sistema, como ocorreu com as guerras mundiais, mas, de outro lado, esse processo importaria aos territórios que contêm o capital redundante elevado custo social: “falências, colapsos financeiros, desvalorização forçada de ativos fixos e poupanças pessoais, inflação, concentração crescente de poder econômico e político em poucas mãos, queda dos salários reais e desemprego” (HARVEY, 2006a, p.47).

Como as condições materiais da vida em sociedade são criadas e recriadas pelo movimento do capital, a racionalização inevitavelmente traz consigo graves crises sociais que, se ocorrerem no coração do sistema, poderiam colocar à prova a legitimidade do capitalismo. Os grandes capitalistas, contudo, não andam sozinhos. Enquanto classe, eles sempre podem recorrer aos poderes extraeconômicos concentrados nos Estados para evitar a desvalorização do seu capital redundante e para capitanear soluções às crises.

Por isso, defende-se que apenas quando se percebe o Estado como agente orgânico da reprodução capitalista a afirmação de Marx (2011a, p. 332-334) “o capital é destrutivo disso tudo e revoluciona constantemente, derruba todas as barreiras” encontra seu sentido pleno.

3.2 OS AJUSTES ESPAÇO-TEMPORAIS COMO ESTRATÉGIAS PARA A SUPERAÇÃO DAS CRISES DE SUPERACUMULAÇÃO

No capítulo 2, discutiu-se a indissociabilidade dos elementos econômicos e políticos para a reprodução das relações de dominação de classe que o capital traz em si. Nas crises, essa relação ganha ainda mais evidência e assume caracteres ainda mais abertamente violentos (para além das relações de mercado) no que tange à captura direta de valor.

Apesar da tendência inerente à crise, o sistema capitalista persiste e avança. Infere-se, então, que, de alguma forma, o capital vem encontrando maneiras para transpor as barreiras que ele mesmo interpõe à sua circulação. Harvey (2006a, p. 115) sugere que os ajustes espaciais são as saídas historicamente postas para se evitar a desvalorização: “a única solução efetiva para tais crises, na ausência do ajuste espacial, é a desvalorização do capital [...] e a desvalorização da força de trabalho por meio de decrescentes padrões reais de vida do trabalhador”. Contudo, como o próprio Harvey argumenta, esses mesmos ajustes que são colocados como alternativas, trazem consigo um processo orquestrado de desvalorização. Localizar geograficamente esses processos é tarefa assumida pelas forças imperialistas.

Em sua teoria dos ajustes espaço-temporais, o geógrafo inglês explica como “a produção e reconfiguração das relações espaciais oferecem um forte meio de atenuar, se não resolver, a tendência à formação de crises no âmbito do capitalismo.” (HARVEY, 2004, p. 78) Contudo, como alerta Lenin (2011), o capital exportado para a promoção desses ajustes espaciais não se reconheceria como tal se fosse consagrado à elevação do padrão de vida da população, afinal, valor que sai do circuito de valorização deixa de ser capital. O capital exportado está sempre em busca das possibilidades mais lucrativas e, pois, os ajustes são realizados para abrir novas rotas lucrativas para o capital redundante dos países centrais.

Disso resulta que o capitalismo vem engolindo ou adaptando formas alternativas de vida à sua lógica. Não por outro motivo, Lenin (1977) aponta que a expansão capitalista acontece em detrimento da autodeterminação dos povos.

A história mostra que o capitalismo tem encontrado a flexibilidade e criatividade suficientes para superar as crises, sem dispensar a destruição de capital sobrando. Os ajustes pelos quais essa flexibilidade e criatividade se materializam exigem intervenções políticas e, por vezes, militares. Aqui, as relações repousam, como colocado por Rosdolsky (2001),

novamente e perpetuamente, implícita ou explicitamente, na violência política e militar em favor do capital.

Diferentemente das outras formas metamórficas do capital, a forma dinheiro encarna um poder social ilimitado. A correspondente fração da burguesia ganha, então, um enorme poder que inevitavelmente será refletido na condução política dos respectivos aparatos estatais. Aos Estados burgueses, cada um de seu lugar nos processos globais de acumulação, caberá organizar as relações sociais para que sejam apresentadas possibilidades lucrativas para o capital superacumulado.

Ao descrever indissolubilidade da relação capital-Estado, Harvey (2011, p. 47-48) descreve a importância do que ele chama de “Nexo Estado-Finanças” na condução desse processo.

No coração do sistema de crédito está um conjunto de acordos que constitui o que chamo de nexo Estado-Finanças. Isso descreve a confluência do poder estatal e das finanças que rejeita claramente a tendência analítica de ver o Estado e o capital como claramente separáveis um do outro. Isso não significa que o Estado e o capital tenham constituído uma identidade, mas que existem estruturas de governança (como o poder sobre a confecção da moeda real no passado e os bancos centrais e os ministérios do Tesouro hoje) nas quais a gestão do Estado para a criação do capital e dos fluxos monetários torna-se parte integrante, e não separável, da circulação do capital.

A expansão financeira e as relações de reforço recíproco entre os poderes político e econômico facilitam que os momentos de destruição e criatividade dos ajustes ocorram, em grande medida, em territórios distintos. A interligação em redes e o monopólio desses canais facilita o fluxo do capital financeiro entre as zonas com excedentes de capital e regiões que são preparadas para oferecer alternativas lucrativas. Contudo, em maior medida durante as crises, essa exportação de capital visa não à expansão de estruturas produtivas dos países receptores, mas à incorporação de estruturas desvalorizadas artificialmente (momento destruição) ou avanço sobre as relações de trabalho.

Os monopólios financeiros facilitam a orquestração de crises que iniciam os processos de desvalorização. Pode-se dizer, então, que os Estados participam diretamente dos processos de espoliação (destruição) que permitirão condições lucrativas ao capital do seu território. Harvey (2004, p. 125-126) descreve como os Estados atuam na administração de crises para a racionalização do sistema:

[As] **crises podem ser orquestradas**, administradas e controladas para racionalizar o sistema. A isso com frequência se resumem os programas de austeridade administrados **pelo Estado, que recorrem às alavancas vitais**

das taxas de juros e do sistema de crédito. [...] O resultado é a criação periódica de um estoque de ativos desvalorizados, e em muitos casos subvalorizados, em alguma parte do mundo, estoque que pode receber uso lucrativo da parte de excedentes de capital a que faltam oportunidades em outros lugares.

Nas palavras de Harvey (2005, p. 148): “o que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos, incluindo a força de trabalho, a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital superacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo.”

Como dito, entende-se que a afirmação de Marx (*op. cit.*) de que “o capital é destrutivo de tudo isso” apenas encontra sua validade plena, se se entende o capital como relação social e o Estado como agente orgânico do seu movimento. Isso porque fica claro que, quando as contradições da acumulação atingem seu limite absoluto e mudanças qualitativa são inevitáveis, o Estado burguês é o agente capaz de garantir que essas mudanças sejam conservativas, que não desviem da ordem social capitalista.

De outra perspectiva, o processo capitalista de destruição criativa foi explorado por Schumpeter (1982). Marx (2011a) já identificava como a destruição criativa participa ativamente não apenas do processo concorrencial por lucro extraordinário, mas também do próprio processo de reposição das condições para a circulação do capital enquanto sistema. No mesmo sentido, Harvey (2016, p. 9) afirma que as crises são indispensáveis no processo de reprodução do capitalismo já que “é no desenrolar das crises que as instabilidades capitalistas são confrontadas, remodeladas e reformuladas para criar uma nova versão daquilo em que consiste o capitalismo. Muita coisa é derrubada e destruída para dar lugar ao novo”.

Esse processo de destruição criativa assume escala global. Como de certa forma já sugerido, fazendo valor o poder conferido pelos monopólios dos principais canais financeiros (AMIN, *op. cit.*) e a assimetria de força política, esse processo é dirigido para que seus momentos ocorram em espaços geográficos diferentes: destruição predominantemente na periferia e criatividade, no centro do sistema. O capital financeiro funciona em par com os Estados atua para impor crises que precedem a captura espoliativa de valor.

Logicamente, essa separação geográfica ocorre prioritariamente em benefício daqueles que estiveram mais bem posicionados nas fases da expansão material e que, por isso, posicionaram-se bem na expansão financeira e, por conseguinte, podem participar em melhor posição dos processos de criatividade e podem induzir processos de destruição/desvalorização

alhores. O movimento capitalista, portanto, traz em si, portanto, um grande momento de inércia na localização dos países nos polos do sistema emissores ou apropriadores de valor.

As relações núcleo orgânico-periferia são determinadas não por combinações específicas de atividades, mas pelo resultado sistêmico do vendaval perene de destruição criativa e não tão criativa engendrado pela disputa perene pelos benefícios da divisão mundial do trabalho. (...) **Quanto mais alto está um Estado, melhor posicionados estão seus dirigentes e cidadãos na disputa por benefícios.** Suas oportunidades de iniciar e controlar processos de inovação ou proteger-se dos efeitos negativos dos processos de inovação iniciados e controlados por outros são distintamente melhores do que as oportunidades dos dirigentes e cidadãos posicionados mais abaixo na hierarquia de riqueza.

[...] Os estados posicionados no agrupamento superior se apropriam de uma parcela desproporcional dos benefícios da divisão mundial do trabalho e, nesse sentido, constituem o núcleo orgânico da economia capitalista mundial. (ARRIGHI, 1997, p. 214-215, grifo nosso).

Brenner (2003), em sua teoria do desenvolvimento desigual, sugere que a fase de prosperidade sistêmica decorre de uma corrida de imitação entre os países mais bem preparados para alcançar o padrão produtivo inaugurado pela revolução tecnológica. Nesse sentido, Brenner destaca que os Estados se encontram em posições diferentes para inovar e/ou proteger-se dos impactos da inovação.

As capacidades criativas dos países já mais capacitados são alimentadas por valor extraído dos países periféricos que, então, por inanição, tornam-se relativamente ainda menos capazes de concorrer nas esferas mais altas da produção capitalista. A maior capacidade de criatividade/inovação tende, então, a se concentrar naqueles centros nos quais, anteriormente, foram concentradas as infraestruturas que atraem o “estado da arte” da produção monopolista. Não por acaso, estes territórios são os centros que já possuíam as estruturas econômicas mais pujantes e detém os monopólios dos principais canais que dirigem a financeirização global e suas formas captura imperialista de valor.

A inovação inerente ao modo capitalista de produção, mas seus saltos tendem a se concentrar no espaço e no tempo. Concentram-se nos espaços com sistemas inovativos constantemente nutridos por valor capturado e tendem a se precipitar quando se percebe exaustão do padrão anterior de acumulação, ou seja, quanto as taxas de lucro estão comprimidas (KATZ, *op. cit.*). Em suma, a criatividade fica concentrada nos países centrais, enquanto a destruição, que se manifesta muitas vezes como crises de desvalorização, tende a ser deslocada para a periferia do sistema mundial, apesar de a crise de superacumulação ter seu epicentro nos países mais desenvolvidos.

Não são desprezíveis as destruições físicas decorrentes de guerras lideradas por países que contêm maior volume de capital redundante. Queimar capital e destruir territórios estrangeiros (para reconstruir “adequadamente”) é sempre uma possibilidade à mão dos grandes capitais. Destrói-se para reconstruir, desvaloriza-se para se apropriar. Para isso, frequentemente as forças de seus Estados são mobilizadas. O desequilíbrio dos processos de racionalização da acumulação ocorre de maneira tão desequilibrada quanto o próprio desenvolvimento capitalista.

É, como já dito, de se esperar que os países que comandaram a acumulação no período anterior à crise estejam mais bem posicionados para conduzir a acumulação global durante as crises. Assim, é possível localizar o papel jogado pelo capital especulativo na promoção de crises financeiras localizadas (exportadas) e o papel do crédito na centralização do capital: administram a destruição dos ativos (desvalorização artificial) dos países periféricos (por crises no balanço de pagamentos, guerras) e, de outro lado, garantem a liquidez para a aquisição desses ativos desvalorizados. Esse movimento explica o fato de processos de privatização seguirem crises orquestradas. Tratam-se de processos explícitos de acumulação por espoliação, nos termos de Harvey (2004, 2006a e 2006b).

Esses processos espoliadores compõem o processo geral de ajuste espaço-temporal. Por meio da “intensificação da atividade social” (penetração em novas esferas e atividade e/ou criação de novos desejos e novas necessidades) e/ou por meio de “expansões geográficas” (construção das condições físicas e sociais à capitalista em novo território para absorver o capital redundante – exportação de capital), o capital consegue contornar as barreiras à sua circulação para encontrar novas possibilidades lucrativas.

Marx mostrou que a continuidade da reprodução ampliada do capital requer a “ampliação do ciclo” e a criação de “mais pontos como pontos de produção”. Na visão de Harvey, a expansão geográfica representaria a ampliação e a intensificação das relações sociais representaria a inserção de “mais pontos” para a circulação.

Sendo a falta de oportunidades lucrativas o cerne da dificuldade, o principal problema econômico (em oposição a social e político) está no lado do capital. Se se deve evitar a desvalorização, é imperativo descobrir maneiras lucrativas de absorver os excedentes de capital. A expansão geográfica e a reorganização espacial proporcionam tal opção. Não é, contudo, possível divorciar essa opção de mudanças temporais em que o capital excedente é deslocado para projetos de longo prazo que precisam de muitos anos para devolver seu valor à circulação (HARVEY, 2004, p.78).

O marxista inglês destaca que a possibilidade de intensificação das relações capitalistas responde às “coerências estruturadas” que “vão além das puras trocas econômicas, por mais fundamentais que elas sejam, pois tipicamente abrange atitudes, valores culturais, crenças e mesmo afiliações políticas entre os capitalistas e aqueles que são por eles empregados” (HARVEY, 2006b, p. 146). Quanto mais coesa e resistente às intensificações for a classe trabalhadora de determinado território, mais importante se torna a expansão geográfica para evitar a solução de continuidade do processo de acumulação. Afinal,

[...] como Joseph Chamberlain descobriu, é politicamente muito mais fácil pilhar e degradar populações distantes (em particular as que são diferentes em termos raciais, étnicos ou culturais) [...] O lado sinistro e destrutivo da ordenação espaço-temporal como remédio para o problema da superacumulação torna-se um elemento tão crucial na geografia histórica do capitalismo quanto sua contraparte criativa de construção de uma nova paisagem para acomodar tanto a acumulação interminável do capital como a acumulação interminável do poder político (HARVEY, 2004, p.113).

Essa possibilidade de “pilhar e degradar populações distantes” ameniza os conflitos internos de classe e abranda resistências das coerências estruturadas nas sociedades mais “avançadas”. Isso ocorre porque possibilita processos, nos termos de Lenin (2011), de “suborno” de uma aristocracia operária com os recursos extraídos dos povos pilhados.

Complementarmente, mas não menos importante, aspectos ideológicos-culturais, por incrível que pareça, ainda ligados ao discurso da “missão civilizatória” a que se atribuem os povos europeus (e sua continuação em território americano), baseando-se em uma suposta superioridade moral, justificam e acalmam as consciências dos povos opressores em relação à pilhagem de povos “bárbaros” e à superexploração de povos “não escolhidos” nos seus próprios territórios (WALLERSTEIN, 2007). Nesse sentido, com certo respaldo social, alguns países²⁵ mais avançados se conferem “o direito de ditar regras, leis e normas nacionais e internacionais, enquanto se reservam ‘poderes excepcionais’ de intervenção e ação”. (GILL, 2007, p. 17-18).

A pilhagem de classe está na gênese do capital e é característica do sistema capitalista desde que se tornou um sistema mundial. Apesar de ser elemento estrutural do próprio sistema, a pilhagem assume formas diferentes em função da fase do ciclo sistêmico. Na prosperidade predominam formas diretamente econômicas de apropriação de valor (diferencial de produtividade) e nas crises, explícita ou tacitamente, ganham importância formas violentas (para além do mercado) de captura de valor.

²⁵ No trecho transcrito Gill (*ibid.* p. 17-18) refere-se especificamente aos Estados Unidos.

O capital não se reproduz em qualquer ambiente, a geração de novo valor é sempre geograficamente localizada. Assim, os territórios são constantemente ajustados para que contenham as condições físicas e sociais tais e quais exigidas para a reprodução do capital naquele momento histórico. Os padrões nacionais de reprodução do capital²⁶ são ajustados para que se integrem “adequadamente” ao metabolismo global. A partir da inércia das posições dos países em seu estrato hierárquico (emissor ou atrator de valor), entende-se o porquê de os países periféricos serem suscetíveis a ajustes que internalizam aqueles elementos de pilhagem.

Quando Harvey aponta que não é possível “divorciar essa opção de mudanças temporais” ele quer chamar atenção para os dois sentidos “indissociáveis” empregados para a palavra “ordenação” (ajuste) em sua teoria: espacial e temporal. O ajuste espacial (*spatial fix*) em si (construção de portos, aeroportos, estradas, sistemas de comunicação, escolas técnicas) se apresenta diretamente como alternativa para absorver o capital redundante e, posteriormente, se apresenta como solução porque insere novos caminhos para a circulação do capital. São, via de regra, investimentos de longo prazo de maturação e também com longos prazos de transferência do seu valor.

Por muito tempo, os investimentos na “construção de espaço capitalista” retiram excesso de capital da circulação imediata e, assim, contribuem para reduzir a pressão do sistema. Quando esses investimentos estiverem prontos, o valor neles encarnado deve, sob pena de desvalorização, retornar à circulação. Mas isso, pela própria natureza deles, ocorre em pequeníssimas proporções ao longo de um longo tempo de utilização.

Nesse meio tempo, como um daqueles elementos “pilhadores”, garantem rendimentos financeiros àqueles capitais sobrantes que foram retirados da circulação imediata e convertidos em títulos de dívidas públicas, por exemplo. Dessa forma, a própria dívida pública abre alternativas para alocação lucrativa do capital superacumulado ao mesmo tempo em que privam populações de investimentos que gerariam rendimentos produtivos. Em certo ponto, isso determina a mudança do papel do Estado: ao invés de organizar e prover as condições necessárias à reprodução ampliada do capital, passa a ser fiador da acumulação direta (D-D’); impostos arrecadados pelo consumo de bens-salário são desviados para remunerar os donos de

²⁶ “Padrão de reprodução do capital: apreender o movimento do capital em espaços geográficos e territoriais determinados e em tempos históricos específicos, demonstrando assim uma análise em nível da totalidade, apreendendo o capital em seu movimento de valorização por inteiro, com suas diversas etapas e sua estrutura, bem como as relações sociais que o cercam, sua superestrutura e todos que o capital mobiliza em seu ininterrupto processo de valorização (...) visualizar em menor nível de abstração o processo de valorização”. (RAPOSO; ALMEIDA FILHO; AMARAL, 2018, p. 2).

nova dívida pública que é emitida para pagar os juros devidos aos donos da dívida pública. Funda-se um ciclo vicioso.

A construção de espaço adequado acrescenta volume ao sistema aliviando a pressão deletéria exercida pelo excesso de capital. Nesse mesmo sentido, a inserção de um país com as dimensões geográficas e demográficas da China nos processos globais de acumulação representa um aumento considerável do volume do sistema e, então, aos olhos do capital superacumulado, aparece em momento oportuno.

De outro lado, como foi adiantado, a questão temporal dos ajustes refere-se à retirada de grande volume de capital da circulação imediata, o que, também, ajuda a descomprimir o sistema. Como é necessário imobilizar grandes volumes de capital por muito tempo em investimentos cujo valor apenas depois de muito tempo e muito lentamente retornará à circulação, reduz-se a pressão exercida pelo excesso de capital. Reduz-se temporariamente, mas, depois, ao permitir aumento da velocidade de rotação de outros capitais, acelera o movimento que convergirá para nova crise de superacumulação.

Sendo assim, os ajustes espaço temporais, que trazem no seu bojo processos de destruição criativa em nível sistêmico, ou melhor, processos de destruição e processos de criação geograficamente separados, apresentam-se como estratégia comandada pelos países centrais para a racionalização da acumulação e superação das crises. Por um lado, fazem isso para a “produção de um círculo ampliado da circulação” e, por outro, porque enxuga excesso de capital da circulação imediata imobilizando-o por longos períodos. Ao fazê-lo, fazem dos Estados fiadores da acumulação garantindo captura constantes de valor do qual não participaram da geração.

Argumenta-se, aqui, que é na distribuição geográfica desequilibrada desses processos que, em grande medida, encontram-se as explicações para que crises sejam superadas sem a grande mobilidade dos países entre os estratos hierárquicos.

Além de simplesmente desvalorizar/destruir para poder espoliar, os ajustes conduzidos nos países periféricos acabam por conformar novas relações sociais. Por princípio cumulativo, os países centrais contêm sistemas de inovação mais capazes de gerar “revoluções tecnológicas” que criem aos novos eixos produtivos hegemônicos. Então, enquanto os Estados centrais estimulam direta e indiretamente o poder criativo em seus territórios, as estruturas dos países periféricos são ajustadas para que participem “adequadamente” na nova divisão internacional do trabalho correspondente ao padrão gestado pela criatividade central, ou seja,

para que continuem participando como emissores de valor em um possível nova fase de prosperidade sistêmica.

Os ajustes nos países periféricos, seja em sua função destrutiva/espoliadora, seja em sua função “adaptativa”, ocorrem em sintonia subordinada com o processo criativo comandado pelos países do centro sistêmico. As atividades desenvolvidas em cada território são alteradas para que sejam mantidos basicamente inalterados os vetores dos fluxos de apropriação do valor gerado mundo afora.

Eis que o capitalismo, unindo sinergicamente as forças “naturais” da acumulação do capital com as forças extraeconômicas concentradas nos Estados, se reforma, se expande e intensifica suas relações espalhando suas contradições ao tempo em que confirma a lei do desenvolvimento desigual entre os países; expande-se e se transforma reproduzindo as contradições que ligam como par dialético o desenvolvimento e subdesenvolvimento; transforma-se para manter as posições de dominação e dependência, de exploração e dominação. As fases de racionalização impostas pela crise servem para reformar as relações capitalistas, mas reformá-las para manter o que lhes é essencial.

Esta seção e a anterior se propuseram, de forma bastante simplificada, a expor os fundamentos essenciais do movimento da acumulação capitalista para que, na sequência do trabalho, seja possível localizar a atuação imperialista que sustenta a “lei de ferro da hierarquia capitalista”.

Até aqui foi exposto como o antagonismo de duas grandes classes participam ontologicamente da formação do capitalismo, como a manutenção dessas posições opostas é necessária para a reprodução do capital e como as contradições da acumulação convergem para a monopolização do capital e para as crises de superacumulação. Foi destacado que os ajustes espaciais correspondem às formas criativas/destrutivas às quais o capital recorre para renovar suas condições “saudáveis” de acumulação e foi indicado que esses ajustes pressupõem intervenções extraeconômicas.

Nesse ponto, a discussão traz para o centro da questão o poder político enquanto agente orgânico da reprodução do capital capaz de organizar suas condições necessárias e, quando necessário, promover mudanças qualitativas para conservar as relações de dominação de classe em nível nacional e internacional.

4 O ESTADO COMO ELEMENTO ORGÂNICO DO METABOLISMO CAPITALISTA

O capital nasce através de um processo violento protagonizado pelo Estado em benefício da burguesia nascente e se estabelece como uma relação de dominação de classe “diretamente econômica”. Contudo, como coloca Wood (2011, p. 28), o segredo fundamental da produção capitalista revelado por Marx (*op. cit.*) se refere às “relações sociais e à disposição do poder que se estabelecem entre os operários e o capitalista para que vendam sua força de trabalho [...] [o que] tem como condição a configuração política do conjunto da sociedade de dominação”.

O Estado, portanto, não participa apenas da gênese das relações capitalistas, ele é elemento orgânico perpétuo e indispensável de sua reprodução: “Com uma classe dominante caracterizada pela falta de poder coercitivo direto, o capitalismo é ainda assim mais dependente que qualquer outra forma social de uma ordem política que garanta a regularidade e a previsibilidade de que o capital necessita” (*id.*, 2014, p. 30).

Como discutido no capítulo 2, a geração de valor excedente é sempre territorializada, afinal as relações do capital com o trabalho se desenvolvem em determinado espaço e estão, pois, inscritas em determinada configuração política. A partilha dos resultados desse processo, de outra forma, não necessariamente obedece a essa rigidez geográfica, pois não há barreiras físicas que impeçam que o valor cruze fronteiras e seja apropriado por capitalistas de outros países. Qualquer barreira geográfica imposta à apropriação de valor é de ordem política.

A capacidade de influenciar as ações dos Estados está, portanto, na base mais fundamental da hierarquização do sistema capitalista mundial. Por isso, para discutir condicionantes e barreiras ao fluxo de geração-apropriação de valor, é imprescindível considerar que as próprias ações dos Estados são condicionadas, que o Estado é tanto produto e quanto ator social, é preciso ter claro que “toda forma de produção forja suas próprias relações jurídicas, forma de governo” (MARX, *op. cit.*)²⁷.

²⁷ Neste ponto, Marx explicita a precedência das relações de produção ante as relações jurídicas e forma de governo. Neste trabalho, seguindo Marx, Engels, Lenin, Osório e Poulantzas, o Estado é tratado, primeiro, como produto das relações sociais de poder. Com isso, delinea-se a “forja” que dá suas formas e, a partir desse entendimento, pode-se interpretar a ação estatal sobre o todo social. Em outras palavras, o Estado é forjado pelas relações sociais de poder (é produto) e, então, atua sobre aquelas relações que lhe deram forma (é ator). Por isso, argumenta-se neste trabalho que o alinhamento entre classe dominante e Estado é princípio fundamental para a conservação das relações de dominação.

As ações do Estado devem ser interpretadas a partir da localização de suas frações sociais no todo complexo verticalizado em que classes dominantes nacionais se relacionam; é preciso entender as participações das respectivas frações sociais hegemônicas nos processos globais de acumulação. Dessa perspectiva, é possível interpretar o papel dos Estados na triangulação das relações internacionais de dominação de classe. Por isso, como afirmam Panitch e Gindin (2006), “o imperialismo capitalista [...] precisa ser compreendido mediante uma extensão da teoria do Estado capitalista”.

Nas seções anteriores, o proletariado e a burguesia foram colocados como as duas classes que, relacionando-se antagonicamente, movimentam as leis da reprodução capitalista e, *en passant*, foi sugerida a importância do Estado para esse movimento. Agora, o Estado burguês será apresentado como elemento orgânico e “momento vital na dialética e na dinâmica contraditórias da acumulação do capital” (HARVEY, 2013a, p. 21).

A partir desse entendimento, será possível avaliar como o condicionamento mútuo e desequilibrado das ações estatais funciona como pilar da estrutura de ferro da hierarquia sistêmica ao longo de suas ondas de acumulação.

4.1 ESTADO COMO PRODUTO E ATOR DA SOCIEDADE DE CLASSES

Toda sociedade dividida por classe sociais constitui uma estrutura de exploração e, pois, se reproduz em um campo de dominação e força (POULANTZAS, 2015). Como a reprodução capitalista é essencialmente uma relação de exploração de classe, para construir a linha argumentativa deste trabalho, é preciso entender o campo de dominação e força que abriga suas relações, é preciso entender a participação do Estado.

O conceito de classe social é, então, fundamental não apenas para descrever as relações de produção que caracterizam um modo histórico, mas também, para entender as ações dos Estados na reprodução da vida em sociedade em determinado momento.

Como já deve ter ficado claro, seguindo Lenin (1919), que, por sua vez, segue Marx e Engels (2007), aqui, as classes são definidas a partir da posição do agrupamento social nas relações de produção. Mais especificamente, as classes sociais são definidas a partir da relação dos grupos com os meios de produção e, pois, a partir da forma como obtêm suas parcelas da

riqueza social. Esse critério permite localizar as classes em diferentes períodos históricos independentemente dos fatores de dominação-exploração colocados e, assim, permite caracterizar aquele Estado histórico.

Chama-se classes a grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fixada e formulada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro graças ao facto de ocupar um lugar diferente num regime determinado de economia social (LENIN, 1919).

Lenin retoma as ideias de Marx e Engels (2007) para concluir que, além de produto das relações inconciliáveis de classes, o Estado tem papel ativo na reprodução social. Em um sistema marcado pela relação de interesses colidentes, cumpre-lhe fundamentalmente manter a ordem da estrutura de dominação: o “Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de opressão de uma classe por outra, é a criação da ‘ordem’ que legaliza e consolida essa opressão, moderando o conflito das classes”. (LENIN, 2017, p. 29).

A sociedade que tivemos até agora, que **se move por meio de antagonismos de classes, necessitou do Estado** – isto é, de uma **organização da respectiva classe espoliadora** – para sustentar suas condições exteriores de produção, ou seja, principalmente para reprimir pela força a classe espoliada nas condições de opressão dadas pelo modo de produção vigente {(escravidão, servidão ou vassalagem, trabalho assalariado)}. O Estado foi representante oficial de toda a sociedade, sua síntese numa corporação visível, mas ele só foi isso na medida em que constitui o Estado da classe que, para a sua época, representou toda a sociedade (*Ibid.*, p. 38).

Lenin (*Ibid.*, p. 29-38) deixa claro o caráter essencialmente classista do Estado. Corroborando esse entendimento, Osorio (2019, p. 19) conclui que apenas se pode dar o nome de Estado a uma estrutura tangível quando a tarefa a ela atribuída “está atravessada por funções de dominação e poder de classe social. O elemento específico e essencial do Estado é, portanto, o poder e a dominação de classes”.

Tanto Lenin (2017) quanto Osorio (2019) confirmam a concepção de Marx e Engels (2007, p. 42) sobre o Estado como “expressão práctico-idealista” da dominação de uma classe por outra em cada momento da história: “as condições sob as quais determinadas forças de produção podem ser utilizadas são as condições da dominação de uma determinada classe da sociedade, cujo poder social [...] tem sua expressão práctico-idealista na forma do Estado existente em cada caso”.

Enquadrando essa definição nos contornos especificamente capitalistas, Marx e Engels (2007, p. 75) dizem que o “Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no exterior como no interior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses”. Ou seja, para os autores, e também para Lenin (2017) e Osorio (2019), o Estado é a organização necessária para o ordenamento das relações de exploração de classes. O Estado é uma organização burguesa, portanto, apenas onde e quando a burguesia é a classe dominante.

Engels (2020, p. 208), em oposição ao entendimento hegeliano de Estado como a realidade da ideia moral, localiza a origem do Estado nas relações antagônicas entre classes. Para ele, o Estado surge porque o desenvolvimento social conduziu as relações por (e para) relações antagônicas que, por sua natureza colidente, necessitam de um “poder colocado por cima” para manter em ordem a relação fundada na exploração. Em outras palavras, sustentando o entendimento de Lenin (*op. cit.*, p. 29-38), para Engels (2020), o Estado surge de uma relação conflituosa e é necessário para manter essa relação funcionando ordeiramente em benefício da classe que detém o poder, a burguesia. Também para Engels (*Ibid.*, p. 208), portanto, o Estado é produto e ator das relações sociais.

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro. [...] **É antes um produto da sociedade**, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento. É a confissão de que a sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por **antagonismos irreconciliáveis** que não consegue conjugar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se **necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade**, chamado a amortecer o choque e a mantê-la dentro dos limites da “ordem”. Esse poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela e que se distancia cada vez mais, é o Estado (*Ibid.*, p. 208, grifo nosso).

Tratando da observação de Engels (*Ibid.*, p. 208) sobre “a natural instrumentalização do Estado e conversão da burguesia, por intermédio do Estado, em classe politicamente dominante” Pachukanis (2017, p. 143) apresenta uma ressalva. Sem questionar a intenção de Engels, o jurista soviético sugere que sua afirmação, da forma como foi apresentada, deixa margem para interpretações que poderiam conduzir à conclusão de que o “o poder estatal se engendra não como uma força de classe, mas como algo colocado acima das classes, que salva a sociedade da desagregação e só depois de seu surgimento se torna objeto de usurpação”.

Pachukanis (2017) apresenta essa advertência justamente para afirmar que o Estado jamais pode ser visto como uma força que paira sobre as classes sem tocá-las ou ser tocada por

elas e cuja instrumentalização seria necessária apenas porque “nenhuma das classes em luta foi capaz de obter a vitória decisiva”. Para ele, ao contrário, os fatos históricos comprovam que o aparato de poder estatal não é instrumento justamente porque ele mesmo já é parte das forças dominantes, é a condensação das lutas sociais.

Ainda segundo Pachukanis (2017), de outra perspectiva, com a vitória definitiva de uma classe e submissão de outra, o Estado deixaria de ser relevante já que seria estabelecido um equilíbrio social sobre uma base de exploração indisfarçada para a qual não mais seria necessária a existência de um terceiro elemento organizador. Nesse sentido, o jurista soviético afirma que a controvérsia aberta pela colocação de Engels (*op. cit.*, p. 208) poderia ocultar uma questão fundamental: a constituição estatal como agente impessoal de dominação de classe, o que é importante para o a construção do consenso social e reprodução do modo histórico.

Por que a dominação de classe não se apresenta como é, ou seja, a sujeição de uma parte da população à outra, mas assume a forma de uma dominação estatal oficial ou, o que dá no mesmo, por que o aparelho de coerção estatal não se constitui como aparelho privado da classe dominante, mas se destaca deste, assumindo a forma de um aparelho de poder público impessoal, separado da sociedade? Não podemos nos restringir ao tópico segundo o qual para a classe dominante é vantajoso criar uma bruma ideológica e esconder atrás do biombo do Estado seu domínio de classe. (PACHUKANIS, 2017, p. 143).

Pachukanis resolve a controvérsia aberta por aquelas interpretações equivocadas ao observar que os parâmetros da reprodução especificamente capitalista necessitam que, além da aparente separação entre os domínios econômicos e políticos, o aparato jurídico apareça para todos os membros da sociedade como algo “isento, impessoal, abrangente e irrestrito”. O capitalismo requer a existência de um terceiro agente que pareça alheio às relações de classe e concentre poder suficiente para organizar as relações sociais em busca do que seria o bem comum.

É justamente por entender o Estado “como órgão de dominação de determinada classe, a qual não pode ser conciliada com sua antípoda (com a classe antagonista)” que Lenin (2017, p. 30) sustenta que “numa sociedade sem contradições de classe, o Estado é desnecessário e impossível”. Nessa discussão, o líder bolchevique conclui que, em uma sociedade cuja reprodução material não ocorra a partir de relações entre grupos antagônicos, numa sociedade sem classes, o agente cujo papel é manter em ordem a relação conflituosa das classes perderia seu sentido de existir. Numa sociedade comunista, portanto, o Estado não teria fundamento de existência.

Fernandes (2012, p. 252), situando historicamente o pensamento “genérico” de Lenin (*op. cit.*, p. 29-38) sobre o Estado, introduz o motivo pelo qual ele tinha a tomada do poder do Estado como passo estratégico fundamental para a revolução comunista. Ao atingir “um grau superior” da luta política, dirigindo os atos do Estado, o proletariado poderia condicionar e dirigir as ações dos atores econômicos.

Sob o capitalismo, a organização da sociedade em classes antagônicas imprime uma forma típica a essa história. O poder econômico, social e cultural das classes torna-se poder político ao concentrar-se no Estado e, através dele, na dominação estatal. A luta de classes converte-se, assim, em luta política de “um grau superior”, quando entra em questão o controle do Estado e da dominação estatal pela burguesia ou pelo proletariado.

Por entender o Estado como produto e ator indispensável de metabolismos sociais divididos em classes sociais, Lenin (*op. cit.*, p. 29-38) vê a ditadura do proletariado²⁸ como momento crucial da luta política revolucionária. Com a substituição do Estado burguês pelo Estado proletário, no momento em que o “Estado não pode ser senão a ditadura revolucionária do proletariado”, (LENIN, 2017, p. 112) a radicalização da democracia conduziria a ordem social para a extinção das relações de classe e, por consequência, ao definhamento²⁹ dos aparatos cujo objetivo fosse o abrigo dessas relações de dominação.

A democracia que sob o capitalismo fica restrita a uma “ínfima minoria, a democracia para os ricos” e cujas “restrições eliminam os pobres da política e da participação ativa na democracia”, a partir da “organização da vanguarda dos oprimidos em classe dominante para o esmagamento dos opressores” se tornaria “pela primeira vez a democracia dos pobres, a do

²⁸ “A ditadura do proletariado [...] não é só a violência sobre os exploradores, nem sequer é principalmente a violência. A base econômica dessa violência revolucionária, a garantia da sua vitalidade e do seu êxito, está em que o proletariado representa e realiza um tipo mais elevado de organização social do trabalho em comparação com o capitalismo. Isto é o essencial. Nisto reside a fonte da força e a garantia da vitória inevitável e completa do comunismo. [...] A ditadura do proletariado, se traduzirmos esta expressão latina, científica, histórico-filosófica, para uma linguagem mais simples, significa o seguinte: só uma classe determinada, a saber os operários urbanos e em geral os operários das fábricas, os operários industriais, está em condições de dirigir toda a massa de trabalhadores e explorados na luta para derrubar o jugo do capital, no processo do próprio derrubamento, na luta para manter e consolidar a vitória, na obra da criação do novo regime social, do regime socialista, em toda a luta pela completa supressão das classes. (Notemos entre parênteses: a diferença científica entre o socialismo e o comunismo consiste apenas em que a primeira palavra designa a primeira fase da sociedade nova que nasce do capitalismo, e a segunda palavra designa uma fase superior e mais avançada dessa sociedade”. (LENIN, 1919).

²⁹ Sobre o definhamento do Estado na revolução comunista, Lenin (2017, p. 112) coloca: “A expressão o “Estado definha” é muito feliz porque exprime ao mesmo tempo a gradualidade do processo e sua espontaneidade. Só o hábito pode produzir esse fenômeno, e sem dúvida há de produzi-lo pois vemos um milhão de vezes em torno de nós com que facilidade os homens se habituem a observar as regras indispensáveis da vida social, contanto que nelas não haja exploração, e que, não existindo nada que provoque a indignação, o protesto, a revolta, nada necessitará de repressão.”

povo, e não apenas a da gente rica, a ditadura do proletariado acarreta uma série de restrições à liberdade dos opressores, dos exploradores, dos capitalistas” (*Ibid.*, p. 113-115).

Entendendo esse duplo caráter do Estado, produto e ator da ordem social, Lenin (*op. cit.*, p. 113-115) tinha claro que a revolução levaria a uma desarmonia temporária das relações entre os poderes políticos e econômicos. A tomada do poder pelo proletariado não consumaria a revolução porque as relações de produção não seriam imediatamente desfeitas, elementos capitalistas e socialistas inevitavelmente coexistiriam. Sem o correto comando político pelo poder proletário, os elementos capitalistas tenderiam a forçar o realinhamento do poder político com as relações econômicas burguesas.

Elementos da ordem anterior sempre persistem após momentos revolucionários, apenas são rompidas as ligações entre o poder econômico constituído e o aparato de exercício do poder político concentrado no Estado. Durante as fases transicionais, onde antes havia sintonia entre dominação econômica e o exercício do poder político, passa a existir explicitamente a subjugação da economia pela política.

Ao comentar os escritos políticos de Lenin (2017), em concordância com a afirmação de Fernandes (*op. cit.*) sobre a primazia do poder político durante o processo revolucionário, Lefebvre (2020, p. 214-215) afirma que, para o líder soviético, durante as crises “a política passa [...] a ser o elemento mais elevado [...] [que] contém o devir, as possibilidades”.

O mesmo vale para os períodos revolucionários, quando o poder político passa a dirigir as mudanças qualitativas em sentido, logicamente, de ruptura com a lógica de exploração vigente. Nesse contexto, a construção da “grande produção socialista”, advertia Lenin (*op. cit.*, p. 112-115), seria conduzida pelo Estado proletário, mas sem perder de vista que poderosas forças econômicas ainda detidas pela burguesia lutavam para restaurar aquele alinhamento político-econômico anterior e, assim, retomar as rédeas da organização social.

É por isso que Lenin afirma que definimento do Estado seria resultado do caminho comunista, mas que a sua existência seria inevitável enquanto fosse necessário submeter a burguesia aos interesses do proletariado: “a passagem da sociedade capitalista [...] para a sociedade comunista é impossível sem um período de transição política em que o Estado não pode ser outra coisa senão a ditadura revolucionária do proletariado.” (LENIN, 2017, p. 112).

[...] no período de transição do capitalismo para o comunismo, a repressão é ainda necessária, mas uma maioria de explorados a exerce contra uma minoria de exploradores. O aparelho especial de repressão, o Estado, é ainda necessário, mas é um Estado transitório, já não é o Estado propriamente dito [...] E isso será compatível com uma democracia que abarque uma maioria tão

grande da população que comece a desaparecer a necessidade de um aparelho especial de coação.

Observando as condições histórico-concretas do momento, Lenin considerava um “erro do esquerdismo [...] contrapor abstratamente o capitalismo ao socialismo”. (LENIN, 1979). Por isso, advogava a transição por meio de um capitalismo de Estado³⁰, por meio do intransigente controle político proletário para a subjugação das relações de produção constituídas.

Precisamente porque não se pode avançar a partir da atual situação econômica da Rússia sem passar pelo que é comum tanto ao capitalismo de Estado como ao socialismo (o registro e o controle por todo o povo), é um completo absurdo teórico assustar os outros e assustar-se a si mesmo com a ‘evolução para o capitalismo de Estado’.[...] E se tentardes substituir o Estado dos capitalistas e dos *junkers*, o Estado dos capitalistas e dos latifundiários, pelo Estado democrático-revolucionário, isto é, que destrua revolucionariamente todos os privilégios, que não receie aplicar revolucionariamente o mais completo democratismo? Vereis que num Estado verdadeiramente democrático-revolucionário o capitalismo monopolista de Estado significa inevitavelmente, infalivelmente, um passo para o socialismo. (LENIN, 1979)

Esse adendo sobre o papel do Estado na transição para a sociedade comunista é pertinente para o objetivo desta seção, pois ilustra como, em todos os casos e em todos os momentos, o Estado é, ao mesmo tempo, produto histórico e ator que reúne poder para organizar ou dirigir mudanças qualitativas na organização social.

Como será tratado no capítulo 7, esse entendimento é central para interpretar a divergência das trajetórias recentes da China e dos países periféricos que já vinham imersos na lógica reprodutiva do capitalismo. Vivendo realidade sistêmica comum, mas condensando forças sociais dessemelhantes, os Estados chinês e periféricos conduzem mudanças dessemelhantes que explicam a divergência das trajetórias. De um lado, o Estado chinês, vindo de um passado antissistêmico, conduz autonomamente mudanças econômicas autorreferenciadas e, do outro, a imersão político-econômica subordinada já posta impõe aos Estados a administração de mudanças corretivas prioritariamente voltadas para os interesses dos países centrais.

³⁰ “O capitalismo de Estado na forma de concessão constitui talvez a forma mais simples, exata, clara, precisamente delineada, em comparação com outras formas de capitalismo de Estado existentes dentro do sistema soviético. Aqui temos um contrato forma, escrito, com o capitalismo mais culto e adiantado, o da Europa Ocidental. Conhecemos exatamente nossos lucros e nossas perdas, nossos direitos e nossos deveres, sabemos com exatidão o prazo pelo qual fizemos a concessão, conhecemos as condições do resgate antes do término do prazo, se é que o contrato prevê esse direito. Pagamos um certo “tributo” ao capitalismo mundial, ‘resgatando-nos’ dele, em alguns aspectos, obtendo, em certa medida, imediatamente, a consolidação do poder soviético e a melhoria das condições de gestão da nossa economia. Toda dificuldade do problema das concessões está no fato de que se tem que pensá-lo e avaliá-lo em seu todo, quando se concluir o contrato de concessão e, em seguida, saber vigiar seu cumprimento” (LENIN, 1979).

Poulantzas (2015, p. 33-34) traduz a origem do poder em uma sociedade capitalista: o poder emana da condição de classe, da posição em relação aos meios de produção. Detêm o poder aqueles que, enquanto classe, têm a capacidade de dirigir a utilização dos recursos, a produção dos valores de uso pelos quais a vida material se reproduz e, logicamente, em um sistema em que o trabalhador só sobrevive se conseguir vender sua força de trabalho, aqueles que compram a utilização da força de trabalho detêm o poder.

Se considerarmos no processo de produção a primazia das relações de produção sobre as forças produtivas, somos levados a considerar **que as relações de produção e as ligações que as compõem (propriedade/posse) traduzem-se por poderes emanentes dos lugares em que essas ligações se delineiam**. No caso, poderes de classe que nos levam à relação fundamental da exploração: a propriedade econômica espelha notoriamente a capacidade (o poder) de destinar os meios de produção a determinadas utilizações e de, assim, dispor dos produtos obtidos, da posse, da capacidade de ativar os meios de produção e de comandar o processo de trabalho. **Estes poderes situam-se** na rede de relações entre exploradores e explorados, nas posições entre práticas de classes diferentes; em suma, **na luta de classes**, pois esses poderes inscrevem-se num sistema de relações de classe. (*Ibid.*, p. 33-34, grifo nosso).

Em uma sociedade capitalista, portanto, a exploração e os poderes emanam da mesma fonte: “situam-se na rede de relações entre exploradores e explorados, nas posições entre práticas de classes diferentes; em suma, na luta de classes”, situam-se, como coloca Wood (2006, 2011 e 2014), na capacidade de coerção econômica e depende essencialmente da condição histórica da luta de classes nos territórios. O resultado das relações sociais de força se condensa nas estruturas de poder político e encontram sua maior densidade no Estado (OSORIO, 2019).

Rupert (2007, p. 135) afirma a preponderância da coerção econômica nas relações capitalistas e, então, ressalta que as intervenções políticas se escondem na aparência de interesse público, mesmo quando francamente violentas. Nas palavras do próprio autor: “[nenhuma] coerção explicitamente política precisa entrar de forma direta na exploração capitalista do trabalho, pois ela aparece como simples troca de mercadorias no mercado: força de trabalho trocada por salário” justamente porque “o domínio do capital é mediado pelas ‘forças impessoais do mercado’ e aparece ao produtor individual como o funcionamento inelutável de leis econômicas naturais”. Mesmo quando o braço coercitivo do Estado é chamado para impor a ordem de classe, “esse poder se situa na suposta esfera comunal ocupada pelo Estado, e aparece como lei e ordem imposta pelo interesse público”.

Assim, “considerando o processo econômico e as relações de produção como rede de poderes”, Poulantzas (2015, p. 34) estabelece a ligação dessas redes com “as relações políticas

e ideológicas que as consagram e legitimam e que estão presentes nas relações econômicas”. Contudo, o próprio Poulantzas (2015) esclarece que “o processo econômico é luta de classes” e, por isso, “liga-se a lugares objetivos, ancorados na divisão do trabalho, e designa a capacidade de cada classe de realizar seus interesses não podendo, portanto, fugir às relações econômicas”.

Para ele, portanto, as relações de exploração estariam consagradas e legitimadas por relações políticas e ideológicas que “se materializam nas instituições-aparelhos específicos que são as empresas-fábricas-unidades de produção, lugares de extração de mais-valia e de exercício desses poderes”. Por isso, Poulantzas (*Ibid.*, p. 34-35) entende que “as relações de poder, como é o caso da divisão social do trabalho e da luta de classes, ultrapassam em muito o Estado” e, nesse sentido, “o conjunto de aparelhos de hegemonia, mesmo juridicamente privados, faz parte do Estado” de tal forma que “os poderes não são redutíveis ao Estado”.

Para situar essas observações, Poulantzas (2015) ressalta que o Estado capitalista de sua época “concentra cada vez mais as várias formas de poder, interferindo sempre mais em todas as esferas da realidade social, dissolvendo o tecido social tradicionalmente ‘privado’, e infiltrando-se totalmente nas tramas e setores do poder, de todo poder de classe” e, assim, “**as ligações entre os poderes de classe e o Estado tornam-se cada vez mais estreitas**”. O marxista grego ainda acrescenta: “se os poderes de classe não são redutíveis ao Estado e sempre transcendem seus aparelhos, é que estes poderes fundamentados na divisão social do trabalho e na exploração detêm a primazia sobre os aparelhos que os encarnam, notadamente o Estado”. (POULANTZAS, 2015, p. 35-36, grifo nosso).

Para afastar possível mal-entendido sobre sua afirmação que “os poderes não são redutíveis ao Estado”, Poulantzas (*Ibid.*, p.36) adverte que isso não significa que o Estado tenha um papel secundário na existência material do poder, ao contrário: “o Estado tem um papel constitutivo na existência e reprodução dos poderes de classe, e em especial na luta de classes, o que explica sua presença nas relações”.

Mascaro (2018, p. 174) deixa bastante claro o papel “constitutivo” e “reprodutivo” essencial do Estado. Além do papel exercido na constituição do mercado de trabalho, a forma jurídica “surge e se institui com plenitude no capitalismo” como condição para a troca de mercadorias, inclusive e sobretudo, da força de trabalho. Ao dar esse destaque ao aparato jurídico, Mascaro introduz um ponto de alinhamento fundamental na sociedade capitalista, onde vendedores e compradores da força de trabalho aparecem como iguais, como sujeitos de direitos

diante de um legislador e árbitro que se apresenta alheio e imparcial em relação às posições de classe.

A mercadoria exige o direito porque é transacionada. O contrato, que permite a troca, é um instrumento jurídico. [...] no capitalismo, para que o trabalhador seja levado ao trabalho e ali explorado, o instrumento por excelência de tal vínculo é a forma jurídica. [...] Para que o capitalismo se estruture em termos de exploração do trabalho assalariado, surgirá a figura central do sujeito de direitos.

Assim, ao portar direitos subjetivos e poder assumir deveres por meio de sua própria vontade, o trabalhador encontra o melhor meio de submissão ao capital [...]. O mesmo se dá no plano político. O sujeito de direito – aquele que se vende ao capital – passa a ser considerado, perante o Estado, cidadão.

O Estado de classe se apresenta, então, como um terceiro indispensável da estrutura reprodutiva do capitalismo. Contudo, apesar de ser elemento interno, ele precisa se apresentar como alheio em relação às classes. De sua posição supostamente isenta e impessoal, ao Estado compete normatizar, legitimar e garantir o funcionamento ordeiro do mesmo metabolismo social cujo fim é a produção de mais-valia para a produção de mais-valia para a apropriação dos capitalistas.

A coerção como prescrição de uma pessoa sobre outra, sustentada pela força, contradiz a premissa fundamental da relação entre possuidores de mercadorias. Por isso, em uma sociedade de possuidores de mercadorias e dentro dos limites do ato de troca, a função de coerção não pode aparecer como função social, já que não é abstrata e impessoal [...] **a coerção não pode aparecer aqui em sua forma não mascarada** [...] ela deve aparecer como uma coerção proveniente de uma pessoa abstrata e geral, como uma **coerção que representa não os interesses do indivíduo do qual provém [...], mas os interesses de todos os participantes das relações jurídicas**. O poder de uma pessoa sobre outra é exercido como o poder do próprio direito, ou seja, como **o poder de uma norma objetiva e imparcial**. (PACHUKANIS, 2017, p. 146, grifo nosso).

A atenção aqui dispensada ao papel do Estado não significa que se atribua exclusivamente a ele as condições bastantes para o (re)ordenamento da vida na sociedade capitalista. Não se nega a política para além dos limites estatais ou a importância de aparelhos ideológicos diversos para a formação do convencimento necessário à reprodução “pacífica” das relações contraditórias que circunscrevem a sociedade de classes.

Para o que se pretende neste trabalho, contudo, o convencimento relevante pode ser sintetizado na mistificação da exploração que o capital encarna, cujas relações de poder emanam das posições das classes nas relações de produção. É suficiente entender como esse “terceiro elemento”, ao apresentar-se como legislador e árbitro neutro e impessoal, mantém o ideário de “reino da liberdade” ao tempo em que garante as condições de exploração.

É nesse sentido que Pachukanis (2017, p. 144-145) sustenta que, no interior de uma sociedade capitalista, o Estado precisa participar do metabolismo social como um “terceiro” que despersonaliza as relações entre os indivíduos permitindo que as relações jurídicas e mesmo a coerção estatal assumam caracteres abstratos dirigidos a um suposto interesse coletivo.

Essa despersonalização é possível, pois “a submissão desse mesmo trabalhador ao Estado capitalista não é igual à dependência que ele tem em relação ao capitalista singular”. Isso, primeiro, porque “existe um aparato da classe dominante particular e independente, que se coloca sobre cada capitalista individual e figura como uma força impessoal”. Segundo, porque essa força impessoal “não medeia cada relação específica de exploração, pois o trabalhador individual não é obrigado política nem juridicamente a trabalhar para dado empregador, mas aliena sua própria força de trabalho com base em um contrato livre”. Assim, o poder político de classe pode adquirir a forma de poder público³¹.

Mascaro (2013, p. 17), após destacar que o capitalismo é caracterizado pela pulverização de uma dinâmica social reificada, é peremptório quando afirma que “somente com o aparato de uma instância estatal é possível a reprodução capitalista. Esta dá causa àquela”. Para o jurista brasileiro, em concordância com Pachukanis (2015), compete às instituições jurídicas representar a ausência de vínculo entre as relações de produção e qualquer instrumento coercitivo. Por isso e para isso, o Estado emerge como terceiro alheio a interesses que não sejam da comunidade como um todo e, assim, suas ações são vistas como objetivando o bem comum.

O Estado, assim, se revela como um aparato necessário à reprodução capitalista, assegurando a troca das mercadorias e a própria exploração da força de trabalho sob a forma assalariada. As **instituições jurídicas** que se consolidam por meio do aparato estatal - o sujeito de direito e a garantia do contrato e da autonomia da vontade, por exemplo – possibilitam a existência de **mecanismos apartados dos próprios exploradores e explorados** (*Ibid.*, p. 17, grifo nosso).

Em torno desse aparato alheio emerge o consenso social necessário à continuidade das relações capitalistas e a partir dele é encoberto o caráter violento-coercitivo das relações de exploração que o trabalhador não consegue se desvencilhar. Todo o consenso necessário para as relações capitalistas de produção converge para a ocultação dessas relações.

³¹ Pachukanis (2017, p. 148) define poder público como “um poder que não pertence a ninguém em particular, está acima de todos e se endereça a todos” e ressalva que “ao orientar-se por tal conceito, a teoria jurídica, inevitavelmente perde conexão com a realidade prática”.

Como colocam Mascaro (2013) e Pachukanis (2017), o aparato jurídico do Estado assume para si esse papel de convencimento ao aparecer como corpo impessoal que submete, indistintamente, “sujeitos de direito” para o bem daquela comunidade. Em outras palavras, a configuração e condução político-legal-administrativa-coercitiva necessária à preservação da exploração “diretamente econômica” típica do capitalismo é ocultada por ser assumida por um terceiro que se apresenta impessoal e alheio às relações das quais ele mesmo é produto. Assim, tomando para si o papel de “zelar pelo bem comum”, qualquer forma de violência perpetrada pelo Estado aparece desvinculada das relações de classe.

É a presença de uma violência institucional (consagrada por leis em um Estado de direito), de coerção encoberta, que explica que não seja necessário que um corpo retire os trabalhadores de suas camas nas primeiras horas da manhã ou os açoite para que se dirijam aos centros de transporte público e dali aos seus locais de trabalho. Aquela violência de despojo ancestral, à qual se soma agora a violência cotidiana (expropriação diária de mais-valia), obriga o trabalhador a buscar um salário para sobreviver. Este é o marco da liberdade do vendedor da força de trabalho. **O que se apresenta como operações simplesmente econômicas são também operações políticas de submissão, violência e coerção.** (OSORIO, 2019, p. 147, grifo nosso).

Por tudo isso, “exsurge o Estado como terceiro em relação à dinâmica entre capital e trabalho” (MASCARO, 2013, p. 18), mas um terceiro que compõe estruturalmente as relações de reprodução da vida social.

Este terceiro não é um adendo nem um complemento, mas **parte necessária da própria reprodução capitalista.** Sem ele, o domínio do capital sobre o trabalho assalariado seria domínio direto – portanto, escravidão ou servidão. [...] Daí a dificuldade em se aperceber, à primeira vista, a conexão entre capitalismo e Estado, na medida em que, sendo um aparato terceiro em relação à exploração, o Estado não é nenhum burguês em específico nem está em sua função imediata. A sua separação em face de todas as classes e indivíduos constitui a chave da possibilidade da própria reprodução do capital: **o aparato estatal é a garantia da mercadoria, da propriedade privada e dos vínculos jurídicos de exploração que jungem o capital e o trabalho** (*Ibid.*, p. 18, grifo nosso).

A regulação e garantia da propriedade privada, das condições jurídicas para apropriação do valor excedente e, pairando sobre isso tudo, das condições de compra e venda da força de trabalho são concentradas por uma força social que, no fim das contas, condensa as relações de poder e estabelece o consenso social em torno da reprodução dessas condições. Ao mesmo tempo, esse sujeito dá sentido de comunidade inclusive para aquela fração que precisa “vender o dia para comprar o pão” e, como consequência, no dia seguinte, precisa novamente apresentar-se “livremente” para “vender o dia para comprar o pão” e novamente no dia seguinte... e no dia seguinte... e no dia seguinte.

Não se deve esquecer que para o capital é fundamental romper com a unidade entre economia e política, para que qualquer coisa que se dê na economia (como a desigualdade social, a concentração dos meios de produção etc.) apareça como um assunto não político e qualquer coisa que se dê na política (quem manda, quem obedece, os projetos de quem organiza a vida comum) apareça como não econômico (mas como assuntos de cidadãos, indivíduos iguais em termos políticos e não como assuntos de grupos econômicos ou de classes que dominam). O Estado e a política não são epifenômenos da economia. Mas tampouco constituem esferas independentes e autônomas, tal como prefere afirmar o pensamento dominante. São dimensões de uma unidade diferenciada. (OSORIO, 2019, p. 25).

Osorio (2019, p. 18-19) apresenta particularidades que explicam o motivo de o Estado ser aqui apresentado como elemento orgânico da reprodução do metabolismo capitalista: i) é a única instituição capaz de fazer interesses particulares aparecerem como interesses de toda a sociedade; ii) sintetiza costumes e valores compartilhados e projeta rumos e metas para a sociedade; iii) é o centro do poder político e, assim, é “a condensação em que todas as redes e relações de poder encontram seu núcleo de articulação”; iv) cumpre papel essencial na reprodução material, social, político e ideológico já que “os tecidos fundamentais que geram a reprodução societária são atravessados pelas funções estatais”.

O Estado, portanto, sintetiza os costumes e valores dando sentido de comunidade à população que se reúne em determinado território, é o centro onde se condensam as relações sociais de poder e dominação e, adicionalmente, têm a capacidade de fazer com que os interesses dos “mais fortes” apareçam como interesses coletivos daquela comunidade à qual ele dá sentido de existência. Como coloca Anderson (1977, grifo nosso).

A novidade desse consentimento é que adota **a forma fundamental de uma crença por parte das massas que são elas mesmas que exercem definitivamente sua autodeterminação** dentro da ordem social existente. Não se trata da aceitação da superioridade de uma classe dirigente reconhecida (ideologia feudal) senão a **crença na igualdade democrática de todos os cidadãos no governo de uma nação**, ou dito de outra maneira, da incredibilidade na existência de uma classe dirigente.

Assim, como condensação das forças sociais (produto), o Estado é o agente (ator) do metabolismo social que reúne capacidade para organizar as condições necessárias à reprodução das relações capitalistas; é produto das relações de força e, ao mesmo tempo, atua sobre essas relações para a construção, manutenção, concertação e, quando necessário, para o “conserto” das condições sociais em resposta à dinâmica do capital. O foco, aqui, recai sobre o Estado porque é “a única instituição que torna possível que interesses sociais de poucos – das classes dominantes – possam ser representados como interesses de todos os membros da sociedade,

criando e recriando o imaginário de uma comunidade, ainda que ilusória” (OSORIO, 2019, p. 96).

Nos termos colocados por Osorio (*op. cit.*), o Estado visível corporifica as relações sociais ou e, no termos de Lenin (2017, p. 38), o Estado aparece como “síntese numa corporação visível”. Ou seja, a própria materialidade do Estado é resultado das relações sociais de poder e é conformada para adequadamente participar (organizar, legitimar e garantir) da estrutura metabólica do capitalismo. Nas palavras de Wood (2011, p. 49), o Estado representa “o momento coercitivo da dominação de classe no capitalismo, corporificado no monopólio mais especializado, exclusivo e centralizado de força social, é, em uma análise, o ponto decisivo de concentração de todo o poder na sociedade”.

Nessa mesma toada, Osorio (2019, p. 17) apresenta uma síntese de características desse agente social que norteiam a discussão aqui desenvolvida:

[...] o Estado é muito mais do que domínio de classes. Mas **é essencialmente domínio de classes**. O Estado é muito mais do que condensação das relações de poder, mas é fundamentalmente **a principal condensação das relações de poder**. O Estado é muito mais do que as relações que conformam uma comunidade, mas é essencialmente **uma comunidade, porém ilusória**. Enfim, o Estado é muito mais do que coerção. Mas é principalmente violência concentrada. (*ibid.*, p. 17, grifo nosso).

4.2 A DINÂMICA CAPITALISTA E AS FORMAS DO ESTADO BURGUESES

Em sua processualidade contraditória, o capitalismo é um sistema essencialmente dinâmico e expansivo. O mesmo movimento que determina o desenvolvimento das forças produtivas faz das crises de acumulação momentos inexoráveis. Então, como o Estado é produto desse todo social e, ao mesmo tempo, atua organicamente para a sua reprodução, ele tanto reflete quanto participa dessas mudanças.

Tendo em vista que, como coloca Marx (2011a, p. 43), “toda forma de produção forja suas próprias relações jurídicas, forma de governo” e que “a produção capitalista [...] é essencialmente produção de mais-valia” (MARX, 2017a, p. 578), infere-se que, mesmo nos marcos do capitalismo, o corpo e as ações estatais são constantemente modificados e, por vezes, até mesmo reforçados pela dinâmica da acumulação. O molde que dá as formas mais finas ao

Estado burguês muda em harmonia com a dinâmica contraditória do capital (Estado como produto).

De forma mais ampla, contudo, apesar de as relações de produção terem sido alteradas em suas especificidades, mantiveram o que lhes é essencial: a relação antagônica de classes para a produção-apropriação de mais-valia. Essa é estrutura fundamental que impõe limites às transformações do Estado burguês. Todas as alterações estão estritamente contidas nesse molde rígido e acontecem justamente para abrigar, legitimar e garantir as necessidades histórico-concretas das relações capitalistas para a geração-apropriação de valor.

Para conseguir entregar o mesmo produto à sua classe dominante (apropriação de valor), a dinâmica capitalista precisa ser refletida no Estado e em seus aparatos, inclusive nas relações jurídicas que “impessoalizam” as relações sociais (PACHUKANIS, 2017). Imbuído dessa tarefa, o corpo estatal, ocupado por aqueles que “efetivamente detêm o poder”, materializa as mudanças da dinâmica capitalista e, então, atua para organizar as modificações exigidas nas relações sociais a cada momento do desenvolvimento histórico. Justamente por isso, “manter o poder do Estado é uma tarefa política fundamental para as classes dominantes, não apenas porque através do Estado convertem seus projetos em projetos gerais, mas também porque a partir do Estado o impulso de seus planos sociais se potencializa” (OSORIO, 2019, p. 96).

Para interpretar as ações estatais em cada momento, sejam elas simples organizações das condições para a reprodução ampliada do capital ou complexas mudanças conservativas exigidas pela “maturidade excessiva” de suas contradições, é necessário analisa-las em perspectiva aos interesses do poder constituído. Nesse sentido, Osorio (2019, p. 20-21) resume que Estado é a “condensação particular de redes e relações de força numa sociedade, sintetiza interesses particulares e expressa o poder de determinados grupos sociais - das classes dominantes – sobre os interesses das classes dominadas”.

Tomando por base os escritos políticos de Lenin (2017), Lefebvre (*op. cit.*) afirma que em momentos de crise “a política passa [...] a ser o elemento mais elevado [...] [que] contém o devir, as possibilidades”. Esse “devir” gerido pela política pode ser conservativo ou disruptivo, revolucionário. Nas transições entre modos de produção, há uma descontinuidade entre o exercício de poder político, ou seja, entre a capacidade de intervir sobre a vida em sociedade e as relações de dominação econômica de classe estabelecidas. O poder político é exercido por uma fração social cujos interesses não coincidem com as relações de produções postas e é, então, mobilizado para intervir no todo social promovendo mudanças revolucionárias na essência das relações de produção, nas relações de classe.

De outra forma, quando o “amadurecimento excessivo” das contradições da acumulação exige mudanças qualitativas na organização social, mas o poder ainda é detido pela burguesia, a capacidade política de intervir no todo social é mobilizada para conduzir mudanças meramente corretivas e conservativas. O Estado muda sua forma de atuar e mesmo sua configuração material para colocar os limites das inevitáveis mudanças. Em outros termos, quando as contradições da acumulação atingem seu limite absoluto e, pois, mudanças qualitativas se impõem, o Estado burguês utiliza seus monopólios de “dizer o direito” e de garanti-lo pelo uso legítimo da força para sejam conservadas as relações de dominação de classe, inclusive no que tange à triangulação internacional (burguesia imperialista - burguesia periférica - proletariado periférico).

Em uma relação entre sujeitos de direitos, que é ordenada visando ao bem comum e arbitrada por um juiz isento, não cabe a qualquer indivíduo ou fração da sociedade contestar as modificações no ordenamento social, sob o risco de se tornar alvo da força pública repressora. Quando os vínculos sociais são questionados pela classe explorada, mas as classes dominantes detêm o poder político, sempre restará às forças dominantes o recurso à violência legítima do Estado. Esse recurso pode ser imposto interna e/ou internacionalmente para que a triangulação garanta o sentido periferia-centro do fluxo do valor global.

Mas esses direitos têm de ser impostos, e é nesse ponto que o Estado, com seu monopólio sobre o uso legítimo da força e da violência é chamado a reprimir e policiar qualquer agressão contra o regime de direitos da propriedade privada. O Estado capitalista deve usar seu monopólio adquirido sobre os meios de violência para proteger e preservar o regime de direitos de propriedade privada individualizada como um regime que se articula através do funcionamento do mercado. O poder centralizado do Estado é usado para proteger um sistema de propriedade privada descentralizado (HARVEY, 2016, p. 50).

Não apenas os agentes sociais insatisfeitos representam risco à continuidade da ordem capitalista. Como discutido no capítulo 3, o próprio capital ergue suas barreiras que, em algum ponto, se tornam insuperáveis. As crises de superacumulação expressam justamente que alguma barreira foi erguida em algum ponto do ciclo do capital, ou seja, que o arcabouço social organizado pelo Estado não mais comporta as condições suficientes para a reprodução do volume de capital acumulado.

Então, afirma Mészáros (2021), as relações de poder se materializam no corpo do Estado (em seus aparatos administrativos, jurídicos, legislativos e repressivos) que, então, reflete atua em representação das frações sociais que efetivamente detêm o poder (ameaçado), mesmo que isso signifique atuar fora dos limites legais constituídos. Assim, o Estado intervêm sobre as

relações sociais em correspondência com a dinâmica da acumulação e o movimento do poder de classe (e suas frações). O Estado muda de forma refletindo a lei do mais forte e intervém (legalmente ou para além do corpo de leis estabelecido) em nome dos mais fortes.

Neste ponto, cabe trazer “verdades subjacentes” apresentadas por Mészáros (2021) que servem de balizas para a discussão sobre o sentido das correções dirigidas pelo Estado. A primeira dessas verdades refere-se ao fato de que, se o Estado detém o monopólio do poder de jurisdição³², é preciso levar em conta que o poder é a base do direito e não o contrário, como postulam “defensores genuínos da teoria liberal”.

A verdade subjacente mais profunda e a determinação causal dessas questões – válidas para todos os Estados, incluindo o habitualmente idealizado “Estado democrático moderno” – é que o **“o direito é a base do poder (right is might)” porque “o poder é que estabelece o direito (might is right)”**, e não o contrário, como é infundadamente postulado até mesmo por alguns defensores genuínos da teoria liberal. Naturalmente, a modalidade particular de afirmar, por meio da legislação do Estado, o suposto imperativo para a **imposição e legitimação da lei do mais forte muda historicamente**. Mas as determinações fundamentais permanecem as mesmas, enquanto o próprio Estado existir sob qualquer forma. (*Ibid.*, p. 192, grifo nosso).

Mészáros (2021) escora essa verdade em outra verdade. Para ele, é um erro identificar o Estado com a lei e o direito, pois “o Estado realmente existente, incluindo, claro, o moderno Estado democrático capitalista é caracterizado não só por lei e direito, mas também pela absolutamente destrutiva ilegalidade e assim, pela diametralmente oposta lei legítima” (*id.*, 2021, p.190). Ou seja, o poder tem a capacidade de tornar a “própria ilegalidade a regra recorrente em período de grande crise” e, para isso, mobiliza o aparato jurídico-coercitivo do Estado.

Mészáros não intenta ressignificar o direito ou o aparato jurídico como organismo do metabolismo capitalista, apenas acrescenta às possibilidades de intervenção do Estado a capacidade que as forças sociais dominantes lhe outorgam de recorrer à ilegalidade para manter a ordem. Ou seja, a preservação da ordem capitalista sobrepuja até mesmo a legalidade, a lei do mais forte é a lei incontestável da organização capitalista.

Mais do que conferir ao Estado o monopólio de ditar o direito, o poder constituído dá ao Estado o monopólio da ilegalidade. Essa “ilegalidade legítima” se manifesta muitas vezes pelo uso da violência explícita, mas também pela legalização “pacífica” de situações ou atos de

³² Do latim: *jurisdictio* que significa dizer o Direito. Segundo o dicionário eletrônico AULETE DIGITAL: “Jurisdição: poder decorrente da soberania de um Estado, para editar leis e ministrar a justiça”.

interesse das forças dominantes. O ordenamento administrativo-jurídico vai sempre ao encontro dos interesses do poder constituído que, ressalte-se novamente, emana da condição de classe.

A relação necessária é entre a ilegalidade do Estado enquanto tal e a afirmação da **lei do mais forte como modalidade prática da tomada de decisão política global sob o domínio do capital**. As formações estatais historicamente dadas do sistema do capital devem se afirmar como executoras eficazes das regras necessárias para a manutenção da ordem socio-reprodutiva estabelecida. Naturalmente, a “lei” **deve ser definida e alterada em conformidade, a fim de atender às mudanças nas relações de poder** e às alterações correspondentes aos antagonismos fundamentais inseparáveis do metabolismo de reprodução social do capital. [...]

Estar acima da lei – não como uma “aberração”, mas pela sempre dada determinação inerente ao Estado do capital, revelada apenas em momentos de grande conflito – é o significado fundamental da ilegalidade incorrigível do Estado. **A ilegalidade incorrigível do Estado reside na sua constituição mais íntima como árbitro soberano sobre a lei e, portanto, acima da lei.** (MÉSZÁROS, 2021, p. 200-201, grifo nosso).

Fica claro, portanto, que a dinâmica do aparato estatal responde à “mudança nas relações de poder”, e que, inclusive pelo exercício da ilegalidade, as relações de poder se impõem para, se necessário, derreter partes do corpo estatal e as reforjar de acordo com suas conveniências, afinal, “a lei deve ser definida e alterada em conformidade, a fim de atender às mudanças nas relações de poder”. Esse ponto é fundamental para entender a mudança da atuação dos Estado periféricos durante a crise hodierna de superacumulação: “da era dirigista para a era neoliberal” (PATNAIK; PATNAIK, 2020, p. 31).

Usando como exemplo o golpe parlamentar que ocorreu no Brasil em 2016, Mascaro (2018) corrobora o entendimento de Mézszáros (*Ibid.*, p. 200-201) e localiza a ilegalidade como instrumento da função essencial do Estado (“garantir a previsibilidade e a regularidade da reprodução do capital”) já que “a exceção imperará sobre a legalidade, permitindo o cálculo do custo da previsibilidade e das opções entre ambas”.

O capitalismo opera necessariamente na ilegalidade: tal normatividade arraigada e sistematizada é o solo no qual as previsões e as reiterações a das interações sociais se enraízam; ocorre que a exceção também está presente para o cálculo da ilegalidade [...] há uma reiterada exceção em favor do capital, do poder, dos círculos de influência e interesse, do que concorda a ideologia reinante; nisso, é possível vislumbrar que, em dadas situações típicas, a exceção imperará sobre a legalidade, permitindo o cálculo do custo da previsibilidade e das opções entre ambas. [...] Não se pode tomar a situação de golpe e exceção no Brasil como uma disfunção total do cálculo já existente da reprodução do capital. Antes, no caso presente, a ruptura é apenas o cálculo de mais uma variável no uso da mesma modulação consagrada da legalidade (MASCARO, 2018, p. 98).

Dessa forma, Mészáros (*Ibid.*, p. 200-201) reforça o entendimento do Estado como condensação de relações de força da sociedade capitalista. O pensador marxista não quer sugerir com isso que inexistia resistência às “medidas corretivas” dirigidas pelo Estado, apenas afirma que quanto mais desequilibradas forem as forças, mais o Estado tenderá a refletir os interesses da fração social hegemônica de cada momento sobrepujando, inclusive, a legalidade e reprimindo qualquer ação contestatória.

Por aparecer como “impessoal e desinteressado”, o aparato jurídico acaba por manter “harmônicas” as relações de classe independentemente das especificidades históricas. As normas jurídicas são mecanismos que o Estado tem para condicionar a participação das classes e suas frações no ciclo de reprodução do capital quaisquer que sejam essas condições. Obviamente, “harmonia” e “adequação”, aqui, são parâmetros estabelecidos pelas frações sociais que “se entrincheiram” nos postos de efetivo exercício do poder estatal (OSORIO, 2019).

As medidas corretivas são mais frequentes, mais evidentes e mais explicitamente violentas nos momentos em que as contradições da dinâmica capitalista atingem seus “limites absolutos”. Nas crises, o recurso à força político-legal-administrativa-repressiva do Estado é arma do capital para que sejam realizadas medidas “corretivas” para manter a “harmonia” social.

Essas “verdades subjacentes” trazidas por Mészáros (*Ibid.*, p. 200-201) reforçam a ideia que não se deve buscar a explicação para as ações do Estado, quaisquer que sejam, no próprio aparato estatal, mas na ordem social de cada momento histórico, no efetivo exercício de poder. Deve-se, portanto, interpretar as ações corretivas do Estado necessariamente a partir de uma leitura historicizada da correlação de forças sociais.

Nessa mesma toada, Mascaro (2013, p. 19) afirma que por se estabelecer como “um *continuum* estrutural e relacional das ações capitalistas de troca mercantil e de exploração produtiva”, o que traz em si as relações entre as classes, a forma política estatal é a condensação principal das relações sociais em seus momentos específicos.

[...] não é partindo das características do aparato estatal em si mesmo que se descobrirá a sua eventual utilização ou não pela burguesia. Pelo contrário, é **pela estrutura da reprodução do capital que se entende o locus desse aparato político específico** e relativamente alheado das classes que se chama hodiernamente Estado. [...]

A luta de classes revela a situação específica da política e da economia dentro da estrutura do capitalismo. Mas, para além da luta de classes, as formas sociais do capitalismo, lastreadas no valor e na mercadoria, revelam a natureza

da forma política estatal. Na forma reside o núcleo da existência do Estado no capitalismo (MASCARO, 2013, p. 19-20).

4.3 A INTEGRAÇÃO CAPITALISTA E A “NATURAL” ASSIMETRIA DA CAPACIDADE DE EXERCÍCIO DA SOBERANIA

A própria dinâmica das leis capitalistas levou à integração das economias nacionais: “a tendência de criar o mercado mundial está imediatamente no próprio conceito do capital” (MARX, 2011a, p.332). De formas variadas e com diferentes forças, as burguesias nacionais passaram a se relacionar no mercado mundial, foram estabelecidos vínculos entre as relações nacionais de produção e as leis e as contradições capitalistas alcançaram nível global. Assim, se a forma como o país se integra à dinâmica sistêmica influi em suas próprias relações de classe, a dinâmica sistêmica também passa a ser determinante das ações do Estado.

Neste ponto, antes de avançar para a discussão sobre como essa integração verticalizada se reflete em diferentes capacidades de exercício da soberania, é importante refletir sobre o motivo de a estrutura do capitalismo mundial se manter como uma pluralidade de aparatos-limites ao invés de constituir um Estado mundial. Não seria interessante eliminar fricções ao movimento dos capitais relativos, por exemplo, à diversidade dos aparatos regulatórios?

Mascaro (2013, p. 95) apresenta os termos dessa discussão:

O fato de que o capital se estabelece em relações de produção que se esparramam em um espaço necessariamente maior que o de uma unidade de Estado específico engendrou a constituição de tal forma política num coletivo de territórios. Onde estão as relações de produção capitalistas, está também o Estado. Mas, por si só, apenas isso não explica que os Estados existam no plural. Teoricamente, pode-se imaginar que, sobre esses mesmos territórios, a necessária forma estatal que deriva da reprodução capitalista se unificasse em torno de um único Estado, o maior possível – virtualmente alcançando a extensão mundial.

Osorio (2019, p 175-176) identifica a existência dos “espaços-fronteira” como uma necessidade para consecução da própria vocação globalizante do capitalismo. Para ele essa contradição que “impulsiona e ao mesmo tempo limita aquela vocação” está na natureza do capitalismo e atinge “toda sua expressão” na atual fase da globalização. Por isso, “destacar apenas os limites do Estado-nação e não sua capacidade de potencializar a mundialização

capitalista é idealizar e ocultar a natureza do capitalismo e o tipo de expansão que este pode levar adiante”.

Os Estados participam, portanto, do estabelecimento do sistema mundial e potencializam os efeitos da mundialização em caráter permanente. A composição do sistema como uma coleção de unidades formalmente independentes e vinculadas ganha ainda mais importância nos momentos em que medidas corretivas desiguais precisam ser impostas aos territórios para conservar a desigualdade da apropriação dos resultados da integração global. Para isso, é preciso que, em cada “espaços-fronteira”, haja aparatos neutros e impessoais capazes de orquestrar esses ajustes de acordo com seus lugares nos processos sistêmicos. No sistema mundial integrado, os mais fortes extraem benefícios da integração de unidades heterogêneas e, portanto, têm interesse em manter estruturas de poder individualizadas.

Toda essa discussão acerca da manutenção de um sistema mundial pluriunitário está fundada no entendimento de que, se é preciso buscar nas relações de poder a explicação para a atuação do poder político centralizado, é nas relações de poder em nível global (que emana das relações de classe) que se deve buscar a explicação para a conformação-atuação dos aparatos legal-administrativo-coercitivos que integram o sistema, sejam eles Estados nacionais ou blocos de países.

O sistema capitalista mundial é, antes de tudo, um sistema organizado para a geração-apropriação de mais-valia. Sua dinâmica conforma diferentes relações de exploração que requerem, nos respectivos níveis, abrigos de estruturas específicas de poder e dominação. Se o poder emana das condições de classe e a formação do mercado mundial vincula as relações nacionais de produção, logicamente, a participação no sistema mundial impõe condicionantes ao “abrigos” das relações de produção, já que são territorializadas.

Se diferenças geográficas entre as regiões e Estados não existissem, então seriam criadas pelas estratégias diferenciadas de investimento e pela busca do poder de monopólio espacial dado pela singularidade da situação e das qualidades ambientais e culturais. A ideia de que o capitalismo promove a homogeneidade geográfica é totalmente errada. Prospera com base na heterogeneidade e diferença, embora sempre dentro de alguns limites (HARVEY, 2011, p. 165).

De qualquer ponto que se observe essa questão, deve-se buscar no direcionamento dos fluxos globais de valor a explicação para a constituição de um sistema de unidades independentes. Os capitais mais fortes encontram vantagens na preservação de um sistema composto por unidades heterogêneas e, pois, está na natureza do próprio sistema a manutenção de unidades políticas formalmente independentes.

Aos capturadores globais de valor não interessa a homogeneização do sistema, não interessa a formação de um único aparato de organização das relações de produção territorializadas. De outro lado, é imprescindível para a organização do sistema que existam formas de condicionar a ação das unidades políticas formalmente independentes.

No trecho transcrito abaixo, Mascaró (2013, p. 100) destaca a condição recíproca que é estabelecida entre os interesses econômicos do capital nacional e os interesses políticos do Estado em âmbito internacional³³. Isso, de certa forma, traz à discussão elementos do modo de funcionamento do capitalismo em sua fase mais avançada, introduz elementos fundamentais do imperialismo.

Pela própria posição estrutural, o Estado tem na dinâmica de reprodução do capital a sua constituinte existencial. É vital à política estatal a manutenção das bases da exploração econômica capitalista e, para isso, a acumulação internacional se revela um instrumento fundamental. A **exploração levada ao exterior** permite maior fôlego econômico interno, dando às classes burguesas melhores condições de reprodução, ensejando também a **minoração de algumas contradições sociais** quanto às classes e aos grupos nacionais explorados. Além disso, a **dinâmica internacional do capital permite uma cadeia econômica que acaba por carrear, tributariamente, riquezas ao próprio Estado dominador**. Daí a atenção dos Estados nacionais à posição dos seus capitais nativos no plano exterior, tanto pelo interesse manifesto das suas classes burguesas quanto pela própria estrutura das relações estatais. O poder internacional dos Estados, em benefício dos seus capitais, opera por mecanismos jurídicos, mas, principalmente, mediante instrumentos econômicos, políticos ou militares. (*Ibid.*, p. 100, grifo nosso).

Mascaró (*Ibid.*, p. 100) traz diversas questões importantes para esta discussão. Além de sugerir a existência de reforço recíproco entre os poderes políticos e econômicos em nível internacional, retoma posicionamento de Lenin acerca da possibilidade de o imperialismo assumir formas variadas para alcançar seu conteúdo invariável e, adicionalmente, concorda com o líder bolchevique (LENIN, 2011, p. 238) sobre “o imperialismo [...] gera[r] a possibilidade econômica de subornar as camadas superiores do proletariado”.

Mascaró (*op. cit.*, p. 100) sintetiza importante argumento deste trabalho: a forma de exercício do poder do Estado é variável e tem “na dinâmica de reprodução do capital a sua constituinte existencial”, o que tem relação direta com a variação de formas e mecanismos das forças imperialistas. As forças e os mecanismos, econômicos ou extraeconômicos, variam em

³³ No prefácio do livro de Arrighi (1997), *A Ilusão do Desenvolvimento*, Haddad (1997) resume conclusão do autor: “[...] o processo de inovação não só gera lucros extraordinários para as empresas, como também, através de uma relação simbiótica com o Estado, gera as externalidades que o retroalimenta. O núcleo orgânico goza, assim, de uma riqueza ‘oligárquica’ não universalizável. Ao contrário, as tendências do processo implicam uma polarização crescente da economia mundial numa zona periférica e numa zona de núcleo orgânico”.

adequação à condição da acumulação para conservar o que é essencial ao imperialismo: “a progressiva opressão das nações do mundo por um punhado de grandes potências” (LENIN, 1986), ou seja, a apropriação pelas classes capitalistas dos países mais fortes de mais-valia gerada pelas classes trabalhadoras dos países mais fracos.

É evidente que as relações políticas entre os Estados alcançam espaços que vão além das questões econômicas. Contudo, para o que é pertinente a este trabalho, é fundamental entender a participação dos Estados nacionais em sua condição de órgão vital para a reprodução do metabolismo do capitalismo.

Nesse sentido, é preciso observar que, apesar de a soberania ser um atributo fundante de todo Estado independente, as relações internacionais atravessam de maneiras diferentes as estruturas sociais e, por conseguinte, exercem influências diversas sobre as estruturas de poder-dominância político, ou seja, impactam desigualmente as capacidades dos Estados de fazer valer aquele atributo. Estabelecendo uma linha lógica: o poder emana da condição de classe; cada estrutura particular de poder-dominância de classe é atravessada de forma particular pelas relações internacionais; a soberania é predicado de um agente que condensa relações particulares de poder-dominância; logo: a capacidade de cada Estado de exercer sua soberania é impactada de maneira específica pelas relações do país no sistema mundial capitalista.

Observando essa mesma lógica de outro ângulo: se o Estado “tem na dinâmica de reprodução do capital sua constituinte existencial”, se cada espaço delimitado pelo Estado contém um amálgama particular de classes, se é nas relações de poder que devem ser buscadas as explicações para as ações estatais (e o poder emana da condição de classe) e, por fim, se as relações estabelecidas com o capital internacional beneficiam desproporcionalmente determinadas frações nacionais da classe dominante, fecha-se um ciclo: as relações internacionais fortalecem determinadas frações nacionais de classe que, assim, avançam sobre os espaços de efetivo exercício de poder político do Estado, que, então, passa a dirigi-lo em benefício próprio reforçando aquele vínculo subordinado com as classes dominantes internacionais.

Ou seja, a vinculação subordinada entre as burguesias nacionais e imperialista se materializa na dinâmica do corpo administrativo-jurídico-coercitivo estatal que atua sobre as relações de produção, se materializa na forma como o Estado exerce sua soberania.

Poulantzas (2015, p. 125-126) sugere que essas alterações ocorrem sem que haja mudanças no que é nuclear do Estado capitalista: a organização social para a produção-

apropriação de mais-valia. Vale destacar que essas alterações ocorrem em sintonia com a “periodização fundamental do capitalismo” (estágios e fases do capitalismo: estágio concorrencial e imperialista – capitalista monopolista, fases desse último), mas também “em formas diferenciais” dentro do mesmo estágio ou fase.

Se seu núcleo persiste, que é o que faz com que o Estado continue capitalista, não impede que eles passem por importantes transformações ao longo da reprodução do capitalismo.

Mas essas **transformações sugerem então modificações na constituição e reprodução das classes sociais, de sua luta e da dominação política**. Isso é válido para a periodização fundamental do Estado segundo estágios e fases do capitalismo: essas transformações implicam em importantes modificações no campo da dominação política. [...] as relações de classe estão presentes, assim, tanto nas transformações do Estado segundo os estágios ou fases do capitalismo, ou seja, nas transformações das relações de produção/divisão social do trabalho que elas implicam, como nas **formas diferenciais de que se reveste o Estado num estágio ou fase**. (*Ibid.*, p. 125-126, grifo nosso).

Para entender o condicionamento exposto na lógica acima descrita, deve-se levar em conta que a própria burguesia não é um bloco monolítico. Se, de um lado, há convergências óbvias de interesse de todas as frações burguesas no que tange, por exemplo, à defesa da propriedade privada e à redução do custo da força de trabalho, de outro, há interesses que são particulares de cada fração.

Cada tipo de capital se reproduz em especificidades que são mais bem atendidas por determinadas condições. Dessa forma, se, no âmbito geral, cabe ao Estado organizar as relações de produção sem tocar no que é essencial à produção capitalista, no particular, ele organiza as condições sociais para privilegiar determinadas frações de classe, organiza as relações sociais prioritariamente em benefício de determinado bloco de frações de classe que ocupa o comando efetivo do poder³⁴.

Nas palavras do próprio Poulantzas (2015, p. 129):

Em relação principalmente às classes dominantes, em particular a burguesia, o Estado tem um papel principal de organização. Ele representa e organiza as classes dominantes, em suma representa, organiza o interesse político a longo prazo do bloco no poder, composto por várias frações de classe burguesa (pois a burguesia é dividida em frações de classe) [...] Organização, na perspectiva do Estado, da unidade conflitual da aliança de poder e do equilíbrio instável dos compromissos entre seus componentes, o que faz sob hegemonia e

³⁴ Bloco no poder: “expressão para uma configuração histórica das relações entre as classes dominantes em seus desenlaces no Estado capitalista (unidade política específica – objeto concreto-real)” ou, segundo Poulantzas (2015), ‘uma unidade contraditória entre distintas classes e/ou frações de classes, sob a hegemonia no seu interior de uma dessas frações ou classes, em suas relações com o Estado capitalista. (PINTO; BALANCO, 2014, p. 45-6).

direção, nesse bloco, de uma de suas classes ou frações, a classe ou fração hegemônica.

Nesse sentido, Boito Jr (2005, p. 55) afirma que o Estado burguês organiza a dominação de classe burguesa em geral, mas faz isso priorizando a organização para determinadas frações frente aos interesses particulares de outras frações.

O conflito em torno da política econômica não deve ser visto, portanto, como uma disputa sobre a política econômica “correta” e “adequada aos interesses nacionais”, mas sim como uma disputa política entre interesses contraditórios. [...] O conceito de bloco no poder opera, então, com dois aspectos básicos: de um lado, a unidade contraditória da burguesia e, de outro lado, o papel ativo que o Estado desempenha na organização da dominação de classe da burguesia e da hegemonia de uma de suas frações.

Dada essa unidade contraditória³⁵ da classe capitalista na qual os interesses de suas frações (em locais e tempos específicos) coincidem no geral e divergem nas especificidades, o conceito de bloco no poder ajuda a entender como o Estado capitalista atua de acordo com interesses gerais da burguesia, mas, mais especificamente das suas frações hegemônicas em cada momento.

O bloco no poder, na verdade, é formado pelas classes (e frações) que ocupam o *locus* da dominação da luta política de classes, ou seja, que possuem áreas de poder próprias (centro de poder = poder real) no seio do aparelho de Estado. Mesmo assim, é preciso deixar claro que o bloco no poder não significa o conjunto de camadas que apoiam (classes-apoios) o poder de Estado, mas sim os que participam do espaço de dominação política. De maneira geral, a fração ou classe dominante que exerce a hegemonia restrita no bloco no poder também é a que assume a hegemonia ampla com relação ao conjunto da sociedade. (PINTO; BALANCO, 2014, p. 47).

A discrepância das capacidades de exercício da soberania deve ser vista a partir dessa perspectiva. As relações travadas entre as burguesias nacionais, via de regra, acabam fortalecendo determinado conjunto de frações da burguesia local. Fortalecido, com respaldo do

³⁵ “No contexto da teoria marxista do Estado, o conceito de bloco no poder designa [...] a unidade contraditória da burguesia organizada como classe dominante. Unidade da classe dominante, porque o conjunto dos capitalistas tem interesse em assegurar as condições gerais de reprodução do capitalismo e porque o Estado burguês zela por essas condições gerais, atendendo, portanto, indistintamente, os interesses comuns de todos os capitalistas – a manutenção da propriedade privada dos meios de produção e a reprodução da força de trabalho como mercadoria. Porém, trata-se de uma unidade contraditória porque os capitalistas, para além de sua unidade geral, estão distribuídos, de acordo com a posição particular que ocupam no processo de produção num momento e num país determinados, em setores econômicos diferenciados que poderão se constituir frações de classe perseguindo interesses específicos – alguns elementos potenciais de divisão da burguesia em frações de classe são: as fases do ciclo de reprodução do capital (capital dinheiro, capital produtivo, capital comercial), o poder econômico das empresas (grande capital, médio capital, capital monopolista), as relações variadas das empresas com a economia internacional (origem do capital, destino da produção para o mercado interno ou para a exportação)” (BOITO JR, 2005, p. 54-55).

capital imperialista, esse bloco avança sobre os espaços de efetivo exercício do poder político e, assim, consegue que a dinâmica nacional seja organizada, prioritariamente, de acordo com seus próprios interesses. O Estado, então adota medidas corretivas adequadas àqueles interesses hegemônicos (OSORIO, 2019).

Como o sistema mundial é organizado e reorganizado por uma estrutura assimétrica de poder, diretamente por ações militares ou indiretamente por intermédio dos blocos no poder associado, os capitalistas dos países mais fortes colhem continuamente os benefícios da manutenção de um sistema pluriestatal verticalizado (leia-se: capturam valor gerado pela classe trabalhadora dos países mais fracos).

O desenvolvimento geográfico desigual, nesse sentido, é resultado das “leis imanentes da concorrência” (apropriação de “valor extraordinário” em função da diferença de produtividade) e é garantido pela vinculação desequilibrada dos poderes políticos nacionais. Amin (2005, p. 83) sintetiza o resultado dessa lógica, que está no cerne da discussão aqui proposta: “o capitalismo realmente existente é polarizador em escala mundial e o desenvolvimento desigual que ele institui torna-se uma violenta contradição que cresce constantemente e não pode ser superada no quadro da sua própria lógica”.

Tendo em conta que interesses estrangeiros não são oficialmente representados nos aparatos estatais ou, mais especificamente, assumindo que a soberania é um atributo cujo exercício materializa relações que são condicionadas pela dinâmica global, é possível concluir que a localização das frações hegemônicas de cada país nos processos sistêmicos de acumulação é fator determinante da capacidade cada Estado de exercer a sua soberania. Isso se manifesta em maior ou menor prioridade dada pelo poder político a projetos efetivamente nacionais de desenvolvimento (OSORIO, 2019; AMIN, 2005).

Só é possível interpretar o exercício da soberania a partir das determinações recíprocas entre os elementos internos e externos de poder-dominância. É por isso que se diz que o imperialismo encontra guarida não apenas econômicas, mas também política nas formações sociais dos países periféricos e é por isso que se argumenta que todo projeto de desenvolvimento nacional, para ser bem sucedido, precisa ser anti-imperialista e, portanto, não dispensa a ruptura com a lógica que restringe o exercício da soberania. Este ponto é fundamental para entender a “surpreendente” ascensão chinesa na hierarquia capitalista e, também, para interpretar o aprofundamento da dependência dos países imersos nessa lógica durante o avanço do projeto neoliberal.

Logicamente, como já sugerido, a capacidade dos Estados de induzir mudanças em territórios sobre os quais não detém poder formal ou de reagir às mudanças do capitalismo mundial varia de país a país em razão de sua localização na estrutura político-econômica do capitalismo mundial. Isso ganha ainda mais relevo nos momentos em que as contradições da acumulação impõem mudanças qualitativas, o que historicamente vem ocorrendo por meio de ajustes espaço-temporais espaciais conduzidos pelos Estados nacionais (HARVEY, 2004, 2006a e 2006b) de acordo com suas capacidades de exercer sua soberania.

A dinâmica evolutiva-contraditória da acumulação sistêmica impõe alterações dos blocos no poder dos países. Como reflexo disso, o comando do poder político muda de mãos (entre frações burguesas) e, por conseguinte, mudam as prioridades do “projeto nacional”. Em geral, as frações de classe fortalecidas pela dinâmica global se entrincheiram nos espaços de representação política e, dessa forma, tendem a ter seu projeto particular apresentado como nacional.

Assim, os “projetos nacionais” dirigidos pelo poder político, sejam eles autônomos ou responsivos, tendem a permanecer em sintonia com a localização do país na hierarquia sistêmica: mais autônomos nos países desenvolvimento e responsivos-subordinados nos países dependentes. Em outras palavras, a capacidade de exercício da soberania, que se mede pela força dos projetos nacionais de desenvolvimento (OSORIO, 2019), depende fundamentalmente da localização dos respectivos blocos no poder nos processos globais de acumulação.

Organizados nesse contexto assimétrico, os processos globais de reprodução do capital não aceitam movimentos dissidentes, não toleram Estados rebeldes. Tentativas periféricas de implementar projetos nacionais de desenvolvimento contrários aos interesses das grandes potências invariavelmente transforma os países em alvos para intervenções externas mais ou menos explicitamente violentas. Ou os Estados promovem os ajustes “adequados” ou entram na lista do “eixo do mal” e ficam sujeitos a embargos econômicos estranguladores ou mesmo a intervenções militares. Como bem descreve Lenin (1974), os poderes imperialistas impedem a autodeterminação dos povos e, como coloca Mészáros (2021), a lei do mais forte é a regra invariável do capitalismo.

Existe, como descreve Mascaro (*op. cit.*), uma relação de reforço recíproco entre os poderes políticos e econômicos no âmbito do sistema mundial, o que explica a manutenção das raízes nacionais dos capitais. De certa forma, a mesma lógica que explica a manutenção de sistema pluriestatal, explica a vinculação da burguesia ao seu Estado-território. Poulantzas (2015, p. 117) afirma que existe uma “relação constitutiva de cada burguesia com a nação,

relação que segue ao mesmo tempo os ritmos e as fases da acumulação e da reprodução do capital, e as grandes linhas de modificação da política da burguesia”.

O trecho transcrito a seguir é elucidativo em relação a essa vinculação político-econômica, mesmo na fase “globalizada”.

A relação da burguesia com a nação difere segundo suas diversas frações (burguesia nacional, burguesia internacionalizada e burguesia interior) e estabelece-se pela perspectiva do Estado. [...] É precisamente um Estado nacional que é burguês, não simplesmente, nem somente porque a burguesia usa-o a fim de instrumentalizar a nação a seu proveito, mas porque a nação moderna, o Estado nacional, a burguesia têm o mesmo solo de constituição que determina suas relações [...] Essa nação está inscrita nesse Estado e é esse Estado nacional que organiza a burguesia como classe dominante (*Ibid.*, p. 117).

Como discutido no capítulo 2, a integração de estruturas produtivas com níveis diferentes de desenvolvimento, pelas próprias leis de mercado, estabelece desequilíbrio na relação produção-apropriação do valor excedente entre os países. Em outras palavras, estabelece uma estrutura relacional que, como causa e consequência, concentra força econômica em certos territórios, o que se acumula também nas capacidades dos seus aparatos estatais de exercer sua soberania na forma de projetos nacionais.

Osorio (2016, p. 509) resume o resultado dessa relação entre países com diferentes níveis de desenvolvimento e retoma o conceito de bloco no poder para acrescentar sobre o consentimento das classes dominantes dos países periféricos e, por tabela, dos próprios Estados em relação à triangulação da exploração de classe. De certa forma, o pensador da TMD destaca as relações entre os blocos no poder dos países para localizar a subsoberania como alicerce da estrutura reprodutiva do capitalismo mundial.

[...] se é bem correto afirmar que Estados desenvolvidos estimulam e protegem a ação dos capitais ali estabelecidos – em suas operações no exterior -, tal fato sugere que Estados e capitais das nações desenvolvidas exploram os trabalhadores do mundo dependente. [...] Definitivamente, **capitais e Estados de economias dominantes exploram os trabalhadores das economias dependentes com o consentimento de Estados e classes dominantes dessas últimas**. E o conjunto destas transferências de valor, por meio de diversos procedimentos, potencializaram o desenvolvimento de algumas economias e debilitam o desenvolvimento de outras. (*Ibid.*, p. 509, grifo nosso).

Do outro lado da mesma moeda, a condição de emissor de valor se refletirá nas relações internas de classes e no enfraquecimento da capacidade de representação política do capital nacional no sistema mundial. Os interesses do capital nacional que não é “sócio menor” do

capital imperialista não encontrarão representação no projeto nacional ou nos acordos que regulam as trocas econômicas internacionais.

Essa fraqueza da representação política da burguesia não associada tende, então, a reforçar o ciclo retroalimentado que fortalece a “classe dominante dominada” (BAMBIRRA, 2015) e, pois, garante a transferência de valor para o centro sistêmico, o que, no fim das contas, leva à superexploração da força de trabalho naquele território. Isso compõe o ciclo “*sui generis*” do capital das economias dependentes (MARINI, 2011a e 2011b) que, como será discutido no capítulo 6, se reproduz em especificidades que impedem o combate à transferência de valor, apenas permite sua compensação (por meio da intensificação da exploração da classe trabalhadora).

A condição dependente, portanto, é caracterizada por uma estrutura de reprodução do capital que, de um lado, tende a aprofundar o grau de exploração da massa trabalhadora e, de outro, tende a fortalecer certa fração social que aprofunda benefícios de sua associação subordinada ao capital imperialista, o que se materializa em soberanias restritas. A localização político-econômica do bloco no poder nacional no sistema mundial tende, portanto, a se refletir nas formas dos projetos de desenvolvimento tocados pelo Estado. Aliás, como destaca Osorio (2019), o enfraquecimento/inexistência de projetos nacionais de desenvolvimento é sintoma crasso de soberania restrita ou, o que dá no mesmo, é reflexo da posição subordinada das frações hegemônicas da classe dominante local no sistema mundial.

É nesse sentido que o conceito de subsoberania é discutido neste trabalho: materialização nas ações estatais da condição dominada dos blocos no poder dos países periféricos, o que impede a implantação de projetos efetivamente nacionais de desenvolvimento. Por isso, os ajustes nos territórios periféricos, invariavelmente, são responsivos-subordinados aos interesses dos capitais imperialistas.

Ao fim e ao cabo, os ajustes periféricos se prestam a (re)estabelecer a triangulação internacional que garante a transferência de valor aos países imperialistas ao mesmo tempo em que permite que a burguesia local consiga compensar as perdas por meio da intensificação interna da exploração da classe trabalhadora. Em suma, a subsoberania faz com que os ajustes permitam que “capitais e Estados de economias dominantes explorem os trabalhadores das economias dependentes com o consentimento de Estados e classes dominantes dessas últimas” (OSORIO, *op. cit.*).

A inserção econômica estruturalmente subordinada determina que, mesmo havendo alteração da fração dominante, a condição subsoberania seja mantida. A restrição ao exercício da soberania é, de fato, resultado da integração vertical das classes dominantes e é elemento estrutural da condição periférica que tende a se reproduzir ao longo dos ciclos de acumulação. De outra perspectiva: a subsoberania dos países dependentes é garantia de permeabilidade do seu poder político que as forças imperialistas necessitam para que os países sejam adaptados pelo agente “neutro e impessoal” para perpetuar o sentido periferia-centro do fluxo global de valor.

Para garantir essa permeabilidade, mesmo em momentos de crescimento sistêmico, os países centrais não admitem “subversão” política nos países periféricos, não permitem que burguesias nacionais “desassociadas” ascendam aos postos de comando político. Se for necessário, forças extraeconômicas são mobilizadas para que golpes, embargos, crises orquestradas ou invasões armadas recoloquem o país “na linha”.

Osorio (2019, p. 206) é bastante claro quando fala da subsoberania como característica estrutural do sistema mundial capitalista, sobre isso ser “condição de vida das classes dominantes locais” e sobre o avanço ou recuo do exercício dessa condição.

Esse **exercício desigual da soberania** no interior do sistema mundial capitalista **é uma característica estrutural**, processo que se **acentua ou atenua** em diferentes períodos históricos, mas que provoca no Estado do capitalismo dependente **relações de subsoberania**.

Entre outras coisas, a dimensão subsoberana do Estado do capitalismo dependente implica a subordinação/associação do capital e das classes dominantes locais frente ao capital e às classes soberanas do mundo desenvolvido e imperialista, situação que não deve ser interpretada como um obstáculo, mas, ao contrário, como uma **condição de vida das classes dominantes locais**, o que não exclui possíveis conflitos. (*Ibid.*, p. 206, grifo nosso).

O pensador da TMD, contudo, apesar de apontar um movimento de avanço ou recuo do exercício desigual da soberania, não estabelece explicitamente alguma relação entre esse movimento e as fases do ciclo capitalista. Nas fases de prosperidade sistêmica, a assimetria de poder econômico dos países parece constituir mecanismo suficiente para direcionar o fluxo de valor: diferença de produtividade e conteúdo monopólico dos valores de uso produzidos. Assim, como propõe Marini (*op. cit.*, p. 331), com o avanço das relações de mercado, ocorre o recuo “da violência política e militar para explorar as nações mais débeis”

Essa afirmação de Marini (*op. cit.*) parece de todo aplicável nas fases de prosperidade do desenvolvimento capitalista, nas fases em que os acordos econômicos são praticados

consensualmente pois se percebe, de formas desiguais, inflação coletiva do poder e o mercado mundial garante o direcionamento da mais-valia. Contudo, nas fases depressivas, quando a massa global de valor cresce mais lentamente e mudanças qualitativas se impõem, o exercício desigual da soberania se torna mais importante para que essas mudanças, além de encaminhar a superação das crises, conservem as posições de privilégio das potências imperialistas.

A subsoberania é, portanto, característica estrutural da participação periférica no sistema pluriunitário-capitalista à qual as unidades mais desenvolvidas recorrem para que os ajustes espaço-temporais naqueles territórios sejam condizentes com seus interesses. A disjunção geográfica dos momentos dos processos de destruição criativa (criação predominantemente no centro e destruição, na periferia) típica das fases de crise de superacumulação é explicada por essa condição estrutural do sistema.

Entendendo a sincronia entre o ciclo capitalista e avanço-recuo dos exercícios das soberanias, é possível concluir sobre como, numa perspectiva de longa duração, as relações de poder que se condensam nos Estados se somam às relações econômicas para, “com o consentimento de Estados e classes dominantes dessas últimas [dos países emissores – periféricos]”, manter a direção do valor global ao centro sistêmico.

Em outras palavras, os poderes políticos refletem e atuam sinergicamente com os poderes econômicos para conferir rigidez à hierarquia sistêmica de poder ao longo dos ciclos de acumulação. Enfim, verifica-se que a soberania restrita dos países periféricos é característica estrutural da dependência e, pois, é um dos pilares fundamentais da estrutura de ferro do capitalismo mundial.

5 IMPERIALISMO: ORGANIZAÇÃO DO CAPITALISMO MUNDIAL

A dominação de classe por mecanismo “diretamente econômico” distingue o capitalismo dos modos de produção que o precederam (WOOD, 2011 e 2014). Contudo, a despeito da aparente liberdade dessas relações, como qualquer relação de dominação, o capital não prescinde de uma estrutura de forças que o abrigue: regule juridicamente, garanta coercitivamente e legitime ideologicamente. Camuflando a essência classista desse “abrigo”, o Estado aparece como principal organizador das condições necessárias à acumulação.

[...] Todas as disposições tomadas pelo Estado capitalista, mesmo as impostas pelas massas populares, são finalmente a longo prazo inseridas numa estratégia em favor do capital ou compatível com a reprodução ampliada [...] garantir a reprodução da hegemonia de classe e da dominação do conjunto da burguesia sobre as massas populares. Não apenas o Estado assegura esse mecanismo, mas ele é o único a poder assegurá-lo (POULANTZAS, 2015, p. 188-189).

Em seu processo “naturalmente” expansivo, o capital transpõe as fronteiras nacionais e espalha pelo mundo suas leis e, pois, suas contradições inerentes. A natureza da dominação do capital não se altera, nem deixa de precisar do aparato abrigador para organizar “corretamente” o fluxo de geração-apropriação de mais-valia.

É nesse momento que o imperialismo deixa de ser apenas um conceito previsto pelas “leis imanentes” da acumulação e assume formas concretas como o exercício de forças para organização do capitalismo mundial para garantir a captura de valor pelos países centrais: “[...] o imperialismo possui uma funcionalidade para a acumulação de capital que faz com que ele passe a se manifestar concretamente quando isto é exigido pela dinâmica da acumulação de capital” (LEITE, 2015, p. 31).

Inscrita nas leis de movimento do capital, as ações imperialistas têm sempre o mesmo objetivo final: dirigir o vetor geração-apropriação de valor global, ou seja, as forças imperialistas surgem para organizar as relações de dominação de classe-nacionais quando capital atravessa os limites nacionais.

A integração dos países não apaga as fronteiras ou torna as representações políticas territoriais desnecessárias. Ao contrário, porque as vincula a uma estrutura hierarquizada de onde os “mais fortes” conseguem benefícios, essa integração preserva a estrutura pluriunitária.

Em uma relação “virtuosa e feliz”³⁶ com os respectivos Estados, as classes capitalistas de cada país recorrem às forças político-coercitivas como mecanismos de força para fazer valer seus interesses econômicos.

Como o capitalismo é uma organização que se expande planetariamente na qual os capitais nacionais competem entre si, o Estado-nacionais se constitui como mecanismo de força dos capitais e, ao mesmo tempo, mecanismo de proteção e garantia. Maiores serão essas garantias e proteções quanto mais forte for o Estado-nacional (OSORIO, 2017, p. 75).

No sistema interestatal, os Estados mantêm poder político em relação direta com as posições de sua classe dominante nos processos globais de acumulação. Um capital bem representado politicamente tende a ter caminho facilitado pela organização das relações internacionais. O exercício de poder político, por sua vez, é fortalecido pela constância das posições de comando econômico dos capitais nacionais, o que reforça o poder político, o que reforça o poder econômico... Estabelece-se uma lógica de reforço recíproco e cumulativo entre as forças econômicas e políticas dos países (e/ou blocos de países atuando em conjunto)

Como resultado dessa integração hierarquizada, os países se relacionam no sistema mundial impulsionando-se em direções opostas: os países participam como “extratores [ou] [...] provedores de mais-valia na economia mundial” (PRADO, 2014, p. 3). Às forças imperialistas compete justamente conduzir o sistema para garantir a apropriação permanente de valor pelas classes capitalistas dos países mais fortes. Nesses termos, dominação e dependência, desenvolvimento e subdesenvolvimento, avanço e atraso se relacionam como elementos de pares antagônicos e complementares.

Os superlucros e lucros extraordinários criam uma divisão internacional do trabalho desigual no sistema mundial. Há regiões (as periferias) que sofrem negativamente os efeitos da apropriação de mais-valia e vendem mercadorias por preços abaixo de seu valor; há regiões (os centros) que se beneficiam das transferências de mais-valia e vendem, mercadorias a preços acima de seu valor; e há regiões em que esses movimentos se anulam (as chamadas semiperiferias). No conjunto do sistema essas transferências ampliam suas condições iniciais e criam novas etapas de polarização, impulsionando na economia-mundo capitalista o desenvolvimento desigual e combinando (MARTINS, 2011, p. 50).

As forças imperialistas buscam sempre em sua coleção de ferramentas aquelas mais adequadas ao momento. Em resposta ao movimento concreto da acumulação, o capital utiliza

³⁶ “Efetivamente, o que existe é uma dialética ‘virtuosa e feliz’, na medida em que o Estado, entre outras coisas, funcionou e funciona como instrumento da acumulação capitalista [...]. Isto quer dizer que o Estado, embora contrarie, às vezes, os interesses imediatos de capitalistas individuais, sempre atua em prol dos capitalistas enquanto coletividades. Funciona, assim, como o aparelho de regulação e coerção dos conflitos tanto entre as frações da classe dominante quanto entre as classes capitalista e proletária”. (BALANCO; PINTO, 2005, p. 167).

um ou outro mecanismo para garantir a constância do fluxo da geração-apropriação do valor global. É por isso que, aqui, o imperialismo é tratado como “condução em resposta”: condução do sistema pelas grandes potências em resposta à dialética da acumulação.

5.1. IMPERIALISMO: CONTEÚDO E FORMAS

Analisando as leis do movimento do capital muito antes de se falar em globalização ou mundialização, Marx e Engels (2017, p. 25) perceberam que as próprias leis do desenvolvimento capitalista levariam à formação do mercado mundial. Previram que seria formado “um mundo à sua imagem e semelhança [burguesa]” e que as nações seriam obrigadas a “adotar o modo burguês de produção”.

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar toda parte, criar vínculos em toda parte [...] No lugar do antigo isolamento de regiões e nações autossuficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações. [...]

Com o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga à capitulação os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de ruína total, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constrange-as a abraçar a chamada civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança. (*Ibid.* p. 25).

Apesar de Marx e Engels (2007) terem atribuído aos “baixos preços de seus produtos” o papel de “artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China”, claramente eles percebiam o papel indispensável das forças políticas dos Estados no impulso para a formação do capitalismo mundial. Afinal, como coloca Wood (2011, p. 28), Marx (*op. cit.*) revelou o segredo do capital ao descrevê-lo como uma relação social que “tem como condição [...] a intervenção coercitiva do Estado em favor da classe expropriadora”.

Ademais, como destaca Dos Santos (2015, p. 48-49), Marx via continuidade nas relações internas e internacionais de dominação de classe e destacava o apoio dos Estados nessa relação dialética.

“[Marx] sempre chamou a atenção para o caráter internacional do modo de produção capitalista e considerou o comércio mundial como condição

necessária da acumulação primitiva capitalista. Marx não autorizaria jamais uma concepção classista que colocasse em oposição a análise de economias nacionais e o estudo de sua articulação com a economia mundial. Ele sempre entendeu a formação do capitalismo como dialética entre a economia mundial, como fenômeno independentes, e o conjunto de economias nacionais em competição, apoiando-se em seus Estados nacionais”.

Marx e Engels (2007 e 2017) não desenvolveram, e nem poderiam naquele momento, trabalhos específicos sobre as formas concretas da “universal interdependência das nações”. Contudo, deixaram claro que ela estaria inscrita nas leis do movimento do capital, inclusive no que diz respeito à participação orgânica das forças políticas organizadoras. Com isso, demarcaram os contornos para o estudo do que viria a ser o imperialismo: “as relações entre diferentes nações dependem do ponto até onde cada uma delas tenha desenvolvido suas forças produtivas”. (MARX; ENGELS, 2007, p. 89).

Como discutido no capítulo 2, o conceito de capital traz em si uma forma “diretamente econômica” de dominação de classe que, como todas as relações de dominação, precisa encontrar abrigo (legitimação ideológica, regulação jurídica e garantia coercitiva) nas forças concentradas nos Estados. É a partir dessa relação entre classes antagônicas que acontece a valorização do valor e, pois, é nela que se deve estar ancorada qualquer análise sobre a organização do *modus operandi* do capitalismo.

Então, sendo o imperialismo a organização/abrigo das relações de dominação capitalista em nível mundial, seu conceito aparece contido nas próprias leis de movimento do capital: “imperialismo significa que o capital ultrapassou o quadro dos Estados nacionais, significa o alargamento e a agudização da opressão nacional sobre uma nova base histórica” (LENIN, 1986) e suas manifestações expressam a “capacidade dos países mais avançados de extrair lucros do resto do mundo” (DUMÉNIL; LÉVY, 2007, p. 3). O conceito de imperialismo não pode, pois, ser interpretado sem levar em conta a articulação dinâmica de aspectos econômicos e extraeconômicos (políticos, militares e ideológicos).

Leite (2015, p. 29) argumenta que “o germe do imperialismo deve ser encontrado dentro das leis de funcionamento do capital”. Para ele, a essência do imperialismo, a transferência de valor/apropriação de riqueza, deve ser buscada “na relação de concorrência entre capitais individuais na disputa por maiores frações do mais-valor global [...] o imperialismo deve ser resultado da constituição do mercado mundial”. Já deve ter ficado claro que se concorda com Leite (2015), desde que os Estados sejam percebidos como elementos orgânicos do metabolismo capitalista.

A materialidade do imperialismo é bastante complexa, mas a linha lógica de sua formação é relativamente simples: o conceito de capital traz consigo uma forma específica de exploração de classe (territorializada) que precisa ser abrigada e organizada por forças políticas. O movimento “natural” do capital obriga sua expansão e, pois, leva “naturalmente” à integração de países com diferentes capacidades produtivas e políticas. A condição de cada país como “extrator” ou “provedor” de mais-valia “depende do ponto até onde cada uma delas tenha desenvolvido suas forças produtivas” (MARX; ENGELS, *op. cit.*). As forças extraeconômicas do imperialismo, invariavelmente, atuam para ajustar as relações de produção territorializadas e, então, concertar as relações entre as unidades para preservar/aprofundar a heterogeneidade das participações dos países que garante o sentido dos fluxos globais de valor. Do sucesso dessas ações resulta a permanência dos países imperialistas no topo da hierarquia sistêmica de poder.

Assim como o capitalista individual, cada país se apropria de parcela de valor em razão direta do nível de desenvolvimento de suas forças produtivas. Por isso, logicamente, preservar o sistema como uma pluralidade de unidades heterogêneas (sejam elas países ou blocos) é condição lógica necessária para que haja desproporcionalidade da geração-apropriação de valor em benefício dos países imperialistas. Por isso, os agentes que organizam as relações sociais em cada território são mantidos atrelados a uma mesma estrutura, mas individualizados.

Não se quer dizer com isso sugerir que as fronteiras nacionais sejam imutáveis ou que os países não possam atuar como blocos, mas apenas que a preservação da desigualdade de desenvolvimento dos territórios é a alma da organização imperialista do sistema mundial.

A funcionalidade capitalista da pluralidade dos Estados nacionais se revela como a possibilidade de que a competição estabeleça uma específica junção de classes e interesses dentro do território de cada Estado, aumentando o grau de exploração interna diante das variáveis exteriores.

[...]

Os Estados se apresentam como unidades competitivas entre si clamando por reiterados sacrifícios das classes trabalhadoras internas a fim de dar condições de **competitividade do capital nacional** em relação ao capital mundial. Nesse sentido, é improvável a existência de um Estado mundial global, sob o risco de o capital e a política perderem as vantagens e ganhos da competição entre Estados plurais. **As condições de concorrência capitalista necessitam de unidades políticas distintas em benefício das lutas pela valorização do valor.** (MASCARO, 2013, p. 97, grifo nosso).

Lenin (2011) apresenta seu conceito de imperialismo observando um momento em que o movimento concreto do capital “amadurecera excessivamente” em certos territórios e, por isso, para recompor suas taxas de lucro, expandia suas relações. O processo de amadurecimento do

movimento do capital, como descrito no capítulo 2, havia levado “naturalmente” à formação de grandes monopólios. Corroborando e completando o avanço analítico de Hilferding (*op. cit.*, p. 283), o líder bolchevique caracterizou o imperialismo³⁸ como o modo de funcionamento do capitalismo (SAMPAIO JUNIOR, 2011) que emergia da superação da fase concorrencial e domínio dos grandes monopólios que, sob controle de oligarquias financeiras, partilhavam o mundo em busca de lucro.

O imperialismo é, pois, o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a **dominação dos monopólios e do capital financeiro**, adquiriu marcada importância a **exportação de capitais**, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a Terra entre os países capitalistas mais importantes. (LENIN, 2011, p. 217-218, grifo nosso).

Naquele momento “não existia mecanismo de regulação global capitalista, deixando fragmentados a economia internacional e seus padrões de acumulação, e alimentando, portanto, a rivalidade imperial que conduziu à Primeira Guerra Mundial.” (PANITCH; GINDIN, 2006, p. 24)³⁹. A forma “menos pacífica” do “imperialismo clássico”, portanto, era expressão de época uma época, não uma condição imutável do imperialismo.

Alguns analistas atribuem ao conceito apresentado por Lenin (2011) contornos excessivamente rígidos e restritos: rivalidade bélica entre potências para garantir espaços privilegiados de extração de valor pela penetração de capital exportado⁴⁰. Panitch e Gindin (2006, p. 25), por exemplo, sugerem que “As teorias clássicas [do imperialismo] eram defeituosas em sua [...] tendência a elevar um momento conjuntural de rivalidade interimperial ao nível de uma lei imutável da globalização capitalista”.

³⁸ Lenin (2011, p. 218) sintetiza cinco características fundamentais do imperialismo: concentração monopolista do capital, formação do capital financeiro pela fusão do capital bancário com o industrial, maior importância da exportação de capitais em relação à exportação de mercadorias, formação de associações internacionais monopolistas e a partilha do mundo entre as potências capitalistas.

³⁹ Panitch e Gindin (2006, p. 25) discordam de Lenin quanto a motivação principal para a expansão imperialista. Para eles, a expansão imperialista não foi uma resposta à crise ou, o que dá no mesmo, à maturidade excessiva das contradições do movimento do capital: “se os capitalistas se voltaram para a exportação de capitais e para o comércio em mercados estrangeiros, não foi tanto devido ao fato de a centralização e concentração do capital terem anunciado uma nova etapa marcada pela queda da taxa de lucro, pela sobreacumulação e/ou pelo subconsumo. Pelo contrário, dado o processo que anteriormente havia permitido às unidades individuais de capital sair de suas localidades originais em determinados povoados ou cidades, foi mais a aceleração das pressões competitivas e das oportunidades, acompanhadas pelas estratégias e pelas capacidades emergentes dos capitalismo em desenvolvimento, o que deu impulso e facilitou, o expansionismo internacional do final do século XIX e início do XX”.

⁴⁰ “A pressão por mercado e por zonas de influência foi atribuída à motivação por lucro de um punhado de financistas. O imperialismo foi explicado como uma conspiração de capitalistas para induzir governos a iniciar guerras em favor das grandes empresas” (POLANYI, 2021, p. 231).

Outros analistas, que não é o caso de Panitch e Gindin, não reconhecem a existência de imperialismo onde as trocas de mercado protagonizam “pacificamente” a transferência de mais-valia. Não percebem a existência de imperialismo quando as forças político-militares escondem sua função organizadora sob sua aparência impessoal e neutra. Por isso esses analistas sugerem que o domínio imperialista teria perdido seu lastro com o avanço da globalização.

Todavia, como explica Sampaio Junior (2011, p. 37, grifo nosso), “a recusa [de Lenin] de cristalizar os conceitos e transformar as análises em verdades absolutas faz com que sua interpretação [sobre o imperialismo] assuma a forma de um **corpo de conhecimento permanentemente permeável às mudanças da realidade histórica**”. Este trabalho filia-se a esse entendimento para, apoiando-se em Lenin, apresentar o imperialismo como uma combinação variável de forças econômicas e extraeconômicas utilizadas pelas grandes potências para conduzir-organizar o sistema em resposta às condições concretas da dialética da acumulação. Por isso, trata-se o imperialismo como “condução em resposta”, condução do sistema em resposta à dialética da acumulação para a captura de valor gerado por países menos desenvolvidos.

Do momento em que observava a história, Lenin (2011) “não poderia ter incluído uma concepção de como o valor é produzido nos processos de produção globalizados, pois eles só iriam emergir em uma fase posterior do desenvolvimento capitalista” (SMITH, 2022, p. 56). Nesse sentido, Smith (*Ibid.*, p. 57) apresenta o cerne da argumentação proposta nesta seção: “o enigma (do imperialismo) pode ser resolvido concentrando-se na essência da questão [...], não na forma (sendo a exportação de capital a forma)”.

Lenin (2011, p. 199) alerta que as interpretações “sofistas” sobre o imperialismo decorrem da confusão entre conteúdo e forma, são resultados da substituição “do conteúdo da luta e das transações entre os grupos capitalistas pela forma desta luta e destas transações (hoje pacífica, amanhã não pacífica, depois de amanhã outra vez não pacífica)”.

Para sustentar um suposto anacronismo do conceito, certos analistas abandonam o sentido da exploração de classes (territorializada) contido no conceito de capital e que está no conteúdo mais profundo do imperialismo. Só assim podem chegar à conclusão de que os Estados se tornaram meros “instrumentos de registro de fluxos de mercadorias, dinheiro e populações.” (HARDT; NEGRI, 2010, p. 50), e não principais organizadores das relações de exploração.

Entre aqueles que consideram que o imperialismo não seria mais um conceito válido, há mais uma premissa em comum: o mundo não estaria mais dividido em países explorados e países exploradores, pois já não existem praticamente

colônias e a importância dos Estados nos processos de acumulação teria sido reduzida. Na globalização, o mundo estaria unificado e a existência de impérios formais não se aplicaria mais, pois seria algo essencialmente do século XX. (FERNANDES, 2021, p. 19)

A despeito do discurso engambelador da globalização⁴¹, a pluralidade de Estados heterogêneos é condição necessária para a reprodução do capitalismo imperialista. Assim, ao contrário do que argumentam Hardt e Negri (2010), Chesnais (1996, p. 18) afirma que a “globalização” ou “mundialização” não apaga a existência dos Estados nacionais e ainda “acentua os fatores de hierarquização entre os países.”

Por pouco que se saia do campo da ideologia pura e se entre no campo de um enfoque científico, a palavra ‘globalização’ ou ‘mundialização’ representa um convite imediato a escolher ou criar instrumentos analíticos que permitam captar uma totalidade sistêmica. Isto não apenas no tocante ao conceito de capital, que deve ser pensado como unidade diferenciada e hierarquizada, hoje cada vez mais nitidamente comandada pelo capital financeiro. Aplica-se também à economia mundial, entendida como relações políticas de rivalidade, de dominação e de dependência entre os Estados. A mundialização do capital e a pretensão do capital financeiro de dominar o movimento do capital em sua totalidade não apagam a existência dos Estados nacionais. Esses processos, no entanto, acentuam os fatores de hierarquização entre os países, ao mesmo tempo que redesenham sua configuração.

Ao contrário do que propagam aqueles analistas, a mundialização capitalista jamais dispensará a forma pluriunitária hierarquizada do sistema mundial. O Estado-nacional “é e permanecerá [...] agente ativo” (AMIN, 2005, p. 80) do sistema mundial justamente porque o capitalismo imperialista precisa conservar as diferenças territoriais. Afinal, pelos motivos colocados anteriormente, aqueles que têm poder para conduzir o sistema encontram os benefícios da integração (apropriação de valor) justamente por ela ser constituída por unidades com diferentes capacidades produtivas e, pois, diferentes relações sociais de produção.

O Estado é e permanecerá ainda por muito tempo o ator principal que ocupa o primeiro plano da cena, acima das realidades nacionais (e dos conflitos e dos ‘equilíbrios’ – sólidos ou frágeis – que delas resultam e aparece no sistema mundial como o agente ativo por excelência de sua elaboração. Disso resulta que muitas análises propostas a respeito do sistema mundial tratam os Estados como unidades homogêneas e estáveis, coisas que eles não são (AMIN, 2005, p. 80).

⁴¹ Segundo Chesnais (1996, p. 25), “a globalização é quase invariavelmente apresentada como um processo benéfico e necessário. Os relatórios oficiais admitem que a globalização decerto tem alguns inconvenientes, acompanhados de vantagens que têm dificuldade em definir. Mesmo assim, é preciso que a sociedade se adapte (esta é a palavra-chave, que hoje vale como palavra-de-ordem) às novas exigências e obrigações, e sobretudo que descarte qualquer ideia de procurar orientar, dominar, controlar, canalizar esse novo processo. Com efeito, a globalização é a expressão das ‘forças de mercado’, por fim liberadas (pelo menos parcialmente, pois a grande tarefa de liberalização está longe de concluída) dos entreves nefastos erguidos durante meio século”.

Pior do que simplesmente falsear a discussão, como coloca Amin (*Ibid.* p.80), as análises que propõem a superação da fase imperialista são um “convite à inação” das classes-nacionais exploradas. No fim, intencionalmente ou não, essas interpretações atuam para enfraquecer as resistências anti-imperialistas e, no outro polo, para reforçar o *status quo* da dominação: “ao proclamar o fim do Estado nacional, certa ‘esquerda’ acaba em consonância substancial com o imperialismo.” (LOSURDO, 2020a, p. 94).

A desordem completa que caracteriza nossa época alimenta e se alimenta de um convite à inação. [...] A inação se disfarça às vezes em proposição em nível mundial, substituindo os níveis nacionais, declarados impotentes pela pretensa saída de cena dos Estados. Erro fatal: o próprio ‘liberalismo’ – que apresenta essa leitura – é produto de política do Estado. O Estado é hoje o agente de execução necessário, a serviço exclusivo dos segmentos dominantes do capital (AMIN, 2005, p. 81).

Como apresenta o imperialismo como organização do *modus operandi* do capitalismo mundial, o conceito de Lenin (op. cit., p.199) carrega consigo as relações de dominação de classe, as leis de movimento do capital (inclusive suas contradições) e, também, o seu conteúdo político inextrincável. Assim sendo, a partir da localização histórica da descrição feita pelo líder bolchevique, é possível extrair o conteúdo essencial do imperialismo: organização internacional das relações capitalistas para que sejam estabelecidas, em cada território, as condições necessárias à valorização do capital que atravessa fronteiras. Dessa organização resulta o direcionamento do vetor geração-apropriação de valor e, por consequência, a “divisão das nações entre opressoras e oprimidas.” (LENIN, 1974).

O conteúdo invariável do imperialismo, portanto, está estritamente vinculado ao de capital como valor que atravessa fronteiras em busca de valorização sob a proteção de aparato político-militar. A forma metamórfica ou o tipo do capital que é exportado é um atributo do momento histórico-concreto da acumulação e, portanto, é uma apenas a expressão fenomênica do imperialismo, não do seu conceito em termos amplos.

Lenin (2011) deixa claro que o imperialismo é, em si, exercício de força e afirma que “os problemas são solucionados pelas mudanças das forças”. Além disso, o líder soviético é claro ao dizer que “saber se essas mudanças são puramente econômicas ou extraeconômicas (por exemplo, militares) é secundário”. Afinal, “a força varia (...) de acordo com o desenvolvimento econômico e político”. Por isso, “substituir o conteúdo da luta (...) pela forma desta (...) significa descer ao papel de sofista”.

Os capitalistas [...] **repartem-no** (o mundo) ‘segundo o capital’, **segundo a força**; qualquer outro processo de partilha é impossível no sistema da

produção mercantil e no capitalismo. **A força varia, por sua vez, de acordo com o desenvolvimento econômico e político;** para compreender o que está a acontecer é necessário saber que os problemas são solucionados pelas mudanças da força, mas saber se essas mudanças são puramente econômicas ou extraeconômicas (por exemplo, militares) é secundário e em nada pode fazer variar a concepção fundamental sobre a época atual do capitalismo (imperialista). **Substituir o conteúdo da luta** e das transações entre os grupos capitalistas **pela forma desta luta** e destas transações (hoje pacífica, amanhã não pacífica, depois de amanhã outra vez não pacífica) **significa descer ao papel de sofista.** (LENIN, 2011, p. 198-199. grifo nosso).

Assim, se Lenin (2011) percebe que o imperialismo é exercício de forças que podem variar para solucionar os problemas (relativos à captura de valor), e também porque conhecia profundamente a dinâmica contraditória da acumulação, parece lógico concluir que ele não pretendia ser taxativo em sua caracterização. Tendo claro que capital é uma relação social de exploração em que economia e política não podem se desvincular, partindo de Lenin (*ibid.*), entende-se o conceito de imperialismo como exercício de forças possivelmente cambiantes que são mobilizadas para organização das relações de classe situadas em espaço-fronteiras diferentes com fim na apropriação privada (nacional-imperialista) do valor social-global. A forma “mais violenta” do imperialismo, como já dito, é expressão do momento histórico, não do conceito.

A definição apresentada por Duménil e Lévy (2007, p. 3) segue a linha dessa definição:

Com o termo ‘imperialismo’, referimo-nos à **capacidade dos países mais avançados de extrair lucro do resto do mundo.** Também está em jogo aqui a estrutura da acumulação, já que países imperialistas exportam seus capitais; [...] Trata-se diretamente de violência nesse processo de domínio. A violência econômica simples toma a forma da abertura das fronteiras comerciais e financeiras entre países de níveis de desenvolvimento muito diferentes [...]. Porém, a violência também assume suas formas tradicionais: aquelas da corrupção, da subversão golpista e da guerra. A esse respeito, o **imperialismo tem que ser compreendido como um amplo conjunto de práticas econômicas, políticas, culturais, etc., e não pode ser reduzido a nenhum de seus componentes isolados.** (*Ibid.*, p. 3, grifo nosso).

A partir dessa perspectiva de análise, percebe-se que não há qualquer indício lógico ou histórico que aponte para o anacronismo do conceito de imperialismo. Se não há perspectiva de retorno do capital para bases não monopolistas e se não há qualquer traço de interesse daqueles que têm a capacidade de conduzir o sistema em promover uma integração horizontal dos países, não tem sentido falar em “superação do imperialismo”. O domínio monopolista é irrevogável e a integração hierarquizada de unidades independentes é a fonte de poder daqueles que detêm

força suficiente para comandar o sistema. Assim, não há qualquer razão para se imaginar que a “fase superior do capitalismo” seja superável nos marcos do capitalismo⁴².

Assim, observando o “conteúdo da luta” e o seu resultado, é lógico concluir sobre a atualidade da categoria imperialismo e, mais do que isso, é lógico concluir que o imperialismo organizará as relações entre os “espaço-fronteiras” enquanto houver capitalismo mundial.

O imperialismo, ao contrário do popularmente apregoado, não é um fenômeno do passado, que jaz sob as pregressas ocupações territoriais e coloniais. O imperialismo é um fenômeno que não se dissocia do capitalismo na sua fase atual, marcada pela monopolização e pela acirrada concorrência entre os capitais. Portanto, o imperialismo não é uma política, senão **a forma necessária com a qual o capitalismo exercita sua própria natureza de capital** em permanente autoexpansão e de valor que não pode se valorizar ilimitadamente dentro das suas fronteiras nacionais.

O imperialismo, portanto, não é uma forma, mas comporta várias modalidades de dominação. (FURNO, DEL PRETE, p. 198-199, 2022, grifo nosso).

Lefebvre (2020, p. 198) corrobora esse entendimento quando afirma que Lenin (*op. cit.*) via o imperialismo como “simultaneamente, uma forma de capitalismo (elemento econômico), uma forma de atividade da classe burguesa (elemento social) e uma forma de atividade do Estado (elemento político), sendo estes elementos inseparáveis” e ressalta a mudança do protagonismo em função da “calmaria” ou da crise.

[...] a política (elemento político), na obra de Lênin, nunca se separa do social e do econômico. [...] **Nos períodos relativamente calmos, o econômico domina o social e o político: determina-os.** Mas quando sobrevém o período – longo ou breve – de crise, é o contrário que se sucede. O político, **quando a crise se determina como abalo e crise da base, passa a determinar, por sua vez, o econômico.**

[...]

O político contém então o essencial até aí escondido, e mais ainda: o devir, as possibilidades. É que nos momentos de crise há uma inversão dialética das relações entre o econômico e o político. A perpétua relação entre esses elementos está, assim, em perpétua alteração. Assim, subitamente, a política passa, de elemento subordinado, a ser o elemento mais elevado, determinante, contendo os outros e elevando-os à mais alta consciência. (LEFEBVRE, 2020, p. 214-215, grifo nosso).

É óbvio que, em Lenin (*op. cit.*), a política não se desvencilha das condições materiais de reprodução da vida social. O protagonismo atribuído à política nos momentos de crise está

⁴² Há uma confusão sobre o sentido de “fase superior do capitalismo” que Lenin atribui ao imperialismo. Alguns interpretam o título do texto de Lenin (*op. cit.*) como se o imperialismo fosse a fase definitiva e derradeira do capitalismo dentro da qual as condições sistêmicas para a acumulação não seriam mais alteradas. Este trabalho, filia-se à interpretação de “fase superior” como temporalidade, como domínio do capital monopolista e, portanto, como fase presente do capitalismo. Enquanto essa condição persistir, o que parece ser irrevogável, entende-se que o capitalismo funcionará sob a égide do imperialismo.

ligado ao lugar que ela assume quando a descontinuidade da forma de reprodução de certo padrão de vida é inevitável.

O “elemento político” aparece para dirigir essas mudanças, afinal, “fazer política é mudar as relações de poder numa direção mais favorável ao próprio interesse, alterando a direção dos processos sociais” (WALLERSTEIN, 2001, p. 42). Por isso, nas crises, a batuta é passada ao “elemento político” para (re)organizar as condições suficientes para a continuidade da acumulação capitalista. Sempre que a acumulação chega ao seu “limite absoluto” as forças político-coercitivas são mobilizadas para garantir que as inevitáveis mudanças tenham um caráter conservativo em termos tanto de dominação de classe quanto da organização hierárquica do sistema. Isso acontece mesmo que seja necessário adotar medidas abertamente ilegais: “a ilegalidade é a regra recorrente em período de grande crise”. (MÉSZÁROS, 2021, p. 190).

Nas crises de superacumulação, as forças extraeconômicas do imperialismo (nacionais e externas) são mobilizadas para garantir a continuidade da apropriação de valor e para recompor as condições necessárias à circulação do capital. Se não for assim, as mudanças qualitativas impostas pela “maturidade excessiva” das contradições da acumulação poderiam ser dirigidas pela organização operária no sentido de uma ruptura revolucionária.

Logicamente, a unidade de interesses das classes dominantes das grandes potências sempre estará de prontidão para evitar mudanças que ameacem suas posições de dominação. As forças imperialistas externas, quando não intervêm explicitamente para impor mudanças nos territórios periféricos, entregam as armas necessárias aos agentes internos do imperialismo (blocos no poder associados; “classe dominante dominada”) para que as mudanças sejam meramente conservativas.

O fato de os Estados agirem dentro de um sistema interestatal significa que as repercussões das rebeliões ou insurreições eram sentidas, frequentemente com muita rapidez, além dos confins da jurisdição política imediata no interior da qual tinham ocorrido. Por isso, forças chamadas ‘externas’ tinham motivos fortes para vir ajudar os aparatos estatais atacados. Isso tornou as rebeliões mais difíceis. (WALLERSTEIN, 2001, p. 58).

Para a mudança revolucionária ou para mudanças conservativas, nenhuma organização política se desvencilha das relações materiais e mentais legadas pela história⁴³. Os Estados,

⁴³ “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmo e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de representar, com essa

como dito, estão integrados a uma totalidade caracterizada por grande assimetria de poder em que, aos mais poderosos, interessa conservar. Qualquer tentativa de mudança disruptiva surge, portanto, também imersa em uma estrutura de forças assimétricas na qual aqueles que ocupam o topo das hierarquias internas e internacionais de poder, inclusive ideológico, têm interesses em conservar as relações estabelecidas.

Se “o jogo entre o Estado e os mercados não pode ser tratado sem a avaliação cuidadosa da correlação de forças entre as classes sociais, ou seja, [se] não é possível ignorar o ‘momento’ da luta de classes na determinação das normas de apropriação da riqueza e da renda”. (BELLUZZO, 2013b), é preciso considerar que, de uma ou outra forma, as classes de cada país encontram diferentes apoios (ou pressões) nas classes dominantes dos países dominantes-imperialistas. Em outros termos, os Estados organizam em seus territórios as relações de classe nacionais triangulando as relações de exploração de classes travadas em nível sistêmico.

Por isso, para interpretar o sentido das mudanças conduzidas pelas forças imperialistas é preciso compreender como as relações sociais internas se condensam em cada Estado e é preciso situar suas (frações de) classes dominantes nos processos globais de acumulação.

As relações entre Estados são delineadas a partir da posição hierárquica em que cada um deles se coloca no sistema internacional. Em outras palavras, depende do grau de acumulação de cada nação e também do conteúdo e da dinâmica do bloco no poder que lhe é inerente. Consequentemente, o posicionamento de “comando” de um determinado país depende da configuração intraestatal das forças produtivas, da divisão do trabalho e do intercâmbio internos. (PINTO; BALANCO, 2014, p. 53)

Como discutido anteriormente, a capacidade de apropriação de lucro extraordinário favorece os capitalistas que comandam trabalho mais produtivo. Isso estabelece uma lógica retroalimentada: o capitalista com melhores arranjos produtivos apropria-se de valor gerado em ciclo de capital concorrente, o que aumenta sua capacidade de investir em busca de maior produtividade, o que lhe deixa ainda mais forte para disputar valor social excedente. Essa lógica também é válida para as relações de mercado estabelecidas entre economias nacionais.

Quando as estruturas produtivas ocupam o espaço das forças extraeconômicas na extração de valor significa que o “a ação deliberada do Estado” preparou o terreno para nova expansão das relações capitalistas, significa que as mudanças conservativas recompuseram a unidade das contradições para que o movimento do capital novamente possa se expandir sob novo padrão produtivo hegemônico. Os canhões e as canetas dão maior autonomia às estruturas econômico-

venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial” (MARX, 2011b, pp. 26-27).

produtivas quando elas já estão organizadas de forma suficientemente assimétrica para dirigir o fluxo global de valor. O imperialismo alcança, então, suas feições “preferidas” (WOOD, 2011) e, como sugere Marini (2011a, p. 143), “a exploração internacional pode descansar [...] na reprodução das relações econômicas”.

Isso significa que o próprio mercado garante ao imperialismo o atingimento de seu objetivo quando as “barreiras” à acumulação foram derrubadas pela “ação deliberada dos Estados” e a(s) potência(s) já comanda(m) força(s) produtiva(s) suficientemente assimétrica(s) para capturar valor. Ou seja, a economia reassume o protagonismo da organização imperialista para dirigir o vetor geração-apropriação de valor quando as forças extraeconômicas do imperialismo recompuseram a unidade das contradições do capital em nível sistêmico e o capital encontra condições adequadas e suficientes para sua reprodução ampliada.

Durante as crises, as riquezas extraídas por meio de “empresas altamente violentas” dos Estados alimentam a acumulação dos países mais fortes. Bem nutridos, esses países consolidam capacidade econômica para disputar fatias da massa crescente de valor global. Por conseguinte, nessa nova fase de crescimento, os países anteriormente “bem posicionados” seguem acumulando forças econômicas e político-militares para disputar o comando das mudanças quando as contradições amadurecerem em demasia. Com a alternância de mecanismos “altamente violentos” ou da “paz dos mercados” fecha-se o ciclo de longa duração da dominação imperialista que explica a rigidez da hierarquia de poder do sistema mundial.

Apesar da discordância deste trabalho já apontada em relação aos determinantes do “balanço do costume-inovação” e, no seu bojo, ciclos de acumulação⁴⁴, a explicação de Arrighi (1997, p. 188, grifo nosso) sobre os fundamentos da rigidez hierárquica do sistema é bastante interessante na medida em que aponta a necessidade de mudança na partes para garantir a estabilidade do todo, ou seja, ajustes nos países para garantir a rigidez do conteúdo da relação “núcleo orgânico-periferia”:

A análise dos sistemas mundiais concebe o capitalismo como um sistema evolucionário no qual **a estabilidade do todo tem como premissa a mudança perene nas e das partes. As relações núcleo orgânico-periferia não são exceção.** Supõe-se que os tipos de insumos, produtos, técnicas de produção e distribuição e as posições em redes de comércio e alocação de recursos que dão aos Estados capacidades diferenciadas de se apropriar dos

⁴⁴ Arrighi (1996, 1997 e 2008) trata os ciclos sistêmicos de acumulação como o movimento econômico que integra o movimento de ascensão e crise das hegemonias no sistema mundial. Sua teoria indica a substituição da hegemonia em correspondência com a necessidade crescente da acumulação. Então, verifica que poder político e poder econômico devem ser correspondentes em volume. Todavia, apesar de apontar para essa mudança no topo da hierarquia, Arrighi (*op. cit.*) afirma (e verifica empiricamente) que há uma grande rigidez na hierarquia sistêmica. Cada país tende a permanecer no seu estrato: central, semiperiférico ou periférico.

benefícios da divisão mundial do trabalho mudem continuamente em consequência da introdução e difusão de inovações políticas, econômicas e sociais. [...]

[...] **a capacidade de um Estado de se apropriar dos benefícios da divisão mundial do trabalho é determinada** principalmente por sua **posição**, não numa rede de trocas, mas **numa hierarquia de riqueza**. [...]

Como insiste Wallerstein (1988), **desenvolvimento nesse sentido é uma ilusão. A riqueza dos Estados do núcleo orgânico** [...] não pode ser generalizada porque **se baseia em processos relacionais de exploração** e processos relacionais de exclusão que pressupõem a reprodução contínua da pobreza da maioria da população mundial.

Aparentemente negando essa “lei de ferro”, a China se insere nos processos globais de acumulação oferecendo ao capital imperialista condições tipicamente periféricas (mão-de-obra barata), mas ascende rapidamente em sua hierarquia. Logicamente, qualquer processo ascensional significa que o país consegue evitar as forças conservativas do imperialismo.

A voz ativa usada para qualificar a inserção chinesa é importante para a análise que aqui se propõe e, adianta-se, ela, a voz ativa, é usada para ratificar a ideia de Panitch e Gindin (2006): “o imperialismo capitalista [...] precisa ser compreendido mediante uma extensão da teoria do estado capitalista”, combinada com as observações de Wood (2014, p. 29): “O Estado-nação foi um instrumento indispensável no processo de difusão dos imperativos capitalistas [...] também por ter sido o veículo do capitalismo na extremidade recebedora”, de Valencia (2019): “o desenvolvimento histórico e estrutural do capitalismo dependente não aparece como algo ‘externo’ ao sistema imperialista” e combinada com a observação de Osorio (2019, p. 206): “a dimensão subsoberana do Estado do capitalismo dependente implica a subordinação/associação do capital e das classes dominantes locais frente ao capital e às classes soberanas do mundo desenvolvido e imperialista”.

Com a combinação dos trechos de Panitch e Gindin (2006), Wood (2014), Valencia (2019) e Osorio (2019) transcritos no parágrafo anterior, afirma-se que capacidade do Estado chinês de conduzir ativa e soberanamente as reformas, algo estranho para países atrasados na estrutura reprodutiva do capitalismo mundial, foi decisiva para que não fosse instalada no país alguma variante de capitalismo dependente, foi decisiva para a ascensão do país.

A análise apresentada por Chang (2004) é esclarecedora e ilustrativa da capacidade de imposição imperialista. A partir de vastos dados históricos, o professor sul-coreano demonstra como os Estados mais fortes impuseram práticas que consolidaram sua dominação econômica.

Ele sugere que essas políticas “incorretas” impostas aos países “em desenvolvimento”⁴⁶ seriam as causas do subdesenvolvimento: “[...] políticas industrial, comercial e tecnológica (ou políticas ICT, para simplificar). [...] são justamente as diferenças entre tais políticas que separam dos outros países os países mais bem-sucedidos na geração do crescimento e da mudança estrutural” (CHANG, 2004, p. 24).

Não se discorda da importância das políticas industriais, comerciais e tecnológicas (ICT) como parte de qualquer projeto nacional de desenvolvimento, ao contrário. Apenas se entende que, sendo o imperialismo o exercício de força e considerando que aos mais fortes interessa a subordinação dos mais fracos, os projetos nacionais de desenvolvimento somente são efetivos se forem convenientes à(s) potência(s) imperialista(s) ou se houver no país força social suficiente para resistir às forças imperialistas externas. Em outras palavras, qualquer projeto de desenvolvimento apenas consegue utilizar as políticas ICT “corretas” se as frações de classe associadas estiverem afastadas dos espaços de poder político ou se, naquele momento histórico, for conveniente para os capitais imperialistas (ou se as forças sociais internas forem capazes de resistir à reação externa).

É difícil acreditar que, democraticamente, os povos dos países “em desenvolvimento” aceitariam as “boas práticas” ditadas pelos países mais ricos se não houvesse um competente processo de falseamento ideológico. Para a imposição do “discurso único” que se presta a facilitar a internalização dos ajustes que, no fim das contas, aprofundam a dependência, é preciso que as frações sociais que ocupam lugares de efetivo poder político estejam vinculadas ao capital imperialista e tenham canais de convencimento bem desenvolvidos.

A dinâmica da acumulação global e os ajustes propostos/impostos pelos Estados centrais acabam por beneficiar determinada fração de classe dos países periféricos que, então, tem sua representação política fortalecida. A capacidade de manter nas cadeiras de efetivo poder político certo bloco social subordinado aos seus próprios interesses garante ao capital imperialista a permeabilidade política necessária para que os territórios sejam, sempre, adaptados no sentido que lhes interessa.

Por isso, como Carcanholo (2008, p. 253), entende-se que “todas as características de uma economia periférica [...] possuem um caráter estrutural, determinado pela própria condição de dependência não passível de superação/solução pelo mero manejo ‘adequado’ do

⁴⁶ Como afirma Amin (2005, p. 114), “a qualificação de ‘países emergentes [em desenvolvimento] é uma farsa ideológica: trata-se de países que, longe de ‘recuperar o atraso’, constroem o capitalismo periférico do futuro”

instrumental de política econômica”. As práticas imperialistas, inclusive a fragilização da soberania, tornam as políticas e instituições efetivamente corretas inacessíveis aos países “em desenvolvimento”. Cada Estado tem maior ou menor autonomia/soberania para implementar políticas ou desenvolver suas instituições⁴⁷ em função de sua localização nas estruturas de poder mundial.

Do “topo da escada”, as grandes potências, têm força e ocupam lugar privilegiado para “chutar a escada”⁴⁸ dos “atrasados”: produzem as mercadorias “certas” a cada momento, têm as armas de guerra mais destrutivas, armas financeiras e ideológicas mais poderosas e mantêm o comando (direto ou indireto) das canetas que escrevem os caminhos dos mais fracos. As (frações das) classes dominantes dos países dominados, “entrincheiradas nos espaços de poder”, transcrevem a receita ditada e, como precisam dividir entre poucos os sobejos conseguidos da compensação (devido à alta concentração de renda), ficam satisfeitas com o caminho desenhado e o afirmam como projeto nacional.

Esses caminhos variam no espaço e certamente variam no tempo, mas obedecem a uma lei cumulativa invariável: apropriação de valor gerado na periferia pelos países que, anteriormente, acumularam força e que, apropriando-se desse valor, acumulam força para se apropriarem futuramente de mais valor que não geraram.

Por tudo o que foi dito, fica claro que, como coloca Osorio (2019), a restrição ao efetivo exercício da soberania nacional compõe estruturalmente a lógica reprodutiva do capitalismo mundial e, como coloca Amin (2005, p. 83), o Estado burguês periférico não é um Estado burguês propriamente “nacional”.

Para Amin (*Ibid.*, p. 88-90), o condicionamento dado pelos cinco monopólios que confirmam os privilégios das potências imperialistas (tecnológico, de controle dos fluxos financeiros de envergadura mundial, de acesso aos recursos naturais do planeta, da comunicação e da mídia e dos armamentos de destruição em massa) expressa a “lei do valor

⁴⁷ Sem ser taxativo, Chang lista algumas das instituições que ele crê serem “decisivas para o desenvolvimento”: “democracia, a burocracia, o Judiciário, os direitos de propriedade (particularmente os de propriedade intelectual), as instituições de governança empresarial (responsabilidade limitada, Lei de Falência,...), as instituições financeiras (bancos, banco central, regulamentação dos seguros, instituições públicas de crédito), as instituições sociais e trabalhistas (leis do trabalho infantil, instituições de regulamentação da jornada de trabalho e das condições do trabalho adulto)” (CHANG, 2004, p. 25)

⁴⁸ Referência ao título do livro de Chang (2004) “Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica”.

mundializado”⁴⁹, que não pode ser representada por uma “racionalidade econômica ‘pura’, que poderíamos separar de seu quadro social e político”.

Para o marxista egípcio, a polarização do mundo capitalista encontra sua raiz nessa possibilidade de reafirmação permanente dos condicionamentos postos por esses cinco monopólios. Nessa possibilidade reside a capacidade das potências imperialistas de impor a “hierarquia na repartição da renda” por meio da manipulação dos preços de mercado.

Eu defendo aqui que esses condicionamentos anulam o alcance da industrialização das periferias, desvalorizam o trabalho produtivo incorporado nas suas produções ao mesmo tempo em que superavaliam o pretense valor agregado relativo às atividades pelas quais operam os novos monopólios favorecendo os centros. Assim, produzem uma nova hierarquia na repartição da renda em escala mundial, mais desigual que nunca, subalternizam as indústrias da periferia e as reduzem ao estatuto de atividades terceirizadas. A polarização encontra aqui seu novo fundamento, conclamando a comandar suas formas vindouras (*Ibid.*, p. 90).

Entende-se que a análise dos cinco monopólios de Amin (*op. cit.*) contempla o exame das forças imperialistas na longa duração do movimento do capital. Adicionalmente, o que é importante para este trabalho, entende-se que a mobilização desses monopólios varia em correspondência com o momento da “processualidade contraditória” do movimento do capital. Em outros termos, a necessidade de utilizar cada um dos cinco monopólios avança ou recua de acordo com o momento da “onda” da acumulação para, somados, entregar aos países centrais a “virtude” da integração mundial. Os monopólios imperialistas são mobilizados de formas variáveis para sustentar a invariabilidade do conteúdo do imperialismo.

[...] o argumento sobre o que é o imperialismo se degenerou num argumento sobre quais dos diversos princípios rivais devem ser utilizados para defini-lo. O desenvolvimento de mercados estrangeiros? A obtenção de matérias-primas baratas? A busca de uma força de trabalho mais facilmente explorável e mais submissa? A acumulação primitiva à custa de sociedades não-capitalistas? A fraude por meio da troca? A necessidade de exportar capitais para estabelecer novos centros de acumulação associados à indústria? A concentração da mais-valia numa base localizada? A manifestação do poder monopolista, expressão por meio da organização política de um sistema de Estados-Nações? O capital financeiro operando mediante as empresas multinacionais e a cooptação governamental? Simplesmente a divisão internacional do trabalho? A combinação específica de algumas das manifestações acima mencionadas? **De acordo com a teoria geral de Marx, todas as manifestações acima**

⁴⁹ “[...] pode-se ver que o sistema toma a forma de um sistema econômico mundial governado pelo que poderia se chamar de “a lei do valor mundializada, que necessariamente engendra polarização e um empobrecimento associado à acumulação mundial, que constitui um fenômeno novo, sem precedentes na história. Esta lei governa todos os conflitos principais se encenam nesse período: aqueles que se originam a partir das rebeliões dos povos da periferia e aqueles que se sucedem entre grupos rivais que buscam a dominação do sistema global, determinando a eficácia de diversas estratégias que intentam prevalecer no sistema”. (AMIN, 2006, p. 11, tradução nossa).

mencionadas são possíveis e nenhuma delas deve ser excluída. (HARVEY, 2005, p. 70, grifo nosso).

5.2. CICLO DA ACUMULAÇÃO E AS FORÇAS PREDOMINANTES DA CAPTURA IMPERIALISTA DE VALOR

Na seção anterior, o conceito de imperialismo foi apresentado em termos de “condução em resposta”. Logicamente, em condição de força desproporcional, as grandes potências sempre buscam utilizar as ferramentas mais bem adaptadas à consecução do objetivo capitalista: capturar valor.

Nesta parte da pesquisa, busca-se estabelecer traços gerais da correlação entre certas “respostas” e os momentos dos ciclos de acumulação, destaca-se a existência de traços essenciais desse exercício de força em cada fase, prosperidade ou crise, dos ciclos de acumulação.

5.2.1 As forças imperialistas predominantes nas fases de crescimento sistêmico: “o descanso da exploração nas relações econômicas”

Novamente concordando com Katz (1996b, p. 169), percebe-se que a “taxa de lucro ocupa papel central na explicação [dos ciclos de acumulação], pois é o indicador que resume todas as tendências do capital”. As taxas de lucro são, assim, a expressão mais bem acaba do nível de maturidade das contradições do movimento da acumulação.

As altas taxas de lucro informam que, naquele momento, as condições necessárias à reprodução ampliada do capital ainda estão disponíveis, que as contradições do movimento do capital estão “imaturas”, ou seja, expressa que as contradições estão ainda se acumulando quantitativamente para, no futuro, colocarem o “limite absoluto da acumulação” que impõe mudanças qualitativas.

Uma fase de prosperidade sistêmica é resultado do processo de afirmação de uma “revolução [tecnológica] primária” em torno da qual são articuladas mudanças sociais correspondentes. A revolução tecnológica, apesar de ser “remédio” necessário para a superação

de uma crise, é insuficiente para recolocar as condições para a acumulação capitalista. Afinal, nenhuma tecnologia encarnada é capital se não se conseguir se relacionar com o trabalho em seu duplo caráter: transferidor de valor encarnado e gerador de valor.

Quando um novo padrão prevalece, é porque o capital encontrou novas condições para se reproduzir, provocando mudanças nos setores ou ramos que despenharão o papel de eixos da acumulação, na organização do trabalho, nas condições técnicas, nas mercadorias produzidas, nos mercados aos quais dirigirá sua produção, nos agentes que farão investimentos, no tipo de associação com o capital estrangeiro, enfim, no conjunto ou em alguns dos principais estágios que marcam o rumo do ciclo do capital (OSORIO, 2012, p. 70).

Ressaltando a concordância deste trabalho com Katz (op. cit.) acerca da precedência das taxas de lucro ante o “balanço costume-inovação” proposto Arrighi (1997), a figura abaixo, extraída de obra do próprio Arrighi, é útil para localizar as “revoluções primárias” que marcaram o início de novos paradigmas produtivos que marcam o início das fases de prosperidade do capitalismo imperialista.

Nos termos do próprio autor:

No quadro abaixo, estabelece-se uma distinção entre as duas revoluções econômicas (a Industrial e a Organizacional) que deram origem (com ou sem defasagem) a novas estruturas hegemônicas mundiais, por um lado, e as duas revoluções econômicas (as revoluções dos ‘transportes’ e da ‘informação’) que se seguiram ao estabelecimento das estruturas hegemônicas mundiais, por outro lado. As primeiras revoluções são designadas como ‘primárias’ porque estabeleceram um novo padrão de centralidade – isto é, estabeleceram a liderança de um agrupamento nacional específico de empresas e desencadearam uma corrida entre outros agrupamentos para alcançar aquele padrão. As últimas revoluções, em contrapartida, são designadas como ‘secundárias’ porque são uma consequência direta das revoluções primárias e são parte integrante do processo de equiparação (ARRIGHI, 1997, p.30).

Figura 2: Ciclos Sistêmicos de Acumulação

Período	1789	1810	1844	1870	1890	1914	1934	1967
	1790	1817	1851	1875	1896	1920	1945	1973
Kondratieff	<----- k1 ----->		<----- k2 ----->		<----- k3 ----->		<----- k4 ----->	
Liderança política	Britânica ----->				nenhuma ----->		norte-americana ----->	
Liderança econômica	Britânica ----->				mult. ----->		norte-americana -----mult.----->	
Rev. Ec.								
Primária:	Industrial ----->				organizacional ----->			
Secundária:	-----transporte ----->						informação----->	

Fonte: (ARRIGHI, 1997, p, 30).

Nesse processo de afirmação da “revolução primária” como eixo produtivo hegemônico, cabe às forças imperialistas organizar as condições físicas e sociais em cada território para que a dispersão dos seus ramos secundários e complementares confirmem a heterogeneidade hierarquizada das estruturas nacionais de produção.

Nos termos de Brenner (2003), na luta dos seguidores para alcançar o líder tecnológico e na luta do líder para manter sua posição, percebendo boas oportunidades de lucro na esfera produtiva, os capitais dos países centrais reinvestem na produção parte significativa do valor que se apropriam. As altas taxas de acumulação do período são resultados justamente desse movimento. Nesse contexto, Mészáros (2009, p. 84) caracteriza o processo de expansão “sem barreiras” que caracterizou o boom econômico do pós-guerra.

O período de desenvolvimento do pós-guerra foi preenchido pela habilidade do capital em ativar imensos recursos humanos e materiais, antes reprimidos ou latentes, em seus propósitos de autoexpansão, ampliando e intensificando as áreas de atividade econômica produtiva em todo o mundo, tanto pelo incremento da grandeza absoluta da força de trabalho quanto pela sua produtividade relativa. Enquanto tal processo de autoexpansão produtiva pudesse avançar sem impedimentos, não haveria problema que o capital não pudesse, em princípio, superar.

Para abocanhar maiores fatias de um bolo (massa de valor) que cresce rapidamente, vão sendo promovidas inovações incrementais a partir do padrão tecnológico estabelecido pela “revolução primária”. É redundante e repetitivo aprofundar o que já foi dito no capítulo 3 sobre a dinâmica que liga essa luta por lucro extraordinário ao processo de concentração de capital. Apenas para contextualizar a discussão, resume-se: o capitalista com melhores arranjos produz mercadorias a preços inferiores à média social e, pois, apropria-se de valor gerado em ciclo de capital concorrente. Assim, pode investir em melhorias adicionais de seus arranjos produtivos e, assim, tornar-se ainda mais capaz de capturar valor excedente gerado em ciclo de capital concorrente.

Logicamente, assim como a lei concorrencial força a concentração do capital, essa “virtude” em nível sistêmico se materializa no aumento da diferença das capacidades produtivas dos países e, pois, no aumento da capacidade dos países anteriormente mais capazes de apropriar valor gerado em outros territórios. O fluxo global de valor pelas vias do mercado expressa diretamente essa diferença. Forma-se um ciclo “virtuoso” (para os mais fortes) que garante aumenta o poder das forças centrípetas que atuam sobre o valor gerado nos diversos países.

A integração mundial sob um padrão tecnológico surge desse transbordamento da luta concorrencial entre os capitais dos países avançados. Como parte dessa luta, aqueles que têm acesso, por exemplo, a matérias-primas mais baratas consolidam vantagens para a apropriação de maiores fatias da massa de valor global. É sob esse imperativo que os países incapazes de participar da luta por produtividade são chamados a integrar aquele padrão de acumulação. Com as adaptações necessárias para atender a esse chamado, os países atrasados integram a totalidade hierarquizada.

Como variável globalmente subordinada à lei do valor, a tecnologia se relaciona em contextos físico e sociais específicos em cada território. No fim das contas, as variáveis necessárias à circulação do capital são articuladas nos espaços-fronteira para formar estruturas produtivas condizentes com o lugar que lhe é atribuído no sistema. Às forças imperialistas, internas e externas, compete justamente ajustar os territórios.

[...] **as direções das cadeias mercantis não se estabeleceram de forma aleatória.** Se traçássemos todas em um mapa, perceberíamos que assumiram uma forma centrípeta. [...] Falar de cadeias mercantis significa falar de uma divisão social estendida do trabalho, a qual, ao longo do desenvolvimento do capitalismo histórico, tornou-se cada vez mais funcional e mais ampliada geograficamente, e ao mesmo tempo **cada vez mais hierárquica.** Essa hierarquização do espaço na estrutura dos processos produtivos levou a uma crescente **polarização entre as áreas centrais e periféricas da economia-mundo**, não só em termos de critérios distributivos (níveis renda real, qualidade de vida), mas também, de modo ainda mais importante, nos *loci* de acumulação de capital. [...] fossem quais fossem os diferenciais existentes [...] eles foram aumentados, reforçados e cristalizados. (WALLERSTEIN, 2001, p. 28-29, grifo nosso).

A dispersão organizada dos ramos auxiliares e complementares do novo eixo produtivo garante a exploração diferenciada das classes-nacionais, o que, como já dito, entrega aos países centrais a “virtude” da integração econômica mundial. Percebe-se, então, que a possibilidade de ser articulada com a exploração de classe condiciona a inovação capitalista (a tecnologia não é neutra!) e que a “condução em resposta” das grandes potências dá as formas gerais da divisão internacional do trabalho. Esta, por sua vez, emerge como síntese da integração hierarquizada que contém os mecanismos econômicos da transferência de valor entre os países.

[...] esse mesmo processo de expansão – que é um processo de integração – se dá através da divisão deste mercado, que se forma ampliadamente, sob esferas distintas de produção que se inter-relacionam (a divisão internacional do trabalho).

Em outras palavras, ao se tornar mundial, o mercado capitalista configura-se como totalidade integrada. Entretanto, ao segmentar-se entre economias industriais e não-industriais (mais tarde, economias industriais imperialistas e

economias industriais dependentes), tal totalidade revela-se uma mesma totalidade integrada, porém diferenciada (LUCE, 2018, p. 28).

O capital que atravessa fronteiras o faz, sempre, em busca das condições mais lucrativas. É, portanto, na organização “adequada” das unidades nacionais para receber o capital que transborda do centro nervoso do capitalismo mundial que se encontram fatores explicativos das manifestações do imperialismo das fases de altas taxas de lucro.

Lenin (2011, p. 181) deixa claro o sentido da palavra “adequada”:

Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados. Nestes países atrasados o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos, e as matérias-primas baratas.

Na seção anterior deste capítulo, foi dito que para interpretar as formas do imperialismo deve-se identificar o tipo de capital que é exportado e sua destinação específica. Nas fases de crescimento, os capitais exportados passam a compor as estruturas produtivas dos países recebedores para se apropriarem de valor excedente. De uma forma ou de outra, os capitais exportados participam dos ciclos dos capitais industriais e, ao fazerem isso, “intensificam a prosperidade” ao tempo em que absorvem parcelas crescentes do valor gerado pela classe trabalhadora daquele país.

Em um jogo concorrencial em que o prêmio cresce constantemente, as forças políticas são mobilizadas para garantir que o transbordamento ocorra aprofundando a diferença das capacidades produtivas dos países e, também, para afastar ameaças aos seus monopólios tecnológicos. Resta aos periféricos competirem entre si para oferecer as condições mais atrativas ao capital “transbordante” e, também, competirem entre si no mercado mundial disputando por preços, e não em termos de produtividade.

Como resultado direto das inovações incrementais, algumas atividades que inicialmente continham alto conteúdo monopolista ficam sujeitas a competição “excessiva” (elevada composição orgânica social média) e, então, perdem a possibilidade de captura monopolista de valor. O decaimento de atividades inicialmente centrais-monopolistas é “natural” do movimento evolutivo do capital.

As forças imperialistas são, então, mobilizadas não apenas para proteger o conteúdo monopolista das atividades axiais de cada momento, mas também para organizar os resultados dessa “evolução”⁵⁰. Fazem isso distribuindo geograficamente as atividades que “decaíram”.

O ‘deslocamento’ de processos particulares na escala hierárquica também levou a frequentes transferências geográficas, motivadas principalmente pela mudança para regiões que o custo da mão-de-obra é inferior [...].
[...] Contudo, apesar de as cadeias mercantis terem sofrido reestruturações significativas [...], preservaram-se as cadeias hierarquicamente organizadas. Processos produtivos têm decaído na escala hierárquica à medida que processos novos são inseridos no topo da hierarquia. [...] Esses rearranjos só poderiam ser chamados de ‘desenvolvimento’ se fosse possível demonstrar que se associam a uma redução da polarização global do sistema. Isso não parece ter ocorrido (WALLERSTEIN, 2001, p. 33).

Isso explica o porquê de a industrialização da periferia não ter resultado na aproximação das condições de desenvolvimento dos países centrais, não ter representado qualquer ameaça de subversão da hierarquia sistêmica. Esse movimento, na verdade, significou a “periferização” das atividades “musculares” da grande indústria manufatureira como consequência do amadurecimento das contradições ligadas àquelas atividades anteriormente centrais daquele padrão produtivo (ARRIGHI, 1997). Assim, para manter a capacidade de apropriação de valor, os capitalistas desses ramos exportam essas atividades para onde consigam custos mais baixos, via de regra relativos à força de trabalho.

Mais uma vez, os países periféricos aparecem disputando em termos de custo (da força de trabalho), o que, no fim, subtrai poder interno de consumo e, pois, prejudica a dinâmica interna de sua acumulação. Os capitais centrais recompõem suas taxas de lucro explorando custos mais baixos nos territórios periféricos; recompõem as taxas de lucro das atividades “decaídas”, marcadamente, explorando força de trabalho mais barata da periferia. O capital é exportado, como Lenin (2011) deixa claro, para explorar condições lucrativas.

É por essa lógica geral que fixa a geração de valor e dirige o vetor para a apropriação que a restrição à mobilidade transfronteira da força de trabalho é uma ação permanente do imperialismo.

O capitalismo encarado abstratamente como modo de produção se baseia num mercado integrado em suas três dimensões (mercado dos produtos do trabalho social, mercado de capitais, mercado de trabalho). Mas o capitalismo considerado como sistema mundial realmente existente se baseia na expansão

⁵⁰ “A mão invisível do mercado nunca funcionará sem um punho visível [...] O punho visível que mantém o mundo seguro para as tecnologias de Silicon Valley chama-se exército dos EUA, força aérea, a armada e a infantaria da marinha” (FRIEDMAN, 1999 *apud* PANITCH; GINDIN, 2006, p. 19).

mundial do mercado somente nas duas primeiras dimensões. Assim encontra-se excluída a constituição de um verdadeiro mercado mundial de trabalho, em virtude da persistência das fronteiras políticas de Estado, apesar da mundialização econômica, sempre mutilada (AMIN, 2005, p. 83).

Submetidos ao mesmo padrão produtivo e mesmo movimento das contradições, os capitais que transbordam do centro visualizam as mesmas formas gerais de extrair benefícios da integração econômica. Assim como a classe capitalista de um país tem interesse comum na organização das relações de produção para a geração-apropriação de mais-valia, as frações hegemônicas das burguesias imperialistas têm interesse geral que os países periféricos participem do sistema mundial para gerar e remeter mais-valia, logicamente, sob formas que estão inscritas no mesmo padrão de acumulação.

Por isso, em grande medida, as adaptações impostas aos países periféricos obedecem a certo padrão. Isso não significa que todas as estruturas socioeconômicas dos países periféricos sejam adaptadas igualmente, mas apenas que os ajustes obedecem a uma lógica geral determinada externamente.

O avanço internacional da relação “diretamente econômica” de dominação que, nos termos de Marini (2011a), torna “supérfluo o uso da violência político-militar nas relações internacionais de exploração” para captura de valor, não só amplia o volume do sistema como engendra vínculos entre as economias nacionais que aprofundam as relações de dominação-dependência. Com isso não se quer sugerir que a violência seja dispensada ou que perca importância, mas apenas que ela, a violência extraeconômica mais explícita, recua no sentido de que, ao invés de ser utilizada para extração direta de valor (acumulação por espoliação), se presta a garantir as condições para que o mercado promova a transferência de valor. Se for necessário colocar qualquer país “na linha”, as potências imperialistas, sem qualquer pudor, retiram essas forças do seu “descanso”.

Qualitativamente, do lado periférico, essas relações “perpetuam e amplificam o atraso e a debilidade das nações” e, do lado desenvolvido, colaboram para que o ciclo do capital se funde na extração de mais-valia relativa e na busca por ganhos de produtividade. Enquanto o ciclo do capital dos países emissores de valor (receptores de capital exportado) enterra sua pedra fundamental na superexploração da força de trabalho (afinal, competem entre si comprimindo custos para atrair capital exportado e compensam as perdas aumentando a massa de valor excedente gerado), do lado receptor de valor (exportador de capital), o capital reafirma

a “industrialização orgânica”⁵¹, ou seja, incorpora em sua lógica reprodutiva a busca permanente por mais-valia relativa junto com a busca por ganhos de produtividade.

De fato, **à medida que o mercado mundial alcança formas mais desenvolvidas**, o uso da violência política e militar para explorar as nações mais débeis se torna supérfluo, e a **exploração internacional pode descansar progressivamente na reprodução das relações econômicas** que perpetuam e amplificam o atraso e a debilidade das nações (MARINI, 2011a, p. 143, grifo nosso).

No trecho acima transcrito, Marini (*ibid.* p. 143) parece sugerir a existência de uma relação inversa entre o “uso da violência político e militar” e o avanço das relações econômicas. Durante as fases de crescimento, nas relações internacionais, os Estados podem se aproximar, ou melhor, afirmar-se em sua “aparência essencial” na medida em que os mecanismos diretamente econômicos de extração de valor são capazes de nutrir o capitalismo central.

Mesmo quando parece “supérfluo”, o monopólio do poder bélico precisa estar à disposição (e mostrar-se à disposição) como garantidor disso tudo: caso o poder de disciplinamento político-ideológico não seja suficiente para sustentar as participações “adequadas” de cada unidade nacional, as armas são sempre uma alternativa à mão das potências imperialistas para colocar na linha qualquer um que busque caminho alternativo, como provam as ditaduras militares da América Latina da segunda metade do século XX.

Dessa perspectiva, uma inovação tecnológica se coloca como marco de uma nova fase de prosperidade apenas se as forças organizadoras do imperialismo conseguirem fazer orbitar em torno dela estruturas produtivas complementares/subsidiárias. Ademais, de nada adiantaria uma inovação “revolucionária” se ela fosse fácil e livremente reproduzível, se não fosse possível aos países avançados, a partir dela, absorver lucro monopolista. Em linhas gerais, a “condução em resposta” imperialista das fases de crescimento se radica justamente nessa lógica de adaptação territorial e garantia legal-coercitiva das condições necessárias à preservação do sentido do fluxo global de valor.

⁵¹ “A noção de industrialização orgânica possui um valor heurístico deveras importante na comparação de estruturas contraditoriamente vinculadas do processo histórico de acumulação. Ela apresenta-se como um nexos qualitativo para a compreensão dos traços específicos da acumulação dependente, dentro da totalidade integrada e diferenciada que é o capitalismo mundial. Por industrialização orgânica entendemos aquela que irradia os avanços de propriedade para o conjunto dos ramos e setores da produção e que desenvolve e complexifica a atividade industrial seja no setor I, seja no setor II. Por consequência, a industrialização que é orgânica proporciona a generalização da mais-valia relativa e o funcionamento da contratendência que é a lei do nivelamento da taxa de lucro – e não a fixação da mais-valia extraordinária em um subsetor como produtores de bens suntuários” (LUCE, 2018, p. 119-120).

A divisão internacional do trabalho, portanto, não é simples resultado das capacidades dos sistemas nacionais de inovação. Ela responde a condicionantes que extrapolam as leis da concorrência, responde, inclusive, a fatores político-militares que foram acumulados ao longo das fases anteriores dos ciclos de acumulação. Aliás, a própria competência dos sistemas nacionais de inovação é uma variável que é, em enorme medida, explicada pela capacidade do país de se apropriar de valor gerado alhures.

Para evitar qualquer ameaça de quebra dos monopólios ou evitar tentativas de “caminhos alternativos”, são estabelecidas garantias legais e são articulados aparatos coercitivos para que cada unidade nacional cumpra o papel que lhe cabe na divisão internacional do trabalho. Por isso é tão importante que sejam costurados acordos internacionais que ditem as “boas” políticas para os Estados “em desenvolvimento”.

Harvey (2004, p. 111-112) encadeia importantes argumentos aqui tratados: os Estados aparecem como organizadores das relações assimétricas em benefício das classes dominantes; cabe às forças imperialistas “empurrar esses arranjos”; a forma “como isso ocorre depende essencialmente da natureza e da forma dominante das alianças de classes, em particular nos países nucleares”.

O Estado constitui a entidade política, o corpo político, mais capaz de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação do capital para **preservar o padrão de assimetrias** nas trocas mais vantajoso para os interesses capitalistas dominantes que trabalham nesse âmbito. [...] **o imperialismo, nesse domínio, equivale a empurrar sobre os outros arranjos e condições institucionais**, em geral em nome do bem estar social [...].

Como isso de fato ocorre **depende essencialmente da natureza do governo e da forma dominante das alianças de classes, em particular nos países nucleares** que são os produtores e depois controladores dos desembolsos de capital excedente. Esses países têm influência desproporcionada na arquitetura financeira por meio da qual se busca predominantemente realizar ordenações espaço-temporais, tendo, pois, condições de calibrar em seu próprio benefício as inevitáveis assimetrias que existem na troca espacial. (*Ibid.*, p. 111-112, grifo nosso).

Como coloca Wood (2011, p. 33), “um modo de produção não é somente uma tecnologia, mas uma organização social da atividade produtiva; e um modo de exploração é uma relação de poder”. Complementarmente, Barrow (2015, p. 6-8) apresenta o papel central do Estado nesse processo de (re)organização e, mais do que isso, indiretamente corrobora o argumento apresentado anteriormente sobre os ajustes em cada território nacional serem feitos para triangular as relações internas de classes com a dominação de classe em nível internacional.

As contradições de classe [...] fazem com que haja uma permanente tendência de ruptura daquela integração funcional. Essa tendência permanente torna necessária uma estrutura, o Estado, que atue especificamente para manter e reestabelecer o equilíbrio sistêmico. No modo de produção capitalista, o Estado deve servir como ‘fator de regulação do seu equilíbrio como sistema global’ [...] O Estado se apresenta como fator de coesão entre os níveis da formação social.

As estruturas do Estado [aparatos judiciais, ideológicos e políticos-administrativos] [...] devem operar para manter e estabilizar a sociedade para que a classe capitalista seja capaz de extrair mais-valia da classe trabalhadora. (*Ibid.*, p. 6-8, tradução nossa).

Como “as grandes potências têm uma liberdade relativa de determinar suas políticas externas em resposta a interesses nacionais e as potências menores têm menos autonomia” (COX, 2007, p. 114), é possível concluir que a divisão internacional do trabalho e seus mecanismos de exploração econômica são organizados por um sistema amplamente assimétrico de poderes políticos. Cada Estado, em função da localização naquela hierarquia, tem maior ou menor autonomia para conduzir projetos nacionais.

No sistema mundial, vão sendo geradas regras e mecanismos de operação que favorecem aos Estados-nação com maior poder, soberania e desenvolvimento, em detrimento de Estados-nação com soberania restrita, menor poder e subdesenvolvidos. Isso se expressa no direito internacional que vai tomando forma, assim como nas instituições chamadas a operar no plano do sistema mundial como o Banco Mundial (WB), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização das Nações Unidas (ONU), os diversos tratados multinacionais de comércio, segurança e integração. (OSORIO, 2016, p. 77, tradução nossa).

O avanço e dispersão dos ramos produtivos requerem, logicamente, a complementaridade “funcional” dos “desdobramentos” do capital produtivo. O capital financeiro precisa, então, nas fases de expansão, ser “disciplinado” pelos Estados para que exerça seu papel primordial no ciclo de valorização: o financiamento da produção.

Algumas vezes ao longo desse trabalho, sugeriu-se que a dependência não é uma mera imposição externa ou, o que dá no mesmo, que imperialismo encontra forças internas nas formações sociais exploradas. Para que os projetos nacionais conduzidos pelos Estados materializem aquela adaptação subordinada, é preciso a “aquiescência dos estratos dominantes”. O convencimento desses estratos está diretamente ligado à possibilidade que eles têm de colher benefícios da integração produtiva subordinada e da capacidade de fantasiar benefícios dessa integração para a coletividade nacional.

Essa possibilidade vincula os interesses das frações dominantes da burguesia periférica aos interesses do capital imperialista, permeabiliza a soberania dos países dependentes.

Se é bem correto afirmar que Estados desenvolvidos estimulam e protegem a ação dos capitais ali estabelecidos – em suas operações no exterior –, tal fato sugere que Estados e capitais das nações desenvolvidas exploram os trabalhadores do mundo dependente. [...] Definitivamente, capitais e Estados de economias dominantes exploram os trabalhadores das economias dependentes com o consentimento de Estados e classes dominantes dessas últimas. E o conjunto destas transferências de valor, por meio de diversos procedimentos, potencializaram o desenvolvimento de algumas economias e debilitam o desenvolvimento de outras (OSÓRIO, 2016, p. 509).

Enquanto o espalhamento do padrão produtivo sustenta altas taxas de lucro, há uma percepção de inflação coletiva de poder e tende, por isso, a prevalecer a ideia de que todos estão participando da festa capitalista, tende a haver uma confusão entre expansão capitalista e desenvolvimento. Com isso, o consenso facilitador em torno do projeto suspostamente nacional é mais facilmente alcançado e as relações internacionais de exploração podem mais facilmente “descansar nas relações econômicas”. A relativa incapacidade produtiva-econômica dos países periféricos ganha o reforço político-ideológico interno e, então, o aprofundamento da dependência ganha cores de “projeto de desenvolvimento nacional”.

A rigidez da hierarquia sistêmica não deriva, portanto, apenas da concentração geográfica da capacidade de inovação. Isso, isoladamente, não seria capaz de impedir o surgimento de competidores eficientes que ameaçariam as posições de privilégio. Se por obra de uma genialidade individual alguma inovação com grande potencial lucrativo ou fator produtivo extraordinário surgir em um país atrasado, certamente as grandes potências terão instrumentos político-militares e econômicos suficientes para absorvê-los, absorver seus benefícios ou bloquear o seu uso na disputa pela massa de valor global.

As posições de privilégio na divisão internacional do trabalho são mantidas na longa duração porque nos mesmos territórios em que se concentra poder econômico-criativo estão os agentes com maior força político-militar; localizam-se os agentes com maior capacidade de impor-se econômica, política, militar e ideologicamente.

A posição de um país na pirâmide mundial é definida pelo nível da competitividade de sua produção no mercado mundial. Eu entendo que esta **‘competitividade’ é o produto complexo de uma série de condições operando no campo de conjunto da realidade – econômica, política e social.** Nesse quadro, as relações assimétricas centros/periferias construídas pelo desenvolvimento do imperialismo são **fundadas nos ‘monopólios’ dos quais os centros são os beneficiários.** Esses são particulares e próprios a cada uma das sucessivas fases da mundialização do capitalismo imperialista. (AMIN, 2005, p. 87, grifo nosso).

A percepção de benefícios coletivos da expansão capitalista expressa que as economias nacionais estão executando suas partes em uma divisão internacional do trabalho que está em fase de afirmação e, por consequência, recorrendo novamente aos termos de Marini (2011a), a exploração internacional está descansando em práticas econômicas e a violência político-militar permanece oculta. Isso, como Chang (2004) sugere, significa que os acordos internacionais, além de regular as relações econômicas, ditam os limites das políticas industriais, comerciais e tecnológicas (ICT) dos Estados “em desenvolvimento”.

[...] virtualmente todos os PADs (países atualmente desenvolvidos) usaram ativamente políticas industrial, comercial e tecnológica (ICT) intervencionistas para promover a indústria nascente durante o período de *catch-up*. [...] O Estado [...] financiava aquisições de tecnologia estrangeira, às vezes por meios legais [...] outras ilegais, entre os quais figuravam o apoio à espionagem industrial, o contrabando de maquinário e o não-reconhecimento de patentes estrangeiras. [...]

Uma vez atingida a fronteira tecnológica, os PADs recorreram a uma série de medidas para ficar à frente dos competidores reais ou potenciais [...] providências para impedir a transferência de tecnologia para concorrentes [...] pressionou os países menos desenvolvidos para que abrissem seus mercados, inclusive empregando a força quando necessário (CHANG, 2004, p. 35-37).

Que fique claro: mesmo nos momentos em que os países periféricos percebem algum nível de desenvolvimento (numa análise insular), a distância em relação aos países centrais está sendo ampliada. Mesmo na prosperidade sistêmica, quando a acumulação central transborda para a periferia reconfigurando suas estruturas produtivas e sociais, a reprodução capitalista nos países dependentes continua alimentando e impulsionando o capitalismo central. A diferença das velocidades de desenvolvimento das forças produtivas (e do acúmulo desigual de capital financeiro) em favor dos países centrais aperta as amarras estruturais do imperialismo-dependência e entrega aos países diferentes capacidades para encarar a crise que certamente advirá do amadurecimento das contradições.

O sucesso da condução imperialista das fases de crescimento, apesar de trazer consigo certas características “contratendências” à queda das taxas de lucro (como a redução do capital variável para os países centrais em decorrência da oferta no mercado mundial de bens-salários baratos produzidos na periferia), resulta na aceleração da acumulação no coração do capitalismo mundial e, pois, na aceleração do amadurecimento de suas contradições que se expressará em crise de superacumulação. Encarando a inevitabilidade das mudanças, os capitais das grandes potências reclamam respostas condizentes dos seus Estados.

5.2.2 Imperialismo nas fases de crise: espoliação e ajustes espaço-temporais

Nas fases de crescimento, os mecanismos de mercado dão o sentido do vetor geração-apropriação do valor global. Então, nutrido pelo valor capturado, o movimento da acumulação é acelerado nos países centrais. Por isso, a crise de superacumulação se manifesta inicialmente no eixo produtivo hegemônico que, logicamente, está sediado nos territórios daqueles países⁵². Contudo, é preciso ter em conta que as estruturas sociais dos países periféricos passam por processos de adaptação para orbitar aquele eixo. Por isso, as crises expressam o esgotamento das condições para a reprodução do capital em nível sistêmico.

Nesses momentos, quando o padrão de acumulação hegemônico atinge seu “limite absoluto” (MARX, *op. cit.*), mudanças qualitativas se fazem inevitáveis. Conduzir essas mudanças dentro dos limites da acumulação capitalista passa a ser objetivo das grandes potências. Para isso, como de certa forma sugere Lefebvre (2020), o capital passa a batuta do sistema às forças extraeconômicas político-militares que lhe abrigam.

Isso significa que a afirmação de Marini (2011a) de que à medida que “o mercado mundial alcança formas mais desenvolvidas, o uso da violência política e militar [...] se torna supérfluo e a exploração internacional pode descansar progressivamente na reprodução das relações econômicas” encontra seus limites no movimento “natural” do capital. Ao encarar a inevitabilidade das mudanças qualitativas, os capitais das grandes potências percebem “que a economia já não podia funcionar sem um controle consciente” (CANGIANI, 2012, p. 22) e, então, reclamam novas respostas dos seus Estados.

Consequentemente, como condução do sistema mundial em resposta às condições concretas da acumulação, as forças imperialistas são mobilizadas com novos arranjos dos seus monopólios (AMIN, 2005) para, sob dominância financeira⁵⁴, manter o sentido do fluxo de

⁵² Brenner (2003, p. 58) apresenta argumentos que mostram que a crise atual tem sua raiz no excesso de capital investido em capacidade produtiva na indústria manufatureira: “Como uma indicação do começo de um excesso de capacidade e de produção, os preços no setor manufatureiro mundial haviam sido incapazes de crescer de acordo com os salários e os custos das instalações e equipamentos, resultando em uma queda das taxas de lucro do setor. Foi o declínio nas taxas de lucro desse setor por todas as economias capitalistas avançadas o principal responsável pela projeção da economia mundial de um longo boom num longo período de declínio entre 1965 e 1973”.

⁵⁴ Dominância financeira: “Trata-se de um padrão sistêmico porque a financeirização está constituída por componentes fundamentais da organização capitalista, entrelaçadas de maneira a estabelecer uma dinâmica estrutural segundo princípios de uma lógica financeira geral. Neste sentido, ela não decorre apenas da práxis de segmentos ou setores – o capital bancário, os rentistas tradicionais, mas, ao contrário, tem marcado as estratégias de todos os agentes privados relevantes, condicionando a operação das finanças e dispêndios públicos, modificado a dinâmica macroeconômica” (BRAGA, 2013, p. 123-124).

valor global por meio crises orquestradas ou violências militares explícitas que precedem os ajustes espaço-temporais (HARVEY, 2004, 2006a, 2006b).

Essa alternância entre fases de expansão material (acumulação produtiva) e fases de expansão financeira (dominância do capital financeiro-fictício) compõe a teoria dos “ciclos sistêmicos de acumulação” de Arrighi (1996 e 2008). Para o pensador do sistema-mundo, no bojo das disputas hegemônicas travadas entre os Estados, as expansões materiais conduziriam o sistema inevitavelmente a crises de superacumulação, das quais a financeirização é sintoma típico. Esta, por sua vez, prepararia a emergência de nova fase de expansão material, que seria inaugurada por uma “revolução primária”.

Arrighi localiza a “saturação” da fase de expansão material no bojo da luta pela hegemonia sistêmica. Nesse contexto, as crises ocorreriam quando o Estado hegemônico não consegue mais reunir poder extraeconômico suficiente para abrir rotas lucrativas para o seu próprio capital. Em outros termos, a crise do capital representaria uma face da crise de condução sistêmica. Assim, a financeirização seria de sintoma da crise do movimento do capital que, por sua vez, seria resultado da crise sistêmica de hegemonia⁵⁵.

Nos termos de Arrighi, a expansão financeira (D-D’) surgira como “reação” do capital à queda das taxas de lucro no circuito produtivo (D-M-D’); seria a expressão do “outono” dos ciclos sistêmicos de acumulação⁵⁶. Além disso, sob pena de superação do próprio capitalismo, seria uma fase em que necessariamente estão sendo gestadas novas condições físico-sociais-tecnológicas para nova fase de prosperidade sob hegemonia ampliada⁵⁷. Essa colocação

⁵⁵ Neste trabalho, adota-se o imperativo econômico como determinante principal e o poder político-ideológico como relação vinculada às estruturas de poder do capital, afinal, o capitalismo é um sistema em que “os processos de circulação e acumulação do capital são hegemônicos e dominantes no fornecimento e moldagem das bases materiais, sociais e intelectuais da vida social” (HARVEY, 2016, p. 19).

⁵⁶ Segundo Arrighi e Silver (2001, p. 41-42) “As expansões financeiras [...] foram um aspecto integrante das crises de hegemonia e da eventual transformação dessas crises em colapsos hegemônicos [...] Como ‘outono’ dos grandes avanços capitalistas, as expansões financeiras são também o outono das estruturas hegemônicas em que se inserem esses avanços. São o momento em que o líder de uma grande expansão do comércio e da produção mundiais que está chegando ao fim colhe os frutos de sua liderança, sob a forma de um acesso privilegiado à liquidez hiperabundante que se acumula nos mercados financeiros mundiais. Esse acesso permite que a nação hegemônica em declínio barre, pelo menos por algum tempo, as forças que desafiam a continuidade de sua dominação”.

⁵⁷ A discussão deste trabalho não busca avançar sobre a “transição de hegemonia”, não discute porque um ou outro país hegemoniza o sistema capitalista ou porque ele perde capacidade de conduzir o sistema hegemonicamente. Discute os mecanismos que constroem, nos termos do próprio Arrighi (1997), a “estrutura de ferro” da hierarquia do capitalismo mundial ao longo das fases dos ciclos de acumulação. A teoria dos ciclos sistêmicos de Arrighi (1997) ajuda a descrever as fases da acumulação e como seus mecanismos típicos atuam para conservar essa hierarquia. Este trabalho mantém a discussão em nível qualitativo dos blocos de países imperialistas e dependentes, absorvedores de valor ou emissores de valor, que se articulam contraditoriamente em uma totalidade para, cada qual de seu lugar, compor o movimento contraditório do capital.

estabelece a ponte entre a teoria de Arrighi (*Ibid.*) e a teoria dos ajustes espaço-temporais de Harvey (2004 e 2006a).

Aqui neste trabalho, a financeirização não é tratada não como “sintoma do outono” da hegemonia sistêmica, mas como é localizada como resposta das forças imperialistas ao atingimento do “limite absoluto” da processualidade contraditória do capital sob determinado padrão produtivo concreto. Longe de negar a ligação estrutural da expansão financeira com o movimento contraditório do capital, defende-se que ela se sustenta em atos políticos que rearranjam os monopólios imperialistas para a continuidade da acumulação em benefício do capital em sua forma dominante.

Para o que interessa a este trabalho, o fluxo global de geração-apropriação de valor, interessa notar que o Estado hegemônico que, nas fases de crescimento, disciplinava o capital financeiro dirigindo-o para o financiamento da produção, exerce sua força desproporcional para centralizar em seu território a liquidez mundial impondo a desregulamentação financeira como “boa política”, nos termos de Chang (2004). Logicamente, nos termos aqui utilizados, essa “virada financeira” representa um “ato político”⁵⁸ em resposta ao momento concreto da processualidade contraditória da acumulação capitalista em que o capital financeiro assume dominância e, assim, entrega nova “forja” para as ações estatais.

O descolamento da acumulação financeira em relação à produtiva não seria possível se os Estados continuassem “disciplinando” o capital financeiro para participar do circuito produtivo⁵⁹. Se assim permanecesse, ele encontraria sua valorização limitada pela parcela que lhe caberia na partilha do valor excedente, que, naquela fase, cresce lentamente. Então, o capital financeiro é liberado para, como colocam Filgueiras e Oliveira (2013, p. 80) “retirar suas rendas do processo produtivo de criação do valor do qual não participa”.

A crise explicita também que o capital financeiro ultrapassou a sua função específica, na divisão social do trabalho, de financiar o processo de produção e consumo (na condição de ‘capital portador de juros’) dando origem ao “capital dinheiro”, na forma de papéis e títulos dos mais variados tipos, cujos

⁵⁸ “[...] a decisão, tomada em 1979, pela Reserva Federal dos Estados Unidos (EUA), de aumentar abruptamente as taxas de juros até onde fosse necessário para acabar com a inflação, pode ser considerada um acontecimento que testemunhou a mudança maior na dinâmica do capitalismo. Trata-se do ato político que chamamos de golpe de 1979. [...] esse período pode ser descrito como uma nova hegemonia financeira, que faz lembrar as primeiras décadas do século XX nos EUA” (DUMÉNIL; LÉVY, 2007, p. 1-2)

⁵⁹ “Quando a indústria de manufaturados dos Estados Unidos adentrava uma depressão profunda no início da década de 1980, ocorreu uma importante realocação do capital para a atividades financeira. [...] facilitadas por mudanças efetuadas pelas administrações Carter e Reagan no sentido de desregulamentação financeira, visando derrubar as barreiras até o momento existentes confinando as instituições financeiras a esfera de funcionamento limitadas e geográficas” (BRENNER, 2003, p. 131).

valores não têm correspondência com a riqueza existente. O movimento deste capital tende a se descolar do processo de produção, criando um circuito de valorização, embora tenha, em última instância, que retirar suas rendas do processo produtivo de criação do valor do qual não participa. Em síntese, o crédito, que de início é poderosa alavanca do processo de acumulação, se transforma, em sua expansão desmesurada, em um dos elementos fundamentais do surgimento e desenvolvimento da crise geral. (FILGUEIRAS; OLIVEIRA, 2013, p. 80).

Como a massa de valor em disputa cresce muito lentamente, sob domínio do capital financeiro, a extração imperialista de valor assume um caráter mais abertamente violento. Como na acumulação primitiva original, o poder do dinheiro mobiliza o poder dos Estados para promover “empresas altamente violentas” que permitem a acumulação direta, ou seja, apropriação de valor que aquele capital não participou da geração.

Alguns mecanismos da acumulação primitiva que Marx enfatizou foram aprimorados para desempenhar hoje um papel bem mais forte do que no passado. O sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram como Lenin, Hilferding e Luxemburgo observaram no começo do século XX, grandes trampolins de predação, fraude e roubo. [...] a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de encargos de dívida que reduzem populações inteiras [...] a prisioneiros da dívida [...] os ataques especulativos feitos por fundos de derivativos e outras grandes instituições do capital financeiro como a vanguarda da acumulação por espoliação em épocas recentes. (HARVEY, 2004, p. 122-123).

A mobilização dos monopólios dos principais canais financeiros, como sugere Amin (2005), é especialmente útil no processo de centralização, é poderosa arma da “condução em resposta” imperialista. Como coloca Belluzzo (2013b, p. 17), mobilizando seus monopólios, “as crises de ‘credibilidade’ que derrubam os mercados e travam o crédito não são fruto de malfetorias isoladas, mas resultado lógico da operação da máquina capitalista cujas engrenagens supõem o contubérnio entre governos cúmplices e negócios espertos.”

Através desses (modernos) canais, capital financeiro é capaz de explorar possibilidades lucrativas onde e quando surjam, por mais distantes e voláteis que sejam. Aliás, a organização dessa liquidez em “pontos nodais chave” permite mais do que simplesmente explorar possibilidades que surgem, permite induzir a formação dessas possibilidades:

[...] as **crises** [financeiras] **podem ser orquestradas, administradas e controladas** [...] É nisso que é grande especialista o sistema financeiro internacional (sob liderança do FMI), com apoio do poder estatal superior (como o dos Estados Unidos). **O resultado é a criação periódica de um estoque de ativos desvalorizados**, e em muitos casos subvalorizados, em alguma parte do mundo, estoque que **pode receber um uso lucrativo da parte de excedentes de capitais** a quem faltam oportunidades em outros lugares. (HARVEY, 2004, p. 125, grifo nosso).

Sem limites aparentes para sua expansão⁶⁰, o capital financeiro reúne poder suficiente para chantagear economias mais vulneráveis e, quando a chantagem não é atendida a contento, para “orquestrar as crises”. Como “bônus”, recorrendo aos monopólios da informação (AMIN, 2005), consegue atribuir as causas da crise a atos irresponsáveis de agentes locais que somente poderiam ser remediados por ajustes estruturais austeros. No fim das contas, as crises são colocadas como justificativa para que os Estados entreguem ao capital atividades potencialmente lucrativas e, em paralelo, adote políticas que levem à queda real dos salários. Assim, as forças imperialistas evitam a desvalorização do capital superacumulado e mantém suas estruturas alimentadas por valor gerado na periferia do sistema.

Esse “orquestramento” de crises representa a exportação do momento destrutivo da “destruição criativa” do processo de racionalização da acumulação. Do outro lado, alimentadas pelo valor espoliado, as grandes potências conseguem ampliar seu potencial criativo que, possivelmente, lhes entregará capacidade para participar das inevitáveis mudanças qualitativas em posição de força relativa.

O país que liderou a fase de crescimento reúne, por isso, poder estrutural⁶¹ suficiente para conduzir o padrão global de acumulação nas crises. Promove a virada financeira como estratégia defensiva e ofensiva: defende-se da ascensão de competidores que disputam com competência fatias da massa de valor e ataca centralizando a liquidez mundial.

O novo cenário, caracterizado por uma combinação de queda de lucro com superprodução e estratégias de retomada da hegemonia americana, acabou por orientar o sistema em direção a formas alternativas de **recuperação da lucratividade, atreladas a transformações políticas** no âmbito nacional e internacional. Esta situação, porém, acabou por abrir espaço para o **reflorescimento daquela fração** das classes dominantes do sistema capitalista **que fora mantida sob controle durante o padrão de acumulação dos anos dourados**. [...] do ponto de vista prático representava inexoravelmente uma **reativação das condições favoráveis à realização do lucro predominantemente na sua forma financeira**, acarretando com isso a introdução de enormes dificuldades para a transformação do mesmo em acumulação mediante a promoção do capital produtivo.

⁶⁰ “Há uma forma do capital que permite a acumulação sem limites: a forma-dinheiro. Isso acontece apenas porque a forma-dinheiro não se prende a nenhuma limitação física, como aquelas impostas pela mercadoria-dinheiro (o dinheiro metálico, como ouro e prata, que originalmente deu representação física à imaterialidade do trabalho social e cuja oferta global é amplamente fixa). O dinheiro fiduciário emitido pelo Estado pode ser criado sem limites. Hoje, a expansão da oferta monetária se realiza numa mistura de atividade privada e estatal (via o nexo Estado-finanças constituído por ministérios da Fazenda e bancos centrais) (HARVEY, 2016a, p. 216-217).

⁶¹ “Há dois tipos de poder que são exercidos na economia política – poder estrutural e poder relacional. Poder relacional é o poder que A tem para fazer com que B, de outra forma, não faria. Poder estrutural, de outro lado, é o poder de moldar e determinar as estruturas da economia política global sem que os outros Estados, suas instituições políticas e empresas e cientistas tenham que operar” (STRANGE, 1988 *apud* FIORI, 2008, p 20).

[...] novamente **em consonância com a fase descendente de uma onda longa**, o capitalismo se depara com o pesadelo da hegemonia das finanças⁶² (BALANCO; PINTO, 2005, p. 178-179, grifo nosso).

A acumulação financeira, logicamente, não prescinde da geração de valor. Durante as crises, o capital fictício antecipa a apropriação de valor e a desregulamentação permite aumento do consumo sustentado pelo endividamento crescente. Isso pode, com a formação de uma bolha, destravar momentaneamente a circulação⁶³ e, como relata Brenner (2003), aumentar o volume de capital acumulado em uma estrutura já “excessivamente madura”.

O capital financeiro valoriza-se sem participar do ciclo produtivo, por exemplo, apropriando-se de juros cobrados sobre títulos das dívidas públicas emitidos para pagar os juros relativos a títulos que foram vendidos, no primeiro momento, para financiar a pequena agricultura familiar. A dívida pública assume um caráter “financeirizado”⁶⁴: ao invés de fomentar a produção, os títulos são emitidos para pagar juros sobre títulos que foram emitidos para pagar juros.

A base da financeirização da dívida está, como sugerido, na capacidade de “condução em resposta” imperialista. Essa condição é internalizada nas estruturas dos países periféricos por intermédio daqueles mecanismos de permeabilização da soberania nacional. Dominando os meios de comunicação, as frações associadas ao capital imperialista conseguem construir um consenso nacional em torno da existência de uma única “boa política”, no caso, a integração do país à mundialização financeira. O momento atual é bastante ilustrativo: independentemente da realidade de cada país, a “única política econômica responsável” é composta pelo mesmo tripé: meta de inflação, austeridade fiscal e câmbio flutuante.

Essa “única alternativa”, no fim das contas, desencadeia um ciclo vicioso que legitima a acumulação por espoliação: as metas de inflação aparecem como variável independente das

⁶² “[...] conceito de hegemonia financeira. Esta se refere ao poder e autoridade exercidos, sobre a economia, pelos proprietários mais ricos do capital e também pelas instituições financeiros. Nesta altura, aos estratos mais altos da gerência e às camadas mais elevadas da administração das empresas são impostos os objetivos das finanças” (BALANCO; PINTO, 2005, p. 179)

⁶³ Como explica Brenner (2003), a bolha financeira (valorização nominal) e a facilidade de crédito ao consumidor induziram acréscimos de capacidade produtiva na indústria de alta tecnologia e mesmo na indústria de manufaturados onde já se percebia excesso de capacidade. Isso evitou o expurgo de capital redundante e, pois, aumentou a barreira para a circulação do capital.

⁶⁴ “Relacionada a essa dinâmica, insistamos, está a transformação das finanças públicas em reféns ao ponto de lhes reduzir sensivelmente a capacidade de promoverem o gasto autônomo dinamizados do investimento, da renda e do emprego; de tornarem financeirizada a dívida pública que, como tal, sanciona os ganhos financeiros privados e amplia a financeirização geral dos mercados.” (BRAGA, 2013, p. 126).

políticas econômicas e as taxas de juros aparecem como o único mecanismo de política econômica disponíveis para o controle inflacionário. Do outro lado, qualquer ameaça de insolvência determina uma fuga de capitais, o que determina um choque cambial e, por conseguinte, um pico inflacionário. Assim, para alcançar a meta de inflação, os governos adotam uma política econômica de juros altos (que alimenta o montante da dívida) combinada com austeridade fiscal (que reduz o crescimento econômico e queda dos salários reais). Com isso, reduz o crescimento econômico, aumenta a razão dívida/PIB e, por conseguinte, cresce o risco de insolvência, o que leva a novo aumento das taxas de juros que remunera os donos da dívida pública.

É importante ressaltar que, marcadamente nos países periféricos, a arrecadação pública advém de uma estrutura tributária regressiva. Os juros pagos ao capital financeiro são, em grande medida, valor que foi (será) pago ao trabalhador e que foram (serão) transferidos ao Estado por meio da compra de “arroz e feijão”. Essa arrecadação, ao invés de ser gasta em serviços públicos, é deslocada para o pagamento de juros. Assim, a política “responsável”, ao aumentar a carga tributária (regressiva) para garantir a arrecadação suficiente para, no mínimo, acomodar a percepção de risco de insolvência, representa a expropriação direta da massa trabalhadora.

Nesse mesmo quadro de “responsabilidade”, os Estados periféricos promovem a estocagem dos maiores volumes possíveis de reservas de “moeda forte”. Para manter esses estoques, emitem títulos pelos quais pagam juros superiores aos pagos pelos títulos emitidos pelos países “seguros”, os centrais emissores de “moeda forte”. Surge assim mais um meio de transferência de valor típico das fases de financeirização.

[...] as elevadas taxas de juros das economias periféricas são originadas da alta vulnerabilidade externa de suas economias. Para atrair capitais externos, necessários para financiar suas contas externas desequilibradas, é preciso fornecer um diferencial de juros, em relação às taxas internacionais, de montante considerável.

A redução das taxas de juros – sem nenhuma outra contrapartida – provocaria a fuga de capitais e forte desvalorização do câmbio. (CARCANHOLO, 2008, p. 263).

No longo trecho abaixo transcrito, Amaral (2012, p. 118-119, grifo nosso) resume a lógica imperialista (de transferência de valor) contida nessa “estratégia” de manutenção de reservas pelos países dependentes. A isso deve-se somar o peso cumulativo da financeirização da dívida pública.

Ao contrário do que possa parecer, este último status [a posição de acumuladores de reservas internacionais em dólar] é tão prejudicial a estas economias quanto foi o processo de endividamento que deu origem à crise das dívidas nos anos 1980. Se, antes, os países dependentes transferiam recursos às economias centrais sob a forma de juros e amortização das dívidas e se encontravam nitidamente à mercê dos fluxos internacionais de capitais e das definições externas de política economia, hoje **estes países estão amarrados a uma estratégia de ampliação do nível de reservas internacionais**, o que faz com que o fluxo líquido de capitais seja negativo, uma vez que, a despeito das massivas, entradas de capitais privados, ‘as reservas externas são necessariamente **investidas nos ativos mais seguros** nos mercados financeiros globais e estes são **emitidos pelos países desenvolvidos**’ [...].

[...] a estratégia de acúmulo de reservas **conduz automaticamente a ampliação do endividamento público** interno nas economias periféricas por conta da necessidade de esterilizar o impacto inflacionário [...] Para tanto faz-se uso de uma política de enxugamento da oferta de moeda através da colocação de títulos públicos, algo que está em plena **harmonia com as exigências de estabilidade monetária imposta às economias periféricas por órgãos como o FMI e o Banco Mundial** e por elas abraçadas através da adoção de uma política macroeconômica ortodoxa em cujo núcleo principal está o regime de metas de inflação.

Como parte da mesma lógica, atribui-se ao Estado, sobretudo dos países periféricos, uma suposta ineficiência econômica inerente e, então, os processos de desestatização-privatização ganham tintas de “atos responsáveis”, apesar de restringir o acesso da população a serviços antes gratuitos. Ademais, ao desestimular o crescimento econômico, a “boa política” de austeridade, além do ciclo vicioso acima descrito, gera desemprego, o que pressiona para baixo os salários (reduzindo os custos com capital variável) e, pois, recompõe as taxas de lucro do capital.

Nada pode confirmar mais a essência do imperialismo de crise do que essa “boa política”: a partir de atos políticos espoliadores que transferem a pressão da crise para a classe trabalhadora, os capitalistas dos países centrais se apropriam de valor social-global. A discussão das armas imperialistas nas fases de crise é mantida, portanto, na identificação de quem (classe-nação) entrega valor e quem (classe-nação) se apropria desse valor que não participou da geração. Em resposta ao momento, os Estados assumem novas funções para garantir a acumulação capitalista, muda a forma de atuar para garantir o conteúdo do imperialismo.

[...] o **Estado do terceiro mundo passa por uma mudança da era dirigista para a era neoliberal**: de ser um Estado (mesmo que um Estado burguês) que aparentemente está acima de todas as classes, intervindo para o bem social, portanto, em algumas ocasiões, agindo até mesmo em nome dos oprimidos, a um **Estado que promove quase exclusivamente os interesses da oligarquia corporativo-financeira integrado ao capital globalizado**, com o argumento de que seus interesses são coincidentes com o “interesse social”. Como essa mudança na natureza do Estado, de dirigista para neoliberal, colocada em

prática em toda parte por meio do processo de globalização, a necessidade de qualquer intervenção imperialista explícita desaparece (exceto para aquisição de controle direto sobre o petróleo como no Iraque). Em suma, a invisibilidade do imperialismo hoje significa que ele se tornou ainda mais poderoso não que desapareceu. (PATNAIK; PATNAIK, 2020, p. 31).

Como a acumulação financeira não prescinde da geração de valor (ou da credibilidade acerca de sua geração futura), o descolamento crescente da acumulação financeira em relação à produtiva se mostra insustentável e, então, abundam crises de desvalorização. Recorrendo ao monopólio dos principais canais financeiros, as forças imperialistas conseguem, em grande medida, localizar essas crises em territórios estrangeiros.

A questão para os estados capitalistas não é prevenir as crises episódicas – estas vão ocorrer inevitavelmente – mas contê-las [...] [...] no caso desses estados capitalistas subdesenvolvidos [...] as instituições financeiras internacionais e os estados capitalistas centrais, seja atuando em conjunto ou por conta própria, intervieram com o propósito de impor ‘reformas’ estruturais ‘economicamente corretas’. No marco da liberalização financeira, isto implicou uma firme sequência de crises econômicas. Algumas destas crises poderiam ser vistas como um componente de funcionamento necessário do êxito neoliberal. (PANITCH; GINDIN, 2006, p. 51-52).

A exportação desses processos de desvalorização está cerne da ação imperialista das fases de crise na medida em que, promovendo o processo de racionalização, os capitais hegemônicos dos países centrais continuam acumulando mesmo que não participem da geração de valor. É nesse sentido que Harvey (2004, 2006a e 2006b) atribui à acumulação por espoliação um papel central no capitalismo imperialista hodierno que, como descreve Brenner (2003), desde o fim da década de 1960, enfrenta uma crise de superacumulação.

Nas palavras de Harvey (2004, p.114), “o que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos, incluindo a força de trabalho, a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital superacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo”. Nesses termos, os capitalistas percebem que “o pecado original do simples roubo, que possibilitara a acumulação original do capital, tinha eventualmente que se repetir para que o motor da acumulação não morresse de repente” (ARENDDT, 1968 *apud* HARVEY, 2004, p.148).

A acumulação por espoliação não se resume à incorporação de elementos não-capitalistas à lógica da acumulação. Ela manifesta o retorno do capital às suas formas primitivas de extração de valor quando a massa de valor gerado não é suficiente para alimentar o volume de capital existente. Nesse sentido, como sugerido no início deste trabalho, a acumulação primitiva é recurso recorrente do capitalismo imperialista, compõe o próprio movimento contraditório do

capital. Sem participar da geração, o capital apropria-se de valor por meios que, invariavelmente, resultam na intensificação das relações nacionais e internacionais de exploração de classe ou apropria-se de valor diretamente por meio dessa intensificação.

Nas crises [...] o Estado é chamado a arbitrar o processo de desvalorização dos capitais, socializando os prejuízos com toda a sociedade e **coordenando a disputa intercapitalista pelas novas frentes de expansão** – tornando-se um sujeito importante na **recriação das bases da acumulação**. [...] a consequência direta desse endividamento [público] é a ampliação, e explicitação, do caráter parasitário do capital, que se torna credor de toda a sociedade; ao estabelecer o direito de se apropriar, permanentemente – através da arrecadação de impostos –, de uma parte importante das rendas futuras do conjunto da população. (FILGUEIRAS; OLIVEIRA, 2013, p. 81-82, grifo nosso).

Além de pressionar os salários para baixo, as “boas políticas” das fases de crise, ao transformar bens públicos ou comuns em mercadorias ou desviar para o pagamento de juros arrecadação que seria gasta em serviços públicos, a espoliação aumenta o custo de reprodução da força de trabalho sem que haja um correspondente aumento dos salários.

Nas “responsáveis” privatizações, o capital paga apenas por parcela valor dos ativos comprados (se apropria gratuitamente de parcela desvalorizada política e ideologicamente); ao avançar sobre bens/serviços públicos-comuns, o capital impõe que parcela do fundo de consumo dos trabalhadores seja gasta em algo que, antes, conseguiam gratuitamente; com a redução dos salários (resultante de atos político), sem que haja redução do custo de reprodução do trabalhador, o capital amplia a parcela de tempo não pago pela utilização da força de trabalho.

De uma forma ou de outra, diretamente ou como consequência de um processo político, a intensificação da exploração da força de trabalho aparece como expressão acabada da condução imperialista em resposta à dificuldade de geração de valor na produção. Recompõem as taxas de lucro pressionando para baixo o valor do capital variável, da força de trabalho.

É evidente que o capital busca reduzir o custo de sua parcela variável em todos os lugares, mas tem possibilidades diferentes para fazê-lo em cada território a depender do nível de resistência constituído pela “coerência estruturada” (HARVEY, 2004). Soma-se a isso o fato de que, nos países centrais, o consumo das massas trabalhadoras é um elemento da demanda efetiva relativamente mais importante do que é nos países periféricos. Por isso, no capitalismo central, a desvalorização da força de trabalho tende a basear-se na redução dos preços de bens-salário (para o que contribuem diretamente as econômicas dependentes). Nos periféricos, ao contrário, como a classe que produz mais-valia tem maior importância relativa na composição

dos custos do capital do que na demanda efetiva dos setores mais dinâmicos, a intensificação da exploração de classe tende a ser mais aguda.

Os bens-salários importados de economias dependentes compõem parcela significativa do valor da força de trabalho dos países centrais. Então, a pressão sobre os salários dos trabalhadores periféricos ajuda a recompor as taxas de lucro, inclusive, dos capitais centrais. Destaca-se: para isso, a inserção recente da China no sistema capitalista mundial como gigantesco produtor de bens-salário bastante baratos foi conveniente para o capitalismo central. Como destaca Amin (2005), a imobilidade internacional da força de trabalho aparece como mecanismo imperialista.

Por isso, ao observar que o capital busca recompor suas taxas de lucro intensificando a exploração sobre os trabalhadores, alguns pensadores como Harvey (2004) e Duménil e Lévy (2004) apresentam o imperialismo neoliberal⁶⁵ como estratégia de reafirmação do poder da classe capitalista: “na verdade, sua razão de existir [da ordem neoliberal] é a restauração da renda e do patrimônio das frações superiores das classes dominantes”. (DUMÉNIL; LEVY, 2004, p. 17) .

[...] sob essa última [política neoliberal] os tomadores são forçados pelo Estado e por forças internacionais a assumir o ônus do custo do pagamento da dívida sejam quais forem as consequências para a vida e o bem-estar da população local. Se isso exige a entrega de ativos a empresas estrangeiras a preço de banana, que assim seja. Um dos efeitos disso, como demonstram Duménil e Lévy, foi permitir aos proprietários de capital norte-americanos a extração de altas taxas de retorno do resto do mundo ao longo das décadas de 1980 e 1990. A restauração do poder de uma elite econômica ou classe alta nos Estados Unidos e em outros países capitalistas avançados apoiou-se pesadamente em mais-valia extraída do resto do mundo por meio de fluxos internacionais e práticas de ajuste estrutural (HARVEY, 2008, p. 38).

Entre a Segunda Guerra Mundial e o começo dos anos 1970, o 1% mais rico das famílias dos EUA tinha 30% da riqueza total do país; durante a primeira metade dos anos 1970, essa percentagem tinha caído para 22%. O neoliberalismo foi um golpe político cujo objetivo era a restauração desses privilégios. A esse respeito, foi um grande sucesso⁶⁶. (DUMÉNIL; LEVY, 2007, p. 2-3).

⁶⁵ Corroborando a ideia acerca da mutabilidade das formas do imperialismo, Duménil e Lévy (2004, p. 15) apresentam imperialismo neoliberal como manifestação do imperialismo: “se o imperialismo não é somente uma fase do capitalismo, ele próprio passa por fases diversas, que são o reflexo das transformações nos próprios países imperialistas. Suas características mudam. [...] De igual modo, o imperialismo neoliberal possui naturalmente suas características próprias, em particular, a importância das movimentações financeiras”.

⁶⁶ Resultados desse sucesso: “De acordo com os últimos dados do Fed, o 1% que representa as famílias americanas mais ricas têm um patrimônio líquido combinado de US\$ 34,2 trilhões (ou 30,4% de toda a riqueza familiar nos EUA), enquanto os 50% mais pobres da população detém apenas US\$ 2,1 trilhões juntos (ou 1,9% de toda a riqueza [...]) Dados fornecidos pelo Federal Reserve remontam a 1989 e mostram que nas últimas três décadas, os

Fica evidente que o processo de acumulação primitiva/por espoliação não se encerra na origem das relações capitalistas e que ele ganha importância quando, “naturalmente”, a massa de valor a ser partilhado deixa de crescer suficientemente para remunerar o volume de capital. Como discutido no capítulo 2 e 3, o processo de acumulação primitiva/por espoliação não é limitada à gênese das relações capitalistas, mas acompanha o movimento contraditório da acumulação (ROSDOLSKY, 2001; PERELMAN, 2000; HARVEY, 2004, 2005, 2006a e 2006b; LUXEMBURGO, 2021).

Na seção anterior foi dito que a análise dos cinco monopólios destacados por Amin (2005) contempla o exame das forças imperialistas na longa duração do movimento do capital e, adicionalmente, sugeriu-se que a combinação das suas forças varia em função do momento da acumulação. Pelo que foi dito até aqui nesta seção, parece claro que o exercício dos monopólios dos principais canais financeiros ganha importância durante as crises. Logicamente, o monopólio do poder bélico é garantidor de tudo isso e ao monopólio da informação compete criar as justificativas para que as respostas “austeras” às chantagens e ataques do mercado financeiro sejam entendidas como “caminho inevitável” e único “responsável”.

A espoliação está no coração do imperialismo das fases de crise, mas não é capaz de, por si só, forjar novo padrão de expansão material. Ela nutre a capacidade econômico-criativa e alimenta o poder político-militar que, posteriormente, conduzirá as adaptações em territórios estrangeiros para que acomodem os ramos subordinados e complementares de possível novo padrão tecnológico. Como parte desse processo, os movimentos integrados dos Estados já colocam as condições estruturantes da participação de cada país nesse processo ao dirigir adaptações espaciais e sociais diferenciadas.

Logicamente, países nutridos pelo valor espoliado de outros territórios tem maiores possibilidades de conseguir desenvolver competências para dirigir as mudanças qualitativas (ou de reagir a elas). Do outro lado da mesma moeda, o mesmo processo aprofunda a superexploração da força de trabalho e, conseqüentemente, aprofunda a incapacidade interna de realização do valor. Os países emissores de valor ficam destinados a uma ação resignada-

10% mais ricos viram sua riqueza aumentar em quase dez pontos percentuais (de menos de 61% para 69%), enquanto a riqueza total controlada pelos 50% da base foi cortada quase pela metade (de 3,6% para 1,9%).” (Fonte: <https://forbes.com.br/principal/2020/10/nos-eua-1-mais-rico-tem-mais-capital-do-que-os-50-mais-pobres-juntos/>).

subordinada quando (e se) houver transbordamento dos capitais ligados a uma “revolução [tecnológica] primária”.

Como discutido anteriormente, qualquer tecnologia apenas é capital se consegue se relacionar com variáveis fisco-sociais territorializadas que lhes são específicas em um processo de valorização. Por isso, uma forma de condicionar a participação futura de um país na divisão internacional do trabalho, uma forma de determinar *a priori* o “nível” do capital que circulará em cada território é direcionar o tipo de capital que, hoje, é fixado no espaço.

Segundo Harvey (2004, 2006a e 2006b), os mesmos ajustes espaço-temporais que promovem a acumulação por espoliação, historicamente, vem sendo o recurso do capital para superar as crises de superacumulação. Eles ocorrem por meio da “intensificação da atividade social” (penetração em novas esferas e atividade e/ou criação de novos desejos e novas necessidades) e/ou por meio de “expansões geográficas” (construção das condições físicas e sociais à capitalista em novo território para absorver o capital redundante – exportação de capital).

O capitalismo central não pode viver *ad eternum* de parasitismo espoliativo. As alternativas de espoliação e, no seu bojo, os espaços “não-capitalistas” vão se escasseando. Por isso, os ajustes espaço-temporais são conduzidos, também, para dirigir as participações nacionais em possível nova fase de crescimento. O arcabouço (social, político, físico, tecnológico) para a circulação de capital de cada território passa por reformas estruturais condizentes com o papel que se espera dele. Por meio da “produção do espaço” (HARVEY, 2006a), os ajustes conduzidos nos países periféricos ligam o presente subordinado a um futuro subordinado.

Ao dizer que não é possível “divorciar essa opção de mudanças temporais em que o capital excedente é deslocado para projetos de longo prazo que precisam de muitos anos para devolver seu valor à circulação”, Harvey (2004) chama atenção para os dois sentidos “indissociáveis” empregados para a palavra “ordenação” (ajuste) em sua teoria: espacial e temporal.

Sendo a falta de oportunidades lucrativas o cerne da dificuldade, o principal problema econômico (em oposição a social e político) está no lado do capital. Se se deve evitar a desvalorização, é imperativo descobrir maneiras lucrativas de absorver os excedentes de capital. A expansão geográfica e a reorganização espacial proporcionam tal opção. Não é, contudo, possível divorciar essa opção de mudanças temporais em que o capital excedente é deslocado para projetos de longo prazo que precisam de muitos anos para devolver seu valor à circulação (HARVEY, 2004, p.78).

A ordenação espacial apresenta alívio à crise porque entrega novas possibilidades de investimento ao capital superacumulado e cria/adapta espaços para a reprodução do capital. Imediatamente, os ajustes absorvem grande volume de capital que, quando retornam a circular, entregam maior volume para comportar a circulação do capital, o que reduzi a pressão sobre as taxas de lucro. Também por essa ótica, a abertura da econômica chinesa aconteceu em momento deveras conveniente já que, com suas dimensões geográficas e demográficas, representou ampliação significativa do volume do sistema em um momento em que havia excesso de capital em relação às alternativas lucrativas.

No sentido temporal, a teoria de Harvey (2004) aborda o interregno entre a imobilização de capital excedente e tempo-velocidade de seu retorno à circulação. Isso não quer dizer que o proprietário do capital que é imobilizado no espaço deixe de ser remunerado ao longo desse tempo. Em geral, esse capital financia a construção de infraestrutura e, por isso, é remunerado como parte daquela lógica da dívida pública anteriormente descrita.

O ajuste espaço-temporal, portanto, alivia a pressão ao tirar de circulação imediata grande massa de capital redundante e, depois, por entregar volume ampliado para a circulação do capital. De outro lado, ao fixar um tipo específico de capital no espaço, os ajustes direcionam a participação dos países em possível dispersão de uma “revolução (tecnológica) primária”.

Como discutido no capítulo 3, essa imobilização de capital no espaço reduz temporariamente a velocidade de circulação do capital para, depois, acelerar as rotações de outros capitais. O tipo de capital cujo movimento vai ser acelerado é a questão chave para interpretar o papel do país na conjuntura sistêmica e a futura colocação do país na estrutura global: esse capital disputará lucro extraordinário-monopolista do novo eixo produtivo ou reafirmará a produção de bens-salário para os trabalhadores centrais cujos preços são pressionados para baixo pela lógica imperialista? Sua articulação com as outras variáveis para a circulação levará à internalização da busca por incrementos da produtividade nacional ou ampliará o abismo entre a estrutura produtiva e as necessidades de consumo das grandes massas?

Os ajustes espaço-temporais periféricos cumprem, portanto, duplo papel: além de, imediatamente, entregar alternativas lucrativas ao capital redundante (para as quais o Estado periférico se oferece como fiador), aprofundam uma estrutura produtiva já “excessivamente madura” ligada à revolução tecnológica que iniciou o ciclo que está sendo superado. Dirigem a fixação de capital em estruturas que, com grande probabilidade, serão pouco atrativas para o tipo de capital que disputará valor extraordinários/monopolistas. Investimentos em ferrovias que ligam minas de ferro a portos dedicados à exportação de *commodities* indicam uma

participação diferente na futura divisão internacional do trabalho do que apontam os investimentos em centros integrados de pesquisa em nanotecnologia e engenharia genética⁶⁷.

Interpretar os ajustes espaço-temporais levados a cabo em cada território é a chave para identificar não apenas o lugar do país no sistema mundial durante as crises (emissores ou captadores de valor), mas também o seu mais provável lugar nas relações econômicas que possivelmente advirão dos processos criativos. Nesse mesmo sentido, como “nas crises [...] a política passa [...] a ser o elemento mais elevado” que “contém o devir, as possibilidades”. (LEFEBVRE, 2020, p. 214-215), as políticas e as reformas tocadas pelos Estados direcionam os ajustes e delineiam o futuro do país. Dirigir as ações dos Estados periféricos é, pois, parte da resposta imperialista. Os ajustes neoliberais se enquadram nesse contexto.

“Optar” por políticas que levam à redução do poder aquisitivo da massa trabalhadora, de precarização do ensino e da saúde públicas, de privatização de empresas estratégicas e colocar o pagamento de juros como variável independente da política econômica ou, de outra forma, investir em sistemas de inovação baseados em universidades públicas e no complexo tecnológico-militar apontam para participações bastante distintas. Foram colocadas aspas em “optar” no início deste parágrafo, pois, na verdade, é uma decisão condicionada pela correlação de forças sociais internas que, por sua vez, é condicionada pela localização da classe dominante local na estrutura de dominação global.

Se uma fração claramente hegemônica da classe dominante nacional consegue volumosos sobejos da sua localização subordinada na estrutura global, dificilmente existirão forças sociais internas suficientes para romper com a lógica que reproduz a dependência econômica do país. Daí que, sem ruptura política, a lógica econômica tende a se reproduzir ao longo das ondas longas da acumulação e as mudanças qualitativas impostas tendem a conservar a estrutura de dominação de classe em nível nacional e internacional e, pois, tende a conservar a localização do país na hierarquia sistêmica.

A exportação de capital permanece regra do capitalismo imperialista. Recorrendo às suas “cabeças de ponte”, esses capitais conseguem reafirmar as relações de dominação-dependência. Contudo, caso haja capacidade política interna para impor condicionantes a esse capital, como acontece na China, ou caso componham estratégia do país hegemônico, como ocorreu com os “convites ao desenvolvimento” entregues pelos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, os

⁶⁷ “Nanotecnologia, neurociência, biotecnologia, novas formas de energia e novos materiais formam o bloco de inovações com enorme potencial de revolucionar outra vez as bases técnicas do capitalismo.” (BELLUZZO, 2013)

ajustes podem fixar no espaço capital capaz de induzir a circulação de capital capaz de disputar fatias da massa de valor global.

A forma mais pacífica ou menos pacífica do movimento imperialista é um atributo da história. Amaral (2012, p. 5) parece concordar com essa afirmação quando afirma que “[...] se temos uma nova fase do capitalismo e uma nova fase do imperialismo, temos também, necessariamente, uma nova fase da dependência” e, então, traz elementos que evidenciam que o capitalismo alcançou nova fase (em que há dominância financeira) e, assim sendo, defende que o imperialismo e, por conseguinte, a dependência assumiram novos contornos.

Concorda-se completamente com o argumento e com as conclusões, mas, porque, se observa as crises de superacumulação (e a dominância do capital financeiro) como manifestações de um movimento contraditório-cíclico, entende-se que as crises são superáveis e, pois, e, entende-se que, se a atual crise for superada ainda nos marcos do capitalismo, os mecanismos imperialistas mudarão novamente para deixar que novamente as relações desiguais de mercado protagonizem as transferências de valor entre os países. Trata-se, aqui, basicamente de entender os mecanismos imperialistas de captura de valor e estes variam em função das condições de geração de valor, da maior ou menor capacidade de crescimento sistêmico.

Efetivamente, “o capital é destrutivo disso tudo e revoluciona constantemente, derruba todas as barreiras que impedem o desenvolvimento das forças produtivas” (MARX, *op. cit.*). Os limites do capital são postos pelo próprio capital, mas, destrutivo e revolucionário/criativo que é, encontra meios e mecanismos para derrubá-los. Para que essa frase encontre seu sentido pleno, é preciso entender o capital e o imperialismo como o que eles realmente são: relação de exploração de classe (classe-nacional) organizada e garantida por forças político-coercitivas. Só em seu conteúdo econômico-político inextrincável, pode-se atribuir ao capital a capacidade para superar as crises que ele mesmo cria.

Se não é possível entender as manifestações do imperialismo desvinculadas do movimento histórico-concreto do capital, não é possível buscar as raízes do subdesenvolvimento sem entender os vínculos das formações sociais com o metabolismo socioeconômico do capitalismo imperialista. Do outro lado da mesma moeda, não se compreende a realidade de um país capitalista desenvolvido abstraindo suas relações com os países subdesenvolvidos. A Europa é o que é porque a África é o que é; os Estados Unidos são o que são, porque a América Latina é o que é, e vice versa.

Uma análise isolada das realidades nacionais poderia até mesmo induzir a conclusão de que a “lei imanente da concorrência” não tem validade nos territórios periféricos já que não promove o estímulo esperado ao desenvolvimento das forças produtivas ou determina a migração do capital para setores com maiores taxas de lucro. Todavia, quando se observa o movimento concreto da acumulação nos países dependentes como parte da totalidade sistêmica, percebe-se que as leis da acumulação descritas por Marx (*op. cit.*) são ratificadas.

[...] o nível de abstração de Marx pode ser entendido como um tratamento do capital em geral, abstraindo-se as distintas formas que este capital, inclusive seus arranjos institucionais, sociais, políticos e culturais, pode assumir em distintas partes. Entretanto, isto não pode ser confundido como uma falsa clivagem que existiria na obra de Marx entre o capital em geral e seus particulares. Segundo esta perspectiva, os livros I e II de O capital estariam restritos ao âmbito do capital em geral, suas legalidades e processualidades. Ainda segundo esta interpretação, em determinado momento do livro III – em especial quando trata da concorrência entre os distintos setores –, Marx teria saído do plano do capital em geral para o plano dos capitais particulares, e estes estão subsumidos à lógica mais geral do primeiro. [...] Neste ponto, já está claro que o capital em geral não é algo distinto dos capitais particulares [...] Ao contrário, a determinação a determinação do que é o capital em geral pressupõe e exige o comportamento do que é o capital em geral. (CARCANHOLO, 2013, p. 79-80).

É para esse outro lado da moeda das relações imperialistas, o lado dependente, que este trabalho desloca seu foco no próximo capítulo. Entendidas as dinâmicas imperialistas e dependentes em relação ao movimento concreto do capital, será possível localizar as possibilidades e os resultados recentes dos países periféricos e da China ante as forças de organização do sistema mundial, o que é feito no capítulo 7.

6 DEPENDÊNCIA COMO MODO DE FUNCIONAMENTO DO CAPITALISMO NA PERIFERIA

No capítulo anterior, o imperialismo foi apresentado como o exercício de uma combinação variável de forças pelas grandes potências capitalistas para, em resposta ao movimento contraditório da acumulação, conduzir as relações entre os países de forma que se garanta a apropriação privada-nacional do valor social-global ou, em outros termos, para preservar o sentido periferia-centro do vetor geração-apropriação do valor.

A capacidade das grandes potências de “conduzir (o sistema) em resposta (à dialética da acumulação)”, no fim das contas, determina a inércia das posições dos países no estrato hierárquico inferior em benefício daqueles que estão no estrato superior: “a lógica da acumulação de capital em escala mundial possui características que, ao mesmo tempo, produzem o desenvolvimento de determinadas economias e o subdesenvolvimento de outras”. (CARCANHOLO, 2008, p. 253). Imperialismo e dependência, portanto, não se explicam isoladamente: “as duas categorias referem-se a um mesmo processo [...] visto por ângulos opostos” (LEITE, 2015, p. 25).

Apesar de ter introduzido essa relação de exploração que se concretiza no fluxo periferia-centro do valor global, a teoria clássica do imperialismo não se dedicou a explicar os resultados sobre as formações sociais dos países emissores de valor. A Teoria Marxista da Dependência (TMD) progride nesse sentido e vai além ao descrever a lógica reprodutiva do capitalismo dependente como parte dessa totalidade.

A tarefa fundamental da teoria marxista da dependência consiste em determinar a legalidade específica pela qual se rege a economia dependente. Isso supõe, desde logo, colocar seu estudo no contexto mais amplo das leis de desenvolvimento do sistema em seu conjunto e definir graus intermediários pelos quais essas leis se vão especificando. É assim que a simultaneidade da dependência e desenvolvimento poderá ser entendida. (MARINI, 2011b, p. 184).

Nessa perspectiva, como coloca Amaral (2012, p. 28), a TMD aparece como continuidade da teoria do imperialismo representando avanço interpretativo.

A proposta da teoria da dependência era, então, a de compreender e analisar os efeitos do processo de internacionalização na estrutura interna dos países considerados periféricos. Deste modo, é como se a explicação e caracterização dos fenômenos mais gerais ocorridos em nível mundial ficasse a cargo da teoria do imperialismo, enquanto que a percepção de como esses fenômenos mais gerais impactariam a estrutura social, econômica, política e cultural

interna dos países periféricos seria tarefa própria da teoria da dependência [...] como a lógica imperialista se reproduzia na periferia a partir do desenvolvimento do capitalismo em seu interior.

O imperialismo não é visto pela TMD como algo que apenas se impõe de fora às formações sociais dependentes. Ao contrário, a Teoria percebe seu entranhamento nas sociedades dependentes e o identifica como fator constitutivo de suas estruturas econômicas, de seu Estado e de sua cultura (VALENCIA, 2019, p. 55).

Fatores políticos e econômicos, internos e externos, relacionam-se sinergicamente para que os países periféricos cumpram seu papel no sistema (gerar valor para transferir para o centro), ao mesmo tempo em que entrega benefícios a pequenas frações sociais, que se entrincheiram nos espaços de poder político. Assim, em benefício próprio, essas frações conseguem dirigir o “projeto nacional” para que forme a triangulação internacional de dominação de classes que dá o sentido do vetor geração-apropriação de valor em nível global (OSORIO, 2019, p. 178).

Ou seja, é impossível entender as estruturas socioeconômicas dependentes “sem iluminá-las com a expansão do capitalismo mundial desde o centro para a periferia”, assim como é “impossível compreender corretamente as economias centrais sem vinculá-las à sua expansão colonial e imperialista” (DOS SANTOS, 2015, p. 107). Nesse sentido, a dependência é aqui apresentada como face periférica do capitalismo mundial e, no seu bojo, a subsoberania é apresentada como pilar da estrutura reprodutiva do capitalismo mundial em seu caráter polarizado.

Com isso, joga-se luz sobre as amarras estruturais, econômicas e políticas, do capitalismo periférico que determinam o aprofundamento da dependência e do atraso. Com isso, forma-se o gancho que sustentará a interpretação sobre como a China evita a “lei de ferro” da hierarquia capitalista.

6.1 SUBSOBERANIA E O SENTIDO INVARIÁVEL DA DEPENDÊNCIA

A formação de um “mundo à sua imagem e semelhança [burguesa]” é resultado “natural” das leis do movimento do capital: “a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar toda parte, criar vínculos em toda parte” (MARX; ENGELS, 2017, p. 25).

O capital não perde sua essência quando atravessa as fronteiras nacionais, permanece como um relação social de dominação de classe que precisa ser legitimada, regulada e garantida por forças políticas que lhes são, aparentemente, alheias. Por isso, quando “o capital ultrapassou o quadro dos Estados nacionais, significa o alargamento e a agudização da opressão nacional sobre uma nova base histórica”. (LENIN, 1986).

Em termos capitalistas, a opressão é exercida para a apropriação privada de valor social por meios “diretamente econômicos” (WOOD, 2014). Então, quando afirma que “o imperialismo [...] significa o alargamento e a agudização da opressão nacional”, Lenin (1986) deixa claro que o objetivo das forças imperialistas é conduzir a opressão de classe-nações para estabelecer e garantir o fluxo “correto” do resultado da exploração, ou seja, da geração-apropriação de valor em nível mundial.

Logicamente, uma relação de dominação não existe sem dois lados: dominador e dominado; o capital não existe sem dois lados: a classe exploradora e a classe explorada; o capitalismo mundial tem dois lados: as nações imperialistas e as nações dependentes. Nesse sentido, a formação da dependência surge como resultado “natural” da expansão do capitalismo.

Como explica Marx (2017a, p. 667), o capitalista só tem valor histórico como personificação do capital e sua “sua força motriz” é o incremento do valor que comanda. Assim sendo, quando o capital cruza fronteiras nacionais, a classe capitalista reclama uma organização adequada nos territórios para abrigar as relações de dominação entre classes-nações e, assim, alcançar o objeto de seu fanatismo: a valorização do valor.

Se o capital não circula no vácuo e a geração de valor é sempre territorializada, logicamente, como discutido nos capítulos 2 e 5, é preciso que as condições físicas e sociais estejam reunidas “adequadamente” no tempo e no espaço para receber o tipo capital e garantir as formas de apropriação do valor gerado. A isso se presta o Estado burguês.

Cada espaço-fronteira que compõe o sistema mundial contém relações sociais e estruturas físicas que lhes são particulares que se articulam com um tipo específico de capital (tecnologia encarnada). Dessa conjugação resulta o lugar do país na divisão internacional do trabalho e, pois, na hierarquia sistêmica. Então, essas estruturas particulares precisam ser mantidas em suas especificidades para integrar as relações internacionais de forma a garantir a geração e a apropriação “geograficamente correta” do valor excedente.

Apenas os Estados, enquanto monopolistas dos poderes de “dizer o direito” e garantir seu cumprimento pelo exercício legítimo da força, são capazes de abrigar as relações de dominação e organizar essas condições particulares.

O Estado-nação foi um instrumento indispensável no processo de difusão dos imperativos capitalistas [...] Essas potências descobriram que o **Estado-nação é o mais confiável fiador das condições necessárias para a acumulação**, e o único meio pelo qual o capital pode se expandir livremente para além das fronteiras da dominação política direta. Assim como os imperativos de mercado se tornaram **um meio de manipular as elites locais, os Estados mostraram ser uma correia transmissora muito mais útil para os imperativos capitalistas** do que os antigos agentes coloniais que originalmente levavam o mercado capitalista pelo mundo afora (WOOD, 2014, p. 29).

A adaptação “correta” dos espaços que recebem o capital exportado está relacionada ao movimento contraditório do capital e é, portanto, parte da dinâmica reprodutiva do capitalismo mundial. A “correção” destacada na frase anterior, evidentemente, refere-se aos interesses das classes dominantes dos países imperialistas, refere-se à adequação dos territórios receptores aos interesses imperialistas. Por isso, “a forma assumida pela dependência foi se transmutando conforme a reconfiguração do capitalismo nos países imperialistas”. (FILGUEIRAS, 2018, p. 521).

A geração de valor é sempre territorializada e está vinculada a relações de produção específicas inscritas nos contornos de uma “revolução [tecnológica] primária”. Independentemente dos canais prioritários utilizados para capturar valor ao longo dos ciclos de acumulação, a sua geração obedece às linhas gerais das relações vinculadas à estrutura produtiva gerada pela dispersão do padrão produtivo hegemônico.

Mesmo a acumulação por espoliação conduzida sob dominância financeira não desfaz o padrão de geração de valor. Mudam contornos finos das relações de produção e mudam os mecanismos de extração de valor, mas os contornos gerais da geração permanecem obedecendo à dinâmica produtiva estabelecida pela dispersão dos ramos complementares e subordinados do eixo hegemônico.

Nas crises, além de extraírem valor da partilha do excedente gerado em ciclo que participaram, os capitais centrais conseguem capturar valor sem que tenham qualquer vínculo com sua geração. Isso não significa mudança nas formas gerais como o capital se relaciona com a força de trabalho para extrair dela mais-valia, apenas significa que capital que não participa da geração encontra meios para participar da sua partilha.

Por isso, a “dialética da dependência”⁶⁹ traz os fundamentos suficientes para entender as dinâmicas econômicas dos países dependentes e situam sua participação estrutural no sistema mundial ao longo de todo o ciclo de acumulação. Ademais, como será discutido adiante, a observação da “dialética interno-externo” do imperialismo percebida pela TMD joga luz sobre o lugar estrutural da subsoberania na reprodução das relações de dominação-dependência ao longo dos ciclos de acumulação.

De um lado, as forças imperialistas atuam para manter um sistema hierarquizado e, por isso, é necessário garantir a existência de Estados independentes; do outro, os Estados sempre “expressa[m] o poder de determinados grupos sociais – o das classes dominantes” (OSORIO, 2019, p. 21). A partir da combinação dessas duas assertivas, seria plausível concluir que cada Estado organiza as relações sociais em seus territórios benefício das próprias classes dominantes e, portanto, as adaptações por ele dirigidas teriam, sempre, um caráter autônomo de cunho essencialmente nacional.

Essa aparente contradição se desfaz sem grande dificuldade quando se percebe que as classes dominantes dos territórios periféricos têm seus interesses vinculados aos das classes dominantes dos países imperialistas. Em benefício das suas próprias (frações das) “classes dominantes dominadas” (BAMBIRRA, 2015), os Estados periféricos abrigam e organizam as relações de produção em seus territórios em consonância com a posição do país nos processos de acumulação comandados pelo capital imperialista. Afinal, como Dos Santos (2015, p. 48-49) ressalta, não é possível uma concepção classista que oponha a análise de economias nacionais e sua articulação com a economia mundial.

A condição de dependência (ou de periferia) não é somente um problema externo. Grupos locais nas nações periféricas tiram proveito de suas alianças com o capital transnacional, financeiro e industrial, participando também no curso desses processos, o que não nega a presença de contradições e conflitos.

⁶⁹ A Teoria Marxista da Dependência (TMD), que apresenta a “dialética da dependência”, foi pensada para explicar especificamente a dependência dos países latino-americanos. Todavia, baseando-se na lei do valor e na teoria do imperialismo, apresentou categorias e definições que, sem perda de poder explicativo, podem ser utilizadas para entender e localizar os vínculos internos da dominação-subordinação com o imperialismo. Com isso, entende-se, explica as ligações orgânicas entre “capitalismo dependente” e “capitalismo central” que formam o “capitalismo mundial”.

Isso explica o paradoxo de que, enquanto os países dependentes empobrecem, cresce o número de grandes fortunas de empresários do mundo periférico (OSORIO, 2019, p. 194).

Em uma representação simplista, mas com poder ilustrativo: se $A > B$ e $B > C \rightarrow A > C$ (se A é maior/mais forte que B e B é maior/mais forte que C, então, A é maior/mais forte que C): se a organização social interna (C) reflete prioritariamente os interesses de certa fração de classe (B) e os interesses dessa fração espelham sua localização nos processos globais de acumulação (A), a organização social interna expressa a posição do país nos processos globais de acumulação. As ações organizadoras do Estado (C) priorizam os interesses do seu bloco no poder (B) que, por sua vez, estão vinculados subordinadamente aos interesses das classes dominantes das potências imperialistas (A). Essa lógica permite concluir que as relações nacionais de produção são ajustadas em função dos interesses do capital imperialista ($A > C$).

O capitalismo funciona historicamente sobre a base de um sistema interestatal caracterizado por hierarquias e desigualdades que repercutem no campo da soberania. [...]

[...] tanto no mundo imperialista quanto na periferia aqueles que detêm o poder se atrincheiram no Estado conseguindo assim que seus interesses possam ser representados como interesses da “nação” – quando não da humanidade –, e potencializando sua força para concretizá-lo a partir do Estado (OSORIO, 2019, p. 177-178).

Como os aparatos estatais materializam a dinâmica interna das forças sociais, o “direito aparece em sua função prática como um intermediário formal de um tipo particular de relação social de exploração.” (PACHUKANIS, 1925)⁷⁰. Assim sendo, a regulação das relações de produção em cada território tem sua dinâmica atrelada ao condicionamento mútuo das forças internas e externas.

É muito importante notar que, como na lógica matemática descrita acima, esse condicionamento mútuo manifesta-se de diferentes formas em cada realidade nacional: o todo interfere nas partes e as partes interferem no todo, mas a capacidade das partes de influir no todo é diferente para cada parte; assim como a capacidade do todo de condicionar suas partes também é diferenciada em função da capacidade das partes de resistir a esse condicionamento.

A soberania é um atributo do Estado nacional, mas “o todo influencia as partes e as partes influenciam o todo” de formas diferentes. Assim, as capacidade de fazer valer as soberanias

⁷⁰ Ao analisar esse caráter conservador e reacionário do direito burguês, Pachukanis (1925) afirma: “A luta para derrubar e desmascarar o fetiche legalista do sistema, contra o qual a luta revolucionária é conduzida, é uma qualidade de todo revolucionário”.

nacionais na prática são definidas pelos contornos da “forma de produção” nacional em suas relações com as “formas de produção” encadeadas no sistema capitalista mundial.

Então, as interpretações sobre as capacidades de efetivo exercício das soberanias devem ser sustentadas pela identificação da posição do respectivo bloco no poder no sistema. Para interpretar a regulação político-jurídica-coercitiva que abriga as relações de produção em cada território é imprescindível localizar o país nos processos globais de acumulação e localizar nos ciclos de acumulação as respostas imperialistas.

Já que “toda forma de produção forja suas próprias relações jurídicas, a forma de governo” (MARX, 2011^a, p. 43), em um país que já se encontra em posição subordinada-dependente, a dinâmica da integração entre “as formas de produção” tende a beneficiar uma ou outra fração da burguesia nacional que, então, ganha forças para avançar sobre os espaços de exercício de poder político que, possivelmente, estavam ocupados por outra fração. Essa dinâmica tem reflexo direto no aparato que, como coloca Poulantzas (2015, p. 185), é capaz de “inflitir muito brutalmente para uma reestruturação de um conjunto do aparelho produtivo em benefício exclusivo desses capitais, em grave detrimento das outras frações ou do capital ou capitais individuais”.

Essa fração que emerge como bloco no poder em razão da dinâmica da acumulação global encontra apoio da grande burguesia imperialista que é o centro nervoso dessa dinâmica. Por esse motivo, o Estado periférico tende, sempre, a adotar as tais medidas “corretas” que, de fato, estabelece aquela triangulação entre as classes nacionais e internacionais que garante a transferência de valor gerado em território periférico, ao tempo em que entrega sobejos suficientes à fração da burguesia local associada à burguesia imperialista.

Osorio (2019, p. 90) faz uma ressalva que não pode ser ignorada: o exercício restrito da soberania não representa enfraquecimento da capacidade política da classe dominante no sentido de se fazer representar nos projetos tocados pelo Estado. Essa capacidade, na verdade, aparece como o amálgama das classes dominantes locais e imperialistas e, portanto, aparece como pilar fundamental da “estrutura de ferro da hierarquia capitalista”:

O exercício restrito da soberania não restringiu, porém, o exercício de um férreo poder político por parte das classes dominantes latino-americanas tratando de impulsionar seus projetos. Isso foi possível porque tais projetos – das classes dominantes da periferia – mantêm fortes ponto de apoio de confluência com os interesses das classes dominantes do mundo central ou imperialista. Assim se fecha a equação de uma soberania fraca frente a um poder político forte. Esta equação não é apenas necessária para as classes e

frações dominantes locais; também o é, em geral, para as classes e frações do capital hegemônico em escala internacional.

Corroborando o que foi dito acima, Wood (2011, p. 33) apresenta a correspondência entre as relações de produção e as formas jurídico-políticas nacionais e como estas, sob o Estado burguês, têm caráter invariavelmente conservador do *status quo* da dominação internacional. Adicionalmente, a marxista estadunidense ressalta o caráter determinante da luta de classes na conformação jurídica e política de cada Estado.

As relações de produção em si tomam a forma de relações jurídicas e políticas particulares – modos de dominação e coerção, formas de propriedade e organização social – que não são meros reflexos secundários, nem mesmo apoios secundários, mas **constituintes dessas relações de produção**. A ‘esfera’ da produção é dominante não no sentido de se manter afastadas das formas jurídico-políticas ou de precedê-las, mas exatamente no sentido de que essas formas são formas de produção, os **atributos de um sistema produtivo particular**.

[...] Ademais, a relação de poder que condiciona a natureza e a extensão da exploração é uma questão de organização política no interior das classes contendoras e entre elas. Em última análise, a relação entre apropriadores e produtores se baseia na força relativa das classes e isso é em grande parte determinado pela organização interna e pelas forças políticas com que cada um entra na luta de classes.

É nesse sentido que, em concordância com o posicionamento de Osorio (2019) sobre a subsoberania se manifestar na ausência de projetos nacionais de desenvolvimento, Amin (2005, p. 83) afirma que os Estados capitalistas periféricos não chegariam a ser um Estado nacional capitalista propriamente dito justamente porque “não dominam o processo de acumulação”, porque espelham os interesses da burguesia imperialista.

Amin (2005) explica seu posicionamento, com o qual este trabalho concorda, afirmando que a fração hegemônica da burguesia local, como sócio menor da burguesia imperialista, na prática, exerce sua influência sobre a política e as relações jurídicas nacionais respondendo aos interesses que vêm de fora já que isso lhe beneficia. Disso resulta a tal triangulação gerida pelo Estado burguês periférico. Isso significa que as relações nacionais de produção, no fim das contas, são conduzidas pelas forças imperialistas externas por intermédio das forças imperialistas internas (burguesia associada).

Com isso se entende a convergência dos projetos nacionais dos Estados periféricos e as respostas imperialistas.

[Os países periféricos] São, então, os países e regiões que não dominam localmente o processo de acumulação, que é, pois, definido principalmente pelas coações externas. As periferias não são, por essa razão ‘estagnantes’, apesar de seu desenvolvimento não ser similar ao que caracterizava os centros

nas etapas sucessivas da expansão global do capitalismo. A burguesia e o capital local não são necessariamente ausentes da vida social e política local e as periferias não são sinônimos de ‘sociedades pré-capitalistas’. Mas a existência formal do Estado não é sinônimo de Estado capitalista nacional – mesmo que a burguesia local controle amplamente esse aparelho –, se ela não dominar o processo de acumulação (AMIN, 2005, p. 83).

É preciso que as frações burguesas associadas consigam se apropriar de volume de valor que lhes mantenham satisfeitas com a triangulação que remete valor ao centro. Por isso, para compensar a perda, é preciso gerar maior volume de valor, o que ocorre pela intensificação da exploração da classe trabalhadora.

Assim o capital dos países mais avançados, ao mesmo tempo em que mantém as trocas desiguais, consegue manter suas pontes de influência políticas para adequar “corretamente” as estruturas periféricas a cada fase dos ciclos de acumulação.

As burguesias das economias subdesenvolvidas não possuem a vontade histórica de lidar com projetos que rompem com as tendências locais à superexploração e de atingir uma reinserção ao mercado mundial em condições distintas daquelas que reproduzem o subdesenvolvimento e a dependência. E isso ocorre por uma simples razão: **sob condições subordinadas** em que se desenvolvem e submetidas às divisões internacionais do trabalho imperantes, **podem conseguir lucros enormes, apesar das transferências de valor e horas de trabalho**. Isso permite a conformação de capitais poderosos, não somente em âmbito regional, mas também mundial, mas seus processos de acumulação e de reprodução não geram desenvolvimento para as economias locais. (OSORIO, 2016, p. 529-530, grifo nosso).

Como o bloco no poder consegue colher benefícios indecentes compensando as perdas, a falta de interesse político interno soma-se às forças que vêm do centro para amarrar o país na condição de emissor de valor ao longo dos ciclos de acumulação. Isso se expressa na ausência de projetos nacionais de desenvolvimento, que é o sintoma crasso da condição subsoberana⁷² (OSORIO, 2019) e, no mesmo sentido, é sintoma crasso da inexistência de um Estado burguês efetivamente nacional⁷³ (AMIN, 2005).

⁷² “Para que as classes dominantes dos países e regiões periféricas exerçam a soberania é essencial que contem com projetos de nação autônomos em relação ao das classes dominantes do período central. Na história da América Latina em geral isso não existiu. Predominou a subordinação das hegemonias periféricas aos projetos hegemônicos do mundo central e se gestaram autonomias muito restringidas, e isso se deu pois a burguesia periférica não tem uma vocação de burguesia nacional [...]” (OSORIO, 2019, pp. 189-190)

⁷³ “Minha proposta define de modo abstrato o capitalismo mundial partindo da lei do valor que caracteriza o modo de produção capitalista. Certamente, esta abstração não é, de modo algum, negação do concreto, senão, ao contrário, a expressão da diversidade deste último. As condições históricas que explicam a formação do Estado nacional burguês em um polo e sua ausência em outro ilustram a diversidade concreta do que denomino periferia. A definição do conteúdo essencial do par de conceitos que significam centro e periferia é econômica por natureza. Esta não é uma questão de escolha arbitrária, senão a expressão da dominação da economia no modo capitalista, e

Podia-se concluir claramente pela incapacidade histórica desta burguesia de sustentar um programa econômico de independência e autonomia que lhe garantisse o controle sobre o excedente econômico gerado na região. Era claro que o maior ou menor controle sobre os meios de produção internos permitia um maior ou menor desenvolvimento, mas parecia evidente que havia uma continuidade entre os interesses capitalistas locais, regionais, nacionais e internacionais, que precedia as lutas pelo controle dos excedentes gerados e apropriados em cada nível (DOS SANTOS, 2015, p. 107).

A despeito das especificidades de cada momento histórico, há sempre um padrão de acumulação hegemônico que serve como centro gravitacional das economias periféricas. Por isso, a análise da condução político-econômica dos países dependentes não pode prescindir da identificação da fração da burguesia nacional que efetivamente detém o poder.

O fato de que determinados projetos do capital prevaleçam em determinados momentos (ou seja, que prevaleçam os interesses de determinadas classes, frações ou setores dominantes) nos conduz imediatamente ao terreno da política e do Estado. Isso significa que os projetos de determinadas classes, frações e setores dominantes se tornaram hegemônicos e que, nesse processo, conseguiram subordinar outros projetos de grupos dominantes, que, com maior ou menor força, vantagens e desvantagens, se articulam em torno do projeto hegemônico, dando forma a uma articulação particular do bloco no poder. Com isso nos aproximamos da resposta de uma das questões-chave da análise política: quem detém o poder? (OSORIO, 2019, p. 153).

Até aqui, esta seção discutiu como a dinâmica econômica global encontra as pontes para influir na condução das adaptações “corretas” dos países dependentes. Contudo, como Amim (2005) explica, as forças imperialistas vão muito além do diferencial econômico. A burguesia imperialista encontra no exercício da combinação de seus cinco monopólios as armas suficientes para manter os Estados periféricos “na linha” mesmo quando o “argumento econômico” não parece ser suficiente.

O mais recente (e crasso) exemplo dessa linha de argumentação vem do representante comercial norte-americano Robert Zoellick, de acordo com o qual, se não seguir os planos norte-americanos para os livres mercados nas Américas, Lula, o recém eleito presidente do Brasil, do Partido dos Trabalhadores, pode acabar tendo que exportar para a Antártida (HARVEY, 2005, p.109).

“Andar na linha”, logicamente, não se resume a cumprir seu papel na divisão internacional do trabalho, significa a inexistência de qualquer indício de desobediência política, inclui o completo atrelamento do poder político local à dinâmica do capitalismo central.

da subordinação direta da política e da ideologia às condições da acumulação do capital. Por isso, as relações centro-periferia são, antes de tudo, de natureza econômica.” (AMIN, 2006, p. 12, tradução nossa).

A importância relativa de um país nos processos globais de acumulação não necessariamente se reflete em autonomia política. Quanto maior a importância do país na composição da massa global de valor em disputa, menor tende a ser sua autonomia. Em países como o Brasil, que ocupam lugar relativamente importante, mas subordinado na divisão internacional do trabalho, mesmo que o sufrágio universal apresente escolha inscrita nos limites da democracia burguesa, as forças imperialistas não ficam inertes ante opção com caráter minimamente nacional, nos termos de Amin (2005) e Osorio (2019). As grandes potências não toleram atos que proponham qualquer caminho alternativo: “o direito à ingerência insere-se no esforço de redefinir a ordem mundial, subordinando a soberania nacional” (BANDEIRA, 2007, p. 15).

[...] Arrogando-se o direito de declarar superada a soberania de outros Estados, os países ocidentais se atribuem uma soberania dilatada e imperial, a ser exercida além do próprio território nacional, enquanto, para os países por eles tomados como alvo, o princípio da soberania estatal é declarado superado ou destituído de valor. Sob uma nova forma, reproduz-se a dicotomia (nações eleitas e realmente providas de soberania versus povos indignos de se constituírem em Estado nacional autônomo) que é própria do imperialismo e do colonialismo. Com a força das armas, continua sendo evocado o princípio da hierarquização dos povos e das nações. (LOSURDO, 2020a, p. 152)

Ao capital imperialista não é aceitável a ascensão de um bloco burguês minimamente “desassociado” (com capacidade tecnológica e estrutura de financiamento nacionais – a construção civil brasileira, por exemplo) para dividir espaço com bloco cujos interesses lhes sejam vinculados subordinadamente (o agronegócio brasileiro, por exemplo)⁷⁴. A ascensão de um bloco independente, além de nacionalizar fases da circulação do capital, fragilizaria as pontes políticas necessárias à “condução em resposta”.

⁷⁴ “[...] em consonância com a crescente importância do ‘golpe brando’ como substituto do velho golpe militar latino-americano, Washington se esmerou em trabalhar muito meticulosamente seus vínculos não apenas com os militares ou os governos da região, mas também concentrou enormes recursos (dinheiro, pessoa, organizações) para ‘colaborar’ com o ‘agionamento’ dos poderes Judicial e Legislativo dos nossos países, assim como a modernização dos meios de comunicação. Diversos cursos e viagens de estudo são organizados regularmente pela Usaid, pela NED (National Endowment for Democracy) e outras agências do governo ou organizações supostamente ‘independentes’ de Washington, como universidades e fundações privadas para educar juízes e legisladores [...] nas ‘boas práticas’ de seu ofício. São, digamos sem rodeios, cursos de formação ideológica e política voltados para socializar os valores estadunidenses com os participantes e torna-los especialmente amigáveis em relação aos interesses nacionais dos Estados Unidos e seus conglomerados empresariais. Mesmo ocorre com jornalistas, e os resultados desta política são evidentes. Os ‘golpes brandos’ contra Mel Zelaya, Fernando Lugo e, agora, Dilma Rousseff, tiveram como atores principais juízes ‘independentes’, uma turba de legisladores fanáticos em níveis poucas vezes visto na região e a oligarquia midiática, coordenada por Washington [...] conseguiram criar um ‘clima de opinião’ favorável ao golpe. Impulsionado pelo juiz Sergio Moro, o mecanismo do lawfare ou guerra judicial foi utilizado no Brasil para proibir a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva nas eleições de 2018, graças a que se elegeu Jair Bolsonaro, que recompensou ao nomeá-lo ministro da Justiça. (BORON, 2020, p. 113).

Você pode votar livremente, da forma como quiser: branco, azul, verde, rosa ou vermelho. Faça o que quiser, não surtirá efeito, já que o seu destino é decidido em outra parte, fora do âmbito do parlamento, no mercado. A subordinação da democracia ao mercado (e não sua convergência) reflete-se na linguagem política. A palavra ‘alternância’ (mudar a cara do poder e continuar a fazer o mesmo) substitui a palavra ‘alternativa’ (que significa fazer algo diferente). Essa alternância advém somente de uma parte insignificativa deixada pela regulação do mercado (AMIN, 2002).

As guerras (ou a ameaça de uso do poder bélico) é sempre um artifício para colocar os países na “linha”. Assim como a invasão de territórios “para a aquisição de controle direto sobre o petróleo”, os golpes parlamentares e as práticas de *lawfare*⁷⁵ são mecanismos político-jurídicos que vêm sendo utilizados para restringir o exercício das soberanias.

Nesse contexto, Prashad (2020, p. 154-156) apresenta a ligação do golpe parlamentar ocorrido no Brasil em 2016 com a condução imperialista. A citação que segue é válida por ser um caso próximo, mas é válida, sobretudo, por ser um caso ilustrativo da importância da subsoberania como pilar da estrutura reprodutiva do capitalismo mundial.

O major-general Charles Dunlap, do Exército dos EUA, usa o termo *lawfare* para descrever o que aconteceu com Dilma Rousseff: o ‘uso da lei como arma de guerra’. [...]

A investigação da Lava Jato foi uma grande vantagem para as empresas transacionais. O assédio à empresa brasileira de construção de aeronaves Embraer pelo departamento de justiça estadunidense obrigou sua venda à Boeing. A Petrobras, uma joia importante em sua estratégia nacional de desenvolvimento, teve que vender 75% de suas reservas de petróleo para a BP, British Shell, Chevron, Cnooc, Exxon Mobil, QPI e Statoil. A Amazônia foi aberta para negócios, com seus recursos a serem extraídos e vendidos para o lucro de empresas transacionais.

Lula não pôde concorrer à presidência. A remoção de Lula de uma eleição presidencial que ele teria vencido com folga é uma instância do *lawfare*, o uso da lei para conduzir um golpe político contra as forças de esquerda.

Em 2017, funcionários do Departamento de Justiça dos EUA visitaram o juiz Sergio Moro enquanto ele julgava Lula [...] Em 6 de março de 2019, o Departamento de Justiça dos EUA disse que transferiria 80% das multas que recebeu da Petrobrás para o Ministério Público para a criação de um ‘fundo de investimento anticorrupção’. É justo dizer que este seria um pagamento para a equipe da Lava Jato por seu trabalho na remoção de Lula da corrida presidencial. Em 2014, a presidenta Dilma Rousseff determinou que 100%

⁷⁵ “O termo se refere à junção da palavra law (lei) e o vocábulo warfare (guerra), e, em tradução literal, significa guerra jurídica. Podemos entender *lawfare* da seguinte maneira: uso ou manipulação das leis como um instrumento de combate a um oponente desrespeitando os procedimentos legais e os direitos do indivíduo que se pretende eliminar. Em termos ainda mais gerais pode ser entendido como o uso das leis como uma arma para alcançar uma finalidade político social, essa que normalmente não seria alcançada se não pelo uso do *lawfare*. Vale dizer que a prática é planejada de forma a ter uma aparência de legalidade e, muitas vezes, essa aparência é criada com a ajuda da mídia. Por isso, o termo é utilizado na maioria das ocasiões em uma conotação negativa, já que dá a ideia de um uso abusivo e ilegítimo (ilegal) da lei para prejudicar um determinado adversário” (Fonte: www.politize.com.br/lawfare)

dos royalties do petróleo do pré-sal fosse para os setores de saúde pública e educação; agora eles são essencialmente um suborno para juristas de direita que impediram a reeleição de Lula. (PRASHAD, 2020, p. 154-156).

Quando conveniente, os Estados centrais usam o discurso dos “direitos universais” e se imbuem da missão “civilizatória” divina para justificar invasões a territórios “soberanos” ou, de outra forma, quando conveniente, toleram e estimulam ditaduras sanguinárias (WALLERSTEIN, 2007). A conveniência do capital imperialista explica a flexibilidade do discurso e, do seu lado, o monopólio da informação age para legitimar a hipocrisia que acompanha essa flexibilidade.

[...] o que deve ser entendido por ‘liberdade’ é decidido pelo soberano planetário sentado na Casa Branca. Deve ser considerado como infectado pelo ‘totalitarismo’ todo governo que questione o ‘livre mercado’, ‘a liberdade econômica’, os ‘mercados abertos’, o ‘respeito à propriedade privada’, e que recorra, em vez de às ‘saudáveis políticas fiscais de apoio ao empreendedorismo’ e aos investimentos, ‘à mão pesada do governo’. [...] o universalismo estadunidense se revela como um ataque de dimensões planetárias aos direitos econômicos e sociais que são inclusive sancionados pela ONU. (LOSURDO, 2020a, p. 92).

Osório (2019, p. 206-207) constrói a lógica que estabelece a ligação dinâmica entre reprodução do capital central, assimetria de poder político, soberania e estrutura de classe para explicar as formas como ocorrem as adaptações das estruturas periféricas em resposta às necessidades do capital central. E, ao fim, deixa patente a relação entre subsoberania e o imperialismo, ou no sentido inverso, entre soberania e anti-imperialismo.

Este **exercício desigual da soberania** no interior do sistema mundial capitalista é uma **característica estrutural**, processo que se acentua ou atenua em diferentes períodos históricos, mas que provoca no Estado do capitalismo dependente relações de subsoberania.

Entre outras coisas, **a dimensão subsoberana do Estado do capitalismo dependente implica a subordinação/associação do capital e das classes dominantes** locais frente ao capital e às classes soberanas do mundo desenvolvido e imperialista, situação que não deve ser interpretada como um obstáculo, mas, ao contrário, como uma condição de vida das classes dominantes locais, o que não exclui possíveis conflitos.

Este duplo processo provoca o enfraquecimento ou a ausência nas classes dominantes do capitalismo dependente – pelo menos em seus setores mais poderosos – de projetos autônomos de desenvolvimento e de projetos nacionais. Seus projetos operam em condições de subordinação – e associação – aos capitais desenvolvidos e imperialistas que predominam em diversos momentos históricos. Essa situação está na base do fato de que, no capitalismo dependente, todo projeto político soberano deve necessariamente assumir conotações anti-imperialistas e, ao mesmo tempo, anticapitalistas e popular. (OSÓRIO, 2019, p. 206-207, grifo nosso).

O trecho acima foi transcrito porque traz de forma condensada importantes argumentos desta seção: o capital circula em bases territoriais que se interligam numa rede hierarquicamente organizada na qual a assimetria de forças se reflete em capacidades diferentes de exercício das soberanias nacionais; as frações de classe que efetivamente detêm o poder conseguem dirigir os aparatos do Estado e, assim, fazem que seus próprios interesses apareçam como interesses nacionais, que são materializados nas políticas de Estado/governo. Como os interesses dessas frações são umbilicalmente ligados à dinâmica do capital imperialista, a subsoberania aparece como condição estrutural e estruturante da posição periférica no sistema mundial, o que se expressa na ausência de projetos nacionais de desenvolvimento.

De forma ainda mais sintética: as frações de classe que efetivamente detêm o poder político beneficiam-se da relação de dominação-dependência e, entrincheiradas nos espaços de poder, conduzem a ação política do Estado em benefício próprio e à custa da classe trabalhadora nacional.

O quadro descrito nesta seção evidencia que, se o interesse da classe dominante nacional na existência de projetos de desenvolvimento é condição necessária para o desenvolvimento nacional, não é condição suficiente. Qualquer projeto que sugira mudança da localização de um país dependente na hierarquia sistêmica certamente encontrará obstáculos que vêm do lado beneficiado pela integração subordinada, o lado mais forte do sistema. Propor um conjunto de medidas que organize uma forma autorreferenciada de circulação do capital só é possível se a ação estatal for desatrelada das frações sociais que se associam subordinadamente ao capital imperialista.

A continuidade teórica entre a primeira parte do trabalho e a discussão apresentada neste e no capítulo anterior, ao apresentar a subsoberania como elemento orgânico da estrutura reprodutiva do capitalismo imperialista, joga luz sobre a importância da capacidade de condução autônoma do fluxo do capital nacional para que sejam evitadas (ou desatadas) as amarras internas da dependência.

6.2 O CAPITALISMO DEPENDENTE E AS AMARRAS ECONÔMICAS DA DEPENDÊNCIA

Uma análise isolada e superficial do movimento do capital nos países periféricos pode levar a conclusões de que as “leis imanentes da concorrência” não funcionam naqueles territórios, afinal, por exemplo, não se percebe a migração do capital para setores com maior capacidade de apropriação de valor ou o desenvolvimento desses setores.

Essa aparência se desfaz quando se percebe a vinculação inextrincável do padrão e reprodução do capital dos países dependentes em relação ao padrão do capitalismo central, e vice-versa. As economias dominantes e dominadas formam um par em que uma das partes não pode ser entendida sem a outra. Essa integração é organizada de tal forma que, em alguns poucos territórios, circula mais valor do que é gerado neles e, em outros, no mesmo montante, o valor que circula é inferior ao valor que gera. O sistema é concertado para que os países se impulsionem em direções opostas, para que alguns países participem daquele par como “extratores” e outros países como “provedores de mais-valia” (PRADO, 2014, p. 03).

O capitalismo dependente só adquire sentido se for entendido como parte da totalidade sistêmica em que ele participa como emissor de valor, de outra forma não se pode entender o aumento da produção de itens cujos “termos de troca” se deterioram⁷⁶. É nesse sentido que Osorio (2016, p. 528) sustenta que “o sistema capitalista mundial é fundamentalmente uma unidade diferenciada onde se articulam, ao menos, duas formas de capitalismo: o desenvolvido e o dependente” que se relacionam impulsionando-se em sentidos opostos: “desenvolvimento de umas economias, enquanto impulsionam o subdesenvolvimento de outras”.

Por isso, a lentidão dos resultados da acumulação de capital na periferia aparece como a contraface da aceleração no centro sistêmico. A partir dessa perspectiva totalizante “pode-se ver que o sistema toma a forma de um sistema econômico mundial governado pelo que poderia se chamar de a lei do valor mundializada.” (AMIN, 2006, p. 11, tradução nossa).

A dependência se estabelece a partir do transbordamento do capital nos países europeus em busca de condições lucrativas, que foi acelerado pela Revolução Industrial. Por isso a

⁷⁶ “No ano 2000, as matérias-primas haviam perdido entre 50 e 60 por cento do valor relativo que tinham em relação às manufaturas até a década de 1920 [...] outros autores encontram uma diminuição acumulada de 75% durante 140 anos para os preços dos bens primários, a produção básica das economias dependentes, enquanto o índice do *The Economist*, apresenta uma diminuição de 60,1% entre 1900-1904 e 1996-2000 para os preços dos mesmos bens” (OSÓRIO, 2016, p. 508).

dependência difere da condição colonial. Como já dito, o capital mantém sua essência quando cruza as fronteiras nacionais, então, como explica Lenin (2011, p. 181), o capital exportado do centro para a periferia “não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país [...] mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados”.

Confirmando a leitura de Marx e Engels (2007, p. 89) sobre os resultados da expansão mundial do capital: “as relações entre diferentes nações dependem do ponto até onde cada uma delas tenha desenvolvido suas forças produtivas”, Marini (2011a) nota que as relações estabelecidas a partir desse transbordamento dão formas a uma estrutura definida - a divisão internacional do trabalho – que passa a determinar o sentido do desenvolvimento dos países (MARINI, 2011a).

Isso, como foi discutido no capítulo anterior, não significa que os diferenciais produtivos sejam suficientes para explicar a reprodução do atraso, do subdesenvolvimento e da dependência na longa duração, apenas que eles se constituem como força centrípeta que atua sobre o valor gerado em diferentes territórios.

[os países] se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a **dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes**, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são **modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência**. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvidas (MARINI, 2011a, p. 135-136, grifo nosso).

Para os propósitos deste trabalho, é importante destacar que, quando ressalta que as relações de produção dos países dependentes “são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução da dependência”, Marini deixa clara sua concordância com o caráter dinâmico do imperialismo e, por conseguinte, da dependência. Essas modificações ocorrem em sintonia com a dinâmica do capitalismo central que, por sua vez, está condicionado pelo movimento de amadurecimento das contradições da acumulação global.

O capital, logicamente, não circula no vácuo. Como discutido no capítulo 2, a geração de valor é sempre resultado da relação de dominação de classe territorializada e depende que certas condições físicas e sociais “adequadas” estejam reunidas no tempo e no espaço em quantidade e características específicas. Então, para receber esse capital que é “consagrado [...]

ao aumento dos lucros através da exportação de capitais para”, os territórios receptores precisam ser adaptados “corretamente” à fase do desenvolvimento capitalista.

A exportação de capital – e as consequentes remessas de excedentes para o país exportador como forma de cumprir com as obrigações referentes a pagamentos de juros e lucros sobre o capital emprestado ou investido – apresenta-se como mero mecanismo a partir do qual a dependência se estabelece e pode ser percebida fenomenicamente. Mais claramente, a ideia é a de que este mecanismo **impõe aos territórios receptores do capital exportado uma espécie de adaptação** de toda sua estrutura produtiva, econômica, política, social e cultural interna **às exigências dos territórios exportadores**. (AMARAL, 2012, p. 128, grifo nosso).

No capítulo anterior, foi dito como o baixo valor dos salários nos países periféricos está diretamente relacionado à industrialização orgânica dos países centrais. Além de “coadjuvar” para a mudança qualitativa do capitalismo central (baseado na extração de mais-valia relativa e endogenização do aumento da produtividade), os países dependentes, ao apresentarem no mercado mundial capital constante barato (matéria-prima, por exemplo), colaboram para reduzir a velocidade da lei tendencial da queda das taxas de lucro naqueles países.

O mesmo mecanismo econômico que, de um lado, libera a primazia da mais-valia relativa nos países centrais, do outro, mantém os fundamentos das economias dependentes na necessidade de compensar as perdas por meio da superexploração da força de trabalho.⁷⁷

Aqui, é importante estabelecer as diferenças entre o conceito de mais-valia relativa e o de produtividade. Para isso, retoma-se brevemente um ponto da discussão do capítulo 3.

O aumento da produtividade leva à criação de mais valores de uso sem que haja aumento do tempo de utilização da força de trabalho. Assim, o capital com melhores arranjos produtivos aumenta o volume de sua produção sem contribuir com o aumento da massa de valor total do mercado, o que reduz o valor incorporado em cada mercadoria que leva ao mercado. Como vende a produção por uma média social, esse capitalista se apropria de mais-valia extraordinária. Ocorre uma alteração da repartição da massa de valor entre os capitalistas sem que seja modificado o grau de exploração do trabalho, sem que haja alteração na taxa de mais-valia. A produtividade liga-se à disputa por valor extraordinário, à disputa por fatias do valor social excedente.

⁷⁷ “A teoria marxista da dependência entende a superexploração, no sentido de formas ou mecanismos de elevação da taxa de mais-valia, como o conjunto das situações que permitem a elevação do grau de exploração da força de trabalho mediante a redução dos salários para patamar inferior ao valor da força de trabalho. De fato, dado o valor-novo produzido no processo de produção, se os salários se reduzem – pela razão que seja – para abaixo do valor da força de trabalho, a diferença será apropriada por uma magnitude de mais-valia (lucro), o que resulta, obviamente, na elevação da taxa de mais-valia.” (CARCANHOLO, 2013, p. 77).

A taxa de mais-valia, por sua vez, está ligada ao grau de exploração da força de trabalho, ou seja, à razão entre o tempo de trabalho excedente (tempo de trabalho utilizado na produção, mas não pago) e o tempo de trabalho necessário (tempo de trabalho suficiente para pagar os salários). Por isso, o aumento da produtividade não resulta em aumento da mais-valia relativa se não trouxer a redução do valor dos bens necessários à reprodução da força de trabalho, se não baratear os bens-salário.

Essa breve retomada é importante para delinear os contornos das participações dos países dependentes no sistema mundial: ao apresentar bens-salário baratos para a classe trabalhadora dos países centrais, contribuem para sua desvalorização real ao mesmo tempo em que contribuem para maiores taxas de mais-valia relativa, além de permitir a especialização da produção em valores de uso com maior capacidade de captura de valor.

Se um país participa do sistema como emissor líquido de valor (que é o essencial da participação periférica), a burguesia local precisa coordenar as relações sociais internas para compensar essas perdas. Esses países, contudo, não reúnem em seus territórios capacidades produtivas suficientes para disputar lucro extraordinário/monopolista com os países centrais. Então, a perda só pode ser compensada pelo aumento da massa de valor gerada no próprio território, o que só pode ocorrer com a intensificação da exploração da força de trabalho. Como é pouco numerosa, “classe dominante dominada” consegue benefícios bastante satisfatórios dessa compensação.

Por isso foi dito que os vínculos estabelecidos no mercado mundial entregam a superexploração da força de trabalho como pedra fundamental do capitalismo periférico enquanto o capitalismo central se sustenta na “industrialização orgânica”.

[...] no âmbito do processo de integração das economias nacionais ao mercado global, as relações de produção são desiguais porque o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre à custa do subdesenvolvimento de outras. As relações tradicionais são baseadas no controle do mercado por parte das nações hegemônicas e isto leva à transferência do excedente gerado nos países dependentes para os países dominantes, tanto na forma de lucros quanto na forma de juros, ocasionando perda de controle dos dependentes sobre seus recursos. E a geração deste excedente não se dá, nos países periféricos, em função da criação de níveis avançados de tecnologia, mas através da superexploração da força de trabalho (AMARAL, 2012, p. 32-33).

É lógico que a intensificação da exploração da força de trabalho não é possibilidade restrita aos países periféricos, ela também ocorre nos países centrais. Contudo, a superexploração é uma categoria que não coincide com a busca orgânica pela elevação das taxas de mais-valia, ela é uma categoria específica da dependência na medida em que está vinculada

(é a forma) à compensação descrita anteriormente. Por isso é uma especificidade do capitalismo dependente⁷⁸.

[...] a apropriação de valor realizado encobre a apropriação de uma mais-valia que é gerada mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação. Sob esse ângulo, a transferência de valor é uma transferência de mais-valia, que se apresenta, desde o ponto de vista do capitalista que opera na nação desfavorecida, como uma queda da taxa de mais-valia e por isso do lucro. Assim, a contrapartida do processo mediante o qual a América Latina contribui para incrementar a taxa de mais-valia e a taxa de lucro nos países industriais implicou para ela efeitos rigorosamente opostos. (MARINI, 2011a, p. 147).

No trecho acima transcrito, Marini deixa claro que o aumento da produtividade e mais-valia relativa no capitalismo central e a superexploração da força de trabalho são fenômenos que se explicam e, a partir dessa constatação, ele encontra a raiz da dependência latino-americana: “chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho nos países centrais, a América Latina teve que o fazer mediante uma acumulação baseada na superexploração. É nessa contradição que se radica a essência da dependência” (*Ibid.*, p. 155).

Aqui já se desfaz a aparência de negação das leis da acumulação nos países dependentes. A necessidade de compensar o valor transferido explica o porquê de se verificar a expansão da produção de valores de uso “tipicamente periféricos” a despeito da tendência histórica de deterioração dos termos de troca: os capitalistas periféricos aumentam o volume da produção e, pois, aumentam a massa de valor gerado. Como coloca Marini (2011a, p. 143), “Não é [...] porque produziram além do necessário que sua posição comercial deteriorou, mas foi a deterioração comercial que as forçou a produzir em maior escala”.

A condução imperialista preconiza a manutenção da debilidade relativa das nações periféricas, afinal os países mais avançados capturam valor como função direta da sua posição superior na escala de desenvolvimento das forças produtivas nacionais, o que pode ser resumido pelas respectivas composições orgânicas do trabalho e, pois, pela diversidade de formas e graus da exploração da classe trabalhadora.

A diversidade do grau de desenvolvimento das forças produtivas nas economias que se integram ao mercado mundial implica diferenças significativas em suas respectivas composições orgânicas do capital, que apontam para distintas formas e graus de exploração do trabalho. [...] Em

⁷⁸ Diversos analistas argumentam que a superexploração não seria uma especificidade do capitalismo dependente porque também estaria presente no capitalismo desenvolvido. Aqui, de outra forma, entende-se que a categoria está ligada não apenas como forma de aumentar a taxa de mais-valia, mas necessariamente a uma forma de compensação das perdas de valor, o que o atrelam definitivamente à condição dependente dos países.

consequência, o grau de participação no valor global realizado na circulação internacional é maior para as economias de composição orgânica mais baixa, ou seja, para as economias dependentes. [...] é assim que [os países avançados] lançam mão do aumento da produtividade, com o fim de rebaixar o valor individual das mercadorias em relação ao valor médio em vigor e de elevar, portanto, sua participação no montante total de valor trocado. Isso é verificado tanto entre produtores individuais de uma mesma nação quanto entre nações competidoras. (MARINI, 2011b, p. 17)7.

Amaral e Carcanholo (2012, p. 93, grifo nosso) resumem o mecanismo de apropriação de valor excedente por meio das trocas desiguais.

[...] ocorre que os países periféricos são aqueles que produzem mais valor (8 horas), tendo em vista que utilizam relativamente mais trabalho vivo do que trabalho morto no processo produtivo [...] Contrariamente, os países centrais (mais produtivos), por utilizarem menos força de trabalho em relação ao que utilizam em meios de produção [...] geram menos valor (4 horas). [...] **os países periféricos, embora produzam mais valor, não se apropriam dele, pois são incapazes de produzir mercadorias cujo valor esteja abaixo de seu valor de mercado [...]** A apropriação empreendida por parte dos países centrais se dá justamente às custas da ausência de apropriação por parte dos periféricos. [...] **a periferia produz valor que não será apropriado por ela internamente, mas transferido para os países do centro e por eles acumulado.** O mesmo ocorre no nível da concorrência intersetorial.

Os dois trechos transcritos acima apresentam sinteticamente como os mecanismos de mercado que ligam países com forças produtivas díspares determinam trocas desiguais e, conseqüentemente, dirigem os fluxos globais de mais-valia: de países que utilizam relativamente mais trabalho vivo em sua produção (menor composição orgânica do capital) e são, por isso, “incapazes de produzir mercadorias cujo valor esteja abaixo de seu valor de mercado” para os países centrais, que têm maior composição orgânica do capital e, logo, maior produtividade e grande participação de capital monopolista.

No mesmo sentido, Marini explica como, a despeito da troca de equivalentes no mercado, há mecanismos que “passando por cima das leis da troca, se expressam na forma como se fixam os preços de mercado”. Ou seja, “o desenvolvimento das relações mercantis coloca as bases para uma melhor aplicação da lei do valor, mas, simultaneamente, cria todas as condições para que operem distintos mecanismos mediante os quais o capital trata de burlá-la” pelo exercício do poder de monopólio.

Quando se trata da “mesma esfera de produção” (ou troca entre países que produzem valores de uso semelhantes), predomina a lei de troca e o país mais produtivo pode apresentar no mercado preços de produção menores que seus concorrentes e, assim, conseguir lucro extraordinário. Isso lhe permite iniciar aquele ciclo “virtuoso” que leva à concentração do

capital cujos limites são a monopolização ou a redução da taxa de lucro a nível insustentável. Já quando se trata de trocas entre países que produzem mercadorias diferentes e têm capacidades produtivas dessemelhantes, “a transferência de valor é dupla”.

[...] isto é, que vendam seus produtos a preços superiores ao seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas [menores produtividades] devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhe vende a mercadoria a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. Neste último caso, a transferência de valor é dupla (MARINI, 2011a, p. 144-145).

[...] os capitais e as economias que atingem uma intensidade nacional superior na divisão internacional do trabalho logram realizar suas mercadorias como se fossem portadoras de mais trabalho incorporado do que efetivamente contêm – ou capturam riqueza que flui para si além daquela que foi gerada por eles. E ao fazê-lo, fazem-no porque outros capitais e economias estão perdendo ou transferindo valor. Aqui reside o segredo do intercâmbio desigual ou – sendo mais precisos – o segredo da transferência de valor como intercâmbio desigual (LUCE, 2018, p. 36).

A transferência de valor não está relacionada somente à mais-valia extraordinária, mas também ao “monopólio de produção de mercadorias com maior composição orgânica do capital pelos capitais operantes nas economias centrais”, o que engendra “um terceiro mecanismo de transferência de valor”: o poder de monopólio, que, combinado com os dois primeiros “ajudam a entender condicionante estrutural da dependência”.

Quando determinados capitais possuem um grau de monopólio razoável em seus mercados específicos, isto faz com que eles possam manter, por determinado tempo, preços de mercado acima dos preços de produção de mercado, isto é, sustentar temporariamente volumes de produção abaixo das demandas. Como os preços de mercado estaria, nesta situação, acima dos preços de produção, para além das oscilações conjunturais, estes capitais poderiam se apropriar de um lucro efetivo acima do médio; uma massa de valor apropriado além daquele que, de fato, foi produzido por estes capitais (CARCANHOLO, 2013, p. 82-83).

Mesmo com a complexificação da “interdependência das nações” e mudança da “fonte dinâmica da geração de lucros”, o nível de desenvolvimento das forças produtivas do país resume sua capacidade de disputar parcelas da massa do valor global. Um capital que participou da primeira metamorfose do capital periférico vendendo maquinário (D-mp), que exige licença de uso e permanente atualização do software embarcado, participará permanentemente da partilha do valor gerado; participará dessa partilha porque vendeu valor de uso “tipicamente central” (alto conteúdo monopolista) para a produção de valor de uso “tipicamente periférico”.

Cabe ao “direito internacional”, forjado em uma relação assimétrica de poder, ratificar os termos dessa desigualdade e instituir os seus mecanismos de garantia. Com isso, apesar de as inovações capitalistas permanentemente imporem movimento das atividades produtivas (promovendo o “decaimento” descrito no capítulo anterior), o direito internacional e os mecanismos de sanção correlatos atuam para conservar o sentido do fluxo de valor ao preservar a capacidade de exercício do monopólio.

Como destaca Prado (2005, p. 18), com o advento da “pós-grande indústria”, há uma alteração da “matéria privilegiada do capital” e da “fonte dinâmica da geração de lucros” e, por isso, cresce a importância do direito de propriedade intelectual.

Na pós-grande indústria, a matéria por excelência do capital – ou seja, a matéria principal que dá suporte às suas formas – não é mais a máquina, o sistema de máquina, a fábrica ou a fazenda em sua materialidade corpórea. A matéria privilegiada do capital, aquela em que recai o grande investimento porque aí está a fronteira da acumulação e a fonte dinâmica da geração de lucros, vem a ser agora o próprio conhecimento científico e tecnológico. Eis que assim o capital não se associa, sobretudo, aos ativos tangíveis, mas aos ativos intangíveis ou imateriais – objetos de um novo quiproquó fetichista. [...] É por isso que os chamados direito de propriedade intelectual, assim como as rendas tecnológicas assumem importância crescente no capitalismo contemporâneo.

Tanto pelo barateamento de parcela da cesta de consumo dos trabalhadores como pelo “suborno” de fatias da classe operária com o valor capturado da periferia, a burguesia central consegue aproximar, em alguma medida, a contradição produtor-consumidor do proletário. A participação dos países periféricos no mercado mundial contribui, então, para que o consumo dos trabalhadores dos países centrais componha de maneira relevante a última fase da circulação do capital central. Isso permite que itens inicialmente desenvolvidos para esfera mais alta do consumo sejam “popularizados” desencadeando o estímulo endógeno para o desenvolvimento tecnológico. Daí a organicidade de sua industrialização.

É importante deixar marcado que a primazia da mais-valia relativa nos países centrais, e toda lógica “virtuosa” que decorre disso, tem participação determinante dos trabalhadores dos países periféricos. Nas economias dependentes os salários participam de forma mais importante na composição dos custos da produção. Do ponto de vista do capital central, portanto, a compressão dos salários dos países dependentes é interessante na medida em que reduz o valor de bens-salários de seus próprios trabalhadores.

Pelo mesmo motivo, é importante que esses bens produzidos pelos trabalhadores da periferia não componham suas próprias cestas de consumo, pois, se compusessem,

pressionariam para cima o valor da força de trabalho local e, então, os bens-salários ofertados aos países centrais ficariam mais caros.

Por essa lógica, desenvolvimento e subdesenvolvimento, mais uma vez, se explicam: a agudização das contradições nos territórios periféricos (decorrente da intensificação da exploração da classe trabalhadora) participa do desenvolvimento do capitalismo central (permite a industrialização orgânica) que, por isso, mantém interesse na compressão dos salários da classe trabalhadora periférica.

Como a geração de valor é territorializada, para manter essa lógica, a condução imperialista determina a exclusão da constituição de um verdadeiro mercado mundial de trabalho (AMIN, 2005, p. 83). Por esse motivo, “mesmo onde foram mais marcados os progressos da industrialização, as periferias continuam a ser gigantescas ‘reservas’ [...] variáveis, mas sempre muito importantes, de força de trabalho [...] empregadas (quando são) em atividades de baixa produtividade” (*Ibid.*, p. 85).

Fica bastante claro o fundamento essencial da dependência-imperialismo: “a superexploração é [...] a essência comum oculta que define o imperialismo [...] Isto não é porque a classe trabalhadora do Sul produz menos valor, mas porque ela é mais oprimida e mais explorada” (HIGGINBOTTOM, 2011, *apud* SMITH, 2022, p. 61). No fim das contas, o trabalhador superexplorado dos países dependentes participam ativamente do desenvolvimento do capitalismo central e, logicamente, do enriquecimento da grande burguesia local.

Marini (*Ibid.*) identifica três meios possíveis para a superexploração da força de trabalho (que atuam isoladamente ou de forma combinada): aumento da intensidade do trabalho, aumento da jornada de trabalho, apropriação do fundo de consumo dos trabalhadores. Amaral e Carcanholo (2012, p. 99) propõem uma quarta forma: “ampliação do valor da força de trabalho sem que seja pago o montante necessário para tal”.

Especificamente sobre o quarto ponto, é preciso levar em conta que o valor da força de trabalho é sempre uma variável histórico-social e que a ampliação das necessidades sociais de consumo faz parte do movimento “natural” do capitalismo. Isso tenderia a se refletir em aumento correspondente do valor da força de trabalho. Se essa tendência não se concretiza, ou seja, se há incorporação de novos valores de uso à cesta de consumo que define o valor da força de trabalho sem que haja correspondente aumento dos salários, conclui-se que o trabalhador passa a ser remunerado abaixo do valor de sua força de trabalho.

É preciso, também, observar que, como o próprio Marx (*op. cit.*) explica, o valor da força de trabalho deve ser calculado como uma média diária do seu valor total (ao longo de toda vida do trabalhador). Qualquer desgaste adicional da capacidade físico-intelectual do trabalhador sem correspondente aumento dos salários constitui apropriação de capacidade vital do trabalhador, representa pagamento de salário inferior à média diária do valor total da força de trabalho, significa superexploração. Nesse sentido, a recente onda de reformas previdenciárias e trabalhistas, por exemplo, representa mecanismo de intensificação da exploração com participação direta do Estado.

Como monopolista do poder de legislar e monopolista do uso legítimo da força para garantir a execução das leis (ou, como coloca Mészáros (2021), para impor uma ilegalidade direcionada), os Estados conseguem influir direta e indiretamente sobre o valor da força de trabalho de diversas formas: regulando a jornada e as condições de trabalho, estabelecendo salário mínimo legal, subtraindo tempo de aposentadoria, adotando políticas de austeridade que impactam diretamente no tamanho do exército de reserva, restringindo a oferta de serviços públicos essenciais (incluindo, pois, itens na cesta de consumo que forma o valor da força de trabalho sem que haja correspondente aumento salarial).

Nos países centrais, o ciclo da acumulação baseado no aumento da produtividade resulta em aumento da mais-valia relativa e, junto com ela, aumenta o consumo improdutivo da classe proprietária. A reboque do surgimento dessa demanda, nasce uma indústria de bens “supérfluos” que puxa o desenvolvimento das forças produtivas. Como o aumento da taxa de mais-valia e da produtividade ocorrem com a redução do valor da força de trabalho, há uma valorização real dos salários, o que permite que bens originalmente produzidos para atender à demanda originada da mais-valia não acumulada passem a compor a cesta de bens que compõem o valor da força de trabalho. Bens supérfluos, que tendem a puxar a evolução das forças produtivas, encontram demanda entre os trabalhadores e, então, o ciclo do capital é “fechado” no interior do país sem levar ao limite a contradição produtor-consumidor que permeia a existência do proletariado.

Na economia dependente, o movimento é outro: “a industrialização não cria [...], como nas economias centrais, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda pré-existente, e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados”. (MARINI, 2011a, p. 163)

Como a produção mais dinâmica das economias dependentes realiza seu valor no exterior ou pela demanda interna de “esferas altas de consumo”, que são numericamente restritas, a

demanda dessa indústria depende pouco do consumo da massa trabalhadora. As condições salariais, por isso, são relativamente mais importantes como fator de custo do que como gerador de demanda efetiva. Por isso, o eixo da acumulação desses países pode se basear na superexploração do trabalhador, o que aprofunda a incapacidade interna de completar o ciclo e dinamizar a economia para evitar os vazamentos de mais-valia.

[...] ao não ser um elemento essencial do consumo individual do operário, **o valor das manufaturas não determina o valor da força de trabalho; não será, portanto, a desvalorização das manufaturas o que influirá na taxa de mais valia. Isso dispensa o industrial de se preocupar em aumentar a produtividade do trabalho** para fazendo baixar o valor da unidade de produto depreciar a força de trabalho e o leva inversamente a buscar o aumento da mais valia por meio da maior exploração [...] Em segundo lugar, porque a relação inversa que daí se deriva para a evolução da oferta de mercadorias e do poder de compra dos operários, isto é, o fato de que a primeira cresça à custa da redução do segundo, **não cria problemas para o capitalista na esfera da circulação** uma vez que [...] as manufaturas não são elementos essenciais no consumo individual do operário. (MARINI, 2011a, p. 164-165, grifo nosso).

Nos países dependentes não se produz para aumentar a capacidade de consumo dos trabalhadores por meio do barateamento do valor dos bens-salários. Continuamente adaptada para fornecer bens-salário e bens intermediários para os países centrais a baixos preços, a acumulação é função direta da capacidade dos capitalistas de compensar as perdas de valor por meio do aumento da massa de mais-valia. Por isso, comprimir a capacidade de consumo da massa trabalhadora (reduzir o valor do capital variável – tempo de trabalho necessário) significa diretamente aumentar a capacidade de consumo das frações sociais que vivem da partilha da mais-valia gerada pelo trabalho produtivo.

É preciso atentar que, em formações sociais marcadas pela desigualdade da distribuição de renda, a compressão da capacidade de consumo da massa trabalhadora resulta em compressão da capacidade interna de consumo de uma grande parcela da população, o que subtrai dinamismo da economia local.

[...] as economias dependentes se utilizam da superexploração da força de trabalho para aumentar a taxa de mais-valor e dar dinâmica à acumulação de capital. Trata-se, portanto, de um mecanismo de compensação à transferência de valor e uma categoria distintiva da conformação da situação de dependência. Esse mecanismo ocorre por causa (ao tempo que retroalimenta) da cisão do ciclo na economia dependente, devido ao crescente divórcio entre a estrutura produtiva interna e as necessidades da maioria da população. (RAPOSO; ALMEIDA FILHO; AMARAL, 2018, p. 1-2).

A lógica fundada na compensação aprofunda o abismo entre setores mais dinâmicos e o consumo da população. A grande massa trabalhadora consome o mínimo para a sobrevivência

físico-social e quando inclui em sua cesta novos produtos, o faz restringindo o consumo de outros, inclusive para dar lugar ao pagamento dos juros, sob pena de ficar com o “nome sujo”⁸⁰.

A cesta de consumo do trabalhador é, em grande medida, satisfeito com a produção interna menos dinâmica (por isso políticas de transferência de renda têm grande impacto nos índices de emprego – a grande massa dos trabalhadores produtivos tendem a consumir produtos trabalho-intensivos), enquanto a produção nacional dos setores mais dinâmicos volta-se à exportação. A importação satisfaz o consumo mais sofisticado das esferas mais altas da sociedade.

A produção nacional mais dinâmica busca incrementar sua produtividade importando bens de capital com conteúdo tecnológico mais avançado e, sob o manto do discurso da competitividade, o Estado ocupado por bloco no poder associado ao capital estrangeiro dirige a política nacional prioritariamente em benefício daqueles que vivem da mais-valia gerada pelos trabalhadores⁸¹.

A associação com o capital estrangeiro trouxe consigo a aceleração da divisão da burguesia industrial em duas frações que começaram a agir com projetos e interesses cada vez contrapostos: uma, vinculada à produção industrial leve, menos dinâmica, menos capitalizada, com baixa composição orgânica e cada vez mais ligada à produção de bens-salário; a outra, ligada a uma produção industrial de bens mais complexos e suntuários, e que se tornará a fração burguesa mais dinâmica.

Esta divisão, que se acentuará muito rapidamente, ocasionará disputas inter-burguesas pela hegemonia do Estado [...] **tendo como resultado a imposição dos projetos da burguesia mais dinâmica.** Na medida em que sua produção se dirige basicamente ao mercado interno médio e alto, esta fração da burguesia estimulará políticas que tenderão a afetar o poder de consumo da maioria dos trabalhadores industriais, da baixa burocracia estatal e do restante

⁸⁰ A expressão “nome sujo” no Brasil está relacionada a “mau pagador”. Poucas coisas podem ser tão pessoais e íntimas quanto o próprio nome. Então, de um lado, há pressão social para o consumo de certos produtos (o que só pode ocorrer com o endividamento), mas, de outro, propaga-se uma expressão que liga ao ser mais íntimo do trabalhador a “vergonha” de não conseguir “honrar” as dívidas assumidas. Em paralelo a essa opressão ideológica, os Estados regulamentam formas de retomada pela classe capitalista de bens parcialmente já pagos pelos trabalhadores.

⁸¹ “Competitividade externa de commodities agrícolas e minerais, apoiada no argumento da produtividade da terra e das jazidas minerais, sustenta um processo de acumulação de capital no conjunto da economia fortemente depende de capital estrangeiro. A resultante inevitável é a superexploração de jazidas e terras novas e ou a intensificação do pacote técnico agroquímico nas zonas já exploradas, para obter maior fatia no mercado externo de produtos primários [...] o perfil distributivo deste modelo não é menos perverso. Os ganhos de produtividade na fase expansiva das commodities viram renda da terra e do capital, capturadas privadamente pelos proprietários [...] mas os custos sociais e ambientais da superexploração desses recursos e do trabalho precarizado aí envolvido são da sociedade como um todo. [...] compensações se tornaram necessárias, mas não seria remédio suficiente para suprir a renda da força de trabalho e os custos sociais degradantes do trabalho e do meio ambiente. [...] o sistema tributário e a política social provavelmente teriam que extrair e redistribuir uma parcela muito grande da renda da terra e do capital para suprir necessidades básicas; e, ainda que o fizessem, não resolveriam o problema de fundo. Mas como fazê-lo, se esse sistema estiver sob controle político dos donos da riqueza” (DELGADO, 2011 *apud* GONSALVES, 2014, p.151).

dos setores proletários urbanos pior remunerados. (OSÓRIO, 2016, p. 521, grifo nosso).

Apenas quando o mercado mundial esteve fechado, a demanda gerada pela mais-valia não acumulada ganhou relevância na realização interna de valor e pressionou pela industrialização. Por isso, diferentemente do que havia ocorrido com o capitalismo desenvolvido, a industrialização periférica não criou sua demanda, mas encontrou uma demanda pré-existente superior à capacidade de oferta. Então, conseguiu aumentar seus lucros simplesmente jogando com os preços, e não buscando aumentar a produtividade. Ademais, como o setor mais dinâmico da economia tem seu público no exterior ou na demanda da restrita esfera alta de consumo ele não mira a incorporação dos trabalhadores no mercado consumidor.

Quando a produção conseguiu anteder a essa demanda pré-existente e se tornou necessário ampliar o consumo, a indústria periférica intensifica a exploração da força de trabalho para aumentar o volume de valor gerado para potencializar o consumo das “classes médias” que vivem da partilha da mais-valia. Novamente, evita-se a integração da massa trabalhadora ao mercado consumidor.

Esse encontro das curvas de demanda e oferta coloca duas soluções possíveis ao capital periférico: aumentar a produtividade via importações de bens de capital ou ampliar o consumo da classe média, que, apesar de não comandar capital, também conseguem sua renda da partilha da mais-valia.

Com isso, fica bloqueada a possibilidade do ciclo “virtuoso” do capitalismo central: maior produtividade na produção de bens-salário – redução do valor da cesta de consumo dos trabalhadores – redução do tempo de trabalho necessário/valor da força de trabalho – aumento real dos salários – aumento da capacidade interna de consumo – popularização de itens “de luxo” – estímulo endógeno ao incremento da produtividade e da inovação – nova redução do valor unitário de bens-salário – (...) – popularização – inovação – (...).

A estrita vinculação entre as lógicas fundadas na superexploração e na industrialização orgânica no centro determina um crescimento contínuo da disparidade entre as forças produtivas dos países, o que se reflete diretamente no nível de desenvolvimento das indústrias de bens de capital. Por isso, quando o capital periférico busca aumentar a produtividade, encontra no mercado mundial alternativa suficiente.

Dirigidas pela busca permanente por ganhos de produtividade, as indústrias de bens de capital das economias centrais alcançam tamanha eficiência que, muitas vezes, um novo

maquinário se torna indispensável para qualquer capital que pretenda disputar lucro extraordinário mesmo antes de o custo do maquinário anteriormente desenvolvido ter sido amortizado. Isso permite, inclusive, que os Estados avançados apoiem programas de industrialização na periferia, “desde que subordinados à liderança tecnológica de suas empresas” (MARTINS, 2011, p. 77).

A possibilidade de importar essa “segunda linha” tecnológica é suficiente para o capital periférico que busca aumentar a produtividade. Com isso, aumenta o abismo tecnológico entre os países ao mesmo tempo em que se inibe a internalização do desenvolvimento tecnológico nos padrões de reprodução do capital.

A promessa do desenvolvimento pelas vias do mercado fica, assim, restrita ao campo das promessas, fica inscrito no nível das ideias falseadoras sobre uma suposta tendência equalizadora das relações de mercado. A preservação da disparidade de forças produtivas, à qual as forças imperialistas se dedicam, entregará à periferia a reprodução de sua condição subordinada, ou seja, emissoras de valor.

De um lado, a disponibilidade de bens-salário baratos no mercado mundial permite que as economias avançadas se especializem na produção com maior conteúdo monopolista e consigam desenvolver organicamente uma indústria de bens de capital absurdamente eficiente e, do outro, a disponibilidade de maquinários “tecnologicamente suficientes” inibe o desenvolvimento dessa indústria nas economias dependentes que, por isso, “prolong[am] a fase que corresponde à produção de bens de consumo além do que foi norma na industrialização orgânica dos países centrais.”. (MARINI, 2012, p. 27).

Isso não significa que as economias periféricas estejam impedidas de buscar elevação de suas produtividades, mas apenas que a disparidade entre os níveis nacionais de produtividade tende a aumentar na medida em que se fundam em lógicas integradas. Se, de um lado, os países centrais, mantêm o eixo da acumulação em torno da mais-valia relativa e as economias dependentes, na superexploração, é lógico concluir que a velocidade de resultados dessa busca favoreça cumulativamente os países centrais, ainda mais quando estão liberados de amortizar internamente (ou desvalorizar) os gastos com maquinário “obsoleto” (mantendo protegido o monopólio tecnológico).

A cisão entre as estruturas produtivas e de consumo nos países periféricos enceta aumento da produtividade “por importação” nos setores mais dinâmicos e, pois, não resulta na redução real do valor da cesta de bens-salário. Com isso, cresce a produção da massa de valor que é

distribuído entre as classes que vivem de mais-valia ao mesmo tempo em que se aprofunda o abismo entre as estruturas nacionais produtivas e de consumo; aprofunda-se a distorção da distribuição de renda entre as frações sociais que vivem da mais-valia e a que gera mais-valia.

[...] toda vez que não representam bens que intervenham no consumo dos trabalhadores, o aumento da produtividade induzido pela técnica nesses setores de produção [“supérfluos”] não poderia se traduzir em maiores lucros por meio da elevação da taxa de mais-valia, mas apenas mediante o aumento da massa de valor realizados. A difusão do progresso técnico na economia dependentes seguirá, portanto, junto a uma maior exploração do trabalhador, precisamente porque a acumulação continua dependendo fundamentalmente mais do aumento da massa de valor – e portanto, de mais-valia – que da taxa de mais-valia.

[...] na medida em que se comprime dessa forma a capacidade de consumo dos trabalhadores, é fechada qualquer possibilidade de estímulo ao investimento tecnológico no setor de produção destinado a atender o consumo popular. (MARINI, 2011a, p. 169).

Osorio (2016, p. 513) explica que não há subconsumo no capitalismo dependente, se com isso se quer sustentar que a superexploração impede a acumulação e a reprodução do capital em geral. Pelo contrário, há acumulação e crescimento, mas uma economia baseada na superexploração e, pois, que percebe uma cisão no seu ciclo encontra rígidos condicionantes ao dinamismo capitalista.

A estes problemas, que colocavam mais em vez em evidência as tendências locais de reprodução do capital, tendências estas distanciadas das imperantes no mundo desenvolvido, somam-se outros, como o incremento da pobreza, concentrada nos cinturões de miséria nas grandes cidades da região, devido ao aumento da composição orgânica do capital nas indústrias dinâmicas e ao baixo crescimento das indústrias tradicionais, além da dificuldade do setor industrial em gerar emprego à altura da oferta de braços propiciada pela massiva migração campo-cidade; e os problemas da produção agrária para alimentar esta população, devido à monopolização da terra na maioria das economias da região (OSÓRIO, 2016, p. 522).

Os aspectos do desenvolvimento desigual terão reflexos em todas as fases da circulação do capital periférico e, portanto, criarão e recriarão os mecanismos de transferência de valor. Na primeira fase da circulação ($D - mp + ft$), é importante identificar a origem do capital dinheiro: privado nacional (mais-valia gerada no interior da economia subtraída do consumo improdutivo), estatal (com recursos de impostos diretos ou indiretos ou da atividade do Estado como capitalista) ou capital-dinheiro estrangeiro, que participa da partilha do valor excedente por meio de lucros, ou pode financiar a produção e reclamar direito a certo valor sob a forma de juros, independentemente do sucesso do ciclo mobilização-valorização-realização.

A mercadoria - portadora de valor -, pode aparecer como bem de consumo (de luxo ou bens-salário) ou bem de capital. Bens de luxo produzidos na Costa do Marfim encontram a

realização do seu valor no consumo de frações sociais de países ricos ou de sua reduzidíssima “esfera alta de consumo”; certo valor de uso que é produzido na Indonésia pode aparecer como bem-salário para trabalhadores australianos e, ao mesmo tempo, como bem de luxo localmente. Frações que comandam a produção agrícola no Brasil buscam abastecer o mercado estadunidense, por exemplo, com ração e, assim, conseguem vultuosas soma de lucro.

O tipo de valor de uso produzido (M) e os mercados a que se destinam aparecem como resultados das decisões tomadas nas etapas anteriores da circulação (D - mp+ft- M); a partilha do valor excedente realizado é função das características das fases anteriores. Se houver grande participação de investimento estrangeiro indireto na primeira circulação, haverá grande volume de valor excedente remetido ao exterior sob a forma de juros (independentemente da realização do valor); investimentos diretos terão como contrapartida o envio de lucros que dependem da realização do valor. Em cada momento do ciclo da acumulação, tende a predominar certo tipo de remessa, mas o sentido é invariável: da periferia ao centro.

Nas economias dependentes, pelos motivos expostos anteriormente, tende a haver um prolongamento da produção de bens de consumo em detrimento do avanço da produção de bens de capital. Apesar disso, justamente porque é alicerçada na compressão do poder de consumo da classe que gera valor (baseada na superexploração), essa produção não objetivo prioritariamente o consumo das grandes massas trabalhadoras, mas às camadas sociais que vivem da partilha da mais-valia ou à exportação. O abismo entre a estrutura produtiva mais dinâmicas e a estrutura de consumo das massas é, por isso, uma amarra endógena ao desenvolvimento que tende a se aprofundar em compasso com a superexploração.

Parcela da mais-valia realizada é remetida ao exterior e, portanto, não incrementa a demanda efetiva nacional. Essa transferência, que representa um dreno de potência da economia periférica, expressa diretamente a triangulação descrita anteriormente.

Como consequência, a estrutura do consumo individual responde à divisão da distribuição da renda, que compreende a mais-valia não acumulada e o capital variável. Já vimos como a superexploração do trabalho corresponde à elevação da taxa de mais-valia; é normal, portanto, que a parte relativa à mais-valia não acumulada aumente em detrimento da que se refere ao capital variável. Nisso reside a razão da estrutura de distribuição de renda altamente concentrada que encontramos na economia dependente (MARINI, 2012, p. 34).

Não se pode perder de vista que o capital-dinheiro estrangeiro que compõe a circulação do capital dependente pode “representa[r] uma restituição de capital em relação ao que drenou anteriormente da economia dependentes; restituição que é, além do mais, parcial” (MARINI,

2012, p. 25). Como capital estrangeiro não repatria todo o valor excedente a que teria direito, o reinvestimento da mais-valia, a despeito de ter sido gerada única e exclusivamente pela força de trabalho periférica no território periférico usando recursos naturais da periferia sob o controle e organização do Estado periférico, aparece como capital estrangeiro central que reclamará o direito a novas e mais amplas transferências de valor.

Esse capital estrangeiro atua como um fator externo à economia dependente e, portanto, fora de seu controle. A autonomia de comando de cada economia sobre seu próprio ciclo é inversamente proporcional à importância relativa dos investimentos estrangeiros e é diretamente proporcional à capacidade de impor condicionantes à entrada daquele capital e às posteriores decisões sobre o movimento do valor gerado no território. Este poder do Estado, por sua vez, é tão menor quanto mais estreitamente vinculada seja a fração hegemônica da burguesia local ao capital imperialista. Nesse sentido, a capacidade de exercício da soberania é determinante do ciclo de acumulação nacional.

Muitas vezes o capital-dinheiro estrangeiro sequer entra no país periférico. O capital-dinheiro estrangeiro pode cumprir parte da primeira circulação (D-mp) fora das fronteiras e levar não o capital-dinheiro, o que representaria demanda para o setor nacional de bens de capital, mas levar bens de capital importados.

Com isso, a industrialização tardia na periferia “abriu mão” do desenvolvimento dessa indústria e se prendeu demasiadamente à produção de bens de consumo. Mais um fator de desincentivo ao desenvolvimento tecnológico endógeno é imposto às economias dependentes e, logicamente, reforça-se mais um canal de dependência (tecnológica).

Por consequência, essa indústria manufatureira é dependente não só em termos reais, no que se refere aos equipamentos e maquinaria enquanto meios materiais de produção, mas tecnologicamente, ou seja, na medida em que deve importar também o conhecimento para operar esses meios de produção e, eventualmente, fabricá-los. Isso incide, por sua vez na relação financeira com o exterior, dando lugar aos pagamentos de royalties ou assistência técnica, que constituem outros tantos fatores de transferência de mais-valia, de descapitalização. (MARINI, 2012, p. 28).

Com isso, o ciclo do capital dependente, já nessa primeira fase da circulação, subordina-se duplamente ao capital imperialista: tecnológica e financeiramente.

Dessa forma, já na primeira circulação, a forma como o capital-dinheiro (D) estrangeiro se metamorfoseia em meios de produção (mp) articula o ciclo do capital periférico ao central nas duas pontas: o capital-dinheiro (D) estrangeiro internalizado gera direitos sobre o valor excedente produzido (que será transferido sob a forma de juros, lucros, royalties) e, também, quando o capital

estrangeiro internaliza diretamente o capital mercadoria (mp) aumentado as dependências comercial e tecnológica. (FILGUEIRAS, 2018, p. 522).

A possibilidade de internalizar bens de capital com tecnologia avançada entrega ao capital estrangeiro (e ao capital “nacional” a ele vinculado) produtividade superior à média da economia dependente. Com isso, consegue situar-se em lugar do ciclo descrito no capítulo 3 que lhe permite concentrar capital: maior produtividade – apropriação de valor extraordinário – maior capacidade de investir em melhorias de produtividade – ainda maior produtividade – ainda maior capacidade de apropriar-se de valor extraordinário...

Como essa busca por ganhos de produtividade ocorre por meio de importação, além das amarras tecnológicas, são apertadas as amarras comerciais e financeiras.

[...] autores com diferentes abordagens coincidem em que a dependência manifesta-se nas esferas comercial, financeira e tecnológica. Naturalmente, essa é uma diferenciação que se justifica apenas do ponto de vista analítico, uma vez que essas três esferas encontram-se profundamente imbricadas na produção capitalista. A título de exemplo: a dependência comercial influi sobre o balanço de pagamentos e reforça a dependência financeira; esta última pressiona por saldos exportadores; reforçando a dependência comercial; a dependência tecnológica impacta sobre a dependência financeira e limita as possibilidades de ruptura da dependência comercial e assim por diante” (LUCE, 2018, p. 48).

A possibilidade de acessar tecnologia mais sofisticada, ao encetar aquele ciclo descrito anteriormente (diferença de produtividade – apropriação de mais-valia extraordinária – concentração de capital), resulta em monopolização precoce da economia dependente nas mãos de capital estrangeiro e/ou de capital nacional vinculado a ele. A monopolização do capital nas economias periféricas, assim, não é resultado do movimento “natural” da acumulação que leva ao desenvolvimento das forças produtivas, mas de um elemento “externo” (acesso a tecnologia mais avançada), que privilegia uma fração diminuta da burguesia vinculada ao capital imperialista.

As indústrias nacionais que não têm acesso a essa tecnologia reagem às perdas aumentando a massa de valor gerado em nova rodada de intensificação da exploração da força de trabalho. A pressão sobre os salários não fica, contudo, restrita a esse setor e alcança a indústria vinculada ao capital imperialista. Assim, no interior da lógica do capitalismo dependente, é formado assim um ciclo vicioso que tende a deprimir a estrutura de preços do país e acelerar a monopolização dos setores mais dinâmicos em benefício do capital imperialista ou a ele vinculado.

Por consequência, com coloca Osorio (2019, p. 207), exige-se que o Estado periférico “opere como uma relação social condensada de enorme relevância [...] a debilidade produtiva do capitalismo dependente tem seu correlato no forte intervencionismo estatal, como força para impulsionar os projetos hegemônicos”.

É importante ressaltar que quando afirma que “o valor das manufaturas não determina o valor da força de trabalho”, Marini não aponta para o subconsumo ou mesmo articula argumentos para concluir a respeito da estagnação econômica. Como coloca Amin (2005, p. 83) “as periferias não são [...] ‘estagnantes’, apesar de seu desenvolvimento não ser similar ao que caracterizava os centros nas etapas sucessivas da expansão global do capitalismo”. O avanço ou o recuo do consumo de determinados bens pela massa trabalhadora correspondem à dinâmica (cíclica) do capital central, não ao recuo da superexploração.

Hoje, percebe-se aumento do consumo de “bens supérfluos” pela classe trabalhadora (na verdade, necessidades sociais: celulares, conteúdos de *streaming*, por exemplo). Esse avanço ocorre sem que haja aumento correspondente do valor da força de trabalho ou do salário real. Se ocorre um aumento “natural” do valor da cesta de consumo dos trabalhadores sem que haja o corresponde aumento dos salários, ocorre, como colocam Amaral e Carcanholo (2012, p. 99), intensificação da superexploração, e “o problema da superexploração é que para satisfazer necessidades sociais se tenha que reduzir ou deixar de consumir bens indispensáveis. E isto gera consequências em todo o processo de reprodução do capital” (OSORIO, 2016, p. 514).

O aumento desse consumo de “supérfluos” ocorre em detrimento do consumo de “essenciais” e não ameaça transpor o abismo entre o consumo da massa geradora de mais-valia e o consumo das frações sociais que vivem da mais-valia. Esse aumento não é resultado de um movimento endógeno que culmina na popularização de bens suntuários (industrialização orgânica), mas da mudança do perfil da acumulação nos países centrais e, por tabela, no capitalismo periférico.

Os trabalhadores de Bangladesh, por exemplo, produzem tênis e montam celulares que serão etiquetados com marca estadunidense (elemento subjetivo que, sem custo marginal, garante renda de monopólio) para consumo dos trabalhadores estadunidenses. Com poder monopolista da marca, o capital estadunidense captura valor gerado pelos trabalhadores de Bangladesh quando esses objetos entram na cesta de consumo dos trabalhadores brasileiros que, para isso, se endividam pagando juros. Ou seja, para consumir esses itens “supérfluos”, os trabalhadores brasileiros incluem outro item em sua cesta, os juros, e acabam deixando de consumir outros itens necessários.

No fim das contas, a capacidade supostamente ampliada de consumo dos trabalhadores encontra seus limites no acesso ao crédito e na capacidade de pagamento dos juros, que passam a abocanhar mensalmente parcela do fundo de consumo dos trabalhadores. O trabalhador entrega ao capital portador de juros parte do valor que recebe pela venda de sua força de trabalho sem adquirir novo valor de uso. Eis um mecanismo de superexploração que se amplia nas fases de crise dos ciclos de acumulação quando, para recomposição das taxas de lucro do capital, se intensifica a pressão sobre os salários.

A discussão sobre as especificidades da reprodução do capitalismo dependente deve ter deixado claro que as trocas desiguais não podem ser vistas apenas sob a perspectiva imediata da transferência de valor.

Os valores de uso que são trocados trazem em si a capacidade imediata de captura de valor ou, do lado reverso, a inexorável perda de valor e a necessidade de compensar essa perda. Essa lógica, contudo, não se restringe ao momento presente, ela tende a se reproduzir em função da estrutura física que é fixada no espaço. Sem tornar a industrialização orgânica, os processos produtivos tendem a perpetuar a produção de valores de uso com mesma capacidade de apropriação-perda de valor.

Para o futuro da economia de um país não dá no mesmo, hoje, produzir soja ou desenvolver as sementes transgênicas, extrair minério de ferro ou produzir drones de guerra, produzir liquidificador ou química de alta complexidade, montar carros ou desenvolver a inteligência artificial embarcada no carro. Disputar pela apropriação de valor porque desenvolve inteligência artificial tende a endogenizar uma lógica e uma estrutura física-social que colocará o país, no futuro, em posição para disputar valor extraordinário. Montar carros, por sua vez, exige uma infraestrutura física e social que tende a perpetuar a condição de gerador-emissor de valor do país.

As relações estabelecidas em uma sociedade são organizadas para entregar a um tipo de capital as condições necessárias para a produção de valores de uso determinados. As infraestruturas físicas e sociais ligadas à produção de química fina ou desenvolvimento de inteligência artificial são diferentes das infraestruturas necessárias à produção de aço ou à montagem de automóveis. O capital que é fixado no espaço responde ao “conjunto de particularidades” da circulação presente, mas aponta para o futuro: fixar capital sob a forma de complexos sistemas integrados de informação entrega a uma sociedade perspectivas diferentes daquela que é entregue pelo capital fixado sob a forma de ferrovias dedicadas à exportação de minério de ferro.

O sistema mundial e as divisões internacionais do trabalho que têm lugar em seu seio geram especializações produtivas que não propiciam nem conduzem todas as economias ao desenvolvimento. Ao contrário, caminham no sentido de criar especializações que favorecem a elevação da produtividade de algumas regiões e economias, e que limitam as opções de atividades que potencializam a elevação de produtividades em outras (OSORIO, 2016, p. 504).

A circulação de certo tipo de capital não pode preceder a organização social adequada para ele; nenhuma tecnologia (encarnada em capital) prescinde de infraestruturas físicas e sociais que lhe seja adequada. Se a organização precede a circulação do capital, a organização espacial e social pode ser instrumento de planejamento, como ocorre na China, e não apenas constituir uma resposta aos interesses de certo capital que reclama suas condições necessárias, como historicamente ocorre com os países periféricos.

Essa é uma questão nevrálgica para se entender a ascensão chinesa na hierarquia capitalista. No capítulo seguinte, a capacidade soberana do Estado chinês de conduzir os ajustes em seu território é apresentada como divisor de águas entre sua trajetória e as trajetórias periféricas. A “construção do espaço” para a circulação do capital hoje, aponta a localização do país naquela hierarquia amanhã.

Por tudo o que foi dito neste e no capítulo anterior, espera-se que tenha ficado claro que, “livre”, a lógica do capitalismo imperialista se reproduz mantendo os países em seus estratos hierárquicos. Ou seja, sem a ação de uma força externa, sem a ação de uma força capaz subjugar as forças internas e externas do imperialismo, a condição dependente-subordinada de um país tende a se reproduzir aprofundando-se. No capítulo que segue, discute-se a importância dessa “força exógena” para que a China evite que a superexploração da força de trabalho seja lançada como pedra fundamental do padrão de reprodução do capital do país. Em outros termos, discute-se como a China consegue opor resistência às forças imperialistas que, se livres, agiriam para instalar no país alguma variante de capitalismo dependente.

7 A ASCENSÃO CHINESA EM UMA PERSPECTIVA SISTÊMICA DE LONGA DURAÇÃO

Em um sistema competitivo, ascensão de um participante determina o recuo de outro(s). Contudo, quando o sistema apresenta características cíclicas, como é o caso do capitalismo, esses movimentos não necessariamente são percebidos no mesmo momento.

Nas fases de crescimento, quando o volume do prêmio em disputa cresce suficientemente rápido, a ascensão pode ser acomodada já que os líderes percebem aumento constante do volume que recebem. Nas crises, contudo, quando o volume do prêmio em disputa cresce lentamente, a emergência de um novo integrante ao seletivo grupo de vencedores (apropriadores líquidos de valor) significa que os membros antigos recuam. As fatias da massa global de valor excedente que cada vencedor consegue é, pois, reduzida.

Por isso, os apropriadores “tradicionais”, os países imperialistas, atuam para evitar que novos países desenvolvam capacidade competitiva para disputar valor excedente. Como têm armas apropriadas para cada momento do ciclo de acumulação, via de regra, têm sucesso nessa contenção. A rigidez da hierarquia sistêmica de poder é prova dessa capacidade.

Tudo o que foi dito até aqui neste trabalho serviu para montar as engrenagens e mecanismo da “lei de ferro” da hierarquia capitalista. Argumentou-se que, em resposta ao movimento contraditório do capital, as forças imperialistas são mobilizadas de maneiras apropriadas para manter as posições de dominação (apropriadores líquidos de valor) de seus países. Do outro lado da mesma moeda, isso significa que as forças imperialistas garantem que os países dominados continuem participando do sistema mundial como geradores-emissores de valor.

Nesse sentido, para o que se propõe nesta seção da tese, é importante ressaltar que essas forças conservativas não são simplesmente externas às formações sociais periféricas. Como discutido no capítulo anterior, há mecanismos internos às formações sociais periféricas necessário à organização imperialista: há poderosas frações sociais que colhem benefícios dessa estrutura global de dominação e, então, atuam politicamente para reproduzi-la.

Há, contudo, casos de ascensão na hierarquia sistêmica que, de uma perspectiva imediata, aparentam contrariar o sentido dessa argumentação. Essa aparência não resiste a uma análise que fure sua superfície propagandista. Esses “sucessos capitalistas” compõem um quadro histórico em que um agente exógeno ao metabolismo reprodutivo do sistema, a “ameaça

comunista”, forçou a “neutralização” das forças imperialistas. A ascensão chinesa é um caso particular na medida em que o elemento exógeno neutralizador é endógeno à formação social do país.

Diferentemente dos outros casos de ascensão do pós-guerra, a China ascende no sistema mundial não porque foi “convidada” a usufruir da neutralidade imperialista, mas porque foi capaz de exercer sua soberania. Essa capacidade é um elemento estranho à lógica reprodutiva do capitalismo mundial, afinal, como discutido nos capítulos anteriores, soberania e atraso não se combinam na estrutural do capitalismo mundial.

Ao contrário do que afirma a propaganda capitalista, a China ascende não porque abraçou disciplinadamente o capitalismo, mas, ao contrário, porque mantém esse elemento estranho à estrutura reprodutiva do capitalismo mundial em sua formação social. A lógica capitalista conjuga, de um lado, atraso e subsoberania e, do outro, modernidade e soberania. A conjugação no mesmo território de atraso e capacidade de exercício da soberania não compõe essa lógica. É nessa estranheza que se radica a ascensão chinesa, é ela que permite ao país evitar a instalação de alguma variante de capitalismo dependente.

As reformas chinesas iniciam-se junto com a virada para o imperialismo neoliberal. Quando a China iniciou seu processo de abertura, o capitalismo mundial passava por mais uma crise de superacumulação e os capitais imperialistas, recorrendo mais uma vez ao poder político dos Estados, iniciavam suas ações para recomposição das taxas de lucro transferindo pressão para a classe trabalhadora, sobretudo dos países periféricos (HARVEY, 2004 e DUMÉNIL; LEVY, 2004).

Em um contexto sistêmico de baixas taxas de lucro e de acumulação (BRENNER, 2003), o país asiático se abre ao capital oferecendo condições próximas às apresentadas pelos países periféricos, sobretudo no que tange ao custo da força de trabalho. Aos olhos do grande capital, portanto, a inserção de um país com as dimensões chinesas aparecia em um momento deveras conveniente, era uma possibilidade para recompor taxas de lucro a partir da redução dos custos com capital variável.

Assim, observando a lógica reprodutiva do capitalismo imperialista, naquele momento não se vislumbrava na China a possibilidade de emergência de um competidor eficiente. Acreditava-se que o avanço dos elementos capitalistas amarraria o país ao atraso e, pois, à condição de emissor de valor.

Tudo levava a crer que o avanço da lógica capitalista levaria à formação de uma burguesia nacional que, colhendo benefícios da associação subordinada ao capital imperialista, ocuparia altos postos de poder político do Estado. O poder político centralizado seria, então, dirigido para “triangular” as relações de dominação de classe-nação, como ocorre nos periféricos de passado sistêmico⁸⁴. Parecia evidente que o avanço do capital levaria, pois, a uma restrição da capacidade de exercício da soberania, o que instalaria a dinâmica adaptativa-subordinada para manter o país na posição de emissor de valor.

Em suma, a lógica indicava que o avanço do capitalismo colocaria a China na órbita das economias imperialistas; dado o relativo atraso das forças produtivas do país, esperava-se que a abertura chinesa fosse resultar simplesmente na ampliação da capacidade global de geração de valor para a apropriação dos países que estão no estrato superior da hierarquia sistêmica e não na ascensão de mais um concorrente eficiente nesse seletivo grupo.

Por tudo isso, no meio da década de 1990, Arrighi (1997, p. 128) chegou a prognosticar que a China iria experimentar “muito mais industrialização do que melhoria na hierarquia de valor agregado da economia capitalista mundial”. Contudo, a realidade contrariou a lógica, ou melhor, confirmou a importância do fator político para a condução capitalista.

Assim, como coloca Anderson (2018, p. 23),

Ao entrar em sua sétima década, a República Popular (da China) é uma força motriz da economia mundial; o líder em exportações seja para a União Europeia, seja para o Japão, seja para os Estados Unidos; o maior detentor de reservas cambiais do mundo; país que durante um quarto de século apresentou o maior e mais rápido aumento da renda per capita jamais registrado, e para maior população do mundo.

Se o alicerce econômico da dependência era evidente, faltava o alicerce político. Após o “século das humilhações”, a Revolução Comunista havia conseguido livrar o país de qualquer resquício de classe “dominante dominada”. Mais do que isso, como relata a antropóloga e sinóloga Pinheiro-Machado (2013, p. 103), as humilhações vividas pelo povo chinês, ainda hoje, são “uma forma de inflar o orgulho nacional, ressaltando a importância da conquista da soberania e da riqueza”. Apesar do aprofundamento das reformas econômicas liberalizantes (HART LANDSBERG; BURKETT, 2005 e SOUZA, 2018), aqueles que controlam o Estado chinês não parecem dispostos a ceder o comando político para uma burguesia que se associe ao capital imperialista (AMIN, 2014).

⁸⁴ Arrighi (1998) divide o mundo pós-guerra em dois blocos de influência: o bloco sistêmico, sob influência dos EUA, e o bloco antissistêmico, que seguia o caminho socialista.

Justamente em um momento que o grande capital reclamava a participação mais direta dos Estados para garantir a acumulação espoliativa e abrir rotas para a acumulação, ao contrário do que ocorre tipicamente nos países periféricos, o Estado chinês consegue impor condicionantes a esse capital superacumulado e, ao fazê-lo, pavimenta a rápida e contínua modernização de sua economia.

É importante que fique claro que não se está sugerindo que a trajetória chinesa seja autopropulsionada. O que se defende é que esse “elemento estranho” permitiu que o país usasse manifestações das contradições da acumulação como propulsores do desenvolvimento nacional. Soberanamente, o Estado chinês pôde neutralizar as forças imperialistas e soube usar as contradições como catalisadores de seu projeto de desenvolvimento nacional. Em um momento de crise de superacumulação, a China oferece condições ímpares para recomposição das taxas de lucro, mas, para isso, cobra seu preço.

7.1 A CONVENIÊNCIA DA INSERÇÃO CHINESA (PARA O CAPITAL) E A CRISE COMO OPORTUNIDADE (PARA A CHINA)

Ao contrário do que apregoam os apologistas do capitalismo, os casos de desenvolvimento do pós-Guerra não são explicados pela disciplina e obediência às regras do capitalismo ou mesmo por políticas nacionais autônomas bem geridas. Se isso fosse possível, os casos de sucesso seriam abundantes.

Essas trajetórias ascensionais são, antes, explicadas pela possibilidade que alguns países tiveram de “neutralizar”, ou melhor, pela possibilidade que lhes foi dada de não serem alvos das forças imperialistas, pela oportunidade de servirem ao objetivo estratégico da grande potência. A ascensão chinesa é um caso à parte na medida em que, ativamente, consegue neutralizar a ação daquelas forças.

Esses “sucessos”, inclusive o chinês, são falseados pela propaganda capitalista para atribuir ao sistema uma virtude que ele não tem: a mobilidade meritocrática. São utilizados para afirmar que países atrasados, como Bangladesh ou o Equador, poderiam alcançar o nível de desenvolvimento da Holanda ou do Japão se deixassem livres as leis “naturais” do capital e, logicamente, se obedecessem às normas estabelecidas pelos organismos internacionais.

“Convencidos”, os Estados periféricos legitimam, regulam, calibram, reformam e garantem a triangulação das relações internacionais de dominação de classe e, assim, reproduzem o lugar dos seus países no polo emissor de valor. Como coloca Harvey (2013, p. 17), “com a mídia dominada pelos interesses da classe alta, foi possível propagar o mito de que os Estados fracassaram economicamente porque não foram competitivos”. No mesmo sentido, Amin (2005) apresenta o monopólio dos principais canais de informação como uma das armas fundamentais do imperialismo. Dessa forma, essas ações políticas conservativas são legitimadas pelas urnas da democracia burguesa.

Para evitar a discussão sobre natureza polarizadora do sistema, com seus poderosos aparelhos de convencimento, os apologistas do capitalismo fazem malabarismos ideológicos para construir exemplos que supostamente comprovariam que o subdesenvolvimento é resultado da baixa penetração dos elementos capitalistas. Via de regra, ignorante ou hipocritamente, atribuem à intervenção estatal a causa do atraso. No máximo, aqueles que se dizem progressistas afirmam que políticas públicas podem ser utilizadas para corrigir “falhas de mercado”, mas abstraem de suas análises a capacidade de condicionamento das políticas dos Estados mais fracos pelos mais fortes.

Esse tipo de falseamento é bastante frequente nas análises sobre a ascensão chinesa, afinal, para eles, não se pode atribuir ao comando de um partido comunista a causa do sucesso capitalista do país. Isso seria uma afronta à “superioridade natural” do livre mercado.

A explicação dos economistas costuma sublinhar a importância demiúrgica das reformas liberalizantes ou a eficácia das políticas econômicas heterodoxas, apesar de Deng Xiaoping – considerado o pai do milagre econômico chinês – sempre ter insistido na natureza política e estratégica do seu projeto reformista, muito mais do que econômica, como se ele estivesse apontando para a lua enquanto os economistas insistem em olhar apenas para o seu dedo, devido à sua grande dificuldade de compreender racionalidades que não se submetem à ‘lógica utilitária’. (FIORI, 2014, p. 89).

Progressistas ou não, esses analistas interpretaram o desenvolvimento e subdesenvolvimento como fenômenos apenas quantitativamente diferenciados. Abstraem ou relativizam os conflitos inerentes às relações capitalistas para sustentar suas pressuposições sobre a existência de algum nível de amistosidade nas relações econômicas travadas entre os países (KATZ, 2020). Suas análises ignoram o condicionamento mútuo dos interesses nacionais e, pois, ignoram a vinculação inquebrantável entre desenvolvimento capitalista e subdesenvolvimento. Assim, “consciente ou inconscientemente, os conservadores delegam a terceiros uma parte da soberania decisória de sua política externa e acabam assumindo,

invariavelmente, uma posição subalterna dentro da política internacional”. (FIORI, 2014, p. 231). Consciente ou inconscientemente, localizam o imperialismo num passado acabado.

À exceção da China (e dos países que crescem puxados pela economia chinesa), esses casos de sucesso estão inscritos em um contexto histórico em que o capitalismo imperialista esteve pressionado por uma força exógena, a “ameaça comunista”. Sob pressão, a grande potência capitalista, os Estados Unidos, viu-se obrigada a “convidar ao desenvolvimento” alguns países (WALLERSTEIN, 2003). Pressionada, a grande potência imperialista neutralizou a ação de suas forças imperialistas sobre países estrategicamente escolhidos.

Por paradoxal que pareça, pode-se afirmar que o comunismo explica sucessos capitalistas. De um lado, pode-se dizer que a pressão exercida pela “ameaça comunista” participa diretamente da neutralização das forças imperialistas e, de outro, o legado da revolução comunista permite que o Estado chinês atue para neutralizá-las. De qualquer dos lados, a neutralização funda as trajetórias ascensionais.

[...] sendo teoricamente factível tanto a transição de uma economia desenvolvida à condição de subdesenvolvida quanto a **transição de uma economia dependente à condição de economia desenvolvida**, esta última, em termos históricos, **somente pode apresentar-se como resultado de uma situação de exceção, em que a lógica da acumulação não pode operar através de sua própria dinâmica**, nem pela simples ação autorreguladora do mercado, mas somente por um caminho que defina um plano de desenvolvimento com capacidade de disciplinar o conjunto das classes sociais, particularmente as dominantes, e, ao menos, **neutralizar as forças do imperialismo** (OSORIO, 2016, p. 529, grifo nosso).

Aqui, cabe abrir um parêntese: além de pressionar as forças imperialistas à “neutralidade”, a “ameaça comunista” também ajuda a explicar boa parte das concessões feitas pelo capital às classes trabalhadoras na fase de crescimento do pós-Guerra. Além de precisar construir o consumo de massa, era imperioso aos Estados Unidos evitar que as conquistas sociais vividas pelo mundo comunista tomassem corações e mentes dos trabalhadores no mundo capitalista.

Como coloca Losurdo (2020a, p. 139), “a história do movimento comunista foi um grande capítulo da história da abolição da escravidão colonial” e, por isso, nas palavras de Martins (2011, p. 81) “as dificuldades destes [EUA] em controlar a descolonização [...] provocaram enormes concessões a países estratégicos da região para constituírem forças locais de expansão capitalista e contenção do socialismo. Isso acarretou o chamado ‘desenvolvimento a convite’”.

Seguindo a trilha aberta por Wallerstein, Arrighi (2008, p. 163) concluiu que “o desenvolvimento desigual⁸⁵ sob a hegemonia norte-americana foi um processo de cima para baixo, consciente e ativamente encorajado pelo Estado de guerra e de bem-estar social globalizante norte-americano”. Ao mesmo tempo em que eram colocados como porta-estandartes do “Mundo Livre”⁸⁶, os “sucessos” de países escolhidos ajudavam a consolidar o padrão de acumulação estadunidense nascido de sua “revolução primária” (ARRIGHI, 1997).

As empresas norte-americanas estavam, portanto, em condições de produzir com uma eficiência tão maior do que seus concorrentes, que elas podiam penetrar nos mercados e mesmo nos territórios domésticos destes concorrentes, pelo menos em princípio. De fato, a situação era tão assimétrica que os Estados Unidos viram como necessário engajar-se na reconstrução econômica da Europa Ocidental e do Japão para obter uma base de consumo mundial razoável. Esta superioridade econômica esmagadora vinha combinada com uma superioridade militar (WALLERSTEIN, 2003, p. 12).

Segundo Wallerstein (2003), Arrighi (1997), Brenner (2003) e Fiori (2014), os EUA, mais do que simplesmente blindar certos países da competição capitalista e permitir-lhes usar certas políticas que estavam proibidas para outros países, patrocinaram diretamente o desenvolvimento das suas economias. Os convites significaram, pois, mais do que a neutralização das forças imperialistas, funcionaram como poderosos propulsores externos para as economias escolhidas.

A escolha dos convidados estava atrelada à posição do país ante a “ameaça comunista”, mas os convites também compunham a estratégia estadunidense de afirmação hegemônica de sua estrutura produtiva. Após, literalmente, uma queima de capital sem precedentes durante as Guerras Mundiais, a circulação ampliada do capital encontrava vastas possibilidades nos países a serem reconstruídos (BRENNER, 2003). O capitalismo vivia um momento de crescimento sistêmico em que a dispersão do novo padrão produtivo ocorria com inflação de poder econômico dos países alinhados. Viviam-se um momento em que o jogo da acumulação mundial

⁸⁵ Aqui Arrighi (*op. cit.*) faz referência ao conceito de desenvolvimento desigual de Brenner (2003) segundo a qual os países retardatários em termos de desenvolvimento das forças produtivas buscam alcançar a estrutura produtiva do país mais avançado. Essa tentativa de emular o padrão do país líder gera uma onda de investimentos que gera crescimento sistêmico.

⁸⁶ “Livre. Liberdade. Foi um golpe de relações públicas essas palavras terem sido associadas ao Ocidente e pintarem a URSS e seus aliados, bem como os novos Estados pós-coloniais independentes, como ditatoriais e autoritários. A ideia do ‘mundo livre’ não foi produzida pela realidade – ou seja, que os EUA e seus aliados eram verdadeiramente livres ou estavam comprometidos com princípios liberais básicos -, mas foi produzida por um projeto massivo que envolvia dinheiro e talento, a construção de instituições e organizações, bem como uma imaginação cultural. O Ocidente tornou-se associado à ideia de liberdade através da propaganda. A ideia de ‘mundo livre’ foi mobilizada para produzir uma fé implícita nos Estados Unidos e para deslegitimar o mundo socialista e o projeto do Terceiro Mundo” (PRASHAD, 2020, p. 96).

se desenvolvia com soma crescente do prêmio em disputa e o país líder abocanhava volumes cada vez maiores dessa massa global de valor, mesmo entregando convites para que outros participassem da festa.

O predomínio de empresas multinacionais verticalmente integradas permitia que o capital estadunidense contornasse os impactos negativos da “neutralização” (permissão de políticas protecionistas, por exemplo). Como a massa de valor excedente aumentava constante e rapidamente, o capital estadunidense mantinha ganhos absolutos cada vez maiores, apesar do avanço de outros capitais. Naquele momento, as ascensões não se refletiam diretamente em perda de poder do país líder, ao contrário.

Ademais, o enorme mercado interno estadunidense permanecia reservado aos seus próprios produtores “em consequência de sua tecnologia superior, assim como do efeito dissuasivo exercido por seu capital fixo empatado sobre os potenciais participantes em seus mercados” (BRENNER, 2003, p. 54).

Como o sucesso econômico dos Estados Unidos acabou estando tão estritamente ligado ao sucesso de seus concorrentes e aliados, o desenvolvimento econômico intencional pós-guerra dentro do mundo capitalista avançado pôde, por um breve período, manifestar um grau relativamente alto de cooperação internacional – marcado por altos níveis de ajuda e apoio econômico americano a seus aliados e concorrentes – ainda que sob dominação do Estado americano e predominantemente modelada pelos interesses americanos (*Ibid.*, p. 55).

O caso sul-coreano é frequentemente utilizado por aqueles que se autointitulam progressistas simplesmente por defenderem a utilização de políticas industriais, comerciais ou tecnológicas para o desenvolvimento nacional. É inquestionável que as intervenções dos Estados tiveram, e terão sempre, um papel central na promoção do desenvolvimento capitalista, mas cabe questionar se essas políticas, tal como ocorreu na Coreia do Sul, seriam possíveis sem a neutralização das forças imperialistas. Mesmo desconsiderando o patrocínio direto, cabe questionar se as forças imperialistas teriam dado espaço às políticas ativas utilizadas pelo governo sul-coreano se o país não estivesse no “olho do furacão” da Guerra Fria.

Entendendo que a resposta a esse questionamento é negativa, esse caso “emblemático” não nega o condicionamento mútuo e desequilibrado dos interesses nacionais em um espaço concorrencial. Ao contrário, explicitamente condicionado, estimulado e diretamente patrocinado pela maior potência imperialista já vista, o caso sul-coreano confirma-o.

Uma parte substancial dos processos que permitiram à Coreia do Sul alcançar os níveis produtivos atuais têm pouco ou nada a ver com a simples dinâmica da acumulação e da mão invisível do mercado. Ao contrário, sua situação se

situa nas antípodas dessas tendências. Trata-se [...] de uma situação de exceção. [...] Para os Estados Unidos, o fortalecimento econômico da Coreia do Sul era necessário. Por tal razão, entre 1945 e 1961, doaram a este país mais de 3 bilhões e 100 milhões de dólares, equivalente a mais de um terço do que a França recebeu como parte do Plano Marshall (OSORIO, 2006, p. 532).

Vizinho da “ameaça” que vinha da China, o caso japonês é ilustrativo:

Sob hegemonia norte-americana, o Japão ganhou “de graça” aquela hinterlândia econômica que havia lutado tanto para obter através de expansão territorial na primeira metade do século XX [...] Através da ação do governo norte-americano, ele obteve a admissão ao GATT e acesso privilegiado ao mercado norte-americano e aos gastos militares ultramarinos norte-americanos. Além disso, o governo norte-americano tolerou um fechamento administrativo da economia japonesa à empresa privada estrangeira que teria colocado qualquer outro governo estrangeiro entre os inimigos do Mundo Livre na cruzada da Guerra Fria (ARRIGHI, 1997, p. 107).

Em nenhum momento, a estratégia estadunidense foi benevolente ou desinteressada. Para afirmar a suposta superioridade do “Mundo Livre”, era necessário que estimular a emergência de exemplos “bem sucedidos” de produção e acumulação, mesmo se fosse necessário proteger esses espaços da própria competição das grandes empresas estadunidenses.

A despeito de suas diferenças históricas e políticas, Alemanha, Japão, Itália e Coreia foram derrotados e destruídos – na Segunda Guerra Mundial ou na Guerra da Coreia – e depois foram ocupados e transformados em ‘protetorados militares’ dos Estados Unidos. [...] Pode-se dizer com toda a certeza que a lógica da **Guerra Fria pesou decisivamente** na origem dos milagres econômicos e **na transformação posterior daqueles países em peças centrais da engrenagem econômica**. (FIORI, 2014, p. 83, grifo nosso).

Corroborando a ideia de Osorio (*op. cit.*) sobre a possibilidade de desenvolvimento de um país estar necessariamente atrelada à “neutralização das forças imperialistas”, Martins (2011, p. 51) inscreve a possibilidade de desenvolvimento de um país “semiperiférico” na conjugação de fatores internos e externos, como foi o caso do desenvolvimentismo sul-coreano. Caso falte o apoio externo (ao menos a neutralização que se reflita na ausência de condicionamento das políticas estatais), não é possível a um país financeiramente vulnerável⁸⁷ adotar uma política autônoma de *catching-up* para superar o atraso tecnológico e, por conseguinte, as transferências de valor e o ciclo vicioso que isso desencadeia.

O desinteresse imperialista no crescimento de um país, como discutido no capítulo 5, pode se manifestar de maneiras que vão muito além da postura omissa ou negligente. Pode,

⁸⁷ Cabe lembrar que, como destaca Luce (2018, p. 48), a dependência comercial, financeira e tecnológica são manifestações da mesma lógica do capitalismo dependente. As esferas encontram-se profundamente conectadas na produção capitalista.

inclusive, condicionar as políticas nacionais por meio de chantagem financeira e os seus ataques especulativos, pode impor embargos econômicos ou promover agressões militares contra países que ameaçam “sair da linha”, ou seja, de países que tentem adotar políticas autônomas e ativas de desenvolvimento tecnológico.

É evidente, como colocado anteriormente, que o fator externo dessa combinação apresentada por Martins (2011) não surge da benevolência dos países mais fortes, mas aparece como reação à pressão exercida por uma força externa. Em outras palavras, se o sistema estiver em “condições normais de temperatura e pressão”, as forças imperialistas atuam para restringir a capacidade de exercício da soberania dos países atrasados, o que, no fim das contas, se materializa na ausência de projetos efetivamente nacionais de desenvolvimento (OSORIO, 2019) e, por conseguinte, na triangulação que beneficia prioritariamente a burguesia imperialista e, “por tabela”, beneficia frações da burguesia nacional em detrimento da classe trabalhadora local.

Para a afirmação global de seu padrão de acumulação, os EUA precisavam que fosse expandida a capacidade de consumo, mas a possibilidade que foi dada para que alguns seguidores emulassem sua tecnologia⁸⁸ está inscrita na necessidade de afirmar a superioridade produtiva e ideológica do “mundo livre” ante a “ameaça comunista”. Os países que não eram convidados, por sua vez, quando muito, no bojo da “inflação coletiva de poder” típica das fases de crescimento, conseguiram curtos movimentos ascensionais que, ao fim, se revelaram pendulares, como descreve Arrighi (1997, p. 169-178) a partir de dados empíricos.

Sem convite e sem capacidade de alcançar os monopólios tecnológicos, os países periféricos que passaram por importantes processos de industrialização não conseguiram/puderam alcançar a “industrialização orgânica”. Nesse contexto, os “milagres econômicos” se mostraram ilusórios e a dependência financeiro-tecnológica foi aprofundada.

Com exceção de um punhado de países construídos como vitrines do desenvolvimento capitalista bem sucedido, os países do terceiro mundo foram instruídos a buscar o capital privado, tanto estrangeiro quanto nacional. Para atrair o capital privado, era necessário criar o clima certo para os investimentos. Isso equivalia a um compromisso com o desenvolvimento capitalista, ao cerceamento do nacionalismo e ao controle da esquerda, da classe trabalhadora e do campesinato. (SILVER; SLATER, 2001, p. 218).

Tão logo os interesses estadunidenses foram desatrelados dos “benefícios coletivos” entregues pela dispersão do seu padrão produtivo, ou seja, assim que países “convidados”

⁸⁸ “[os convidados] Puderam explorar as possibilidades de se equiparem adotando tecnologia barata, porém avançadas, dos EUA” (BRENNER, 2003, p. 51).

passaram a disputar fatias de uma massa de valor que crescia lentamente, ocorreu uma mudança na condução imperialista. Então, sob a égide do projeto neoliberal, os Estados passaram a transferir o fardo do excesso de capital (baixas taxas de lucro) para os trabalhadores e, nesse contexto, os países subdesenvolvidos passaram a disputar a atração de capital excedente dos países centrais oferecendo custos baixos, sobretudo da força de trabalho. É nesse momento que a China se insere no jogo.

Depois de quase três décadas de milagre econômico, entretanto, esse processo foi interrompido pela crise estadunidense da década de 1970, e pela nova mudança da política internacional dos Estados Unidos. [...] Foi nesse contexto que os Estados Unidos decidiram abandonar Bretton Woods, liberando sua moeda e iniciando a desregulação de seu mercado financeiro com lenta reorganização do sistema monetário internacional, baseado no dólar, mas já sem nenhuma referência metálica. A nova estratégia [...] desativou ou esvaziou o papel econômico que fora ocupado pela Alemanha e pelo Japão, e, secundariamente pelo Brasil durante a Guerra Fria. [...] o Brasil entrava num longo período de estagnação, no mesmo período em que a China era alçada à categoria de mais novo milagre econômico do sistema capitalista mundial. (FIORI, 2014, p. 84).

Medeiros (1999) e Nogueira (2008) sugerem que a etapa inicial da trajetória recente da China pode ser lida como uma variação de desenvolvimento a convite⁸⁹: “na primeira etapa [...] a China trilhou [...] uma via comum de desenvolvimento na Ásia do pós-guerra, uma via que, num contexto bastante distinto, Wallerstein denominou de desenvolvimento a convite”. (MEDEIROS, 1999, p. 503). No mesmo sentido, Nogueira (2008, p. 49-50) afirma que “podemos caracterizar, do ponto de vista geopolítico, o desenvolvimento chinês como um caso de ‘desenvolvimento a convite’, no qual a potência expansiva, os Estados Unidos, colabora na criação de um adversário econômico.”

Aqui, entende-se que os convites compõem um momento histórico essencialmente marcado pela conjugação de dois elementos: crescimento sistêmico e a ação de uma força exógena à qual a condução imperialista precisava responder. A China, por sua vez, se insere no sistema mundial em um momento de crise de superacumulação, quando os eventuais convites trariam mais países para a disputa de uma massa de valor que encontra dificuldades para crescer. Ao contrário do pós-guerra, quando os EUA abocanhavam volumes crescentes da massa de valor entregando convites, a abertura da China aos fluxos globais de valor acontece no decorrer de mais uma crise superacumulação e, certamente, não participa da estratégia de afirmação hegemônica da grande potência capitalista do momento.

⁸⁹ Segundo Anderson (2018, p. 45), a China tinha uma relação com EUA que se apresentava como “amizade cautelosa, mais do que um antagonismo calculado”.

Como coloca Anderson (2018, p. 65-66), os contextos históricos dos convites e o início da abertura chinesa foram bastante diferentes.

No Japão, na Coreia do Sul e em Taiwan, os Estados emergentes no pós-guerra foram criação da ocupação ou da proteção estadunidenses, formando uma das linhas de frente da Guerra Fria. Estrategicamente, permanecem até hoje sob a tutela de Washington – cravejados de bases militares ou cercados por belonaves norte-americanas – sem ter verdadeira autonomia diplomática ou militar. Carentes de soberania política [...]

Configuração oposta prevaleceu na RPC. Lá o Estado pós-revolucionário era totalmente soberano na arena internacional [...] e muito mais forte no plano interno, desde o início. Justamente por isso, quando veio a Era da Reforma, o RPC pôde assimilar um influxo maciço de capital externo, sem receio de que isso pudesse lhe acarretar descrédito ou provocar a subversão interna. (*Ibid.*, p. 65-66).

A comparação dos dois trechos transcritos abaixo evidencia como a China e os convidados puderam adotar certas políticas econômicas e industriais semelhantes, mas, mais do que isso, mostra como as posturas imperialistas são diferentes em cada época. Brenner (2003) apresenta as políticas adotadas no bojo das permissões entregues pelos EUA (convites) enquanto Belluzzo (2018) sintetiza a estratégia autônoma da China.

No pós-guerra, os EUA entregaram proteção militar e econômica para seus convidados.

[...] proporcionaram níveis substanciais de proteção para a indústria doméstica durante uma boa parte da época pós-guerra, enquanto lhe ofereciam subsídios e proteção para suas moedas desvalorizadas. Tais governos também cuidaram da “repressão das finanças”, regulando rigorosamente as atividades dos emprestadores e especuladores na frente doméstica, enquanto impunham rígidos limites na mobilidade internacional do capital, tudo com o objetivo de garantir que a atividade financeira estivesse atrelada às necessidades de expansão do setor manufatureiro doméstico (BRENNER, 2003, p. 51).

Na China, por sua vez, a internalização de tecnologia apareceu como condição imposta pelo país para que o capital superacumulado pudesse explorar suas condições de custo. Contudo, ao contrário do que ocorreu nos convites, naquele momento iniciava-se a “virada financeira” e as forças imperialistas preconizavam a completa desregulamentação das economias nacionais. A “neutralização” conseguida pelo país não foi entregue pelas potências imperialistas, ela foi imposta pelo seu Estado.

A estratégia da China combina, até agora com sucesso, a atração de investimento direto estrangeiro para parcerias com empresas locais (privadas e públicas), a absorção de tecnologia e a fixação de metas de exportação e de geração de saldos positivos na balança comercial. Integrar a economia significa conquistar mercado, ampliar o superávit comercial e manter rigoroso **controle sobre o movimento de capitais**. A determinação da **taxa de câmbio não é deixada aos mercados**, e sim usada como instrumento de

competitividade. Isto, obviamente, é motivo de **escândalo para os economistas neoliberais**. (BELLUZZO, p. 15, grifo nosso).

Os convites eram entregues permitindo a adoção de políticas protecionistas, disciplinamento financeiro e controle da mobilidade do capital. Em sentido oposto, as adaptações em território chinês ocorrem em momento que o imperialismo neoliberal impunha a desregulamentação financeira, livre mobilidade de capitais e abertura comercial. Os contextos sistêmicos dos convites e da abertura chinesa são claramente dessemelhantes.

Não foi por qualquer interesse da grande potência de convidar ao desenvolvimento um país governado por um partido comunista que os condicionamentos imperialistas não atuaram sobre a China, mas pela necessidade de responder às contradições do movimento da acumulação. A relativa passividade inicial das grandes potências ante o projeto chinês refletia a conveniência que representava a introdução de novas rotas de baixo custo para o capital superacumulado. A pressão que condicionou a ação-omissão imperialista era, portanto, endógena ao sistema, era resultado “natural” do movimento da acumulação. A resposta imperialista à abertura chinesa estava, pois, atrelada à necessidade de responder à “maturidade excessiva” das contradições da acumulação naquele momento... e o Estado chinês soube interpretar e usar isso a seu favor.

Do ponto de vista das grandes potências, a abertura da China acontecia em momento conveniente, primeiro, porque representava uma substancial ampliação do volume do sistema justamente quando, como explica Brenner (2003), o excesso de capital pressionava para baixo as taxas de lucro; segundo, porque a China se propunha a produzir bens-salário baratos para os países centrais (reduzindo o custo com capital variável nos países centrais); e, por fim, porque aumentaria a competição de custos entre os países periféricos em um momento que a condução imperialista preconizava a transferência da pressão do capital para os trabalhadores. Tão significativa foi essa conveniência que “a China [...] tornou-se um redemoinho que sugou empregos da manufatura de todo o mundo, tornando-se a ‘fábrica do mundo’” (HUNG, 2018, p. 4).

O avanço das vias capitalistas na China era bem visto pelas grandes potências, mas seu desenvolvimento deveria ser barrado para manter a conveniência. A postura dos países imperialistas mais desenvolvidos refletia, portanto, a necessidade de encontrar rotas lucrativas para seu capital excedente, não a estratégia de dispersão de ramos de um novo eixo produtivo. Naquele momento, a entrada de um país com as dimensões da China representava fôlego extra a um padrão de acumulação em crise.

Ademais, a percepção de conveniência era reforçada pela observação de que as condições iniciais oferecidas pelo país apontavam para a implantação de alguma forma de capitalismo dependente.

Os Estados Unidos esperam ter à disposição um **imenso país fornecedor de força de trabalho de baixo custo e de produtos de baixo conteúdo tecnológico a preços irrisórios**; a China almeja acessar a tecnologia avançada que agora, depois da crise e da queda da URSS e do campo socialista, é monopólio do Ocidente. De tal maneira, poderia ser preenchida a diferença em relação aos países capitalistas mais avançados e liquidada a primeira grande desigualdade; entretanto, esse projeto não é absolutamente fácil de realizar; já que os Estados Unidos em particular tentam **submeter o grande país asiático a uma espécie de embargo tecnológico**. (LOSURDO, 2015, p. 328, grifo nosso).

Discorda-se de Harvey (2008, p. 131), que é um autor central para a linha argumentativa deste trabalho, quando ele afirma que “é difícil considerar isso [a coincidência entre as reformas chinesas e a ‘virada para as soluções neoliberais’] mais do que um acaso conjuntural”. De fato, quando iniciou sua abertura, o Estado chinês ainda não poderia prever as linhas mais finas da resposta imperialista. Contudo, é, no mínimo, bastante plausível a ideia de que um Partido que governava o país há três décadas dizendo seguir os princípios do marxismo-leninismo⁹⁰ (JIANG, 2002; TSÉ-TUNG, 2004; JINPING, 2019) conseguiria interpretar as manifestações cíclicas da acumulação capitalista e, então, prever os contornos da “condução em resposta” àquelas condições⁹¹.

A leitura da obra do próprio Harvey (2004, 2006a e 2006b), se já estivesse disponível, permitiria ao PCCh perceber certo padrão de resposta às crises. Justamente por isso, entende-se que a “virada chinesa” não coincidiu com a “virada neoliberal” por puro “acaso conjuntural”, mas que o Estado chinês soube interpretar a fase do ciclo, conseguiu prever as linhas gerais da condução imperialista e, então, pôde atuar em resposta à “condução em resposta” das grandes potências.

Apesar de tratar como “mera coincidência conjuntural”, Harvey (2008, p. 132) identifica vínculos entre a ascensão chinesa e o momento da acumulação sistêmica: “a emergência da

⁹⁰ “A força-núcleo que dirige nossa causa é o Partido Comunista da China. A base teórica que guia o nosso pensamento é o marxismo-leninismo” (TSÉ-TUNG, 2004, p. 17). “[...] aplicando a teoria marxista-leninista do Estado e combinando-a com as condições reais da China, instituímos o poder estatal socialista de ditadura democrática popular dirigida pela classe operária, baseada na aliança operário-camponesa neste grande país do Oriente, o mais populoso do mundo” (ZEMIM, 2002, p. 19).

⁹¹ Como relatam Brenner (2003) e o próprio Harvey (2004), a crise de superacumulação foi percebida no fim da década de 1960. A abertura chinesa ocorre apenas no fim da década seguinte.

China como potência econômica global a partir de 1980 foi em parte uma consequência não pretendida da virada neoliberal no mundo capitalista avançado”. Nesse ponto concorda-se plenamente com o marxista inglês: lendo corretamente o momento, a China soube se aproveitar das respostas neoliberais, seus dirigentes perceberam que “a ‘proposta estadunidense’ para a economia global incluía oportunidades para seu projeto nacional de desenvolvimento” (BELLUZZO, 2018, p. 18).

É lógico que, do ponto de vista das grandes potências, a conveniência da inserção chinesa seria mantida se o país obedecesse à regra histórica do imperialismo. O que se deve buscar entender é justamente o porquê de o país ter trilhado um rumo inesperado se oferecia ao capital justamente o elemento desencadeador da dependência: força de trabalho barata em um momento que o capital buscava compensar queda taxas de lucro transferindo a pressão para os trabalhadores.

Tamanha era a proximidade entre os fatores oferecidos pela China e esses elementos desencadeadores que renomados pensadores da esquerda mundial previram que a abertura conduziria o país a uma posição periférica.

Quando, sete anos antes do PCUS, o PCCh embarcou no curso da reforma, a China era muito mais pobre e atrasada do que a Rússia. Por volta de 1980, o PIB per capita da República Popular da China era catorze vezes menor que o soviético. Mais de 70% da mão-de-obra estava empregada na agricultura, contra 14% na União Soviética [...] Pode-se afirmar com segurança que nenhum observador, na China ou fora dela, poderia ter previsto a reviravolta que ocorreria três décadas mais tarde no destino de ambos os países (ANDERSON, 2018, p. 43).

Hoje, é incontroversa a percepção de que a China conseguiu impor condicionantes ao capital estrangeiro que entrava no país para modernizar sua economia. Ademais, não era preciso ser um país governado por um partido que se diz marxista-leninista para perceber que o capital redundante estava ávido por rotas lucrativas. Então, se o sucesso capitalista chinês se apoia em condições sistêmicas, porque os países periféricos também não aproveitaram essa janela de oportunidade? Por que não aproveitaram a existência de capital redundante como trampolim para a modernização e crescimento de sua economia? Enfim, por que a China consegue conter as forças imperialistas e os países periféricos de passado sistêmico têm suas políticas condicionadas por elas?

A resposta a essas perguntas foi estruturada nos capítulos anteriores. Sobretudo nas crises, quando “a política passa [...] a ser o elemento mais elevado” (LEFEBVRE, 2020, p. 214-215), a “condução” das grandes potências “em resposta” às condições concretas da acumulação

global traz a participação direta dos Estados para, de um lado, evitar a descontinuidade da acumulação e, de outro, apontar o dever das participações nacionais. Para isso, as forças imperialistas recorrem às pontes políticas nos países periféricos, recorrem a elemento estrutural do sistema: a subsoberania.

Para a manutenção da conveniência chinesa, seria preciso que o país se enquadrasse nessa lógica. É nesse ponto que se encontra a pedra que impede a convergência das águas chinesas ao curso esperado e historicamente observado dos países periféricos: não existia no país asiático a fração “dominante dominada” e, ademais, a soberania é elemento milenar indiscutível de legitimação do poder do Estado.

Se a ascensão chinesa não ocorreu “a convite”, também não é independente do contexto sistêmico. Vindo de um passado antissistêmico de construção inflexível do socialismo, sem dívidas externas significativas (POMAR, 2003, p. 117) e com uma capacidade ímpar de planejamento e execução, o Estado chinês consegue, mais do que neutralizar as forças imperialistas, usar a sede do capital imperialista por lucros imediatos como catalisador da modernização de sua economia.

O elemento externo da combinação descrita por Martins (2011) não é oferecido de bom grado à China, não é oferecido para que o país, governado por um partido comunista que mantém o discurso do “caminho socialista”, surja como exemplo das virtudes capitalistas. O fator que explica a entrada de capital estrangeiro no país é estrutural, é ligado à própria processualidade contraditória da acumulação e a capacidade de impor condicionantes a esse capital é um legado da Revolução.

Crises de superacumulação são tão velhas quanto o próprio capitalismo. Como Lenin já diagnosticava há muito tempo [...], uma crise de superacumulação dentro de uma economia doméstica leva os capitalistas a exportar capital em busca de lugares com taxas de lucro mais altas. Foi exatamente assim que o capital industrial do centro foi realocado para a Ásia e para a China depois dos anos 1970 (HUNG, 2018, p. 7).

7.2 A SOBERANIA COMO FUNDAMENTO DA ASCENSÃO CHINESA

A inserção chinesa é repleta de peculiaridades que vão muito além das dimensões geográficas e demográficas do país. Trata-se de uma civilização milenar que, orgulhosamente⁹³, se denomina como o Reino do Meio⁹⁴; é um país que “sempre teve um papel decisivo nos fluxos internacionais, conseguindo manter, desde os tempos mais remotos, sua unidade política e centramento cultural” (PINHEIRO-MACHADO, 2013, p. 25). Além da história milenar, é um país que, há mais de sete décadas, é governado por um partido comunista.

O Reino do Meio dominara o mundo compreendido em sua esfera de influência desde a unificação promovida pelo primeiro imperador, no tempo das Guerras Púnicas no Ocidente; fora conquistado algumas vezes, mas jamais sofrera a rivalidade de qualquer Estado comparável da região, onde foi, de longe, a potência mais rica, mais avançada e mais poderosa, a que as outras podiam somente prestar tributos, e não esperar tratamento em pé de igualdade. [...] a China era o centro da civilização e seu apogeu natural (ANDERSON, 2018, p. 49).

Ao longo dos milênios, a China, como coloca Polanyi (2012), manteve sua economia “enraizada” em seu todo social, ou seja, manteve seu sistema econômico submetido a instituições não-econômicas da sociedade⁹⁵. Por causa desse enraizamento, Arrighi (2008) afirma que, na China, economia de mercado e capitalismo não teriam se encontrado até as Guerras do Ópio.

Mesmo nos períodos de pujança econômica, os altos postos do Estado chinês não eram ocupados pelos comerciantes mais bem-sucedidos, nem por seus representantes. Na verdade, com uma economia “enraizada”, o sentido de “sucesso” para a civilização chinesa esteve mais ligado à ascensão aos postos burocráticos do Estado do que propriamente aos resultados das atividades econômicas.

A estrutura de poder chinesa estava concentrada numa camada: a sociedade burocrática. Não se tratava da inexistência de comerciantes, já que o comércio,

⁹³ “No ano em que o mundo cristão considera o nascimento de Jesus Cristo e inicia, assim, o seu calendário gregoriano, a cultura chinesa já estava consolidada com todas as bases de seu pensamento filosófico – que perduram até os dias de hoje – bem como as raízes políticas, morais, legais e artísticas. Mas, principalmente, a China já possuía um sentimento de ser e estar no mundo bastante definido. [...] a construção da identidade chinesa, enquanto um povo superiormente civilizado em torno do qual o mundo gira, é elemento decisivo para a resistência chinesa, a qual é baseada no orgulho. No entanto, por meio da humildade taoísta, este orgulho foi contrabalanceado ao longo da história” (PINHEIRO-MACHADO, 2013, pp. 51-52).

⁹⁴ Zhongguo, nome da China em mandarim.

⁹⁵ Economia “desenraizada”: “a produção e a distribuição de bens materiais são efetuados por meio de um sistema autorregulador de mercado regido por leis próprias [...] [o sistema econômico] separa-se das instituições não econômicas da sociedade, como a organização do parentesco e os sistemas políticos.” (POLANYI, 2012, p. 95).

inclusive de longa distância, floresceu em vários momentos. Entretanto, nenhuma classe pôde disputar o poder com os mandarins letrados, estando todas subordinadas a este estamento burocrático. [...] Mesmo os mercadores abastados impelem seus filhos a ocupar as posições de destaque, ‘traindo sua classe’ (BARBOSA, 2021, p. 20).

O todo social ao qual economia estava subjugada era organizado por um Estado que, por causas naturais (sem aspas!), havia surgido como uma “forma primitiva de Estado desenvolvimentista” e que, segundo a antropóloga e sinóloga Rosana Pinheiro-Machado, ainda hoje mantêm “a noção de *xiaokang* como princípio para o desenvolvimento do país”, no qual o Estado tem participação central.

“[...] guardadas as devidas proporções históricas, a China já surge com uma forma primitiva de Estado Desenvolvimentista. Essa característica é resultado de um Estado nacional que nasce tendo, diante de si, a tarefa de organizar, elaborar e executar milhares de intervenções sobre o território ante a necessidade de contenção de enchentes e da construção de cidades comerciais e administrativas”. (JABBOUR; DANTAS, 2021, p. 58).

[...] *Xiaokang* é um termo mobilizado de Mêncio a Mao e empregado por todos os governantes que sucederam ao “Timoneiro”. Seu significado é de que **o bem-estar das famílias, a subsistência mínima, deve ser providenciado pelo Estado** – instituição com papel ativo na promoção da justiça social tanto em tempos de crise quanto em tempos de abundância. Elizabeth Perry ressalta que, seja na filosofia política a que seus governantes recorrem, seja na cultura popular, a ‘grande harmonia’ confuciana entre o mandato celestial dos governantes e a população só existe com *xiaokang* (PINHEIRO-MACHADO, 2018, p. 117, grifo nosso).

Os motivos do orgulho chinês foram violentamente atacados ao longo do “século das humilhações”, quando o país foi arrastado para a época colombiana⁹⁶, quando Ocidente branco subjugou o resto do mundo (LOSURDO, 2015). Os princípios histórico-civilizacionais ligados ao *xiaokang*, inclusive a unidade política e centramento cultural, foram destroçados pela “artilharia pesada” não dos baixos preços das mercadorias, como haviam previsto Marx e Engels (2017, p. 25), mas pela artilharia propriamente dita dos países imperialistas.

A subjugação da China à época colombiana não foi resultado da “menor eficácia dos mecanismos de mercado. [...] A imposição do mercado teria vindo por meio da força, na sequência das Guerras do Ópio.” (BARBOSA, 2021, p. 26)

⁹⁶ “Voltando cerca de cinco séculos, deparamo-nos com a descoberta-conquista da América e com o início daquela que Halford J. Mackinder, um dos pais da geopolítica, definiu como a ‘época colombiana’ da descoberta e da ‘apropriação’ política do mundo pelo Ocidente, que se expande triunfalmente encontrado ‘uma resistência quase insignificante’. [...] Escavou um sulco profundo entre o Ocidente e o resto do mundo, que possibilitou o imenso poder militar do primeiro e estimulou, ou facilitou, a arrogância cultural, e muitas vezes até racial, exibida pela estreita área de desenvolvimento econômico e tecnológico mais avançado” (LOSURDO, 2015, p. 329).

A partir do século XIX, começou a ocorrer uma série de transformações na China, em virtude da crescente penetração estrangeira. Essa penetração foi marcada principalmente por conflitos bélicos, em que as potências estrangeiras impuseram suas reivindicações econômicas pela força das armas, como na Primeira Guerra do Ópio, de 1839-42, na Segunda, de 1856-60, na Guerra Franco Chinesa, de 1884-85, ou mesmo na Guerra Sino-Japonesa de 1894-95 (SECCO; MAO JR., 1998, p. 20).

A entrada forçada do país na lógica europeia deu vez à “Grande Divergência” (POMERANZ, 2013) que, ao mesmo tempo em que impulsionou o crescimento europeu, fraturou a prosperidade milenar⁹⁷. O país que fora o mais rico do mundo passava a figurar entre os mais pobres⁹⁸: “Assistimos, na Ásia, a um retrocesso assustador: na China também a população precipita em massa no pauperismo. Torna-se sempre mais nítido aquilo que nossos dias foi definido como a ‘grande divergência’” (LOSURDO, 2015, p. 149).

No século seguinte à derrota da China na primeira Guerra do Ópio, o eclipse da Ásia oriental transformou-se no que Ken Pomeranz chamou de Grande Divergência. O destino político e econômico de duas regiões mundiais caracterizadas até então por padrões de vida semelhante divergiu de modo acentuado: a Europa ascendeu rapidamente ao zênite de seu poderio e a Ásia oriental despencou com a mesma rapidez para o seu nadir. No fim da Segunda Guerra Mundial, a China havia se tornado o país mais pobre do mundo (ARRIGHI, 2008, p. 20).

Apesar das agressões, o orgulho do Reino do Meio não recuou. Ao contrário, as humilhações impostas pelas potências imperialistas serviram de combustível para a Revolução Comunista: “Como é notório, no momento da fundação da República Popular Chinesa, Mao Tsé-Tung (2004) proclamava que a nação chinesa ergueu-se em seus próprios pés e que ninguém poderia mais pisoteá-la.” (LOSURDO, 2020b, p. 105).

Por mais de um século, a China não tivera um governo central capaz de se contrapor à agressão estrangeira e assegurar a manutenção da ordem no país. o comunismo trouxe ambos: soberania nacional e paz interna. [...] a República Popular, encarnando ideais patrióticos e disciplina social, veio ao mundo usufruindo de um grau de consentimento popular que a União Soviética jamais conheceu (ANDERSON, 2018, p. 30).

⁹⁷ “‘Um grande acontecimento’, é como também Tocqueville nomeia essa guerra infame; é para ele ‘a última etapa de uma série de acontecimentos da mesma natureza que empurram gradualmente a raça europeia para fora dos seus confins e submetem sucessivamente a seu império ou à sua influência todas as outras raças [...] é a submissão de quatro partes do mundo à obra de uma quinta’” (LOSURDO, 2020b, p. 165)

⁹⁸ “[...] A China estava quase destruída, depois da guerra, no início do novo governo. Em grande proporção, havia ferrovias paralisadas, indústrias fechadas, economia com desabastecimento e insuportável desemprego. Fábricas, bancos, comércio atacadista, firmas de comércio exterior tinham estado em grande medida em mãos do capital externo e, com a vitória da revolução, os estrangeiros tinham transferido bens e empresas para Taiwan. A sétima esquadra norte-americana postava-se diante da costa chinesa ameaçadoramente. [...] Em média, o consumo per capita dos chineses revelava, conforme dados de 1952, uma pobreza atroz: por exemplo, consumo diário de meio quilo de arroz ou grãos e aquisição de um par de sapatos a cada cinco anos.” (SOUZA, 2007, p. 108)

Losurdo (2015 e 2020b) argumenta que, na República Popular da China (RPC), a luta de classes sempre trouxe em si a questão nacional⁹⁹. Aqui aparece um ponto importante: com a Revolução, a questão nacional, que compõe “o legado filosófico [...] de legitimidade e autoridade”. (PINHEIRO-MACHADO, 2018, p. 114-115), se entrelaçou com a luta de classes e serviu de bússola e de legitimador para as ações do Partido-Estado.

Nos termos de Tsé-Tung (2004), ao realizar a completa expropriação política da burguesia, o PCCh reconquistou a soberania nacional ao mesmo tempo em que quebrou as pontes imperialistas. Para o Grande Timoneiro, manter os “tigres de ferro” do imperialismo afastados do país deveria fazer parte do “pensamento tático” do Partido. Como coloca Losurdo (2020a, p. 190), “Mao Tse-Tung sempre sustentou que os comunistas chineses precisavam conduzir a expropriação política da burguesia até o fim, ou seja, a burguesia não deveria ser capaz de exercer nenhum poder político, nenhuma influência política real”.

Nas palavras do próprio Mao Tsé-Tung (2004, p. 63):

A liquidação do domínio do imperialismo, do feudalismo e capitalismo burocrático na China levou ao povo chinês mais de cem anos e custou-lhe dezenas de milhões de vidas, antes que se alcançasse a vitória em 1949. Digam, acaso não eram tigres vivos, tigres de ferro, verdadeiros tigres? No entanto, finalmente, acabaram por transformar-se em tigres de papel [...] o imperialismo e todos os reacionários devem ser considerados como são – tigres de papel; é nessa base que devemos assentar o nosso pensamento estratégico. Por outro lado, porém, eles são também tigres vivos, tigres de ferro verdadeiros tigres capazes de devorar as pessoas. É nessa base que devemos assentar nosso pensamento tático.

Durante a era Mao, a economia chinesa crescera bastante¹⁰⁰, mas parcela significativa desse resultado foi consequência sobretudo da mobilização popular do que dos ganhos de produtividade: “A estratégia era mobilizar a energia de milhões de homens e mulheres para

⁹⁹ “[...] não se pode compreender a *species* separando-a do *genus*. De modo análogo, podemos argumentar [...] que luta de classes é o *genus* que, em determinadas circunstâncias, assume a forma específica de ‘luta nacional’. Se as classes e a luta de classes se constituem e se desenvolvem sobre a ‘base material’ da produção e da distribuição dos recursos e dos meios que garantem a vida, sobre a base das ‘relações sociais vitais’ e das ‘reais relações de vida’, fica evidente que é necessário considerar a ‘divisão do trabalho’ não só em âmbito internacional, mas também internacional, sem nunca perder de vista o ‘mercado mundial’. A ordem existente destina uma divisão do trabalho particularmente abjeta aos povos privados de sua independência, sobretudo aos povos sujeitados ao domínio e ao saque colonial” (LOSURDO, 2015, p. 28).

¹⁰⁰ “Apesar de todas as dificuldades que ocorreram, entre 1952 e 1978 [...] a produção industrial aumentou numa média de 9,4% ao ano. [...] o PIB chinês cresceu numa média de 6,2% ao ano, sendo que, nos últimos 10 anos antes das reformas pró-mercado, o PIB cresceu, em média, 6,8% ao ano. [...] a população chinesa cresceu 57% [...] a expectativa de vida dobrou de 35 para 68 anos. Isso foi reflexo da melhora exponencial na produção e nas condições de vida, alimentação, saúde e educação, direitos sociais e radical diminuição da desigualdade. Assim, a fome foi eliminada e houve uma significativa ampliação do mercado interno, da capacidade de produção e consumo de bens de consumo populares”. (SOUZA; ALMEIDA, 2021).

resolver, profundamente, o solo da economia, da política e da ideologia na China”. (SOUZA, 2007, p. 124). No mesmo sentido, Losurdo (2020b, p. 63) afirma que “Mao Tsé-tung acreditou que resolveria tais problemas [como conduzir o país, ao mesmo tempo, em direção à modernidade e ao socialismo] apelando para uma incessante mobilização de massas.”

Isso aconteceu porque, como colocam Souza e Almeida (2021), conhecedor do poder de sedução que o capital havia exercido sobre o operariado alemão, “Mao Tsé-tung tinha consciência do risco de restauração do capitalismo na China e lutou contra isso enquanto pôde”. Por isso, o PCCh buscou construir o socialismo sem ceder espaço para os elementos capitalistas e teve como prioridade a completa expropriação das “burguesias burocrática e compradora [...] que têm na associação com o capital externo sua razão de ser, atuando como extensão dele” (MAGALHÃES, 2008).

Assim, antes das reformas, “existiam na China apenas duas formas de propriedade social: a propriedade estatal e coletiva” (POMAR, 2003, p.11). De 1949 até 1957, “havia reduzido de 7% para zero a participação da economia capitalista e de 72% para 7% a da economia individual. [...] elevaram a participação da economia estatal de 19% para 32%, da coletiva ou cooperativa de 1,5% para 53%, e da mista estatal-privada de 0,7% para 8%” (*Ibid.*, p. 91). Quando Mao morreu, em 1976, existiam na China “apenas duas formas de propriedade social: a propriedade estatal e coletiva. A estatal era tida como pública sob gestão do governo, a coletiva [...] era uma mistura de propriedade social e privada, na medida em que pertencia coletivamente, mas apenas a uma parcela da sociedade” (*Ibid.*, p. 111).

Com isso fica claro que a era Mao erradicou da China a própria condição de existência da “burguesia compradora” e, assim, quebrou as pontes por meio das quais as forças imperialistas poderiam exercer “ingerência pacífica” sobre as ações do Estado. Soberania e, como parte disso, a ação anti-imperialista compõe a percepção do *xiaokang*, que está na base da civilização chinesa. Este princípio refere-se à percepção de “estar no rumo certo” para a reconstrução do Reino do Meio e é base da legitimação da condução estatal.

Essa breve digressão histórica é importante para localizar a importância da soberania e da condução centralizada para o povo chinês, é importante para destacar que o Partido Comunista emerge ao comando do Estado e, ainda hoje, sustenta a legitimidade das reformas econômicas atrelando-as a essa bandeira: “a afirmação nacional da China tem passado pela sua ascensão econômica, política e militar no mundo como a nova e efetiva superpotência”. (SOUZA, 2018, p. 248). Fiori (2014, p. 91) é enfático nesse sentido: “para os chineses, o desenvolvimento

capitalista é apenas um instrumento a mais de defesa de sua civilização milenar contra os sucessivos cercos e invasões de ‘povos bárbaros’”.

Os objetivos das reformas econômicas sempre foram postos com muita clareza: modernizar a economia e acelerar o crescimento econômico. Nas palavras de Deng Xiaoping, principal líder do processo, “não importa a cor do gato, mas se é ou não capaz de caçar ratos”, o que significava que fazer a economia crescer e se modernizar deveriam ser prioridades absolutas e que as contradições em relação ao “caminho socialista” deveriam ser relativizadas.

Embora o igualitarismo como objetivo de longo prazo da China não tivesse sido abandonado, Deng alegou que as iniciativas individual e local tinham de ser desencadeada a fim de aumentar a produtividade e promover o desenvolvimento econômico. O corolário, o fato de que algum nível de desigualdade iria inevitavelmente surgir, era bem entendido como algo que se teria de tolerar. **Sob o slogan *xiaokang*** – o conceito de uma sociedade ideal que provê bem a todos os seus cidadãos – **Deng se concentrou nas ‘quatro modernizações’**: na agricultura, na indústria, na educação e na ciência e defesa. (HARVEY, 2008, p. 27, grifo nosso).

É importante ressaltar que Xiaoping mantinha em seu discurso a noção leninista e a visão maoísta acerca da necessidade de manter a burguesia afastada dos postos de comando político. Mesmo com o avanço dos elementos capitalistas, o Partido continuou proclamando a teoria marxista-leninista como norte para a construção do “socialismo com características chinesas” e evitou ameaças de penetração da tal “democracia burguesia” identificando-a como ameaça ao exercício da soberania do Estado. Nas palavras do ex-presidente da República Popular da China, Jiang Zemin (2002, p. 19),

[...] aplicando a teoria marxista-leninista do Estado e combinando-a com as condições reais da China, instituímos o poder estatal socialista de ditadura democrática popular dirigida pela classe operária, baseada na aliança operário camponesa neste grande país do Oriente, o mais populoso do mundo. Aplicamos o sistema de assembleia popular (...) praticamos a consulta política sob a direção do Partido Comunista na luta comum pelo socialismo.

É verdade que Lênin considerava que se o capitalismo de Estado fosse implantado sob rígido controle do proletariado, seria possível dirigir os elementos capitalistas para a edificação do socialismo. O líder bolchevique enxergava que, nas condições objetivas da Rússia, o capitalismo de Estado seria uma fase de “preparação material mais completa para o socialismo (...) sua ante-sala, um degrau da escada histórica entre o qual e o degrau chamado socialismo não há nenhum degrau intermediário” (LENIN, 1979b).

Para Lenin (*op. cit.*), as premissas para não “temer o capitalismo de Estado” estavam postas na URSS. Como os trabalhadores já tinham a “absoluta possibilidade jurídica de tomar

todos os milhões, isto é, de não entregar um só copeque que não seja destinado aos fins socialistas” pois “nossos tribunais são tribunais de classe contra a burguesia”, não havia motivo para temer que avanço de elementos capitalistas fosse sobrepujar o caminho socialista.

Quando, no bojo da Nova Economia Política (NEP), Lenin (*op. cit.*) propôs a via do “capitalismo de Estado”, muitos elementos capitalistas ainda eram bastante fortes na Rússia. Na China, ao contrário, após três décadas de Revolução, quando o PCCh propôs as concessões ao capital, esses elementos já tinham sido praticamente erradicados. Pode-se concluir, portanto, que a NEP e as reformas chinesas foram propostas em condições diferentes: enquanto o PCUS teria que lidar com elementos capitalistas, o PCCh pôde conduzir a “reentrada” desses elementos.

Como Estado totalmente independente, com pleno controle de seu território, a China era capaz tanto de controlar fluxos de capital estrangeiro por meio do poder político – um pouco do que Lenin tinha pretendido por ocasião da Nova Economia Política (NEP) – quanto dominar ou manipular o capital graças ao controle contínuo das instâncias econômicas estratégicas – financeiras e industriais (ANDERSON, 2018, p. 66).

Então, adaptando a frase de Lenin (*op. cit.*) transcrita anteriormente, o Estado chinês teria forças para fazer as concessões aos capitalistas sem lhes entregar um só yuan que não fosse destinado aos fins do crescimento e da modernização. Se as garantias do caminho socialista são questionáveis, é evidente que as concessões ao capital participam do sucesso do projeto de crescimento e modernização da economia chinesa.

Xiaoping argumentava que somente a combinação entre as forças do mercado, descentralização e planejamento seria capaz de trazer eficiência à economia chinesa para que, com o salto qualitativo das forças produtivas, o caminho do socialismo chinês pudesse ser construído. Xiaoping (2018, *apud* Anderson, 2018, p. 47) observava que, se a China permanecesse isolada, “não seria possível nenhum desenvolvimento econômico, nenhum aumento do padrão de vida, nenhum fortalecimento do país”.

Era, para usar de eufemismo, improvável que o mercado fosse cumprir com sua parte nessa combinação em um país cujo Estado afirmava em alto e bom som que, seguindo a linha marxista-leninista, tem como objetivo construir o “socialismo com características chinesas”. Para atrair o capital e, então, aprender com “moderna técnica capitalista”, seria preciso, antes, tornar o território chinês atrativo ao capital, seria preciso, como defendia Lenin (*op. cit.*), fazer concessões temporárias ao capital, mas sem ceder espaço do comando político, isso é central para localizar a trajetória recente da economia chinesa. Logicamente, essa “ajuda” não viria se

o capital não vislumbrasse na China condições lucrativas, essa “ajuda” não aconteceria sem que fosse promovida uma “adaptação adequada” do território chinês aos interesses do capital.

Contudo, quando inicia seu processo de abertura, sequer havia um mercado de trabalho constituído no país. Para “caçar o rato”, seria preciso promover uma espécie de acumulação primitiva em que os trabalhadores fossem desvinculados dos meios de produção e ficassem “duplamente livres” para vender sua força de trabalho ao capital. Tão “bem sucedido” foi esse processo que, em pouco tempo, as condições do mercado de trabalho chinês se constituíram como atrativo irresistível ao capital dos países centrais.

[...] com as reformas, os contratos começaram a substituir o status de emprego permanente. Instituiu-se a liberalização do recrutamento e demissões. Estabeleceu-se uma nova e frágil forma de sistema social de seguridade, inclusive para os desempregados e aposentados, diminuindo as obrigações diretas de seguridade social das empresas nos custos de reprodução da força de trabalho. (SOUZA, 2018, p. 100-101).

Para acelerar a modernização da economia, a China passou a praticar uma política de “portas abertas”. Contudo, como já dito e repetido, o capital não se reproduz sem que estejam disponíveis condições físicas, social e institucionais adequadas à sua reprodução ampliada. Foram, então, realizadas profundas adaptações físicas, sociais e culturais para preparar o espaço para receber o capital e sua “moderna técnica”. Para essa preparação, como destaca Wood (2014, p. 29), os Estados sempre foram instrumentos indispensáveis, pois, além de serem os únicos com poder para tanto, são “o mais confiável fiador das condições necessárias para a acumulação”. Na China, o Estado não deixava dúvida de que seria um fiador confiável.

As reformas preparavam o território para oferecer ao capital as condições adequadas para sua reprodução lucrativa. Nesse sentido, o Estado chinês parecia atuar em favor do capital excedente dos países imperialistas, afinal, mais uma vez adaptando afirmação de Lenin (2011, p. 181), o capital que entrava na China logicamente não buscava a elevação do nível de vida das massas do país, mas o aumento desses lucros já que, lá, os capitais eram escassos e os salários baixos.

Do outro lado, como esclarece Amaral (2012, p. 128), a exportação de capital “apresenta-se como mero mecanismo a partir do qual a dependência se estabelece [...] impõe aos territórios receptores [...] uma espécie de adaptação de toda sua estrutura produtiva, econômica, política, social e cultural interna às exigências dos territórios exportadores”. Ao contrário do que previa a lógica, a exportação de capital para a China não provocou a adaptação necessária para amarrar

o país na condição de emissor de valor, mas participou do plano estatal de modernização da economia.

É interessante notar que a enorme entrada de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) na China contradiz princípios básicos da teoria ortodoxa: o país era governado por um partido comunista, a propriedade privada era uma novidade sem segurança jurídica, o país era tido como um dos mais corruptos e a renda per capita era pequeníssima. Quando os IED começaram a entrar em maior volume, não havia, ainda, mercado consumidor relevante no país. Aliás, mesmo em termos potenciais, o mercado consumidor de massa não justificava a entrada dos IED, pois, além de estar fechado ao capital estrangeiro, não se vislumbrava a possibilidade de convergência entre as estruturas produtiva e de consumo da massa trabalhadora.

Além da inabalável determinação do Estado de “ajustar o país”, a única variável condizente com a teoria é justamente a existência de uma mão-de-obra abundante, barata e disciplinada que progressivamente era “liberada” dos meios de produção pela ação direta do próprio Estado. O que essa teoria não prevê, mas que, como discutido na sessão anterior, está na base explicativa mais fundamental dessa entrada de capital estrangeiro, é a existência de um enorme volume capital superacumulado ávido por alternativas lucrativas, sobretudo a partir da compressão dos custos.

As teorias ortodoxas não estabelecem relação entre o fluxo de investimento direto e as contradições da acumulação. Tendo isso em conta, percebe-se que, no momento em que a China se apresenta como alternativa para investimento estrangeiro, os capitais superacumulados não poderiam ignorar a oferta de custos chinesa, mesmo tendo que lidar com a interferência do Partido Comunista. Aceitavam os condicionantes impostos ou perderiam capacidade competitiva para os capitais que aceitassem. Nesse sentido, “preparar o território chinês para aproveitar a tendência de as corporações obterem ganhos crescentes em escala e redução de custos foi o primeiro grande teste de preparação do país para a admissão soberana nas cadeias globais de valor” (JABBOUR, 2019, p. 82).

O outro lado do despojamento dos trabalhadores dos meios de produção, é a formação de uma classe de proprietários que, como destaca Nogueira (2018), já exerce pressão sobre o comando político do Estado. É inocência imaginar que a emergência de uma classe burguesa tão poderosa não impacte as relações de comando político. As prioridades e, sobretudo, os resultados das reformas permitem questionar a tendência do movimento, afinal “o processo de formação de uma nova classe capitalista doméstica é uma via de mão dupla - um processo guiado pelo Partido-Estado e sob forte pressão da nova classe” (NOGUEIRA, 2018, p. 4).

[...] Os mecanismos escolhidos para concentração de capital e de riqueza em mãos privadas não foram decisões blindadas no alto escalão do Partido-Estado, mas estiveram sob pressão e codeterminação da nova classe privilegiada. Em outros termos, as formas institucionais que o Partido-Estado usou para apoiar a classe capitalista são resultado das lutas e tentativas de dominação constitutivas do próprio capital. Com isso, no próprio processo de formação da nova classe capitalista sob orientação do Partido-Estado, esse mesmo poder político centralizado é constantemente impactado e formado pelas novas frações de classe e pelos embates com as classes oprimidas (*Ibid.*, p. 7).

Contudo, apesar do nascimento dessa burguesia tão poderosa, parece não haver dúvida acerca da preservação do “espírito nacionalista” do comando político. Mesmo com as pressões da florescente burguesia chinesa, parece claro que o Estado chinês mantém seu caráter “efetivamente nacional”, no sentido proposto por Amin (2005), já que consegue aplicar seu plano de desenvolvimento autorreferenciado sem ceder espaço significativo de poder político para uma burguesia subordinada ao capital imperialista.

A partir de outro ponto de observação, o relato abaixo transcrito de Pinheiro-Machado (2018, p. 120-122) ilustra a preservação desse “espírito nacionalista” pela burguesia nascente. Segundo a antropóloga e sinóloga, ainda hoje, o empreendedor chinês mantém o que ela chama de “*self* bibartido” que, de um lado, o faz caminhar estimulado pelo “sonho de enriquecer por conta própria”, mas que o faz sem perder o foco “em fazer o que é bom para a nação”.

Enquanto o *self* empreendedor exercita diversas microliberdades individuais sob uma tutoria permanente (mas distanciada) do Estado, o patriota não perde de vista o vínculo com o coletivo. De um lado, há a ‘privatização do self’: o autoempreendedorismo, consumo conspícuo, o sonho de enriquecer por conta própria tomaram conta das esferas íntimas. De outro, não se perde o foco em fazer o que ‘é bom para a nação’. [...] Enquanto essa subjetividade dual se mantiver em equilíbrio, minha hipótese é de que não há nenhum risco de colapso da ordem interna da China.

[...]

O que me parecia puro cinismo dos empreendedores – isto é, enriquecimento individual disfarçado de projeto nacional – tem se mostrado algo mais complexo. As novas elites alinhadas com as diretrizes do PCCh e o nacionalismo chinês são parte da cola que produz coesão social, mas não só: ela também é sustentada pela percepção popular de aumento do conforto econômico [xiaokang].

Esse relato sugere que mesmo essa burguesia, cada vez mais poderosa, não perde o sentido nacional e, assim, não aparenta representar risco à preservação da capacidade de exercício da soberania nacional. Assim é possível entender como o PCCh aprofunda a integração do país ao capitalismo mundial sem que haja pressão interna suficiente para fazer o país abraçar a democracia burguesa: “o que assegura a permanência do Partido, e o que é seu elemento de continuidade ideológica desde a sua fundação até hoje, é a defesa do nacionalismo

e da segurança nacional como pré-requisito para a modernização tecnológica da nação” (NOGUEIRA, 2018, p. 20).

Dessa forma, entende-se como o Partido conduz o avanço de elementos capitalistas sem que haja pressão interna suficiente para realizar o sonho dos países imperialistas de ver, no gigante asiático, a emergência de uma burguesia associada aos postos de comando político.

Uma vez que o conforto seja vislumbrado pela população e/ou haja a percepção de que o país está no rumo certo [xiaokang], a rebelião popular chinesa tende a se voltar contra as autoridades menores, locais, legisladoras – e não contra o poder central, ao qual se atribui a responsabilidade pelo rumo do coletivo. Mexem-se, portanto, as peças de baixo e mantêm-se as de cima, visando à estabilidade (PINHEIRO-MACHADO, 2018, p. 117).

O Partido Comunista Chinês apenas prolongou e radicalizou uma tradição milenar, ao criar uma espécie de ‘dinastia mandarim’, que segue governando a China seguindo os mesmos preceitos morais confucianos do período imperial. Entretanto, não existe na tradição chinesa a ideia de soberania popular, e o princípio da soberania nacional é associado diretamente à soberania do Estado. Mais do que isso: a filosofia confuciana nunca valorizou a participação do povo no governo, e sempre teve uma visão elitista do Estado e dos seus governantes. [...] contra todas as expectativas, o Estado chinês tem demonstrado extraordinária capacidade de se autocorriger e de se reinventar, sem apresentar até hoje nenhuma tendência ou necessidade de se transformar numa democracia eletiva e multipartidária. (FIORI, 2014, p. 93).

Nesse ponto, mais uma vez, o exercício da soberania e o “*self* bipartido” da burguesia chinesa aparecem articulados para preservar o enraizamento milenar da economia nacional. Com isso não se questiona que “tudo o que é sólido se desmancha no ar”, não se quer sugerir que a economia chinesa, porque sempre foi enraizada, permanecerá enraizada ou mesmo que não está em vias de desenraizamento.

Afirma-se que, mesmo com o aprofundamento das reformas e o consequente avanço dos elementos capitalistas, ainda hoje, a economia chinesa permanece enraizada no todo social, o que se manifesta na subjugação da acumulação ao projeto nacional. Na China, o plano ainda precede e condiciona o avanço dos elementos capitalistas. Ao invés de as relações de produção capitalistas “forjarem” o Estado, o Estado chinês impõe os limites e as possibilidades da ação burguesa. Contudo, é preciso levar em conta que, como explica Nogueira (2019), o fortalecimento econômico da burguesia significa, também, o aumento da capacidade dessa classe de exercer pressão sobre o Estado.

A crescente prioridade dada às relações capitalistas, é importante ressaltar, não caracteriza uma tendência inevitável de desenraizamento da economia. Enquanto o Estado não se tornar efetivamente um “comitê da burguesia” e mantiver capacidade de dirigir a aplicação dos

excedentes, controlar o setor financeiro e conseguir impor condicionantes aos investimentos estrangeiros¹⁰¹ para a consecução do projeto nacional (e não da acumulação como um fim em si mesma), não há o que se falar em desenraizamento nos termos colocado por Polanyi (2013).

Nesse sentido, parece certa a afirmação de Fiori (2014, p. 93): “o Estado chinês não está a serviço do desenvolvimento capitalista; pelo contrário, é o desenvolvimento capitalista e do próprio Estado chinês que estão a serviço de uma civilização milenar que já se considera o pináculo da história humana”

O discurso sobre a centralidade da soberania se mantém nos mais altos escalões do Partido-Estado e a capacidade de exercê-la, a soberania, fica bastante visível quando se compara os condicionamentos impostos pelas forças do imperialismo neoliberal por intermédio das “classes dominantes dominadas” dos países periféricos e as ações adotadas pelo Estado chinês.

Nas palavras de Xi Jinping (2019, p. 34-36),

O princípio da independência e autodeterminação é uma tradição excelente da nação chinesa, sendo também um importante princípio do PCCh e da República Popular da China. A realidade da China e a missão de realizar a revolução e a construção num país como o nosso, um país oriental populoso e atrasado econômica e culturalmente, determinam que nossa única saída é seguir nosso próprio caminho. [...] devemos insistir em que os assuntos chineses são decididos e administrados pelo próprio povo chinês [...] devemos persistir firmemente no caminho do socialismo com características chinesas, rejeitando o velho caminho de porta fechada e qualquer caminho errôneo de abandonar o socialismo [...].

Nenhum país estrangeiro deve esperar que façamos negócios com os nossos interesses vitais ou engulamos os frutos amargos que prejudiquem a soberania, a segurança e os interesses de desenvolvimento do nosso país.

7.3 IMPERIALISMO NEOLIBERAL E O EXERCÍCIO DA SOBERANIA CHINESA

Para alcançar o seu conteúdo invariável, o imperialismo utiliza ferramentas adequadas às condições da acumulação do seu tempo. Com projeto neoliberal não é diferente. Em resposta à crise de superacumulação percebida no fim da década de 1960 (BRENNER, 2003), o sistema foi conduzido “em direção a formas alternativas de recuperação da lucratividade, atreladas a

¹⁰¹ “Os principais estados ocidentais sempre denunciaram o Catálogo de Direcionamento dos Investimentos Estrangeiros na China como a prova cabal das restrições do Estado chinês a assim chamada livre economia de mercado. Pequim determina o que e onde é aceito como Investimento Direto Estrangeiro (IDE)”. (SOUZA, 2018, p. 147).

transformações políticas no âmbito nacional e internacional. [...] uma reativação das condições favoráveis à realização do lucro predominantemente na sua forma financeira.” (BALANCO; PINTO, 2005, p. 178-179).

Como discutido nos capítulos anteriores, nas fases depressivas do ciclo da acumulação a massa global de novo valor cresce lentamente e os capitais das grandes potências reclamam atuação condizente dos seus poderosos Estados para garantir a continuidade da apropriação de valor: para evitar que o capital seja desvalorizado, impõem medidas espoliativas.

Como afirma Amaral (2012, p. 121), “o ponto chave é que os ganhos rentistas daqui extraídos [dos países dependentes] têm base real de existência”. Ou seja, durante o imperialismo neoliberal e sua “virada financeira”, as economias dependentes mantêm sua participação essencial no sistema: geradores-emissores de valor. Aumenta, todavia, a transferência de valor já objetivado em estruturas produtivas após processos artificiais de desvalorização.

No caso dos países dependentes, embora seu envolvimento no movimento de financeirização não deixe de ser algo sistêmico e estrutural, apresenta-se, sim, como resultado da sobreacumulação no centro. Estas economias são introduzidas a reboque na lógica global da financeirização e cumprem um papel subordinado, funcionando [...] como uma espécie de plataforma de valorização financeira para as economias de capitalismo avançado condutores do processo de financeirização ou [...] como vítimas da financeirização subordinada. **O ponto chave é que os ganhos rentistas daqui extraídos têm base real de existência, são produzidos na esfera real, atravessa, necessariamente o circuito D-M-D’** do capital industrial, dependem do processo produtivo e da atuação da força de trabalho em tal processo para sua existência.

Para isso, ao contrário do que apregoam os apologistas da globalização, os Estados não podem perder capacidade de intervir nas economias nacionais mesmo com a integração econômico-financeira. O capital precisa que a ação estatal assuma novas formas: “[...] a pretensão do capital financeiro de dominar o movimento do capital em sua totalidade não apaga a existência dos Estados nacionais [...] acentuam os fatores de hierarquização entre os países, ao mesmo tempo que redesenham sua configuração” (CHESNAIS, 1996, p. 25).

As reformas liberalizantes, empreendidas desde o crepúsculo dos anos 1970, tratam de mobilizar os recursos políticos e financeiros dos Estados nacionais para fortalecer os respectivos sistemas empresariais envolvidos na concorrência global. O Estado não saiu de cena, apenas mudou sua agenda. (BELLUZZO, 2013a, p. 167-168).

Nesse movimento, além de principal beneficiário, o capital financeiro-fictício funciona como importante ferramenta para condicionar as ações dos Estados periféricos. Assim, como colocam Duménil e Levy (2004, p. 15), “[...] se o imperialismo não é somente uma fase do

capitalismo, ele próprio passa por fases diversas [...] suas características mudam. [...] o imperialismo neoliberal possui naturalmente suas características próprias, em particular, a importância das movimentações financeiras.”

Adaptando afirmação de Marini (2011a, p. 143), pode-se dizer que quando as contradições da acumulação alcançam seus limites absolutos, o uso da violência política e militar mais explícita para explorar as nações mais débeis se torna mais necessária. Os capitais das grandes potências mobilizam forças extraeconômicas (para além das relações de mercado) para que intervenham diretamente nos processos de apropriação de valor. De forma assemelhada ao que ocorreu no nascedouro das relações capitalistas, o “poder do dinheiro” recorre ao poder político concentrado no Estado para promover a acumulação por espoliação (HARVEY, 2004, 2006a e 2006b). Assim, o capital se apropria de valor do qual não participou da geração. Mudam os mecanismos de transferência de valor, mas mantêm-se os participantes dos polos apropriadores e emissores de valor.

Essas ações típicas das fases crises, via de regra, são amargas para os trabalhadores e são especialmente amargas para os trabalhadores dos países periféricos. Pela intervenção político-militar, a pressão que o excesso de capital exerce sobre as taxas de lucro é transferida para a classe trabalhadora. Abundam, então, discursos de autoridades políticas do tipo “os trabalhadores devem optar entre emprego ou diretos”. De uma forma ou de outra, o fardo recai sobre as massas trabalhadoras.

Ao longo de sua evolução, nas última três décadas, o capital teve de pôr de lado as “concessões” do Estado de bem-estar social, anteriormente concedidas aos trabalhadores. [...] O insensível espírito do neoliberalismo redefiniu a orientação estratégica da ordem instituída, **colocando em prática políticas cada vez mais exploradoras e repressivas, ditadas pela grosseira rotação autoritária do capital** e por sua cínica justificação ideológica. (MÉSZÁROS, 2009, p. 105, grifo nosso).

O capital superacumulado, logicamente, precisa encontrar caminhos para a valorização, afinal, valor que não se move para valorizar-se nega sua condição de capital. Isso quer dizer que o “palco armado” para a acumulação financeira não dispensa a geração de valor, não dispensa que trabalho vivo seja incorporado na produção presente, passada (incorporada em ativos artificialmente desvalorizados para as privatizações) ou futura (para remunerar o capital fictício). Caso o valor futuro que remunera o capital fictício não seja realizado ou haja dúvidas sobre a capacidade de aquela economia realizar aquele valor esperado, sobrevêm as crises que, em geral, são sucedidas por novas “triangulações” em benefício prioritário da burguesia imperialista.

Ademais, são orquestradas crises localizadas de desvalorização que abrem rotas rentáveis para aplicação daquele capital redundante. Em outros termos, como discutido anteriormente, crises localizadas são administradas para possibilitar a acumulação por espoliação (HARVEY, 2004). Logicamente, o monopólio dos canais financeiro não é o único mecanismo imperialista para espoliação, o capital sempre poderá recorrer ao seu arsenal bélico e, invariavelmente, recorre aos seus aparelhos ideológicos para enquadrar a austeridade espoliadora como “política responsável”.

[...] regimes financeiros domésticos, mercados de produtos domésticos e empresas domésticas florescentes foram obrigadas a abrir-se à absorção por empresas estadunidenses, japonesas e europeias. Isso permitiu que os lucros baixos nas regiões nucleares fossem suplantados pela apropriação dos lucros mais altos obtidos no exterior. Aquilo que denomino acumulação por espoliação tornou-se uma característica bem mais central no âmbito do capitalismo global (com a privatização como um de seus elementos chaves) (HARVEY, 2004, p.61-62).

Para montar esse contexto “as instituições financeiras internacionais e os estados capitalistas centrais [...] intervieram com o propósito de impor ‘reformas’ estruturais ‘economicamente corretas’.” (PANITCH; GINDIN, 2006, p. 51-52). Essas políticas “corretas”, as únicas políticas que “acalmam o mercado”, manifestam o reposicionamento das ações estatais imposto pelo imperialismo neoliberal. Nesse bojo, é induzida mudança do papel da dívida pública, que, em vez de estimular a geração futura de valor por meio de investimentos na ampliação da capacidade produtiva, vira fonte para a acumulação financeira.

Como afirmam Duménil e Levy (2004) e o próprio Harvey (2004), o imperialismo neoliberal impõe a transferência da pressão do capital para o trabalho. Além da venda de ativos potencialmente lucrativos, a compressão direta ou indireta dos salários dos trabalhadores periféricos é o objetivo do imperialismo hodierno. Dessa forma, por meio das intervenções estatais, os países periféricos mantêm sua participação no sistema fundada em base real (relações de produção territorializadas).

Nesse contexto de reformas estruturais e políticas responsáveis, os Estados periféricos ficam impedidos de promover políticas industriais, comerciais ou tecnológicas que os Estados centrais, antes, usaram para “subir a escada” do desenvolvimento (CHANG, 2004, p. 35-37). Sob pena de ser alvo de embargos, crises financeiras ou mesmo invasões militares, nada resta aos Estados periféricos além de adotarem a “única política econômica responsável”.

O Estado-nação [...] deve se curvar perante os desejos do capital financeiro ou esse capital (tanto originado no próprio país quanto imposto de fora) irá deixar o país e mover-se a outro lugar, reduzindo-o à iliquidez e perturbando sua

economia. [...] O Estado não pode fazer tudo o que desejar, ou o que seu governo foi eleito para fazer: deve satisfazer os desejos do capital financeiro. (PATNAIK, 2022, p. 195).

A tal “única alternativa” é expressão bem acabada do condicionamento imperialista das ações estatais e, mais uma vez, confirma as observações de Osorio (2019) quanto a ausência de projetos efetivamente nacional de desenvolvimento ser sintoma crasso da condição subsoberana e, pois, alicerce fundamental da organização imperialista do sistema mundial.

Para que essas ferramentas de captura de valor encontrem seus acessos, os Estados periféricos devem garantir a ampla liberdade de movimento do capital e desregulamentação econômica, inclusive financeira e trabalhista. Assim, o capital financeiro que, na fase de crescimento era disciplinado por políticas estatais para participar da circulação do capital industrial, ganha liberdade e encontra formas autônomas para valorização; encontra vias para se expandir sem que precise participar da geração de valor.

Em paralelo ao projeto de neoliberalização do mundo, a China, vindo de um passado antissistêmico¹⁰², iniciou seu processo de abertura econômica. Sem dívida externa (POMAR, 2003), com uma estrutura produtiva descentralizada e sem uma “classe dominante dominada” nos altos postos de comando político, enfim, tendo herdado da era maoísta uma grande capacidade de exercício de soberania, o Estado chinês pôs em curso seu plano autorreferenciado de abertura. Em outros termos, como colocam Souza e Almeida (2021), o período revolucionário havia consolidado “um efetivo Estado soberano, depois de ‘Cem anos de Humilhação’. Portanto, o que veio após 1978 não partiu do zero. Ao contrário, partiu de grandes avanços já conquistados”¹⁰³.

Assim, apesar de a China oferecer ao capital superacumulado o que ele tanto buscava (formas para descomprimir as taxas de lucro a partir de custos reduzidos), as forças

¹⁰² “A China entrou na Era da Reforma apresentando as seguintes características fundamentais e únicas: não havia clivagens sociais permanentes, nenhuma classe capitalista ou senhor feudal entrincheirada que pudesse dar o tom das reformas ‘pró-mercado’; não existiam pequenos burgueses, classe média [improdutiva] ou lojistas e pequenos empreendedores que pudessem bloquear a criação de indústrias coletivas descentralizadas que surgiram nas aldeias e municípios em todo o país; lá também, obviamente, não existia uma classe poderosa profundamente ligada aos ‘capitalistas internacionais’, ou seja, em boa linguagem da Teoria da Dependência, a independência econômica das nascentes empresas privadas ainda havia sido comprometida por ligações íntimas com as corporações transnacionais capitalistas” (APPEL, 2014, p. 660, tradução nossa).

¹⁰³ Jabbour (2019, p. 158) cita alguns desses avanços legados pela Revolução que certamente constroem a base para o “sucesso” das reformas: O Estado revolucionário fundado em 1979 fincou as bases para o *catching up* pós-1978, ao estabelecer: 1) uma unidade política, controle pleno de seu território [...] grande margem de manobra para suas escolhas estratégias próprias, sem interferência de outras potências; 2) uma preexistente sólida indústria de base; 3) pequenas e médias unidades produtivas espalhadas pelo interior do país, que seria, em grande parte, convertida posteriormente nas TVEs; e 4) preexistência de instituições forjadas à planificação econômica.

imperialistas não encontraram as pontes para dirigir a ação do Estado chinês em direção às “reformas estruturais corretas”.

Sem entrar no mérito do caminho, se socialista ou capitalista, em função de sua capacidade soberana e das características estruturais do momento do ciclo de acumulação, o Estado chinês conseguiu neutralizar as forças imperialistas e, mais do que isso, conseguiu usar o capital estrangeiro como parte importante do seu projeto nacional de desenvolvimento. Os capitais que quisessem manter a competitividade internacional teriam que aceitar as condições impostas pelo Estado chinês: “em vez de resignar-se com seu atraso, a China pretende vincular os contratos que estipula com o Ocidente à importação de tecnologia avançada” (LOSURDO, 2020b, p. 94).

Nos termos aqui utilizados, justamente porque conserva em sua formação social elemento estranho ao metabolismo do capitalismo mundial (soberania, apesar do atraso relativo das forças produtivas), ao oferecer condições irresistíveis para a recomposição do lucro, o Estado chinês consegue utilizar esse capital superacumulado (que está pressionado pelo risco de desvalorização) para acelerar a modernização de sua economia. Utilizando contradições internas do movimento do capital em benefício próprio, a China emerge para disputar com competência setores outrora dominados exclusivamente pelas potências imperialistas tradicionais.

A China bem vale uma missa: o grande capital, sobretudo o nativo chinês, neste momento, ainda aceita, sem deixar sua profissão de fé, *in pectore*, converter-se ao modelo econômico com características chinesas de regulação estatal. Como se diz, dinheiro é dinheiro, aqui e na China. O Estado não é a negação do capital. (SOUZA, 2018, p. 201).

É evidente que o capital imperialista se beneficiou das condições oferecidas pela China, mas, para isso, teve que obedecer a imposições do planejamento estatal. Bem remunerados, os capitais estrangeiros aceitavam e compunham as políticas estatais que, naquele mesmo momento, eram proibidas aos países atrasados.

Nesse ponto, a postura da China já é reveladora de sua capacidade de conter as forças imperialistas: “Países como o Brasil ou a Índia, que tiveram certas veleidades de política tecnológica independente, devem ser necessariamente obrigados a acertar o passo. **O mesmo vale para a China, mas esta parece pouco disposta a ceder**” (CHESNAIS, 1996, p. 165, grifo nosso).

Dizer, como se ouve *ad nauseam*, que o sucesso da China deve ser atribuído ao abandono do maoísmo (cujo ‘fracasso’ era óbvio), à abertura para o

exterior, bem como à entrada de capital estrangeiro é simplesmente uma idiotice. **A construção maoísta pôs em prática as bases sem as quais a abertura não teria obtido o sucesso conhecido.** [...] Para dizer que o sucesso da China é principalmente (ou até ‘completamente’) atribuível às iniciativas do capital estrangeiro não é menos idiota. [...] **o sucesso é atribuível ao projeto chinês soberano** em 90% (AMIN, 2014, p. 290, grifo nosso).

No mesmo momento em que capitais entravam nos países periféricos em busca de valor do qual não participaram da geração, na China só era permitida a entrada de capital que aceitasse compor o plano estatal. Enquanto, os territórios periféricos eram escancarados à espoliação do imperialismo neoliberal, o Estado chinês mantinha-se capaz de disciplinar seu sistema financeiro e impor condicionantes ao capital estrangeiro para que eles ampliassem, completassem e modernizassem a estrutura produtiva do país: “os investimentos estrangeiros podem aproveitar-se de baixos salários e obter bons lucros, com a condição de que seus planos se encaixem na China e permitam a transferência de tecnologia”. (*Ibid.*, p. 291).

Harvey (2008, p. 145-146) apresenta um exemplo que ilustra o poder de barganha do Estado chinês ante o capital monopolista das grandes potências:

Mais de duzentas grandes corporações estrangeiras, incluindo gigantes como a BP (British Petroleum) e a General Motors, transferiram recentemente grande parte de seu esforço de pesquisa para a China. Embora reclamem com frequência do que consideram pirataria de suas tecnologias e projetos por empresas chinesas, essas corporações pouco podem fazer, dada a relutância do governo chinês em intervir e o poder do Estado de dificultar sua operação no maior mercado do mundo caso insistam demais nessas questões. [...] A General Motors [...] em 2003 apresentou mais lucros em seu empreendimento na China do que em suas operações em território norte-americano

De um lado, a China oferecia ao capital condições com a participação periférica naquele momento; de outro, exercia esse enorme poder de barganha para impor condicionantes. Assim, “a gigantesca, barata e disciplinada força de trabalho chinesa, além dos incentivos fiscais e liberdade comercial e gerencial, transformou o país em um ímã para esse tipo de empresas [trabalho intensivas]”. (SOUZA, 2018, p. 146).

Medeiros (2006) situa a ascensão chinesa como a terceira etapa do processo de desenvolvimento do leste asiático: a primeira seria representada pelo “convite” entregue pelos Estados Unidos ao Japão, que foi seguida pela exportação de capital superacumulado desse país para os Tigres Asiáticos. A terceira se inicia quando a China se abre para o investimento internacional e se torna “um ímã para esse tipo de empresa”.

Nesta última fase, o capital da diáspora chinesa, que havia participado das duas etapas anteriores, representou a maior parte dos investimentos que vinham do exterior. O Estado

chinês, de seu lado, soube aproveitar a proximidade cultural com esse capital para, oferecendo-lhe condições especiais, aprender com a sua moderna técnica¹⁰⁴. Posteriormente, com a intensificação da abertura no início da década de 1990¹⁰⁵, as fontes de investimento se diversificaram e a China se tornou polo de atração IED¹⁰⁶.

Atraídas pelas regalias, pela isenção de tarifas de importação e pela mão de obra barata da China continental, as empresas dos chineses expatriados chegaram com força total trazendo tecnologias inacessíveis às ZEEs, sobretudo em processamento de exportações. Desse modo, a **China conseguiu pegar na experiência e no patrimônio acumulados do capitalismo da diáspora** para fazer sua entrada no mercado mundial como centro manufatureiro de baixo custo. (ANDERSON, 2018, p. 54, grifo nosso).

Jabbour (2007) confirma a importância da “gigantesca, barata e disciplinada força de trabalho chinesa” para o “sucesso chinês”, mas, assim como Amin (2014), apresenta severa ressalva quanto a esse fator ter sido sua “determinação nodal”:

[...] a mão-de-obra é um fator para o sucesso chinês. Isso é verdade, um tanto quanto incontestável [...]. Mas acreditar que isso é uma determinação nodal é, no mínimo, para não dizer outra coisa, expressão de uma terrível visão de conjunto [...] se todo problema é a disponibilidade de mão-de-obra tendente a ser barata pela existência de um imenso exército industrial de reserva, acho que os capitalistas deveriam instalar suas fábricas em países como Botswana, Guiné-Bissau, Djibouti e até na Nigéria e não na China. (AMIN, 2014).

Concorda-se completamente com Jabbour (2007) e Amin (2014) inclusive porque, como discutido no capítulo anterior, a baixa capacidade de consumo das massas trabalhadoras retira dinamismo da economia e, notoriamente, o que não vem faltando à economia chinesa é

¹⁰⁴ “O comportamento de tal investimento [...] é muito diferente do verificado em países como o Brasil que, durante a década de 1990, teve boa parte de seu parque produtivo comprometida em função desse tipo de investimento. Na China, os IED’s são enquadrados como meio para uma estratégia de desenvolvimento que envolve também objetivos políticos de grande alcance. [...] sob a forma de joint ventures entre empresas estatais chinesas e empresas estrangeiras [...] o capital estrangeiro [aparece] como janela de investimentos e ponte para aquisição de novas tecnologias [...] ao invés de agirem no sentido de fundir ou proceder à aquisição [...] surgem como molas financeiras para a construção de novas capacidade produtivas na China, tornando-se neste caso objetivo um dinamizador e não um amortecedor para o conjunto da economia.” (JABBOUR, 2006, p. 39)

¹⁰⁵ “Contribuí para o influxo de IED uma significativa redução das tarifas de importação e diminuição drástica do controle estatal sobre a pauta de importação do país que visassem ao mercado interno. As tarifas de importação que eram, em média, de 44,05% caíram progressivamente até atingir, em 1998, uma média de 17,1%.” (WAN; LU; CHEN, 2003 *apud* MONTEIRO NETO, 2005, p. 7)

¹⁰⁶ Até 1991, o IED permaneceu sempre abaixo de 1% do PIB chinês. Entre 1978 e 1995, o comércio internacional foi a principal fonte de divisas: 77% e mais de 81% em 1990. Só a partir de 1991 os IED assumiram a segunda colocação e em 1993 já excediam em cinco vezes a entrada de divisas via empréstimos comerciais, em 1995, já representava 5% do PIB chinês (NAUGHTON (1996) *apud* MEDEIROS, 1999, p. 501). Em números absolutos, em 1991, esses investimentos contabilizavam cerca de US\$ 4,4 bilhões, em 2003, já haviam sido multiplicados por mais de 12, alcançando US\$ 53,5 bilhões. Entre 1980 e 2005, a China foi destino de US\$ 620,3 bilhões em investimentos estrangeiros diretos, sendo que deste total US\$ 556,7 bilhões (quase 90%) entraram no país a partir de 1992 (TREVISAN, 2006, p. 94). “A China foi o país que mais atraiu capitais estrangeiros em 2020, superando os Estados Unidos.” SOUZA; ALMEIDA, 2021).

dinamismo. Se os baixos salários fossem a “determinação nodal” do sucesso chinês, a própria lógica do capitalismo imperialista se encarregaria de instalar um padrão de acumulação baseado na superexploração da força de trabalho, o que levaria à instalação e reprodução de alguma variante de capitalismo dependente.

As ferramentas necessárias para romper com essa lógica, ou, no caso chinês, para evitá-la, não são encontrados nos limites da própria lógica. Então, recorrendo a Osorio (2016, p. 529), percebe-se que a ascensão chinesa é “resultado de uma situação de exceção em que a lógica da acumulação não pode operar através de sua própria dinâmica [...] mas somente por um caminho que defina um plano de desenvolvimento com capacidade de [...] ao menos, neutralizar as forças do imperialismo”. No caso, como coloca Nogueira (2018), o caminho alternativo da China decorre da capacidade de se manter fora globalização financeira e, também, da capacidade “estranha” do Estado chinês de tocar ajustes espaço-temporais com fins no desenvolvimento nacional.

Esse é o cerne da discussão: no momento em que o capital imperialista exige a participação dos Estados para adoção das “políticas corretas”, o Estado chinês, percebendo a existência de capital redundante, consegue bloquear o principal mecanismo imperialista e, assim, consegue adotar um projeto efetivamente nacional de desenvolvimento. Nesse sentido, não é a mão de obra barata ou o avanço dos elementos capitalistas que explicam o sucesso chinês, mas o plano conduzido por um Estado que, soberano, é capaz de dirigir um plano autorreferenciado.

Nogueira (2018, p. 16) apresenta essa neutralização quando afirma que uma das características distintivas do regime de acumulação da China “está na sua relativa autonomia em relação à financeirização sob hegemonia do dólar”. Por isso, “o capitalismo financeiro, que determina ritmos e modos de acumulação dos EUA à Europa, da América Latina à África desde a onda neoliberal iniciada nos anos 1980, não penetra na economia chinesa com a mesma intensidade”. Diferentemente do comando neoliberal, “a financeirização com características chinesas mobilizou e canalizou recursos domésticos via sistema financeiro para as grandes obras de infraestrutura e urbanização”, o que, literalmente, pavimenta a modernização da estrutura produtiva do país e já projeta a participação futura do país nas cadeias globais de valor.

Belluzzo sintetiza como o poder de comando do Estado chinês recorreu a políticas de desenvolvimento semelhantes às utilizadas pelos países atualmente desenvolvidos nas fases de crescimento (mas proibidas aos países periféricos), para desencadear o crescimento sustentado e endogenizar processos de modernização da economia.

A China apostou no controle de capitais para administrar uma taxa de câmbio real competitiva, sustentou a dominância dos bancos estatais na oferta de crédito e manteve os juros baixos para ‘carregar’ as reservas trilionárias e empreender um gigantesco programa de investimentos em infraestrutura, incentivando a absorção de tecnologia, com excepcionais ganhos de escala e de escopo. O Estado planeja, financia em condições adequadas, produz insumos básicos a preços baixíssimos e exerce considerável poder de compra. Na coordenação entre Estado e setor privado está incluída a ‘destruição criativa’ da capacidade excedente e obsoleta mediante reorganizações e consolidações empresariais, com o propósito de incrementar a ‘produtividade’ do capital. A iniciativa privada dá vazão a uma voraz sede de acumulação de capital por meio de investimentos em ativos tecnológicos, produtivos e comerciais. (BELLUZZO, 2018, p. 19).

Com essa capacidade de “dominar e manipular o capital”, a partir de uma leitura sistêmica do momento da acumulação, o alto comando político do Partido-Estado percebeu que a resposta do imperialismo neoliberal à crise “incluía oportunidades para o seu projeto nacional de desenvolvimento” (*id.*, 2018, p. 18). Exercendo sua soberania, a China pôde utilizar seu sistema financeiro para “dirigir e facilitar o investimento produtivo e em infraestrutura”. Assim, não fica sujeita aos ajustes estruturais dedicados a garantir “a base real” para a acumulação rentista dos países centrais.

Para aproveitar a janela de oportunidade aberta pela resposta neoliberal, os dirigentes do Partido-Estado “controlaram as instituições centrais da economia competitiva moderna: o sistema de crédito e a política de comércio exterior, aí incluída a administração da taxa de câmbio. Os bancos públicos foram utilizados para dirigir e facilitar o investimento produtivo e em infraestrutura” (*Ibid.*, p. 18). Logicamente, essa janela não estava aberta para os periféricos-subsoberanos que, antes da crise, estavam imersos no capitalismo imperialista. Para esses países não restava alternativa senão os ajustes estruturais “corretos”... sob pena de serem alvos dos ataques financeiros, políticos e/ou militares.

Diferentemente do que ocorre nos países dependentes, o Estado chinês consegue disciplinar seu sistema financeiro e, então, utilizar a dívida pública para executar ajustes espaço-temporais que fixam no espaço capital com grande capacidade de atrair capital circulante tecnologicamente avançado.

Em verdade, nas fases de crescimento sistêmico, também os países periféricos-subsoberanos conseguem aplicar capital financeiro para a expansão das suas estruturas produtivas, o que lhes falta é a capacidade de dirigi-lo para a consecução de um projeto nacional. O disciplinamento, ao contrário, é dirigido para a adaptação das estruturas para

receber os ramos secundários e complementares do eixo hegemônico mantido pelos países centrais.

[...] Ao contrário da globalização financeira sob dólar, a financeirização chinesa não deslocou as empresas produtivas das suas atividades originais, transferindo uma fatia do seu faturamento direto ao mercado financeiro, sem passar pela produção [...]. Da mesma forma, a financeirização chinesa também não veio compensar a queda nos salários por meio do endividamento das famílias, para assim assegurar o consumo mesmo sem massa salarial. [...] A financeirização com características chinesas mobilizou e canalizou recursos domésticos via sistema financeiro para as grandes obras de infraestrutura e urbanização. (NOGUEIRA, 2018, p. 16-17).

O próprio Xi Jinping (2019, p. 97), recorrentemente, ressalta o papel do disciplinamento do sistema financeiro e do sistema tributário na promoção do desenvolvimento econômico do país:

As finanças são a base e o pilar importante da governança do Estado. Os sistemas financeiro e tributário científicos são garantia para otimizar a alocação de recursos, manter a unificação do mercado, fomentar a equidade social e concretizar a paz e estabilidade duradoura do Estado. [...] Eles têm desempenhado um papel importante para aumentar os recursos financeiros governamentais e promover o rápido desenvolvimento econômico.

De um lado, o Estado chinês tinha poder de barganha suficiente para dirigir o capital estrangeiro e, de outro, mantinha-se imune às principais armas do imperialismo neoliberal. De um lado, absorvendo volume gigantesco de capital, o país “aprendia com a moderna técnica capitalista”, como propôs Lenin (1979) e, de outro, conseguia disciplinar o sistema financeiro para expansão e modernização produtiva. Imediatamente, conseguia “aprender” e, em paralelo, materializa as condições físicas para a atração e desenvolvimento de um tipo de capital capaz de disputar valor com os monopólios centrais e capaz de atrair estruturas produtivas mais dinâmicas. Com isso, o país se consolida na posição de como atrator líquido de valor global.

[...] apesar de os chineses seguirem utilizando tecnologias importadas, a verdade é que eles obtiveram avanços notáveis nessas últimas duas décadas. Nesse sentido, o novo caminho tecnológico da China parece reforçar uma verdade antiga e obliterada sistematicamente pela ciência econômica: que o ritmo e a liderança da pesquisa e a inovação de ponta nos países que lideram a hierarquia internacional não são determinados pelas forças do mercado. (FIORI, 2014, p. 100).

Dessa forma, o país garante a internalização do desenvolvimento tecnológico no seu padrão de reprodução capitalista e, então, aponta para a participação futura do país. Resultado:

Não há espaço para o rentista, devidamente desestimulado a canalizar sua sede de lucros para investimentos socialmente estéreis. Na China o *rentier* não precisa de eutanásia. Títulos públicos têm remuneração discreta. Os mercados de capitais são regulados para evitar supervalorizações (e super depreciações)

de ativos. O controle do fluxo de capitais especulativos garante a independência da política monetária e a estabilidade do yuan. As verdadeiras oportunidades de lucros extraordinários estão nos investimentos que geram inovações, que adensam a cadeia produtiva, que criam empregos. Não há espaço para investimentos socialmente estéreis. (BELLUZO; SABATTINI, 2017).

Sem entrar no mérito da questão, o fato é que, independentemente de o capitalismo se tornar ou não o modo de produção prevalecente na China, o país ascende na sua hierarquia e passa a integrar o seleto grupo dos países que têm capacidade de se apropriar de valor que não geraram. Nesse sentido, estritamente em termos da localização do país na hierarquia sistêmica, não se pode negar que os ajustes realizados em território chinês vêm entregando um bom resultado. Por tudo o que foi dito neste trabalho, em suma, isso significa que o Estado chinês vem conseguindo conter as ações imperialistas e promover a formação de ciclo do capital que incorpora processos tipicamente centrais que levam à “industrialização orgânica”.

Prova disso, como coloca Almeida (2022), é a posição que o país passa a ocupar nas relações com o Sul global.

O que podemos identificar é que as relações da China com os países da periferia seriam muito melhor caracterizadas como relações Norte-Sul ou centro-periferia. Não somente no sentido geográfico, mas também no sentido de dominantes e dominados, ou seja, uma relação de imperialismo-dependência.

Esse tipo de relação pode ser explicada pela teoria marxista do imperialismo, que, no essencial, continua válida, apesar de todas as mudanças que o imperialismo sofreu desde 1916 ou com base na Teoria Marxista da Dependência e suas atualizações.

O avanço dos elementos capitalistas na China é inquestionável, assim como é visível o avanço das contradições inerentes a esse movimento¹⁰⁷. Isso, contudo, ainda, não resultou no completo desenraizamento da economia e na conseqüente subjugação do todo social à acumulação. O crescimento e a modernização da estrutura produtiva são os fins das reformas, mas isso ainda não alçou a acumulação à condição de objetivo último da organização social do país.

O que distingue o processo chinês dos ajustes concomitantes dos países periféricos é justamente a motivação inicial interna e a capacidade de condução autônoma das suas políticas.

¹⁰⁷ Em 1978, o coeficiente Gini na área urbana era de 0,16 e era 0,22 para a área rural (AMIN (2005) *apud* SOUZA, 2007, p. 145). Entre 1991 e 2005, o CG do país passou de 0,28 (semelhante ao da Alemanha atualmente) para 0,48, superando os EUA (0,41) e o Vietnã (0,36) se aproximando rapidamente do Brasil (0,54), uma das piores distribuições de renda do mundo (TREVISAN, 2006, p. 53). E, “a maioria dos observadores suspeita que o coeficiente Gini da China, hoje, supera 0,50, colocando o nível de desigualdade próximos aos do Brasil e da África do Sul.” (CHENG, 2005 *apud* HART-LANDSBERG; BURKET, 2005, p. 67, tradução nossa)

Essa capacidade em um país atrasado é um fato que o capitalismo mundial desconhecia até então, afinal, a subsoberania se vincula estruturalmente ao atraso econômico, assim como a soberania se vincula à modernidade econômica.

No sentido proposto por Amin (2005), percebe-se que, mesmo se a burguesia chinesa converter o Estado em seu comitê de negócios, diferentemente do que existe nos países periféricos, a China teria um Estado burguês nacional já que seria dirigida por uma classe cujos interesses não se vinculam subordinadamente aos interesses dos países imperialistas tradicionais, e não um Estado burguês comandado por frações sociais subordinadas a capital estrangeiro.

Nesse sentido, para o que mais importa a este trabalho, em suma, verifica-se que “sua [da China] condição periférica é de natureza diversa em comparação à América Latina. O nó político para a superação dos ditames do desenvolvimento desigual entre as nações fora desatado pela Revolução de 1949, não com as reformas econômicas de 1978” (JABBOUR, 2019, p. 158).

A discussão sobre se a soberania será exercida por um Estado burguês, por um Estado proletário ou por qualquer outra forma de Estado extrapola os objetivos deste trabalho, mas a reafirmação da capacidade de exercício da soberania é nevrálgica. Afinal, no capitalismo mundial, a soberania ampla é característica estrutural dos países centrais e, do outro lado da mesma moeda, a subsoberania é característica estrutural dos países periféricos. Ambas, soberania dos centrais e subsoberania dos periféricos, são alicerces que sustentam a estrutura reprodutiva do capitalismo imperialista.

A ascensão chinesa impõe aos analistas mais ortodoxos malabarismos teóricos para enquadrar a trajetória do país como caso puro de sucesso capitalista. Para eles, é imprescindível ocultar o “elemento estranho” que explica o processo. O movimento também confunde analistas heterodoxos que veem nele provas da possibilidade de adoção de políticas autônomas de desenvolvimento. Esquecem que, na China, essa possibilidade é um legado revolucionário, esquecem ou não entendem que a ascensão do país na hierarquia capitalista foi precedida de uma ruptura com o sistema capitalista, esquecem ou não entendem que o legado da Revolução Comunista é determinante para que não seja implantada no país variante de capitalismo dependente. A ruptura explica a ascensão.

8 CONCLUSÃO

O estranhamento causado pela ascensão da China na hierarquia capitalista motivou esta pesquisa; não foram as reformas econômicas em si ou o avanço dos elementos capitalistas na sua formação social, mas o estranhamento causado pela ascensão do país em uma estrutura hierárquica marcada historicamente pela rigidez.

A trajetória chinesa é resultado de um projeto que encontra apoio em condições sistêmicas. Nesse ponto, encontra-se a questão fundamental deste trabalho: se o sucesso capitalista da China se apoia em condições sistêmicas, significa que, a princípio, as mesmas possibilidades estiveram disponíveis para os países periféricos. Por que, então, o país asiático consegue aproveitar essa “janela de oportunidade” enquanto os periféricos permanecem presos à reprodução da dependência e do subdesenvolvimento?

Em busca dessa resposta, a pesquisa conduziu à conclusão de que, apesar de as condições que propulsionaram a modernização da economia chinesa serem sistêmicas, os países periféricos não são capazes de as utilizarem; não conseguem utilizá-las a seu favor justamente por que estão completamente imersos na estrutura reprodutiva do capitalismo imperialista.

Em outras palavras, o estudo das condições que pavimentam a ascensão chinesa à luz da lógica reprodutiva do capitalismo mundial levou à conclusão de que a organização do capitalismo mundial pelas grandes potências não deixa margens para o desenvolvimento dos países que estão imersos nela. Assim, evitam que novos integrantes componham o grupo de apropriadores líquidos de valor. A rigidez da hierarquia capitalista de um lado e, do outro, o contraexemplo chinês são provas disso.

A China consegue evitar essa lógica por que não estava completamente imersa nela, ascende na hierarquia sistêmica porque mantinha em sua formação social elemento estranho à estrutura reprodutiva do capitalismo mundial. Por isso, aqui, argumenta-se que o contraexemplo chinês joga luz sobre mecanismos dessa lógica.

Mais especificamente: a organização do capitalismo imperialista é sustentada por alicerces que combinam, de um lado, modernidade econômica e soberania política e, do outro, atraso e subsoberania. Contrariando, a China inicia seu processo de abertura em uma condição de relativo atraso no desenvolvimento de suas forças produtivas, mas com uma ampla capacidade de exercício de sua soberania. Essa combinação atraso-soberania no mesmo território é algo estranho à estrutura reprodutiva do capitalismo mundial. É nessa estranheza

que se radica o processo de ascensão chinês e é ela que responde a questão fundamental desta tese.

Vindo de um passado antissistêmico e, pois, com “um pé fora” daquela estrutura, O Estado chinês pôde exercer amplamente sua soberania e, assim, consegue neutralizar as forças imperialistas que organizam o sistema. O país asiático, ao invés de ser ajustado em resposta às necessidades das economias imperialistas (como cabe aos periféricos naquela lógica), consegue dirigir plano autorreferenciado e, como parte disso, utiliza manifestações do movimento contraditório da acumulação como catalisador da sua modernização econômica.

Em suma, conclui-se que as possibilidades de desenvolvimento não estão disponíveis para os países periféricos nos marcos da estrutura reprodutiva do capitalismo mundial; projetos efetivos de desenvolvimento precisam encontrar apoio em elemento externo à lógica do capitalismo imperialista. No caso chinês, o tal elemento externo é, como dito, a ampla capacidade de exercer sua soberania, apesar do atraso relativo das forças produtivas.

A ascensão chinesa serviu ao objetivo desta tese como “laboratório histórico”. Ao se observar as semelhanças econômicas e dessemelhanças políticas da China em relação aos países periféricos de passado sistêmico, confirma-se que a subsoberania dos países atrasados-periféricos-dependentes-subdesenvolvidos é pilar da estrutura reprodutiva do capitalismo mundial. A China ascende porque tinha um “pé fora”, porque, a despeito do relativo atraso econômico, detinha ampla capacidade de exercer sua soberania e soube fazê-lo em um momento específico dos ciclos de acumulação.

Observando a lógica do capitalismo mundial, era de se esperar que o avanço dos elementos capitalistas resultaria na instalação de alguma variante de capitalismo dependente no país asiático. Contudo, se o pilar econômico para isso era evidente (atraso relativo das forças produtivas), inexistia na formação social do país o elemento político indispensável para que a “organização do sistema” se materializasse em seu território; não havia na China o elemento que serve como ponte imperialista. Do outro lado, no mesmo momento, os países periféricos, por que estavam imersos nas regras do capitalismo mundial, ficaram sujeitos a ajustes estruturais impostos pelo imperialismo neoliberal.

Quando se fala em organização imperialista, aqui, está-se referindo à capacidade dos países que estão no estrato superior da hierarquia de reformar e conduzir as relações internacionais para garantir o sentido periferia-centro da geração-apropriação global de valor.

Para isso, em resposta às condições concretas da dialética da acumulação, recorrem a combinações variáveis de suas forças econômicas e extraeconômicas.

Dessa forma, ao identificar o “elemento estranho” que explica a ascensão chinesa, pode-se concluir sobre a importância da subsoberania dos países periféricos para a organização imperialista do sistema capitalista. O contraexemplo chinês confirma, portanto, a importância de mecanismo imperialista que é interno às formações sociais periféricas para preservar a rigidez hierárquica, e, pois, olhando o mesmo ponto de outra perspectiva, confirma que qualquer projeto de desenvolvimento nacional deve encontrar apoio externo àquela estrutura.

Defende-se nesta tese que o Estado chinês soube interpretar o momento da processualidade contraditória do capital e, o que o diferencia dos países periféricos de passado sistêmico, foi capaz de exercer sua soberania para colocar em prática um projeto autorreferenciado de desenvolvimento justamente quando o grande capital internacional reclama(va) participação mais ativa dos Estados para a consecução de ajustes espaço-temporais “adequados”. Essa capacidade, como dito, é o apoio externo que permite à China evitar a convergência de sua trajetória à realidade dependente dos países periféricos.

A pesquisa mostra que há uma tendência inercial na hierarquia sistêmica. Argumentou-se que a posição de privilégio de um país (atrator de valor) durante uma fase entrega a ele as armas suficientes para que se mantenha em posição de privilégio durante a fase seguinte. Nesse bojo, revela-se que há certa correspondência entre o movimento contraditório do capital e o movimento de avanço e recuo da violência extraeconômica como arma para apropriação direta de valor. Percebeu-se que a violência extraeconômica tende a ganhar importância durante as crises e que as vias do mercado garantem a captura imperialista de valor durante os períodos de prosperidade.

Assim, conclui-se que, nas crises, a condição subsoberana é ainda mais importante para a organização imperialista do sistema. Isso foi importante para localizar as reformas chinesas e as ações do seu Estado no momento da dinâmica da acumulação.

Como a discussão sobre o direcionamento do fluxo global de valor está no cerne da discussão, o trabalho se iniciou com uma análise sobre os fundamentos da geração-apropriação de valor para, então, identificar os mecanismos utilizados para dirigi-lo. Isso foi necessário, inclusive, para concluir sobre a solidez da ascensão chinesa.

Como se verificou que as grandes potências precisam utilizar ferramentas adequadas ao grau de maturidade das contradições da acumulação para alcançar seu objetivo invariável

(captura de valor), o imperialismo foi apresentado como “condução em resposta”: condução-organização do sistema pelas grandes potências em resposta às condições concretas da dialética da acumulação. A dependência, então, foi tratada como a materialização dessa condução na face periférica do capitalismo mundial para a qual a subsoberania aparece como meio indispensável.

É evidente que toda reação pressupõe um estímulo e que não existe resposta correta para pergunta mal feita. Então, aqui, para entender a dinâmica da organização imperialista em uma perspectiva de longa duração, foi preciso, antes, entender a que ela responde. Nesse sentido, este trabalho estabeleceu dois grandes objetivos sequenciais: primeiro, delineou o “estímulo” que condiciona a resposta imperialista, e, depois, discuti a reação àquele estímulo; delineou a processualidade contraditória da acumulação para, então, discutir os mecanismos de captura de valor utilizados pelas potências imperialistas em resposta à concretude daquela processualidade.

O capital foi apresentado como valor que se move para valorizar-se, o que ocorre por meio de uma relação de exploração de classes e que, enquanto tal, precisa da intervenção de um aparato político que o abrigue e organize as condições necessárias para sua reprodução. Essa base teórica sustentou toda a discussão que a seguiu. Para entender os mecanismos que dirigem o vetor da geração-apropriação de valor, foi dado destaque à territorialidade da geração de valor em oposição à flexibilidade geográfica da sua apropriação.

Nessa discussão, ficou claro que o capital nasce de um processo violento conduzido pelo Estado e que, em seu desenvolvimento, não dispensa a intervenção político-legal-coercitiva-ideológica do Estado. Além disso, verificou-se que o movimento do capital determina a evolução das forças produtivas com aumento da sua composição orgânica média, concentração e expansão (formação do mercado mundial) e, como consequência disso tudo, alternância entre fases de prosperidade e crise sistêmica. Verificou-se que essa alternância é expressão da dialética da acumulação e que a taxa de lucro “resume” todo esse movimento.

Os primeiros capítulos desta tese se prestaram, portanto, a delinear os fundamentos da questão que se impõe à organização imperialista: o capital se move em contradições e, dessa forma, continuamente ergue barreiras para a continuidade de sua reprodução ampliada. As forças imperialistas precisam lidar com situações em que a massa de valor excedente em disputa cresce rapidamente e outras em que há dificuldades estruturais para fazer essa massa crescer. Assim, nos capítulos 5 e 6, argumentou-se que o imperialismo precisa utilizar combinações variadas de forças para responder às situações postas pela dialética da acumulação.

Essa construção teórica permitiu, no capítulo 7, verificar como o Estado chinês soube interpretar as formas gerais da resposta imperialista para, então, utilizar as necessidades do capital (superacumulado) como parte de seu plano.

Como observado por Marx (*op. cit.*), “O capital [...] derruba todas as barreiras”. Entendida a relação inextrincável entre economia e política, concluiu-se que essa afirmação encontra sua validade plena quando se entende o Estado como agente orgânico da reprodução do capital. Para arranjar as relações de produção ou para derrubar barreiras, o capital requer a participação ativa do Estado burguês e, nas crises, o Estado atua para além desse arranjo, atua diretamente para garantir a continuidade da acumulação.

Assim, delineada a pergunta (dialética da acumulação), foi possível avançar para responder à questão que norteou este trabalho.

Nesse caminho, argumentou-se que, como não há indício de recuo das relações capitalistas de sua base monopolista ou se vislumbra, no curto prazo, a superação do capitalismo, o conceito de imperialismo permanece atual. Mais do que isso, o conceito permanece incontornável para qualquer um que queira analisar a integração dos países no sistema mundial e, logicamente, é incontornável para aqueles que se propõe a analisar como os destinos dos países são condicionados pela sua localização atual na hierarquia capitalista, que é caso deste trabalho.

O imperialismo capitalista “prefere” formas diretamente econômicas de captura de valor. Assim como as burguesias nacionais fazem em seus territórios, as burguesias imperialistas “preferem” ordenar o fluxo global de valor evitando custos e desgastes das guerras e invasões. Com isso, conseguem manter a aparência de “reino da liberdade” em que os países, inclusive os dependentes, supostamente se relacionam como participantes livres e independentes.

Recorrendo aos termos de Wood (2014, p. 16): a “opacidade da relação entre capital e trabalho” que mascara as relações de exploração da produção capitalista ganha contornos sistêmicos com a captura de valor por vias “diretamente econômicas”: as relações travadas entre as economias nacionais no mercado mundial tornam opacas as relações internacionais de exploração de classe.

Ressalte-se: ao se falar em “forma preferida”, não se quer dizer que seja a forma única ou que haja pudor por parte das grandes potências de utilizar armas extraeconômicas, inclusive militares. A violência militar e política é sempre um mecanismo à disposição do capital. A perspectiva adotada neste trabalho (imperialismo como “condução em resposta”) levou à

conclusão de que a violência extraeconômica (aquela que vai além da relação de classe encoberta pelo véu da liberdade do mercado) tende a avançar ou recuar em função do grau de maturidade das contradições da acumulação. Avança durante as crises, quando a massa de valor cresce lentamente, e tende a recuar nas fases de crescimento quando os mecanismos de mercado se mostram suficientes para a captura de valor.

Durante as fases de prosperidade, mesmo os países dependentes percebem algum benefício da expansão capitalista. Então, como destaca Marini (*op. cit.*), “o uso da violência política e militar para explorar as nações mais débeis se torna supérfluo, e a exploração internacional pode descansar progressivamente na reprodução das relações econômicas que perpetuam e amplificam o atraso e a debilidade das nações”. Nesses momentos, os países periféricos vivem a “ilusão do desenvolvimento”¹⁰⁸.

Preservando a aparente naturalidade das relações de mercado, a exportação de capital determina ajustes nas estruturas dos países receptores que dão os contornos histórico-geográficos da dependência. Como o Estado é o “único a poder assegurá-lo [o mecanismo de “dominação do conjunto da burguesia sobre as massas populares]” (POULANTZAS, 2015, p. 188-189) e “é o mais confiável fiador das condições necessárias para a acumulação [...] correia transmissora muito mais útil para os imperativos capitalistas” (WOOD, 2014, p. 29), assume o protagonismo da condução dessas adaptações corretivas. O Estado atua para liberar a ação das forças de mercado.

Para conseguirem benefícios da expansão capitalista, os Estados periféricos adaptam seus territórios para torna-los atrativos ao capital que transborda dos países centrais. Este, contudo, como Lenin (*op. cit.*) afirma, “não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país [...] mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados”. Ao fim e ao cabo, os Estados periféricos atuam em benefício prioritário de seu próprio bloco no no poder, mas, internalizam a organização imperialista que entrega os maiores benefícios aos capitais imperialistas.

A lei da concorrência é um jogo em que os capitalistas não se dedicam propriamente ao aumento da geração de valor; eles buscam, sempre, formas de se apropriar das maiores parcelas possível do montante de valor que foi gerado em distintos ciclos do capital mundo afora. Nas fases de prosperidade, as grandes potências priorizam a captura de valor por meio da diferença de produtividade das economias nacionais.

¹⁰⁸ Referência ao livro “A ilusão do desenvolvimento” de Arrighi (1997).

A massa global de valor em disputa pode até crescer rapidamente, mas sua partilha terá sempre resto zero: o que um capitalista se apropria além do que foi gerado em seu ciclo corresponde ao exato montante perdido por outro(s). Por isso, os capitalistas estão sempre se movimentando para desenvolver seus arranjos produtivos. Apropriando-se desse valor extraordinário, o capital mais produtivo fica apto a investir em novas melhorias de seu arranjo produtivo, o que o torna ainda mais capaz. Forma-se uma espiral crescente cujo limite é o monopólio.

Em linhas gerais, a mesma lógica vale para as relações entre os países. O mercado mundial traz consigo uma força centrípeta que atua sobre o valor global. Sem “vazamentos” do valor que gera e nutridas por valor capturado de economias menos produtivas, as economias mais desenvolvidas se tornam ainda mais capazes de aprimorar seu potencial criativo-produtivo para se apropriarem de fatias ainda maiores da massa global de valor. Pela mesma lógica que a concentração de capital aparece como resultado “natural” da lei da concorrência, o desenvolvimento desigual dos países surge como resultado “natural” das relações travadas entre os países no mercado mundial.

Por isso, em benefício dos mais fortes, o sistema é mantido como totalidade composta por uma pluralidade de unidades heterogêneas e, por consequência, como uma pluralidade de aparatos políticos formalmente independentes. A formação de um Estado mundial ou a homogeneização do nível de desenvolvimento são, portanto, eventos incompatíveis com a lógica do capitalismo-imperialista.

Durante as fases de prosperidade, de um lado, a dinâmica do capitalismo dependente é desacelerada por causa da transferência de valor e, do outro, a maturação das contradições do capitalismo central é acelerada justamente porque é nutrida por esse valor. Por isso, as crises de superacumulação se manifestam, primeiro, no coração do sistema mundial. Contudo, como as estruturas periféricas são adaptadas para orbitar o eixo produtivo dos países centrais, a crise se espalha por todo o sistema mundial expressando que as contradições daquele padrão de acumulação “amadureceram excessivamente”. Nesses momentos, mudanças qualitativas são inevitáveis.

O sistema, agora, precisa ser organizado em um contexto em o valor excedente gerado é insuficiente para nutrir o capitalismo central. Muda o estímulo e, então, muda a resposta. Forças extraeconômicas (políticos e/ou militares) são mobilizadas para abrir novas rotas para a circulação lucrativa do capital. Nesse contexto, valores já incorporados em estruturas físicas e

sociais passam a compor o montante que os capitais imperialistas buscam, mas não sem passar por processos artificiais de desvalorização.

Por isso, ao invés da concentração típica das fases de crescimento, nas fases de crise predominam processos de centralização e, como parte desse movimento, abundam processos de privatização e de mercantilização de bens comuns e ocorrem processos políticos para desvalorização da força de trabalho. A violência política-militar assume a batuta da orquestra. Por isso, conclui-se que a subsoberania dos países periféricos ganha ainda mais importância para a organização imperialista durante as fases de crise.

Essas forças extraeconômicas atuam não apenas para evitar a descontinuidade da acumulação. Atuam, também, para dirigir “o devir”. Por intermédio dos Estados nacionais, passam a dirigir ajustes espaço-temporais correspondentes à localização de cada país na hierarquia global que localizarão os países em uma possível nova fase de prosperidade.

Nesse sentido, a violência extraeconômica é mobilizada também para promover a separação geográfica das fases destrutiva e criativa do processo de racionalização da acumulação. O momento destrutivo é predominantemente exportado para os países periféricos por meio de crises orquestradas (ou por meio de intervenções militares) enquanto a criatividade dos países centrais permanece sendo nutrida pelo valor espoliado. A restrição ao exercício das soberanias dos países periféricos se mostra em sua plenitude.

Logicamente, o processo espoliativo tem limites postos pela sua própria natureza: há um piso do valor da força de trabalho que não pode ser ultrapassado (sob pena de a fonte de valor não conseguir se reproduzir) e não são infinitos os bens e serviços capazes de suportar a desvalorização que precede a acumulação por espoliação. Então, concomitantemente ao processo de espoliação, as forças imperialistas induzem ajustes espaço-temporais nos territórios periféricos que, ao mesmo tempo em que retiram da circulação imediata grandes volumes de capital redundante (reduzindo a pressão sobre o sistema), apontam para a participação futura dos países em uma possível nova fase de prosperidade (HARVEY, 2004, 2006a e 2006b).

Via de regra, os ajustes promovidos nos territórios periféricos aprofundam a estrutura produtiva fixada para receber os ramos secundários e complementares do eixo produtivo, agora “excessivamente maduro”, e/ou preparam os países para receber estruturas obsoletas do capitalismo central. Assim, os territórios periféricos são adaptados para que continuem nutrindo a criatividade produtiva concentrada nos países centrais enquanto reafirmam seu atraso e o garantem o “devir” subordinado.

Fazendo isso, no fim das contas, também nas crises, os Estados periféricos conduzem as adaptações de acordo com os interesses da burguesia imperialista ao mesmo tempo em que aprofundam sobejos volumosos às numericamente diminutas frações hegemônicas de sua burguesia. Dessa forma, “se fecha a equação de uma soberania fraca frente a um poder político forte. Esta equação não é apenas necessária para as classes e frações dominantes locais; também o é, em geral, para as classes e frações do capital hegemônico em escala internacional” (OSORIO, 2019, p. 90).

Quando se percebe que a China internaliza a “industrialização orgânica” típica das economias centrais, é possível concluir que o desenvolvimento do país não é uma mera ilusão, que não se trata de um movimento pendular. Em possível nova fase de crescimento, o gigante asiático certamente, no mínimo, estará em condições de disputar valor com os países imperialistas tradicionais. Para isso, diferentemente do que ocorre nos países periféricos, seu Estado conduz investimentos em infraestruturas capazes de atrair o estado da arte da tecnologia e capitais que trazem em suas lógicas internas a necessidade de continuado desenvolvimento tecnológico. Isso compõe o projeto autorreferenciado.

Como coloca Marx (*op. cit.*), “toda forma de produção forja suas próprias relações jurídicas, a forma de governo”. A realidade da China pós-revolucionária, contudo, permite ao Estado dirigir as relações econômicas e condicionar os interesses da burguesia nascente e da burguesia entrante ao seu projeto de desenvolvimento nacional. Enquanto, nos países imersos na estrutura reprodutiva do capitalismo, os interesses comuns da burguesia aparecem como molde rígido e inquebrantável do Estado burguês (e o interesse de certas frações dão os contornos mais finos desse molde), o Estado chinês consegue impor condicionantes para a atuação da burguesia no país.

Na China, o passado revolucionário legou uma lógica política diferente da observada nos Estados burgueses: no país asiático, a burguesia nasce sob o comando do Estado, o comando político não é produto de relações burguesas estabelecidas. Eis outra forma de interpretar o “terreno estranho” em que se radica a ascensão chinesa na hierarquia capitalista.

As relações imperialistas atravessam as relações sociais dos países e, então, se condensam no agente que detém o monopólio do poder de “dizer o direito” e de garanti-lo coercitivamente. Em outras palavras, o Estado condensa relações sociais de força que são atravessadas de formas particulares pelas relações globais. Como as frações burguesas hegemônicas dos países periféricos estão vinculadas subordinadamente às burguesias imperialistas, consolida-se a condição estrutural da subsoberania enquanto expressão do vínculo subordinado de sua classe

dominante (de suas frações hegemônicas) à burguesia imperialista. Formam-se e reformam-se, assim, as pontes políticas que internalizam os ajustes imperialistas.

Nesse ponto, encontra-se fundamento que reproduz a subsoberania periférica e que permite que a China evite a convergência de sua rota ao capitalismo dependente. A dinâmica da acumulação global tende a beneficiar certas frações da burguesia periférica. Assim, contando com esses benefícios e com o apoio do capital imperialista, essas frações tendem a galgar espaços de comando político. “Entrincheiradas” no poder, ao dirigirem as ações dos Estados em benefício próprio, atuam de acordo com os interesses imperialistas. Como inexiste na China essa ponte, seu Estado detém capacidade de dirigir um projeto efetivamente nacional de desenvolvimento.

Fica claro que as ações estatais, quaisquer que sejam, não podem ser interpretadas a partir da observação direta do aparato estatal, é preciso observar a ordem social interna em cada momento histórico. Elas devem ser observadas em perspectiva aos interesses das frações da classe dominante que estão “entrincheiradas” nos assentos de comando político. Assim sendo, para interpretar o caráter das ações estatais e identificar os limites do desenvolvimento de cada país, é preciso entender a correlação de forças sociais do país situando o bloco social hegemônico nos processos globais de acumulação. Para entender os limites dos projetos nacionais de desenvolvimento, é preciso verificar como os interesses do bloco no poder se vinculam aos interesses da burguesia imperialista.

A inexistência de projetos autorreferenciados é reflexo da condição subsoberana de um país, é prova cabal de que os postos de comando do Estado são ocupados por frações sociais cujos interesses se vinculam subordinadamente aos interesses da burguesia estrangeira. Por isso, nos países periféricos, os ajustes conduzidos pelos Estados têm caráter, invariavelmente, adaptativo-responsivo e, no sentido oposto da mesma lógica, por isso os ajustes dirigidos pelo Estado chinês têm caráter propositivo-autônomo.

É preciso ter claro, contudo, que se a localização das frações sociais hegemônicas nos processos globais de acumulação encerrasse a discussão sobre os limites do desenvolvimento, bastaria que uma burguesia não dominada ascendesse aos postos de poder do Estado para que fossem conduzidos projetos de desenvolvimento capitalista de cunho efetivamente nacional.

Essa perspectiva fundamentou análises e políticas que, relativizando os conflitos de interesse e pressupondo algum nível de amistosidade entre os países, propuseram-se “desenvolvimentistas” (KATZ, 2020). Acreditando em um suposto apego nacionalista da

burguesia local e abstraindo a reação imperialista, embarcaram na ilusão do desenvolvimento capitalista.

O ponto principal da discussão sobre os limites do desenvolvimento está, portanto, em uma análise que localize a burguesia nacional nos processos globais de acumulação e considere a importância do país na composição da massa de valor que alimenta os países imperialistas. Projetos nacionais que intentem reter em suas fronteiras valor que comporia aquela massa certamente não serão muito bem recebidos pelos países centrais, afinal, essa retenção significaria a redução do total disponível para a apropriação por eles.

É lógico inferir, portanto, que haverá reação daqueles que percebem prejuízos, ou melhor, daqueles que verificariam reduções dos benefícios decorrentes de uma “revolução burguesa” que retenha o valor gerado no próprio território nacional. Para discutir limites e possibilidades de desenvolvimento de um país periférico, é preciso entender como a burguesia imperialista reagiria às tentativas de bloquear a remessa de valor. Dada a disparidade de forças econômicas-militares-políticas-ideológicas, essa reação coloca limites tanto mais estreitos para as possibilidades periféricas quanto mais importante for o país na composição da massa global de valor.

Análises que enxergam a “revolução burguesa” como etapa necessária para o desenvolvimento deve se defrontar com esse quadro. A boa intenção desses projetos, e também dos projetos baseados nas classes proletárias, precisam levar em conta a reação imperialista, o que, aliás, o próprio Mao Tsé-Tung já afirmava.

A ascensão da China revela, nesse sentido, não apenas a capacidade do seu Estado de conter as forças imperialistas, mas também a capacidade social de conter sua contraofensiva. No caso, não se trata de um país periférico que tenta evitar a transferência de valor, mas de um país que estava fora e que inicia seu processo de abertura em um momento que o capital enfrenta uma crise de superacumulação. A contraofensiva imperialista é, por isso, em certa medida, contida pela conveniência que a abertura econômica do país representa. Isso, mais uma vez, revela que o Estado chinês fez a leitura correta do momento e que soube/pôde aproveitar condições sistêmicas como parte de seu plano.

A lógica discutida neste trabalho dá relevo à importância da subsoberania para a organização imperialista. A história recente vem comprovando essa importância. Muitas vezes recorrendo a essas pontes políticas, a grande potência imperialista atual, os EUA, vem matando no nascedouro qualquer projeto de *catching-up* tecnológico ou tentativas de “revolução

burguesa nacional”. Logicamente, quando a ponte política não é suficiente, não há qualquer pudor por parte do governo estadunidense em adotar estratégias militares para barrar tentativas de “sair da linha”.

Em suma, percebe-se que a subsoberania periférica é resultado “natural” da expansão e compõe a estrutura reprodutiva do metabolismo capitalista, e, por isso, não pode ser superada dentro dos limites do capitalismo imperialista. De forma simplista, mas esclarecedora: estruturas produtivas com diferentes níveis de desenvolvimento são integradas ao mercado mundial – são estabelecidas relações verticais entre as burguesias nacionais – certas frações da burguesia dos países atrasados são beneficiadas por essa relação vertical – com o apoio daqueles que estão no topo dessa estrutura, essas frações se “entrincheiram” nos postos de efetivo comando político – os Estados burgueses-periféricos organizam as relações de produção em seus territórios prioritariamente em benefício dessa fração “dominante dominada”, o que, no fim das contas, significa que seus projetos obedecem aos parâmetros estabelecidos pela burguesia imperialista.

Dessa relação se percebe o caráter “estranho” à luz da lógica capitalista que é a conjugação de soberania e atraso no mesmo território. A partir dessa relação se nota a estranheza que é a capacidade do Estado chinês de exercer sua soberania, afinal, apesar das peculiaridades relativas, por exemplo, à descentralização produtiva herdadas da era Mao, não se pode dizer que, no fim da década de 1970, a economia chinesa seria capaz de disputar valor extraordinário com as grandes potências. Por isso, foi dito que, de uma perspectiva econômica, não era despropositado imaginar que seria instalado no país algum tipo de capitalismo dependente.

Nesse sentido, ascensão da China confirma a hipótese sobre a necessidade de os projetos de desenvolvimento periféricos terem que encontrar apoio em “algo estranho” à estrutura reprodutiva do capitalismo mundial e explica as ações imperialistas para manter suas pontes de ingerência política nos países periféricos. Ao se entender a importância da subsoberania para a organização imperialista, retira-se o esteio da pregação sobre o fim dos Estados nacionais.

Pior do que simplesmente falsear a discussão sobre a exploração das classes-nações, como bem coloca Amin (2005, p. 81), as análises que defendem o fim do Estado nacional entregam aos povos oprimidos um “convite à inação” e, assim, somam-se às forças que querem manter o *status quo* da dominação global. Nesse sentido, o contraexemplo chinês deixa claro o caráter conservador dessa perspectiva na medida em que seu Estado protagoniza o “exemplo de sucesso capitalista”.

Esta tese, portanto, se opõe frontalmente às análises que, intencionalmente ou ludibriadas pelo discurso dos vencedores, reduzem a importância dos Estados nacionais e afirmam que o imperialismo é um conceito anacrônico. Essa interpretação “sofista” é consequência, como alerta Lenin (*op. cit.*), da confusão entre conteúdo e forma, é resultado da substituição “do conteúdo da luta e das transações entre os grupos capitalistas pela forma desta luta e destas transações (hoje pacífica, amanhã não pacífica, depois de amanhã outra vez não pacífica)”.

Para sustentar o suposto anacronismo do conceito, aqueles analistas retiram o conteúdo de exploração de classe que o conceito de capital traz em si. Só assim podem concluir, por exemplo, que os Estados se tornaram meros “instrumentos de registro de fluxos de mercadorias, dinheiro e populações”. (HARDT; NEGRI, 2010, p. 50). De outra forma, se mantivessem as lutas de classe no centro da discussão, seria inevitável perceber que os Estados participam organicamente da condução imperialista independentemente do nível de integração econômica dos países.

Em sentido oposto a essas análises, esta tese busca entregar um convite à ação racional orientada pelo reconhecimento das práticas imperialistas.

Para conter/confrontar a ação imperialista, é preciso fazer a leitura correta da dinâmica que a condiciona, como faz o Estado chinês. Por isso, como “convite à ação” direcionada, este trabalho apresentou a dinâmica condicionadora para, depois, discutir a dinâmica condicionada das ações que mantém os países presos ao subdesenvolvimento. Como convite à ação racional combativa, este trabalho pretendeu contribuir para o enfrentamento apresentando características das práticas que devem ser combatidas. Fez isso, relacionando as práticas imperialistas às expressões do movimento contraditório da acumulação.

O exemplo chinês demonstra a utilidade dessa perspectiva, afinal o país ascende porque conseguiu entender a resposta imperialista às condições estruturais do capitalismo. Isso, logicamente, não quer dizer que sua trajetória possa ser copiada, mas apenas que conhecer o oponente é essencial para travar o combate.

Por tudo o que foi dito, percebe-se que a existência de um Estado burguês de caráter e ação efetivamente nacionais é característica exclusiva dos países que estão no estrato superior da hierarquia capitalista e que a subsoberania aparece como característica estrutural da condição dependente. Esse par antagônico monta a estrutura que mantém o *status quo* de dominação-dependência mundial. Manter essas características é condição *sine qua non* para a preservação

dos benefícios auferidos pelos países centrais e, pois, para isso as forças imperialistas são constantemente mobilizadas.

Ninguém consegue sair da areia movediça alçando-se pelos próprios cabelos; para sair do atoleiro, é preciso encontrar apoio em algo sólido que esteja fora desse terreno. A metáfora vale para o capitalismo mundial e ilustra a principal conclusão deste trabalho: para romper com o ciclo vicioso de adaptação responsiva/subordinada a que estão submetidos os países periféricos, os projetos de desenvolvimento precisam encontrar sustentação em elemento externo à lógica reprodutiva do capitalismo imperialista, mas essa mesma lógica funciona para que esse apoio não exista.

Assim aconteceu com os países que foram “convidados ao desenvolvimento” pelos EUA no pós-Guerra, quando a “ameaça comunista” funcionou como “algo externo”, e assim acontece com a China, quando a capacidade do seu Estado de exercer a soberania funciona como “elemento estranho”. De outro lado, completamente imersos na lógica racional-pessimista que este trabalho apresenta, os países periféricos-subsoberanos não encontram formas para se puxarem para fora da areia movediça do capitalismo imperialista.

A ascensão chinesa aparece, portanto, como contraexemplo que joga luz sobre a “lei de ferro” da hierarquia capitalista. Olhando a trajetória do país em perspectiva à “lei”, desqualifica-se o esforço empreendido pelos apologistas do capital para enquadrar seu “sucesso” como simples resultado do “avanço dos elementos capitalistas”. Apesar de ser inegável que a economia chinesa cresce e se moderniza em compasso com o avanço de elementos capitalistas em sua formação social, não é nesse terreno que sua ascensão se radica. Sem um controle “exógeno”, o simples avanço de elementos capitalistas em uma estrutura produtiva atrasada levaria à instalação de alguma variante de capitalismo dependente.

O passado revolucionário entregou ao Estado chinês algo que não está disponível aos países que vinham imersos nas estruturas de dominação. Assim, em vez de confirmar a tal virtude meritocrática da mobilidade capitalista, a trajetória chinesa confirma a conclusão deste trabalho sobre o atoleiro imperialista. Por paradoxal que pareça, é possível afirmar que a Revolução Comunista entregou ao Estado Chinês a condição necessária para conduzir a ascensão do país na hierarquia capitalista.

Por tudo o que foi dito, percebe-se que caem no campo da ingenuidade bem intencionada as análises que trazem implícita a ideia de que a burguesia imperialista assistiria passiva e pacificamente a qualquer projeto nacional de desenvolvimento.

Como a história vem mostrando, a grande potência imperialista atual, os EUA, tem e vem utilizando armas suficientes para invadir qualquer país que, por exemplo, desafie a hegemonia do dólar, tem e vem utilizando potentes armas financeiras para exportar crises de desvalorização, tem e vem utilizando armas “brandas” para garantir as pontes políticas necessárias às adaptações dos territórios dependentes. O imperialismo estadunidense vem se mostrando disposto a utilizar as armas necessárias para conservar o país no topo do sistema.

O Brasil é um grande exemplo de tentativa de desenvolvimento abortada. Ao fortalecer uma fração da burguesia nacional com relativa independência tecnológica e que tinha acesso a linhas de financiamento disciplinadas pelo Estado para acelerar-potencializar seu ciclo de acumulação e, concomitantemente, ao tentar garantir vastos campos de petróleo a uma estatal que seria usada como ponta de lança para o desenvolvimento tecnológico autônomo, o país foi alvo de ações típicas de *lawfare*. Além de enterrar aquela burguesia nacional emergente, as cabeças políticas desse movimento foram defenestradas e, em seu lugar, foram colocados legítimos representantes da burguesia associada.

Possivelmente, aquelas cabeças, que não se pretendem revolucionárias, tenham aprendido a lição. Novamente eleitas para o governo que se iniciou em janeiro de 2023, elas provavelmente levarão em conta os limites impostos pela reação imperialista. Caso isso aconteça, o caso brasileiro, infelizmente, servirá para confirmar a conclusão desta tese.

Toda a discussão travada neste trabalho converge para a conclusão de que qualquer projeto de desenvolvimento precisa desafiar uma estrutura em que aqueles que estão no topo têm armas poderosas para mantê-la. Projetos de desenvolvimento dependem não apenas da conquista do governo, mas da efetiva conquista do poder do Estado por uma fração social que não seja subordinada a interesses estrangeiros. É preciso encontrar pontos de apoio fora do atoleiro capitalista para romper com o ciclo vicioso da dependência, mas isso não é suficiente. É preciso que as forças sociais, inclusive armadas, consigam suportar as contraofensivas que certamente virão das potências estabelecidas. Os limites definitivos do desenvolvimento periférico se encontram nesse balanço de forças.

Para que fique claro, aqui, quando se fala em conquista efetiva do poder do Estado, está-se referindo à conquista de seus poderes organizadores, legitimadores, reguladores e coercitivos, ou seja, afirma-se que a ordem social deve suportar o longo e dolorido movimento de ruptura. Se não houver capacidade social suficiente, bastará “um” filme de Hollywood estrelado pelo galã da época e “duas” reportagens da Fox News para caracterizar o movimento como um ataque aos direitos humanos. Dessa forma, o Pentágono encontraria o respaldo para

inviabilizar esse “atentado contra a democracia”. Bastariam “três” influenciadores digitais para sugerir que as novas tecnologias de extração de petróleo em águas profundas poderiam ser utilizadas para fabricação de armas de destruição em massa. Assim, em “nome da paz mundial”, ficaria justificada a intervenção militar e/ou um embargo econômico estrangulador.

Esta tese está longe de montar um cenário positivo para as nações oprimidas. Olhando para o passado e para a lógica que se reproduz no presente, ela entrega fortes motivos para o “pessimismo da razão”. Na verdade, esta tese se apresenta como encadeamento lógico que alimenta o pessimismo dos explorados. Ao fazer uma análise panorâmica do metabolismo reprodutivo do capitalismo, o trabalho mostra como o sistema se reproduz entregando aos que hoje estão em posição de privilégio as armas suficientes para se manterem nessas posições, o que significa condenar os países atrasados à dependência e ao subdesenvolvimento.

Por outro lado, esta tese está ainda mais distante de jogar terra sobre o “otimismo da vontade”. A mesma análise que alimenta o “pessimismo da razão” revela a centralidade das lutas de classes. O principal organizador do sistema, o Estado, é produto social e atua em nome daqueles que efetivamente detém o poder. Nesse ponto, ao indicar as contradições da reprodução capitalista e identificar seu principal agente organizador, esta tese aponta para este agente, o Estado, como horizonte das lutas dos povos oprimidos.

Ao fazer uma análise panorâmica, este trabalho pretendeu apontar as principais ferramentas imperialista em uma perspectiva de longa duração para que seja possível identificar as suas ações principais em cada momento e, então, para que se possa orientar o enfrentamento. As chances de triunfo são tão maiores quanto mais se conhece o oponente. É neste ponto que o pessimismo da razão se encontra com o otimismo da vontade e é nessa perspectiva que o trabalho pretende contribuir para o movimento racional de superação do capitalismo.

Além de mostrar os limites estreitos do desenvolvimento periférico, o pessimismo da razão que esta tese alimenta mostra que o desenvolvimento capitalista de um país condena outros à superexploração. Então, quando se encontram, o pessimismo da razão e o otimismo da vontade dirigem as lutas para a superação do capitalismo. Espera-se que esta tese ajude a promover esse encontro.

A observação racional da dinâmica capitalista, definitivamente, não entrega aos que são explorados motivos para otimismo e joga terra sobre qualquer sonho de desenvolvimento capitalista para todos. O pessimismo da razão deve nutrir o otimismo da vontade por mudanças radicais, deve conduzir as lutas para a superação do capitalismo e para a formação de um novo

conjunto de relações sociais em que o desenvolvimento de uns poucos não condene ao subdesenvolvimento a grande maioria da humanidade.

Infelizmente, não é possível “mudar o mundo sem tomar o poder”¹⁰⁹. O poder constituído pode até tolerar certos movimentos locais que não servem de exemplo, mas sempre reagirá quando se sentir ameaçado. Sem tomar o poder e construir forças sociais de resistência às contraofensivas, infelizmente não se vislumbra possibilidade de desenvolvimento da humanidade.

Esta tese pretendeu, sobretudo, entregar um pessimismo da razão capitalista para alimentar um otimismo racional para a superação das relações capitalistas. De outra forma, a dialética da natureza se imporá à dialética da acumulação, mas não haverá quem possa escrever sobre os resultados desse movimento.

O imperialismo coloca os limites do desenvolvimento periférico e, caso o otimismo da vontade não encontre meios para se materializar, a natureza colocará o limite absoluto do desenvolvimento do sistema capitalista.

¹⁰⁹ Referência o livro “Mudar o mundo sem perder o poder: o sentido da revolução hoje” de Holloway (2003).

REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. A. **¿Por qué fracassan los países? los orígenes del poder, la prosperidad y la pobreza**. Buenos Aires: Ariel. 2013.
- ALMEIDA, Jorge. O ascenso da China e o sistema mundial: relações de cooperação, futuro compartilhado ou bipolarização? Cadernos do CEAS. **Revista Crítica de Humanidades.**, v. 47, p. 109-130, jan./abr. de 2022.
- AMARAL, Marisa S. **Teorias do imperialismo e dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. 2012. Tese (Doutorado), Ed.) São Paulo: USP. 2012.
- AMARAL, Marisa. S.; CARCANHOLO, Marcelo. D. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias S. **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo. 2012. p. 78-102.
- AMIN, Samir. **Imperialismo e globalização**. 18 de jul de 2002 Acesso em: 01 de mai de 2022, disponível em: https://resistir.info/samir/imperialismo_globalizacao.html.
- AMIN, Samir. Imperialismo: passado e presente. **Tempo**, (18), p. 77-123, 2005.
- AMIN, Samir. La historia comprendida como ciclo eterno. **Revista Mundo Siglo XXI**. p. 5-22. 2006
- AMIN, Samir. China é capitalista ou socialista? **Argumentum**, v. 6, p. 283-298, jan./jun. de 2014.
- ANDERSON, Perry. Las antinomias de Antonio Gramsci. **Cuadernos Políticos**, p. 4-57. jul-set de 1977.
- ANDERSON, Perry. **Duas revoluções: Rússia e China**. São Paulo: Boitempo. 2018
- APPEL, Tiago. N. Just how capitalist is China? **Brazilian Journal of Political Economy**, 34, p. 656-669, out-dez de 2014.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. São Paulo: UNESP. 1996.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. 6. ed. Petrópolis: Vozes. 1997.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo. 2008.

ARRIGHI, Giovanni.; SILVER, Bervely. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ. 2001.

BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo. C. Padrões de desenvolvimento, funções estatais e endividamento no capitalismo contemporâneo. *Revista Análise Econômica*, p. 165-188. Setembro de 2005.

BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo. C. Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma abordagem teórica. **Revista de Economia Política**, 34, pp. 39-60, jan-mar de 2014.

BAMBIRRA, Vania. **O capitalismo dependente latino americano**. Florianópolis: Insular. 2015.

BANDEIRA, Luís. A. Apresentação. In: WALLERSTEIN, I. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo. 2007. p. 11-22.

BARBOSA, Aalexandre. A ascensão chinesa e a economia-mundo capitalista: iuma perspectiva histórica. In: MUSSE, R. **China contemporânea: seis interpretações**. Belo Horizonte: Autêntica. 2021, p. 9-40.

BARROW, Clyde. **Rereading Poulantzas: State theory and the epistemologies of structuralism**. 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/es/3116653/_Re_Reading_Poulantzas_State_Theory_and_The_Epistemologies_of_Structuralism. Acesso em 20 de mai de 2022.

BELLUZZO, Luiz. G.; SABATTINI, Rodrigo. Um conto Chinês. **Valor Econômico**. 01 de Ago de 2017. Disponível em <https://bresserpereira.org.br/terceiros/2017/agosto/17.08-Conto-chines.pdf>. Acesso em 13 de ago de 2022.

BELLUZZO, Luiz. G. O capital e suas metamorfoses. São Paulo: Editora Unesp. 2013a

BELLUZZO, Luiz. G. Prefácio. In: c. e. A grande crise capitalista global 2007-2013: gênese, BARROSO, A. S.; SOUZA, R. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Gabrois. 2013b, p. 9-18

BELLUZZO, Luiz. G. Prefácio. In: P. ANDERSON, Duas revoluções: Rússia e China. São Paulo: Boitempo. 2018. p. 7-20.

BENJAMIN, César. Nota da edição brasileira. In: POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto. 2012. p. 7-10.

BERNOIT, Hector.; ANTUNES, Jadir. **O problema da crise capitalista em O Capital de Marx**. Jundiaí: Paco Editorial. 2016.

BOITO JR, Armando. A burguesia no governo Lula. **Crítica Marxista**, 21, 2005, pp. 52-76.

BORON, Atílio. Notas sobre a atualidade do imperialismo e a nova estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos. In: LÓPEZ, E. **As veias do sul continuam abertas**: debates sobre o imperialismo do nosso tempo. São Paulo: Expressão Popular. p. 95-140. 2020.

BRAGA, José C. Crise e capitalismo contemporâneo: qual o conceito de financeirização. In: BARROSO, A. S.; SOUZA, R. **A grande crise capitalista global 2007-2013**: gênese, conexões e tendências. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Gabrois. 2013, p. 117-136.

BRENNER, Robert. **O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial**. Rio de Janeiro: Record. 2003

CANGIANI, Michele. A teoria Institucional de Polanyi: a sociedade de mercado e sua economia "desenraizada". In: POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto. 2012. p. 11-44.

CARCANHOLO, Marcelo D. Apresentação - sobre o caráter necessário do Livro III d'O capital. In: MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista (pp. 13-18). São Paulo: Boitempo. 2017.

CARCANHOLO, Marcelo D. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexplotação da força de trabalho e política econômica. **Revista de Economia contemporânea**, 12, p. 247-272. mai-ago de 2008.

CARCANHOLO, Marcelo D. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. **Aurora**, p. 1-10. agosto de 2010

CARCANHOLO, Marcelo D. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, N. **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: IPEA. 2013. p. 71-94.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: UNESP. 2004.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã. 1996.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Outubro Revista**. Disponível em <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-02.pdf> fev. 2001.

COX, Robert. Gramsci, hegemonia e relações internacionais. In: GILL, S. **Gramsci: materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. p. 101-124. 2007.

DOS SANTOS, Theotonio. **Revolução científico-técnica e capitalismo contemporâneo**. Petrópolis, 1983.

DOS SANTOS, Theotonio. **Teoria da dependência: balanços e perspectivas**. Florianópolis: Insular. 2015.

DUMÉNIL, Gérard; LEVY, Dominique. O imperialismo na era neoliberal. **Crítica Marxista**, v. 1, n. 18, p. 11-36. 2004.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Neoliberalismo - neoimperialismo. **Economia e Sociedade**, 16, pp. 1-19. abr de 2007.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bestbolso. 2020

FERNANDES, Florestan. **Marx, Engels, Lenin: história em processo**. São Paulo: Expressão popular. 2012.

FERNANDES, Marcelo P. Prefácio à edição brasileira. In: V. LENIN, I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio de divulgação ao público** São Paulo: Boitempo. 2021. p. 9-22.

FILGUEIRAS, Luiz. Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual. *Cardeno CRH*, 31, p. 519-534, set/de de 2018.

FILGUEIRAS, Luiz.; OLIVEIRA, Elizabeth. A crise econômica mundial do capitalismo. In: BARROSO, A. S.; SOUZA, R. **A grande crise capitalista global 2007-2013: gênese, conexões e tendências**. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Gabrois. 2013, p. 77-98.

FIORI, José. L. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: MEDEIROS, C. A.; FIORI J. L.; SERRANO, F. P. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record. 2008. p. 11-70.

FIORI, José. L. **História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo.** São Paulo: Boitempo. 2014.

FURNO, Juliane; DEL PRETE, Giovani. Tem nome e sobrenome: o imperialismo e o setor de saúde no Brasil. In. **Introdução ao capitalismo tardio.** FERNANDES, Luis E. (org.). p. 287-310. 2022

GILL, Stephen. Prefácio à edição brasileira. In: GILL, S. **Gramsci: materialismo histórico e relações internacionais.** Rio de Janeiro: UFRJ. p. 11-40. 2007.

GONSALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às avessas: verdade, má fé e ilusão do atual modelo brasileiro de desenvolvimento.** Rio de Janeiro: LTC. 2014.

HADDAD, Fernando. PREFÁCIO. In: ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento.** Petrópolis: Vozes. p. 7-16. 1997.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império. Rio de Janeiro: Record. 2001.

HART-LANDSBERG, Martin; BURKETT, Paul. China and socialism: market reforms and class struggle. **Monthly Review**, 56, p. 1-155. jul-ago de 2004.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola. 2004.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Edições Loyola. 2005.

HARVEY, David. **A produção capitalista de espaço.** São Paulo: Annablume. 2006.

HARVEY, David. O novo imperialismo: acumulação por espoliação. In: PANITCH, L.; LEYS, C. **O novo desafio imperial.** Buenos Aires: CLACSO. 2006b, pp. 95-126).

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Edições Loyola. 2008.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo. 2011.

HARVEY, David. **Os limites do capital.** São Paulo: Boitempo. 2013.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo.** São Paulo: Boitempo. 2016.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI.** São Paulo: Boitempo. 2018.

HILFERDING, Rudolph. **O capital financeiro.** São Paulo: Nova Cultural. 1985.

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem mudar o poder: o significado da revolução hoje.** São Paulo: Viramundo. 2003

HUNG, Ho-fung. A ascensão da China, a Ásia e o Sul global. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n. 1. p. 1-26. jan./abr. 2018.

JABBOUR, Elias. China: **infra-estruturas e crescimento econômico**. São Paulo: Anita Garibaldi. 2006

JABBOUR, Elias. A '**superexploração do trabalho**' na China. 28 nov. 2007. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/coluna/a-superexploracao-do-trabalho-na-china/>>. Acesso em: 02 out. 2021

JABBOUR, Elias. **China: socialismo e desenvolvimento - sete décadas depois**. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois. 2019.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. Apontamentos sobre a geopolítica da China. In: MUSSE, R, **China Contemporânea: seis interpretações**. Belo Horizonte: Autêntica. p. 41-68. 2021.

JINPING, Xi. **A governança da China** Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto; Foreign Language Press. 2019.

KATZ, Claudio. O enfoque marxista da mudança tecnológica. In: O. COGGIOLA, O & KATZ, C. **Neoliberalismo ou crise do capital?**. São Paulo: Xamã. p. 9-18. 1996a.

KATZ, Claudio. Debates sobre as ondas longas. In: O. COGGIOLA, O & KATZ, C. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã. p. 165-194. 1996b.

KATZ, Claudio. **A teoria da dependência cinquenta anos depois**. São Paulo: Expressão popular. 2020.

KATZ, Claudio. China: distante do imperialismo e do sul global. **Outras Palavras**. 23 jun. 2021. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/china-distante-do-imperialismo-e-do-sul-global/>> Acesso em: 02 jul. 2021.

LEFEBVRE, Henri. **O pensamento de Lênin**. São Paulo: Lavrapalara. 2020

LEITE, Leonardo M. Imperialismo, dependência e subimperialismo: mapeando as relações categoriais. **Revista Espaço Crítico**, n. 22, pp. 28-38. jan./jun. 2015.

LENIN, Vladimir I. **Uma grande iniciativa**: sobre o heroísmo dos Operários na Retaguarda. 1919 Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/06/28.htm>>. Acesso em: 14 fev. 2022.

LENIN, Vladimir I. **O proletariado revolucionário e o direito das nações à autodeterminação.** 1974. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1915/10/29.htm>> Acesso em: 18 dez. 2021.

LENIN, Vladimir I. **Sobre o direito das nações à autodeterminação.** 1977. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1914/auto/index.htm>> Acesso em: 14 mar. 2022.

LENIN, Vladimir I. **Sobre o Imposto em Espécie:** o significado da nova política e as suas condições. 1979. Disponível: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1921/04/21.htm>> Acesso em: 16 jan. 2022.

LENIN, Vladimir I. **O proletariado revolucionário e o direito das nações à autodeterminação.** 1986. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1915/10/29.htm>> Acesso em: 18 dez. 2021.

LENIN, Vladimir I. **Imperialismo, etapa superior do capitalismo.** Campinas: FE/UNICAMP. 2011.

LENIN, Vladimir I. **O Estado e a revolução:** a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução. São Paulo: Boitempo. 2017.

LOSURDO, Domenico. **A luta de classes:** um história política e filosófica. São Paulo: Boitempo. 2015.

LOSURDO, Domenico. **Colonialismo e luta anticolonial:** desafios da revolução do século XXI. São Paulo: Boitempo. 2020a.

LOSURDO, Domenico. **Fuga da história:** A revolução russa e a revolução chinesa vistas de hoje. Rio de Janeiro: Renavan. 2020b.

LUCE, Mathias. S. **Teoria marxista da dependência:** problemas e categorias- uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular. 2018.

LUXEMBURGO, Rosa. O segundo e o terceiro volume d'O Capital. In: MARX, K. **O capital: crítica e economia política: livro III:** o processo global de produção capitalista. São Paulo: Boitempo. p. 19-28. 2017.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2021.

MAGALHÃES, Henrique. J. De compradores a vendedores. **A nova democracia.** junho de 2008. Disponível em: <<https://anovademocracia.com.br/no-43/1696-de-produtores-a>>

MEDEIROS, Carlos. A. Economia e política do desenvolvimento recente na China. *Revista de Economia Política*, v. 19, n. 3, 75, p. 496-516. jul-set de 1999.

MEDEIROS, Carlos. A. A China como um duplo polo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 3, jul./set. 2006.

MELLO, Guilherme. S.; ROSSI, Pedro. Do dinheiro ao capital fictício. **Revista Cult**, 05 out. 2017. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/do-dinheiro-ao-capital-ficticio>> Acesso em: 02 nov. 2021.

MÉSZÁROS, István. **A crise do capital**. São Paulo: Boitempo. 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para além do leviatã: crítica do Estado**. São Paulo: Boitempo. 2021.

MONTEIRO NETO, Aristides. Dilemas do desenvolvimento da China: crescimento acelerado e disparidades regionais (da revolução comunista à globalização). **Textos para discussão**, n. 1126. 2005.

NOGUEIRA, Isabela. O lugar da China na economia-mundo capitalista wallersteiniana. **Textos de Economia**, v. 11, n. 1. p. 39-53. jan./jun. 2008.

NOGUEIRA, Isabela. Estado e capital em uma China com classes. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n. 1 p. 1-23. jan./abr. 2018.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: um proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. S. **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo. 2012. p. 37-86.

OSORIO, Jaime. Sistema mundial e formas de capitalismo. A teoria da dependência revisitada. **Direito & Práxis**, 07(13), 494-539. 2016.

OSORIO, Jaime. Capitalismo, Estado y sistema mundial: contradicciones económicas y políticas. **Crítica Marxista**, 44, p. 73-85. fev de 2017.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Expressão Popular. 2019.

PACHUKANIS, Evgeni. **Lenin e os problemas do direito**. 1925. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/pashukanis/1925/mes/lenin.htm>> Acesso em: 24 mai 2022.

PACHUKANIS, Evgeni. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Boitempo. 2017.

- PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. Capitalismo global e império norte-americano. In: PANITCH, L.; LEYES, C. **Socialist Register 2004: O novo desafio imperial** Buenos Aires: CLACSO. p. 19-70. 2006.
- PATNAIK, Prabhat. Notas sobre o imperialismo contemporâneo. In: FERNANDES, L. E.. **Introdução ao imperialismo tardio**. p. 191-207. Recife: Ruptura. 2022.
- PATNAIK, Utsa; PATNAIK, Prabhat. Imperialismo na era da globalização. In.: LÓPEZ, E. **As veias do sul continuam abertas: debates sobre o imperialismo do nosso tempo**. São Paulo: Expressão Popular. p. 13-32. 2020.
- PERELMAN, Michel. **The invention of capitalism: classical political economy and the secret of primitive accumulation**. North Carolina: Duke University Press. 2020.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **China: passado e presente: um guia para compreender a sociedade chinesa: China imperial, China moderna e o Brasil na China**. Porto Alegre: Artes e Ofícios. 2013.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Posfácio: rumo e repressão. In: ANDERSON, P. **Duas revoluções: Rússia e China**. São Paulo: Boitempo. p. 113-126. 2018.
- POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto. 2012.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens políticas e econômicas de nossa época**. Rio de Janeiro: Contraponto. 2021.
- POMAR, Wladimir. **A revolução chinesa**. São Paulo: Unesp. 2003.
- POMERANZ, Ken. **A grande divergência: a China, a Europa e a criação da economia mundial moderna**. Lisboa: Edições 70. 2013.
- POULANTZAS, Nico. O Estado, o poder, o socialismo. São Paulo: Paz e Terra. 2015.
- PRADO, Eleutério. F. Pós-grande indústria e neoliberalismo. **Revista de Economia Política**, v. 25, n.1. pp. 11-27. jan./mar. 2005.
- PRADO, Eleutério. F. **EUA: um país extrator de mais-valor**. 2014. Disponível em: <<https://1library.org/document/qv12x461-eua-um-pa%C3%ADs-extrator-de-mais-valor.html>> Acesso em: 24 ago. 2021.
- PRASHAD, Vijay. **Balas de Washington: uma história da CIA, golpes e assassinatos**. São Paulo: Expressão Popular. 2020.

RAPOSO, Bruna. F.; ALMEIDA FILHO, Niemeyer.; AMARAL, Marisa. S. Padrão de reprodução do capital no capitalismo dependente e financeirizado. **Anais do XXII Encontro Nacional de Economia Política**. 2018. Disponível em: <<https://sep.org.br/anais/Trabalhos%20para%20o%20site/Area%204/60.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

REINERT, Erik. S. **Como os países ficam ricos... e por que os países pobres continuam pobres**. Rio de Janeiro: Contraponto. 2016.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ, Contraponto. 2001.

RUPERT, Mark. Alienação, capitalismo e sistema inter-Estados: como a uma crítica marxista/gramsciana. In: GILL, S. **Gramsci: materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. p. 125-156. 2007.

SAMPAIO JR, Plínio. A. Por que voltar a Lenin? Imperialismo, barbárie e revolução. In: LENIN, V. I. **O imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Campinas: FE/UNICAMP. 2011, p. 7-105.

SAMPAIO JR, Plínio. A. Apresentação. In: BERNOIT, H.; ANTUNES, J. **O problema da crise capitalista em O capital de Marx**. Junidiaí: Paco Editorial. 2016. p. 11-18.

SAUL, John. S. Globalização, imperialismo, desenvolvimento: falsas dicotomias e resoluções radicais. In: PANITCH. L.; LEYS, C. **Socialist Register: O novo desafio imperial**. Buenos Aires: CLACSO. 2006. p. 245-274.

SCHUMPETER, Joseph. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural. 1982

SECCO, Lincon.; MAO JR., José. **A revolução chinesa: até onde vai a força do dragão**. São Paulo: Scipione. 1998.

SILVER, Beverly. J.; SLATER, Eric. As origens sociais das hegemonias mundiais. In: ARRIGHI, G; SILVER, B. J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto. p. 161-226. 2001.

SMITH, John. Imperialismo no século XXI. In: FERNANDES, L. E. **Introdução ao imperialismo tardio**. Recife: Ruptura. 2022, p. 47-66.

SOUZA, Renildo. **As relações entre a reforma do Estado e a dominação do capital na China**. 2007. 338f. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração. Salvador: Universidade Federal da Bahia. 2007.

SOUZA, Renildo. **Estado e capital na China**. Salvador: EDUFBA. 2018

SOUZA, Renildo; ALMEIDA, Jorge. **Revolução chinesa: o papel indispensável de Mao**. 01 de out. de 2021 disponível em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerrea/revolucao-chinesa-72-o-papel-indispensavel-de-mao/>Acesso em 05 de jun. de 2022,

TREVISAN, Cladia. **China: o renascimento do império**. São Paulo: Planeta do Brasil. 2006.

TSÉ-TUNG, M. **O livro vermelho**. São Paulo: Martin Claret. 2004.

VALENCIA, Adián. S. **Subimperialismo e dependência na América Latina: o pensamento de Ruy Mauro Marini**. São Paulo: Expressão Popular. 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto. 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. Geopolítica, política de classe e a atual desordem mundial. In: MARTINS, D. S.; SÁ, C. E., F.; BRUCKMANN, M. (coord.) **Os impasses da globalização**. São Paulo: Loyola. 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo. 2007.

WOOD, Ellen. M. **Imperialismo do EUA: hegemonia econômica e poder militar**. Crítica Marxista. 2004

WOOD, Ellen. M. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo. 2011.

WOOD, Ellen. M. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo. 2014.

ZEMIM, Jiang. **Reforma e construção da China**. Rio de Janeiro: Record. 2002.